

2º CICLO
ARQUEOLOGIA

Testemunhos Funerários do Mosteiro de Paço de Sousa

Diogo Filipe Picotez Leite

M

2023



Diogo Filipe Picotez Leite

Testemunhos Funerários do Mosteiro de Paço de Sousa

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Arqueologia, orientada pelo
Professor Doutor Mário Jorge Barroca

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Ano 2023

Diogo Filipe Picotez Leite

Testemunhos Funerários do Mosteiro de Paço de Sousa

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Arqueologia, orientada pelo

Professor Doutor Mário Jorge Barroca

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

À Minha Família e Amigos

Sumário

Declaração de honra	4
Agradecimentos	6
Resumo	7
Abstract.....	8
Índice de Ilustrações	9
Índice de Tabelas.....	14
Lista de abreviaturas e siglas.....	15
Introdução.....	16
1.O Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa	18
1.1. A fundação e o percurso do Mosteiro no período medieval	18
1.2. O Mosteiro na idade moderna.....	28
1.3. O Mosteiro no período contemporâneo.....	36
2.A arquitetura do Mosteiro	41
2.1. O templo pré-românico	41
2.1.1. Vestígios pré-românicos	41
2.1.2. A fundação da Capela do Corporal e a sagração pelo Bispo D. Pedro	43
2.2. A reforma românica.....	49
2.2.1. O românico do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa.....	49
2.3. As reformas modernas	56
2.3.1. A demolição da Capela do Corporal de Paço de Sousa	56
2.3.2. A demolição da capela-mor medieval e construção da capela-mor moderna	58
2.3.3. Outros projetos construtivos modernos	62
2.3.4. O templo moderno	63
2.4. As reformas contemporâneas	67
2.4.1. O restauro do século XIX.....	67
2.4.2. O restauro do século XX.....	70
2.4.3. O percurso do Mosteiro até aos nossos dias	76
2.5. Memórias das reformas construtivas na fachada lateral norte	80
3.Testemunhos funerários medievais do Mosteiro de Paço de Sousa	85
3.1. Sepulturas escavadas na rocha	85
3.1.1. Contextualização e problematização destas formas de enterramento	85

3.1.2. As sepulturas do Mosteiro de Paço de Sousa	93
3.2. Egas Moniz e os seus dois monumentos funerários	103
3.3. A lápide do abade Mónio Ermiges	124
3.4. Tapa ornamentada com figura de um Abade	130
3.5. Duas tampas ornamentadas	136
3.6. Sarcófagos medievais	137
3.7. Arcossólios funerários	140
3.8. Vestígios epigráficos	141
4. Testemunhos funerários modernos do Mosteiro de Paço de Sousa	145
4.1. Tampas com inscrições funerárias modernas	145
Considerações finais.....	149
Referências bibliográficas	156
Fontes impressas.....	156
Estudos.....	157
Anexo I- Tabelas	164
Anexo II- Anexo Iconográfico.....	180

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 14/09/2023

Diogo Filipe Picotez Leite

Agradecimentos

Gostaria de começar por agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Mário Jorge Barroca, porque sem o seu acompanhamento, aconselhamento, empréstimo de bibliografia e correções necessárias não teria sido possível realizar esta dissertação.

À «Arqueologia e Património», o meu agradecimento por se terem disponibilizado a receber-me para a realização do meu estágio curricular e por me terem facultado documentação muito importante para a realização desta dissertação.

Deixo também um agradecimento à minha família e amigos pelo apoio incondicional que me deram ao longo deste percurso.

À minha mãe, um profundo obrigado por estar sempre ao meu lado e por me dar alento nos momentos mais difíceis.

Ao meu pai, pelas inúmeras tardes de sábado bem passadas a ver futebol repletas de gargalhadas.

Ao Jorge, pelos ensinamentos e conselhos que me transmite diariamente.

À minha tia Maria dos Anjos que, apesar de já não se encontrar entre nós, continua a guiar-me em cada jornada da minha vida.

Ao meu avô Domingos pelas palavras sábias e pelos almoços de convívio que me ajudaram a recuperar energias.

Ao Pedro e Henrique, meus primos, pela sua companhia e agradáveis conversas nos “almoços dos netos”.

À minha tia Isabel pela disponibilidade demonstrada sempre que necessário.

À minha avó Aninhas, avô Quim e avó Hermínia, por estarem todos os dias no meu pensamento.

Aos meus amigos João Vilarinho, João Cerqueira e Tiago Martins pelas boas memórias que temos vindo a construir desde 2012.

Resumo

O Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, localizado no concelho de Penafiel, corresponde a um dos mosteiros beneditinos de maior destaque a nível regional e nacional. A história deste mosteiro teve início no século X, data da sua fundação, seguindo-se vários acontecimentos que teriam influência no percurso deste mosteiro até aos nossos dias. O Mosteiro de Paço de Sousa teve como família patronal os Riba Douro, uma das famílias nobres de maior importância do Douro Litoral entre os séculos XI e XII. Foram vários os membros desta prestigiante família que contribuíram para o aumento progressivo dos domínios desta instituição religiosa, nomeadamente Egas Moniz, “aio” de D. Afonso Henriques, figura de grande destaque para Paço de Sousa e respetivo mosteiro. Para além dos Riba Douro, os abades que estiveram responsáveis por este mosteiro promoveram, em diferentes momentos históricos, sucessivas reformas construtivas com o objetivo de modernizar a sua arquitetura e ornamentação.

Mas um dos pontos de destaque do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa são os seus testemunhos funerários. Neste espaço religioso podemos observar os dois monumentos funerários de Egas Moniz (túmulo e cenotáfio), a lápide funerária do abade Mónio Ermiges, membro da família dos Riba Douro e que também foi abade deste mosteiro, uma tampa ornamentada com a figura de um abade, duas tampas de sepultura ornamentadas, uma delas com o epitáfio de Egas Moniz e que repousa na sua arca funerária, dois sarcófagos medievais, dois arcossólios funerários e vários vestígios epigráficos. Mais recentemente, foi identificado um conjunto de sepulturas nas áreas periféricas do mosteiro, aumentando assim o número de testemunhos funerários medievais associados a esta instituição religiosa. Para além destes, regista-se um conjunto de trinta e três tampas com inscrições funerárias modernas (trinta e duas no corredor sul do claustro e uma no interior do templo), os únicos testemunhos funerários deste período.

Palavras-chave: Mosteiro; arquitetura; reformas construtivas; testemunhos funerários.

Abstract

The Paço de Sousa Monastery, located in the municipality of Penafiel, is one of the most prominent benedictine monasteries at both regional and national levels. Its history dates back to the 10th century when it was founded, and it has since witness several events that influenced its development up to the present day. The Paço de Sousa Monastery had the Riba Douro family as its patrons, one of the noblest families in the Douro Litoral region between the 11th and 12th centuries. Various members of this prestigious family contributed to the progressive increase of the domains of this religious institution, particularly Egas Moniz, the tutor of D. Afonso Henriques, a figure of great importance for Paço de Sousa and its monastery. In addition to the Riba Douro family, the abbots who where responsible for this monastery promoted successive architectural and ornamental reforms at different moments in history to modernize its structure.

However, one of the most noteworthy features of Paço de Sousa Monastery are its funerary testimonies. Within this religiou space, we can observe the two funerary monuments of Egas Moniz (tomb and cenotaph), the funerary tombstone of the abbot Mónio Ermiges, a member of the Riba Douro family who was also abbot of this monastery, an ornamented lid featuring the figure of an abbot, two ornamented burial lids, one of wich bears the epitaph of Egas Moniz and rests in his funerary chest, two medieval sarcohagi, two funerary arcosolia and several epigraphic remains. More recently, a set of tombs as been identified in the peripheral areas of the monastery, further increasing the number of medieval funerary testimonies associated to this religious insitution. In addition to these, there is a set of thirty three tombstones with modern funerary inscriptions (thirty-two in the southern corridor of the cloister and one inside the temple), the only funerary testimonies from this period.

Key-words: Monastery; arquitetura; constructive reforms; funeral testimonies.

Índice de Ilustrações

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DO MOSTEIRO DO SALVADOR DE PAÇO DE SOUSA	181
FIGURA 2: O MOSTEIRO DO SALVADOR DE PAÇO DE SOUSA NOS NOSSOS DIAS	181
FIGURA 3: FACHADA OCIDENTAL DO MOSTEIRO DE PAÇO DE SOUSA E TORRE SINEIRA	182
FIGURA 4: O ESTADO DO MOSTEIRO APÓS O INCÊNDIO DE 9 DE MARÇO DE 1927 (DGEMN, 1939).....	182
FIGURA 5: A FACHADA SUL DO MOSTEIRO APÓS O INCÊNDIO DE 1927 (FERNANDO OLIVEIRA, 2014)	183
FIGURA 6: O CLAUSTRO DO MOSTEIRO APÓS O INCÊNDIO DE 1927 (FERNANDO OLIVEIRA 2014).....	183
FIGURA 7: OS TRABALHOS REALIZADOS NO MOSTEIRO ENTRE 1927 E 1939 (DGEMN, 1939).....	184
FIGURA 8: TRABALHOS DE RESTAURO NA FACHADA SUL DO TEMPLO (DGEMN, 1939)	184
FIGURA 9: A FACHADA PRINCIPAL DO MOSTEIRO DE PAÇO DE SOUSA ANTES DOS TRABALHOS DE RESTAURO (DGEMN, 1939).....	185
FIGURA 10: A FACHADA PRINCIPAL DO MOSTEIRO DE PAÇO DE SOUSA DEPOIS DOS TRABALHOS DE RESTAURO (DGEMN, 1939).....	185
FIGURA 11: A FACHADA PRINCIPAL ANTES DOS TRABALHOS DE RESTAURO (DGEMN, 1939).....	186
FIGURA 12: A FACHADA PRINCIPAL DEPOIS DOS TRABALHOS DE RESTAURO (DGEMN, 1939)	186
FIGURA 13: A FACHADA LATERAL NORTE ANTES DOS TRABALHOS DE RESTAURO (DGEMN, 1939).....	187
FIGURA 14: A FACHADA LATERAL NORTE DEPOIS DOS TRABALHOS DE RESTAURO (DGEMN, 1939)	187
FIGURA 15: MEMÓRIAS DAS REFORMAS CONSTRUTIVAS NA FACHADA LATERAL NORTE DO MOSTEIRO	188
FIGURA 16: PLANTA DA IGREJA DE PAÇO DE SOUSA (DGEMN, 1939).....	188
FIGURA 17: ROSÁCEA DA FACHADA PRINCIPAL DO MOSTEIRO E CACHORRADA NA ZONA INFERIOR	189
FIGURA 18: PORTAL PRINCIPAL DA IGREJA DE PAÇO DE SOUSA.....	189
FIGURA 19: PORTAL PRINCIPAL DA IGREJA DE PAÇO DE SOUSA COM TÍMPANO QUE CONTINHA UMA INSCRIÇÃO, REMOVIDA NO RESTAURO DO SÉCULO XX, INDICANDO A DATADA DE FUNDAÇÃO E SAGRAÇÃO DO TEMPLO	190
FIGURA 20: PAREDE NORTE DA CAPELA-MOR.....	190
FIGURA 21: MEMÓRIAS DA CAPELA DO CORPORAL NA PAREDE NORTE DO TEMPLO.....	191
FIGURA 22: MEMÓRIAS DO RESTAURO DO SÉCULO XX NA PAREDE NORTE DO TEMPLO	191
FIGURA 23: PORTAL SUL DA IGREJA DE PAÇO DE SOUSA.....	192
FIGURA 24: FONTE DO CLAUSTRO DO MOSTEIRO	192
FIGURA 25: INTERIOR DA IGREJA DE PAÇO DE SOUSA	193
FIGURA 26: INTERIOR DA IGREJA DE PAÇO DE SOUSA	193

FIGURA 27: ESCULTURA DE S. PEDRO NA NAVE NORTE DO TEMPLO LADEADA, À DIREITA, POR UMA CRUZ DE SAGRAÇÃO	194
FIGURA 28: ORNAMENTAÇÃO DOS CAPITÉIS DOS PILARES QUE DELIMITAM AS NAVES DO TEMPLO	194
FIGURA 29: ALTAR MOR DA IGREJA DE PAÇO DE SOUSA.....	195
FIGURA 30: PLANTA DAS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS REALIZADAS NAS ÁREAS PERIFÉRICAS DA IGREJA DE PAÇO DE SOUSA (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	196
FIGURA 31: PLANTA DAS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS REALIZADAS NO CLAUSTRO DO MOSTEIRO (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	196
FIGURA 32: DESENHO DE CAMPO DO PLANO FINAL DA SONDAGEM 01 (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	197
FIGURA 33: PLANO FINAL DA SONDAGEM 01 (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	197
FIGURA 34: DESENHO DE CAMPO DO PLANO FINAL DA SONDAGEM 02 (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	198
FIGURA 35: PLANO FINAL DA SONDAGEM 02 (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	198
FIGURA 36: DESENHO DE CAMPO DO PLANO FINAL DA SONDAGEM 03 (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	199
FIGURA 37: PLANO FINAL DA SONDAGEM 03 (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	199
FIGURA 38: DESENHO DE CAMPO DO PLANO FINAL DA SONDAGEM 04 (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	200
FIGURA 39: PLANO FINAL DA SONDAGEM 04 (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	200
FIGURA 40: DESENHO DE CAMPO DO PLANO FINAL DA SONDAGEM 05 (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	201
FIGURA 41: PLANO FINAL DA SONDAGEM 05 (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	201
FIGURA 42: DESENHO DE CAMPO DO PLANO FINAL DA SONDAGEM 06 (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	202
FIGURA 43: PLANO FINAL DA SONDAGEM 06 (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	202
FIGURA 44: DESENHO DE CAMPO DO PLANO FINAL DA VALA 01, NA ÁREA ANEXA AO CEMITÉRIO E CAPELA-MOR (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	203
FIGURA 45: DESENHO DE CAMPO DO PLANO FINAL DA VALA 01, NA ÁREA ANEXA À IGREJA E CEMITÉRIO (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	203
FIGURA 46: DESENHO DE CAMPO DO PLANO FINAL DA VALA 01, NA ÁREA ANEXA AO CEMITÉRIO (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	203

FIGURA 47: PLANO FINAL DA VALA 01 NA ÁREA ANEXA À PAREDE NORTE DA CAPELA-MOR (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017).....	204
FIGURA 48: PLANO FINAL DA VALA 01 NA ÁREA ANEXA AO ABSÍDIOLO E PAREDE NORTE (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017).....	204
FIGURA 49: PLANO FINAL DA VALA 01 NA ÁREA ANEXA À PAREDE NORTE E ENTRADA DO CEMITÉRIO (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	205
FIGURA 50: DESENHO DE CAMPO DO PLANO FINAL DA VALA 02 (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	205
FIGURA 51: PLANO FINAL DA VALA 02 (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017).....	206
FIGURA 52: PLANO FINAL DA VALA 02 (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017).....	206
FIGURA 53: DESENHO DE CAMPO DO PLANO FINAL DA VALA 03 (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	207
FIGURA 54: PLANO FINAL DA VALA 03 (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017).....	207
FIGURA 55: CONJUNTO DE SEPULTURAS ESTRUTURADAS EM PEDRA CRONOLOGICAMENTE MAIS TARDIAS NA VALA 03 (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	208
FIGURA 56: SEPULTURA ESCAVADA NA ROCHA NA VALA 03 COM ENCHIMENTO DE PEDRAS DEVIDO A TRABALHOS CONSTRUTIVOS (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	208
FIGURA 57: SEPULTURA ESCAVADA NA ROCHA ANTROPOMÓRFICA NA ÁREA ANEXA À PAREDE ESTE DA CAPELA-MOR (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO,2017).....	209
FIGURA 58: CAPEAMENTO DE SEPULTURA COM LAJES DE GRANITO E XISTO NA VALA 03 (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017).....	209
FIGURA 59: SEPULTURA ESCAVADA NA ROCHA ANTROPOMÓRFICA NA VALA 03 (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO,2017)	210
FIGURA 60: DESENHO DE CAMPO DO PLANO FINAL DA VALA 04 (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	210
FIGURA 61: PLANO FINAL DA VALA 04 NA SACRISTIA (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	211
FIGURA 62: PLANO FINAL DA VALA 04 NO CLAUSTRO (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	211
FIGURA 63: PLANO FINAL DA VALA 04 NA ENTRADA DO CLAUSTRO (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017) ..	212
FIGURA 64: DESENHO DE CAMPO DO PLANO FINAL DA VALA 05 (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	212
FIGURA 65: PLANO FINAL DA VALA 05 NO CLAUSTRO (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	213
FIGURA 66: ÁREA CENTRAL DA VALA 05 NO CLAUSTRO (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017)	213
FIGURA 67: PLANO FINAL DA VALA 05 NA ENTRADA DO CLAUSTRO (ARQUEOLOGIA E PATRIMÓNIO, 2017) ..	214
FIGURA 68: A "ARCA" FUNERÁRIA DE EGAS MONIZ NA NAVE SUL DO TEMPLO	214
FIGURA 69: TAMPA COM EPITÁFIO DE EGAS MONIZ.....	215
FIGURA 70: SEGUNDA TAMPA DA "ARCA" FUNERÁRIA DE EGAS MONIZ	215
FIGURA 71: PAINEL DO TOPO NORTE DA "ARCA" FUNERÁRIA DE EGAS MONIZ	216

FIGURA 72: FACE LATERAL QUE COMUNICA COM A NAVE SUL DO TEMPLO	216
FIGURA 73: TOPO SUL DA "ARCA" FUNERÁRIA DE EGAS MONIZ.....	217
FIGURA 74: FACE LATERAL QUE COMUNICA COM PAREDE OCIDENTAL DO TEMPLO	217
FIGURA 75: AS PEDRAS DO TÚMULO E CENOTÁFIO DE EGAS MONIZ QUANDO SE ENCONTRAVAM DISPERSAS PELAS NAVES DO TEMPLO (JORGE RODRIGUES, 2014)	218
FIGURA 76: A LÁPIDE DO ABADE MÓNIO ERMIGES EM MELHOR ESTADO DE CONSERVAÇÃO (MÁRIO BARROCA, 2000)	218
FIGURA 77: A LÁPIDE DO ABADE MÓNIO ERMIGES NOS NOSSOS DIAS.....	219
FIGURA 78: TAMPA ORNAMENTADA COM FIGURA DE UM ABADE, O QUAL SE JULGA SER D. MÓNIO GARCIA..	219
FIGURA 79: TAMPA ORNAMENTADA NO CLAUSTRO DO MOSTEIRO, MUITO SEMELHANTE À QUE REPOUSA NA "ARCA" FUNERÁRIA DE EGAS MONIZ	220
FIGURA 80: DOIS SARCÓFAGOS MEDIEVAIS JUNTO À FACHADA PRINCIPAL DA IGREJA DE PAÇO DE SOUSA	220
FIGURA 81: SARCÓFAGO NÃO ANTROPOMÓRFICO	221
FIGURA 82: SARCÓFAGO NÃO ANTROPOMÓRFICO OSTENTANDO, NUMA DAS SUAS FACES LATERAIS, A REPRESENTAÇÃO DE TRÊS PÉS DE MILHO MIÚDO	221
FIGURA 83: SARCÓFAGO ANTROPOMÓRFICO	222
FIGURA 84: DOIS ARCOSSÓLIOS FUNERÁRIOS NA PAREDE NORTE DO TEMPLO.....	222
FIGURA 85: INSCRIÇÃO NO CLAUSTRO DO MOSTEIRO.....	223
FIGURA 86: CONJUNTO DE TAMPAS COM INSCRIÇÕES FUNERÁRIAS MODERNAS NO CORREDOR SUL DO CLAUSTRO DO MOSTEIRO	223
FIGURA 87: TAMPA NÚMERO 1.....	224
FIGURA 88: TAMPA NÚMERO 2.....	224
FIGURA 89: TAMPA NÚMERO 3.....	224
FIGURA 90: TAMPA NÚMERO 4.....	224
FIGURA 91: TAMPA NÚMERO 5.....	225
FIGURA 92: TAMPA NÚMERO 6.....	225
FIGURA 93: TAMPA NÚMERO 7.....	225
FIGURA 94: DUAS TAMPAS DE MENORES DIMENSÕES QUE SE ENCONTRAM À ESQUERDA DA TAMPA NÚMERO 7	226
FIGURA 95: TAMPA NÚMERO 8.....	226
FIGURA 96: TAMPA NÚMERO 9.....	226
FIGURA 97: TAMPA NÚMERO 10.....	227
FIGURA 98: TAMPA NÚMERO 11.....	227

FIGURA 99: TAMPA NÚMERO 12.....	227
FIGURA 100: TAMPA NÚMERO 13.....	227
FIGURA 101: TAMPA NÚMERO 14.....	228
FIGURA 102: TAMPA NÚMERO 15.....	228
FIGURA 103: TAMPA NÚMERO 16.....	228
FIGURA 104: TAMPA NÚMERO 17.....	228
FIGURA 105: TAMPA NÚMERO 18.....	229
FIGURA 106: TAMPA NÚMERO 19.....	229
FIGURA 107: TAMPA NÚMERO 20.....	229
FIGURA 108: TAMPA NÚMERO 21.....	229
FIGURA 109: TAMPA NÚMERO 22.....	230
FIGURA 110: TAMPA NÚMERO 23.....	230
FIGURA 111: TAMPA NÚMERO 24.....	230
FIGURA 112: TAMPA NÚMERO 25.....	230
FIGURA 113: TAMPA NÚMERO 26.....	231
FIGURA 114: TAMPA NÚMERO 27.....	231
FIGURA 115: TAMPA NÚMERO 28.....	231
FIGURA 116: TAMPA NÚMERO 29.....	231
FIGURA 117: TAMPA NÚMERO 30.....	232
FIGURA 118: TAMPA QUE SE ENCONTRA NO INTERIOR DO TEMPLO, ANEXA AO ABSIDÍOLO SUL E À ENTRADA DA SACRISTIA	232

Índice de Tabelas

TABELA 1: ACONTECIMENTOS QUE CARATERIZARAM A HISTÓRIA DO MOSTEIRO DO SALVADOR DE PAÇO DE SOUSA	165
TABELA 2: ABADES PERPÉTUOS E COMENDATÁRIOS DO MOSTEIRO DE PAÇO DE SOUSA	169
TABELA 3: AS ÁREAS INTERVENIONADAS, OS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS E SUAS CARATERÍSTICAS.....	173
TABELA 4: ESQUEMA ORGANIZATIVO DAS TAMPAS COM INSCRIÇÕES FUNERÁRIAS MODERNAS DO CLAUSTRO DO MOSTEIRO E DO INTERIOR DO TEMPLO	177

Lista de abreviaturas e siglas

BL	BENEDICTINA LUSITANA
DGEMN	DIREÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
LTPS.....	LIVRO DOS TESTAMENTOS DE PAÇO DE SOUSA
MMPS	MEMÓRIAS DO MOSTEIRO DE PAÇO DE SOUSA
PMH	PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA

Introdução

A dissertação que se segue, com o título “Testemunhos Funerários do Mosteiro de Paço de Sousa”, foi desenvolvida no âmbito do Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto com o objetivo de analisar os testemunhos funerários medievais e modernos que se encontram no Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa. Este mosteiro, que se localiza no concelho de Penafiel, destaca-se a nível nacional não só pelos seus testemunhos funerários, mas também pelo estilo românico que caracteriza a sua arquitetura.

A dissertação divide-se em três grandes tópicos. O primeiro tem como objetivo expor os principais acontecimentos e figuras que marcaram a história deste mosteiro ao longo dos tempos, nomeadamente na Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. A este breve enquadramento histórico segue-se o segundo grande tópico desta dissertação que consiste na análise da arquitetura deste espaço religioso. A história do Mosteiro de Paço de Sousa do ponto de vista arquitetónico é bastante rica, uma vez que esta instituição religiosa foi submetida a diversas reformas construtivas em diferentes momentos cronológicos. Estas reformas foram promovidas pelos abades deste mosteiro com o intuito de modernizar a sua arquitetura e ornamentação. Das reformas construtivas que foram implementadas neste mosteiro destacam-se: a construção da igreja românica no século XIII; a demolição da Capela do Corporal em 1605 (capela que se encontrava anexa à igreja); trabalhos construtivos realizados na capela-mor; e os trabalhos de restauro contemporâneos. Estas reformas construtivas foram implementando grandes alterações na arquitetura e ornamentação deste mosteiro e nem sempre beneficiaram os testemunhos funerários em estudo.

Por fim, o terceiro e último tópico desta dissertação consiste na análise dos testemunhos funerários medievais e modernos do Mosteiro de Paço de Sousa. Como iremos ver, são vários os testemunhos funerários existentes no interior da Igreja de Paço de Sousa e na sua envolvente como sepulturas escavadas na rocha, tampas de sepultura, sarcófagos e arcossólios. É também neste espaço religioso que se encontram os dois monumentos funerários de Egas Moniz: o túmulo do século XII; e o cenotáfio, mais tardio, do século

XIII. De todos os testemunhos funerários que irão ser analisados, este é o que reúne maior importância graças à ligação entre Egas Moniz e D. Afonso Henriques, aspeto que contribui, em grande medida, para o destaque que o Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa reúne tanto a nível regional como nacional. Para além dos testemunhos funerários medievais referidos anteriormente, neste mosteiro encontram-se trinta e três tampas com inscrições funerárias modernas. Grande parte destas tampas apresenta mau estado de conservação, mas as que estão bem preservadas permitem ler o seu conteúdo (texto e datação). Estas tampas correspondem aos únicos testemunhos funerários modernos e, assim, aos testemunhos mais recentes associados ao Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa.

1. O Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa

1.1. A fundação e o percurso do Mosteiro no período medieval

Quem tem oportunidade de estudar o Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa rapidamente se apercebe da sua dimensão histórica, correspondendo a um dos mosteiros com maior importância e simbolismo, não só na região do Douro Litoral, mas também no contexto nacional. Este mosteiro beneditino foi fundado no século X, mas a sua história prolonga-se muito para além do período medieval, abrangendo ainda o período Moderno e Contemporâneo. Foram várias as figuras de prestígio que estiveram ligadas a esta instituição religiosa, nomeadamente membros da linhagem dos Riba Douro, uma das famílias nobres mais destacadas do Douro Litoral nos séculos XI e XII, que estava ligada a Paço de Sousa por pertencer à família patronal do mosteiro.

A sua dimensão histórica e simbólica, assim como a arquitetura românica que este espaço religioso ostenta, viriam a despertar o interesse de diversos historiadores e investigadores ao longo dos tempos, fazendo deste mosteiro um símbolo da arquitetura românica portuguesa e o arquétipo do chamado Românico do Vale do Sousa. Para além disto, são vários os testemunhos funerários que aqui se encontram, destacando-se, inevitavelmente, a memória funerária de Egas Moniz, “aio” de D. Afonso Henriques, e figura de extrema importância para Paço de Sousa e seu mosteiro. Neste sentido, quando se aborda o passado histórico de Paço de Sousa, é inevitável não se fazer uma alusão ao seu mosteiro. Temos como exemplo Frei Leão de São Tomás (1644-1651) que, na sua obra «Benedictina Lusitana», confirma a importância deste mosteiro na região de Entre Douro e Minho: «*Entre os Mosteyros grandes, & de majestade, que a sagrada Religião Benedictina teue na Prouincia de Entre Douro & Minho, hum deles foy o Mosteyro do Saluador de Paço de Sousa*»¹.

¹ SÃO TOMÁS, Frei Leão de (1644-1651): *Benedictina Lusitana*. Volume II. Reed. Facsimilada com Notas Críticas de José Mattoso. Lisboa, p. 261. Também João de Barros, na obra “Geographia d’ Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes” redigida no século XVI, destaca o Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa referindo: «*Neste mesmo julgado, em hum valle mui fermoso junto ao rio Souza, huma legoa do Douro, esta o nobre mosteiro e convento do Paço de Souza da Ordem de S. Bento (...). Tem quasi trinta igrejas de sua apresentação e parece, pellos edificios que tem desfeitos, que em outro tempo fosse maior*». In

O Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa foi estabelecido na fértil região da bacia do rio Sousa, concelho de Penafiel, e nas proximidades da antiga via que fazia a ligação entre Viseu e Braga, localização bastante favorável que promoveu o aumento da influência e domínio desta instituição religiosa para os territórios periféricos. Assim, este mosteiro seria considerado o de maior importância daquela que viria a ser a *terra* de Penafiel, e um dos mais influentes na região do vale do Sousa e baixo Tâmega. Para além disto e como já foi referido anteriormente, esta instituição religiosa beneficiou do poder e influência dos Riba Douro, família que exerceu o direito patronal sobre esta instituição e que, ao longo do século XI, conheceu um período de bastante notoriedade e ascensão do ponto de vista político, económico e social.

Algumas fontes históricas apontam que o Mosteiro de Paço de Sousa encontrava-se inserido, em período altomedieval e medieval, «*in uilla Palacioli subtus mons Ordines discurrente riuulo Sausa territorio Anegie*»². Segundo Mário Barroca (2003), a *civitas* de Anégia é a primeira a ser documentada em território nacional, surgindo num diploma de 875. Depois do ano de 875 e até finais do século XI, a documentação é mais abundante, contabilizando-se mais de meia centena de documentos alusivos a Anégia, o que torna este território o mais bem documentado no contexto nacional³. Numa fase inicial, Anégia estendia-se para norte do rio Douro, abrangendo os territórios nos atuais concelhos de Penafiel, Baião, Marco de Canaveses e Paredes. Com o passar do tempo, a sua área geográfica viria aumentar significativamente, abrangendo também territórios localizados a sul do Douro nos concelhos de Cinfães e Castelo de Paiva. No total, esta

BARROS, Doutor João de (2019): *Geographia d' Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*. Coleção de Manuscritos Inéditos agora dados à Estampa. Edição de Joana Lencart. Biblioteca Municipal do Porto. Porto, pp. 156-157.

² LOPES, Filipa; SILVA, Maria João Oliveira e (2015): *Livro dos Testamentos do Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa. Edição Crítica. Portugaliae Monumenta Historica. A Saeculo Octavo Post Christum Usque Ad Quintumdecimum Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita*. Nova Série, Volume V. Diplomata et Chartae – Chartularia. Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa. Doc.132, p. 243.

³ Relativamente a este tema, Maria José Ferreira dos Santos (2004) refere que o território de Anégia é o mais antigo de que se tem conhecimento em Portugal e o que mais vezes é referenciado na documentação medieval, ficando evidente a importância que esta antiga *civitas* teve em momentos históricos anteriores. Cf. SANTOS, Maria José Mendes da Costa Ferreira dos (2004): *A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de Ocupação do Território (875-1308)*, Volume 1. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Edição Policopiada), p. 28.

circunscrição administrativa chegou a ter mais de 180 km² de extensão e, pelo menos, cinquenta povoações, sendo evidente a amplitude territorial e a importância que Anégia foi progressivamente assumindo⁴.

Paço de Sousa, conhecida noutros tempos como «*villa Palacioli*», teve origem na fundação de uma comunidade monástica que remonta ao século X. Na Idade Média, seriam construídas duas igrejas: a primeira fundada em 956; e a segunda, resultado de uma reconstrução e ampliação da igreja primitiva, em 1088. São várias as fontes históricas que apontam Trutesendo Galindes e a sua esposa Anímia como responsáveis pela fundação da primitiva igreja de Paço de Sousa, no ano de 956, templo que foi erigido com o intuito de se prestar culto ao Santo Salvador e à Virgem Maria⁵. Trutesendo Galindes, proprietário e fundador do Mosteiro de Paço de Sousa, era filho de Galindo Gonçalves (933-c. 995)⁶ e de Vistregia (938), tendo como irmãos Soeiro, (1072) Vistregia (980-1033) e Patrina (1009)⁷. Trutesendo Galindes, que era uma figura de prestígio, viveu entre os fins do século X e inícios do século XI (994-1014), aumentando os seus domínios ao longo dos tempos, uma vez que, para além do Mosteiro de Paço de Sousa, detinha ainda propriedades em Valpedre e Galegos.

⁴ Anégia tinha como sede militar a Senhora da Cividade (freguesia de Santa Maria de Eja, Entre-os-Rios), uma estrutura simples tendo em consideração a extensão desta *civitas*. Os 180 km² de extensão e os territórios que abrangia levantavam alguns problemas do ponto de vista defensivo. Assim, entre o ano de 875 e fins do século XI, Anégia contava com, pelo menos, 16 estruturas fortificadas, prática bastante comum no período anterior à Reconquista e que viria a sofrer alterações posteriormente. A documentação da época é abundante no que toca aos territórios que constituíam esta circunscrição administrativa, mas não aos seus governadores/titulares. Apesar da reduzida informação de que dispomos relativamente às figuras que desempenharam esta função, seriam membros da alta nobreza que ocupavam estes cargos. BARROCA, Mário Jorge (2003): “Organização Territorial e Recrutamento Militar”, IN BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Direção) e MATTOSO, José (Coord.) (2003): *Nova História Militar de Portugal*. Volume 1. Círculo de Leitores. Lisboa, pp. 70-71.

⁵ O Mosteiro de Paço de Sousa foi dedicado ao São Salvador como indica Frei Leão de São Tomás (1644-1651): «*Chamasse do Saluador por ser dedicado a elle; & de Paço, por estar fundado entre as obras do dito Mosteyro o Paço de D. Egas Monis. Chamasse finalmente Paço de Sousa, por que està edificado muy perto do Rio Sousa (...)*» (p. 261).

⁶ José Mattoso (1982) intitula o pai de Trutesendo Galindes, Galindo Gonçalves, como «*ascendente dos fundadores de Paço de Sousa e dos senhores de Paiva*». In MATTOSO, José (1982): *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*. Coleção História e Ensaios. Guimarães & C.ª Editores. Lisboa, p. 24.

⁷ Para melhor compreender como se desenvolveu a descendência de Galindo Gonçalves, consultar os esquemas genealógicos disponíveis em: MATTOSO, José (2001): *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*. Obras Completas de José Mattoso, Volume 7. Círculo de Leitores, Lisboa, p. 126.

A consulta do *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa* revela ser bastante importante, uma vez que estão aqui reunidos os testamentos e as doações que várias figuras de prestígio fizeram a esta instituição religiosa. Estes testamentos e doações, para além de terem sido o principal mecanismo para o mosteiro aumentar os seus domínios, também permitem compreender que figuras estiveram associadas a este espaço religioso ao longo dos tempos. É precisamente aqui que encontramos as referências mais antigas ao Mosteiro de Paço de Sousa. A primeira, do ano de 938, corresponde a um contrato de habitação e arrendamento da Igreja de S. Mamede de Canelas (Penafiel), realizado por presbítero Grexemiro com Galindo Gonçalves e com os patronos da referida igreja⁸. Neste contrato, o presbítero Grexemiro refere que Galindo Gonçalves e os seus descendentes, nomeadamente Trutesendo Galindes, são herdeiros da Igreja de S. Mamede: «*In Dei nomine, Ego Crexemirus presbitero uobis Galindo Guncaluiz (sic) et filiis ecclesie qui sudes heredes et dominus de ista ecclesia de Sancto Mamete (...)*»⁹.

É do abade Randulfo a segunda referência mais antiga ao Mosteiro de Paço de Sousa, realizando uma doação, a 22 de fevereiro do ano de 994, das *villae* de Ossela, Vermoim (freg. de Ossela, Oliveira de Azeméis), Vilar de Bustelo (freg. de Vila Chã de São Roque, Oliveira de Azeméis) e propriedades em *Tavolatela* e *Petra Fitada*. Nesta doação, Randulfo afirma que Trutesendo Galindes e a sua esposa Anímia foram os responsáveis pela fundação do templo primitivo. Esta doação teve origem aquando da fuga do abade Randulfo de um mosteiro localizado a sul do Douro que estava à mercê das incursões de Almançor. José Mattoso (2001) indica que, perante a ameaça de incursões muçulmanas

⁸ A edição crítica de Filipa Lopes e Maria João Oliveira e Silva (2005) do *Livro dos Testamentos do Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa* reúne 143 testamentos e doações, apresentando um índice cronológico que as enumera das mais antigas às mais recentes. O documento mais antigo é de 938 e o último que se tem conhecimento da data exata de julho de 1222. Prevaecem dúvidas quanto à datação de seis documentos, sendo o último uma transcrição de notícia sobre os descendentes de Mendo Moniz e divisão das suas hereditates datado do século XVIII.

⁹ LOPES, Filipa; SILVA, Maria João Oliveira e (2015): Doc.121, p. 221.

nos finais do século X, muitos clérigos fugiram para os territórios mais a norte¹⁰. Assim, o abade Randulfo viria a deslocar-se para Penafiel onde seria acolhido no Mosteiro de Paço de Sousa pelos seus fundadores¹¹: «*pro que sumus de alia terra et pro que colligit nobis Tructesindo Galindiz et uxor sua Animia in ipso acisterio Sancti Saluatoris que uocitant Palacioli ad morandum pro regula canonica usque ad obitum meum...*»¹².

Grato pelos cuidados prestados e pela forma como foi recebido por Trutesendo Galindes e Anímia, Randulfo faz uma doação ao mosteiro e assume o cargo de abade, disponibilizando-se a fazer desta instituição religiosa a sua residência até à data da sua morte e a reger-se pela regra canónica: «*(...) in ipso acisterio Sancti Saluatoris que uocitant Palacioli ad morandum pro regula canonica usque ad obitum meum*»¹³. Randulfo não era original de Paço de Sousa, uma vez que o próprio, no seu testamento, indica que «*sumus de alia terra*»¹⁴, o que é corroborado pelas propriedades que este abade doou ao Mosteiro de Paço de Sousa, que se concentram entre o Douro e o Vouga, mais precisamente no atual concelho de Oliveira de Azeméis, sugerindo que era desta terra que Randulfo seria proveniente.

No ano de 1088, a igreja fundada por Trutesendo Galindes e por sua esposa Anímia em 956 seria reconstruída e ampliada, uma vez que esta era pequena e não satisfazia as necessidades dos fiéis que a frequentavam. A cerimónia de sagração do novo templo foi realizada por D. Pedro, Bispo de Braga, a 29 de setembro de 1088¹⁵. Uma inscrição que

¹⁰ O enfraquecimento dos exércitos cristãos e as progressivas incursões muçulmanas, que se desenvolveram entre 994-995 e 997, viriam a ter como principais consequências o desaparecimento do condado de Coimbra e a ameaça das fronteiras do condado portugalense que se encontravam delimitadas pelo curso do rio Douro, daí muitos fugirem dos territórios a sul deste rio. IN LOPES, Filipa da Silva (2012): *O Domínio Fundiário do Mosteiro do S. Salvador de Paço de Sousa (Séculos XI-XII)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. Edição Policopiada, p. 22.

¹¹ Relativamente à fuga do abade Randulfo de um mosteiro localizado a sul do Douro, José Mattoso (2002) indica: «*Em 994, o abade Randulfo, que tinha fugido do sul, vem a Paço de Sousa e afirma que foi recebido pelos fundadores (...)*». IN MATTOSO, José (2002): *O Monaquismo Ibérico e Cluny*. Obras Completas de José Mattoso, Volume 12. Círculo de Leitores, Lisboa, p. 65.

¹² LOPES, Filipa; SILVA, Maria João Oliveira e (2015): Doc.132, pp. 244-245.

¹³ LOPES, Filipa; SILVA, Maria João Oliveira e (2015): Doc.132, p. 245.

¹⁴ LOPES, Filipa; SILVA, Maria João Oliveira e (2015): Doc.132, p. 244.

¹⁵ Frei Leão de S. Tomás (1644-1651), relativamente à sagração do novo templo por D. Pedro, Bispo de Braga, afirma: «*foy rogado o Arcebispo de Braga Dom Pedro immediato antecessor do nosso glorioso S. Giraldo, pera sagrar a Igreja, assim pera fazer aquelle acto com mayor autoridade, como tambem por não auver naquele tempo Bispo no Porto (...)*» (p. 263).

se encontrava no tímpano da fachada ocidental da Igreja de Paço de Sousa indicava o ano de 956 como a data de fundação e 1088 o ano de sagração do novo templo¹⁶. Nesta inscrição moderna (do século XVII), pintada a tinta azul no medalhão circular do tímpano do portal ocidental do templo, podia-se ler: «TEMPLVM / HOC AD . TRVITV / ZINDO . GALENDIS / FVN DATUM / ANNO / D . CCCCLVI / SACRATVM . FVIT . AD . PETRO / ARCHIEPISCOPO BRACHAR / ENSI . HISPANIORVM / PRIMATE . III K(a)L(endas) OCTOBR(is) / ANNO / MLXXXVIII»¹⁷. Chegaram até nós pequenos vestígios desta inscrição¹⁸, uma vez que esta seria removida pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais no decorrer dos trabalhos de restauro desenvolvidos entre 1937 e 1939, impossibilitando assim a sua leitura.

No século XI também seria construída a Capela de Santa Maria do Corporal, uma estrutura de pequenas dimensões que se encontrava anexa ao transepto norte da Igreja de Paço de Sousa. Os trabalhos de construção desta nova capela ficaram concluídos a 29 de setembro de 1088, data de sagração do novo templo por D. Pedro, Bispo de Braga. A Capela do Corporal tornou-se um símbolo de grande importância histórica, uma vez que foi construída com o propósito de ali serem sepultados os membros da família patronal do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa¹⁹, ou seja, os fundadores e seus

¹⁶ São vários os historiadores que citam esta inscrição, como José Mattoso (2002): «*a fundação data talvez de 956, a crer por uma inscrição da fachada do mosteiro, do século XVII*» (p. 25).

¹⁷ «*Este templo foi fundado por Trutesendo Galindes no ano de 956 [e] foi sagrado por Pedro, arcebispo de Braga, primaz das Espanhas, no terceiro dia antes das Calendas de Outubro, no ano de 1088*». In BARROCA, Mário Jorge (2017): *Portugaliae Monumenta Historica. Volume VIII/1. Inscriptiones. Corpus Epigraphicum Portugalensium. Pars Prisma: IX-XII Saecula* (Tradução do Latim Medieval de Manuel Ramos). Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Insc. N.º44, pp. 124-125.

¹⁸ O conteúdo desta inscrição é indicado numa doação realizada por Egas Ermiges (1071-95) e por sua esposa Gontinha Eriz (1086-1120) a 30 de julho de 1088: «*Nos humiles licet peccatores (...), Egas Ermigiz et uxor mea Gontinha Eriz ut partem meramur (sic) adipisci cum cetu sanctorum iustorum in regno celorum offerimus sancto et uenerabi [li] altari quod est sanctialiter dedicatum in honore Sancti Saluatori<s>, nostri redemptoris (...). Damus et concedimus partem de nostras hereditates hi sunt pernomintas in terra de Pena Fiel (...)*». A data em que esta doação foi realizada continua a levantar algumas dúvidas, uma vez que neste documento apenas é indicado o ano da morte de Egas Ermiges (1095) e da sua esposa Gontinha Eriz (1120). Segundo Filipa Lopes e Maria João Oliveira e Silva (2015), esta doação foi feita antes da morte de Egas Ermiges, ou seja, antes do ano de 1095. In LOPES, Filipa; SILVA, Maria João Oliveira e (2015): Doc.5, pp. 9-10.

¹⁹ José Monteiro de Aguiar (1928) indica que a igreja sagrada em 1088 seria designada por *Basilica do Salvador* com o intuito de se distinguir este templo, mais monumental e ricamente ornamentado, da Capela do Corporal que se encontrava anexo ao corpo da igreja. In AGUIAR, José Monteiro de (1928): «Os Túmulos de Paço de Sousa». *Penha-Fidelis*, Volume 1. Biblioteca Municipal de Penafiel. Penafiel, p. 44.

descendentes. A Capela do Corporal seria um verdadeiro “panteão familiar”, daí ter ficado conhecida como a “Capela dos Fregueses”, chegando até nós poucas memórias desta estrutura emblemática devido à sua demolição no século XVII a mando do abade Frei Martinho Golias.

Como já foi referido anteriormente, este mosteiro beneditino viria a ter uma grande ligação a uma das mais importantes famílias da região do Entre-Douro-e-Minho, os Riba Douro, tirando proveito do seu prestígio e posicionamento social. Esta família nobre também era conhecida como «os Gascos» porque o seu primeiro membro, Mónio Viegas (1014-1022?), tinha o cognome «o Gasco»²⁰. Graças às alianças matrimoniais estabelecidas entre os descendentes de Trutesendo Galindes e de Anímia com os de Mónio Viegas, os Riba Douro tornaram-se membros da família patronal do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, favorecendo esta instituição e assegurando a sua proteção, principalmente entre finais do século X e inícios do século XI, período de alguma agitação política e social²¹.

A primeira união matrimonial entre membros dos Riba Douro com os descendentes dos fundadores do mosteiro ocorreu com Toda Ermiges (1044-1071), filha de Vivili Trutesendes (1015)²² e de Ermígio Aboazar da Maia. Toda Ermiges casou, numa primeira vez, com Egas Moniz «o Gasco» (1022?)²³, momento em que os Riba Douro começam a pertencer à família patronal do mosteiro. Para além do que foi referido anteriormente, Anímia Eriz (1086-20)²⁴ casou com Fromarico Moniz, filho de Mónio Viegas e irmão de

²⁰ O cognome de Mónio Viegas está relacionado com a região da qual este nobre é proveniente (Gasconha, sudoeste de França). O seu túmulo epigrafado localiza-se na Igreja de Santa Maria de Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses), juntamente com os dos seus filhos Egas Moniz (1022?) e Gomes Moniz (1022?). Cf. BARROCA, Mário Jorge (2017): *Portugaliae Monumenta Historica*. Volume VIII/1. *Inscriptiones. Corpus Epigraphicum Portugalensium. Pars Prima: IX-XII Saecula*. Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, Insc. nº 25, p. 76-81.

²¹ José Mattoso (2002) destaca o contributo dos Riba Douro para com o Mosteiro de Paço de Sousa referindo: «A aliança dos descendentes do fundador com a família cada vez mais poderosa dos Gascos assegurou-lhes um futuro próspero» (pp. 120-121).

²² Vivili Trutesendes era filha de Trutesendo Galindes, ou seja, Toda Ermiges era neta do fundador do Mosteiro de Paço de Sousa.

²³ Egas Moniz «o Gasco» era filho de Mónio Viegas, fundador da linhagem dos Riba Douro, e irmão de Garcia Moniz (1043-1066), Gomes Moniz (1022?), Godo e Fromarico Moniz (1071).

²⁴ Anímia Eriz era neta de Trutesendo Galindes e filha de Ero Trutesendes.

Egas Moniz «o Gasco»²⁵. Neste sentido, o padroado do Mosteiro de Paço de Sousa foi sendo transmitido pelos descendentes dos fundadores, nomeadamente para Egas Ermiges (1071-1095) e para Egas Moniz, o «Aio» (1108-1146), podendo-se afirmar que, na sua origem, este mosteiro foi uma instituição religiosa familiar²⁶. Para além do Mosteiro de Paço de Sousa, os Riba Douro viriam também a garantir o padroado de outros mosteiros nesta região como os de Alpendorada, Valpedre, Vila Boa do Bispo, Vila Boa de Quires e Tuías²⁷.

Filipa Lopes e Maria João Oliveira e Silva (2015) afirmam que a proteção de que o mosteiro beneficiou por parte dos Riba Douro fez com que a comunidade monástica adotasse a regra beneditina, na sua versão cluniacense, entre 1085 e 1087²⁸. Foi também neste período que Paço de Sousa recebeu a carta de couto²⁹, permitindo com que o mosteiro ficasse isento de pagar direitos e rendas ao bispo do Porto³⁰. A partir de finais do século XI este mosteiro assistiu ao progressivo aumento do seu poder e domínio fundiário devido ao grande número de doações recebidas e compras avultadas realizadas. Foram vários os membros dos Riba Douro que fizeram doações ao mosteiro

²⁵ Ver o esquema genealógico da descendência de Galindo Gonçalves em: MATTOSO, José (2001): p. 126.

²⁶ Em muitos casos, o que caracterizava estas instituições religiosas familiares era o facto dos monges que aqui se encontravam, alguns deles pertencerem à linhagem dos fundadores, afirmando José Mattoso (1982) que «*sempre que na comunidade havia membros da família patronal, estes tinham mais probabilidades do que os seus confrades de alcançarem a chefia do mosteiro*». In MATTOSO, José (1982): *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*. Coleção História e Ensaios. Guimarães & C.ª Editores. Lisboa, p. 157. Esta situação verificou-se de forma recorrente no Mosteiro de Paço de Sousa, servindo de exemplo os abades Egas Gomes e Mónio Ermiges, ambos pertencentes à linhagem de Trutesendo Galindes.

²⁷ ROSAS, Lúcia Maria Cardoso (2008): *Românico do Vale do Sousa*. Rota do Românico do Vale do Sousa, p. 254.

²⁸ Ideia que é confirmada por José Mattoso (2002): «*Estamos, pois, autorizados a dizer que os mosteiros de Paço de Sousa, Leça, Pendorada e Cete adoptaram a regra respetivamente antes de 1087, 1093, 1094 e 1117 ou 1122*» (p. 105).

²⁹ A primeira referência a esta carta de couto corresponde a uma doação de Paio Alvites ao mosteiro a 12 de agosto de 1123. José Mattoso (2002) indica que a carta de couto de Paço de Sousa terá sido concedida pelo conde Henrique antes da sua morte (1112), prevalecendo dúvidas se D. Teresa já teria concedido tal privilégio anteriormente com o intuito de garantir o apoio da família patronal desta instituição religiosa.

³⁰ A 11 de setembro de 1116 e graças aos seus patronos, o Mosteiro de Paço de Sousa ficou isento do pagamento do direito de parada ou jantar e de outras rendas que era obrigado a pagar a D. Hugo, Bispo do Porto à data, e aos seus sucessores. Sobre esta questão ver: MEIRELES, Frei António da Assunção (1799): *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & Index dos Documentos do Arquivo*. Publicação e Prefácio do Académico Titular Fundador Alfredo Pimenta. Lisboa, Prova N.º 38, pp. 166-167.

como Toda Ermiges³¹, Vivili Ermiges³², Egas Ermiges³³, Mendo Moniz³⁴, Egas Moniz, o «Aio»³⁵, entre outros. As sucessivas doações e compras permitiram com que, entre finais do século XI e ao longo do século XII, o Mosteiro de Paço de Sousa fosse expandindo o seu património, concentrado na região entre os rios Sousa e Tâmega.

Foram várias as figuras que marcaram a história do Mosteiro de Paço de Sousa, nomeadamente os clérigos que, ao longo dos tempos, foram dando o seu contributo para esta instituição religiosa. Estas figuras eclesiásticas eram responsáveis pelas práticas quotidianas do mosteiro e pela sua correta governação, tendo exercido assim um papel importante relativamente à administração deste templo. O abade era uma das figuras de maior destaque numa comunidade monástica, tendo como principal responsabilidade a administração dos seus bens de modo a garantir a sua sustentabilidade ao longo dos tempos. No Mosteiro de Paço de Sousa, a família patronal interferiu diretamente na nomeação dos abades que passaram por esta instituição religiosa, uma vez que era um dos seus privilégios. Estes abades acabariam por ter um papel preponderante relativamente à administração do mosteiro, assim como seriam responsáveis pelas boas ou más relações que estabeleciam com os patronos e outros

³¹ Toda Ermiges, juntamente com os seus filhos Ermígio (1043-47), Mónio (1044-81), Pedro (1044-70), Enego (1092? - 09?), Gomes (1044) e Vivili (1044-80), a 6 de julho de 1044, doa ao mosteiro bens em Galegos (Penafiel). Nesta doação, Toda Ermiges confirma ainda ser esposa de Egas Moniz «o Gasco»: «*testamus ipsa uilla pro remedio uiro meo Egas Moniz*». In LOPES, Filipa; SILVA, Maria João Oliveira e (2015): Doc.34, p. 59

³² No ano de 1083, Vivili Ermiges fez uma doação ao mosteiro de cinco casais em Parada (Paredes?), Fafiães e Galegos (Penafiel) e Pedorido (Castelo de Paiva).

³³ Doação já referida anteriormente, realizada a 30 de julho de 1088 juntamente com a sua esposa Gontinha Eriz.

³⁴ Mendo Moniz (1090-54), irmão de Egas Moniz o «Aio», realizou várias doações ao Mosteiro de Paço de Sousa, como podemos ver nas *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa* (Provas n.º18, 39 e 40). No Livro dos Testamentos, encontramos uma doação, datada de 18 de setembro de 1117, na qual Mendo Moniz, juntamente com a sua primeira mulher Goína Mendes (1116-30), doa ao mosteiro parte da sua herança em Galegos (Penafiel). Este elevado número de doações teria continuidade com a sua descendência, nomeadamente com Dórdia Mendes (1154-82), Ermígio Mendes (1142? -08), Maior Mendes (c. 162-78) e Elvira Mendes (1116).

³⁵ Egas Moniz o «Aio», num primeiro momento doa, a 13 de agosto de 1106, metade da sua herança (que incluía a vila de Esmegilde e a Igreja de Santa Eulália, Penafiel) ao Mosteiro de Paço de Sousa. Mais tarde, no ano de 1137, viria a realizar uma nova doação em memória do seu falecido filho Mendo Viegas (1130-1137). A descendência de Egas Moniz realizou poucas doações comparativamente com a de seu irmão Mendo Moniz, registando-se uma doação de Dórdia Viegas (1145). Assim, a descendência de Egas Moniz terá privilegiado beneficiar outras instituições religiosas que se localizavam a sul do Douro.

indivíduos associados à vida quotidiana desta casa monástica³⁶. Estes clérigos foram uns dos responsáveis pela progressiva expansão dos domínios e propriedades deste mosteiro ao longo dos tempos, património que foi aumentando mediante a realização de doações, trocas ou compras realizadas nos territórios periféricos ao mosteiro e que contribuíram, em grande medida, para que este espaço religioso fosse um dos que maior importância económica e social reunia na região de Penafiel³⁷.

O Mosteiro de Paço de Sousa e os clérigos que frequentaram este espaço religioso até 1100 regeram-se pela «*regula canonica*» e «*regula sancta*», referindo José João Rigaud de Sousa (1981) que, neste período (séc. XI) e no ocidente peninsular, as instituições religiosas eram governadas ou reguladas segundo a Regra de São Frutuoso (adaptada pela Reforma de São Rosendo) e normas de direito eclesiástico estabelecidas nos Concílios de Lérida e de Toledo. Em Portugal, o mais comum era a Regra ser adotada formalmente quando uma comunidade monástica era fundada, regendo-se os abades pelas ordens de conduta definidas pela Regra, sendo-lhes exigido que realizassem as práticas do quotidiano mediante os seus mandamentos. No caso específico do Mosteiro de Paço de Sousa, a regra adotada na sua fundação seria a de S. Frutuoso. Só no século XI, a partir de 1080, é que a situação religiosa em Portugal viria a sofrer alterações, uma vez que teria início a proliferação da Regra de S. Bento. No Mosteiro de Paço de Sousa, a regra beneditina terá sido adotada antes de 1087, surgindo pela primeira vez em documentação no ano de 1104. Contudo, a primeira alusão clara à adoção da Regra de São Bento surge numa doação feita pelo abade Mónio Ermiges em 1170.

Inicialmente, os abades do Mosteiro de Paço de Sousa eram perpétuos, ou seja, ficavam responsáveis por esta instituição religiosa até à sua morte. O primeiro terá sido

³⁶ LOPES, Filipa (2012): p. 95.

³⁷ As progressivas doações, trocas e vendas que os abades de Paço de Sousa foram realizando ao longo dos tempos, contribuíram para que o património deste mosteiro fosse bastante vasto. Este estendia-se, maioritariamente, pelos territórios entre o rio Sousa e o Tâmega, mas também detinha propriedades no concelho da Maia, a sul dos vales do Arda e do Paiva, na margem direita do Sousa entre o Tâmega e o Douro e nas duas margens do Douro a este do Paiva. Para além disto, o Mosteiro de Paço de Sousa era ainda detentor de algumas salinas junto ao rio Leça. In SOUSA, José João Rigaud de (1981): p. 89. Todos estes domínios, que se encontravam dispersos por um vasto conjunto de territórios, demonstram o poderio e influência que os abades de Paço de Sousa e respetivo mosteiro usufruíam neste período.

Randulfo, como já foi exposto anteriormente na análise da sua doação de 22 de fevereiro de 994. No século XV os abades perpétuos seriam substituídos pelos abades comendatários, sendo o primeiro D. Frei João Álvares (entre 1460 e 1489) e o último o Cardeal D. Henrique (numa primeira fase entre 1535-1538 e, mais tarde, entre 1560-1580). Quando o Cardeal D. Henrique deixa de ser abade comendatário, em 1580, a administração deste mosteiro seria atribuída aos abades trienais/Companhia de Jesus. Esta situação manteve-se até ao ano de 1759, data marcada pela expulsão dos jesuítas do país a mando do Marquês de Pombal³⁸.

1.2. O Mosteiro na Idade Moderna

Na Idade Moderna, o Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa passou por bastantes adversidades, quer do ponto de vista arquitetónico quer religioso. Foi neste período histórico que se realizaram grandes reformas construtivas neste mosteiro, iniciativas que partiram dos abades, defensores de um ideal reformador que tinha como principal objetivo modernizar a arquitetura do templo. Estes trabalhos construtivos, que foram desenvolvidos entre o século XVII e finais do século XVIII, tiveram um impacto negativo do ponto de vista da preservação dos vestígios arquitetónicos medievais, uma vez que, no ano de 1605, a Capela de Santa Maria do Corporal foi demolida, perdendo-se um dos testemunhos funerários mais importantes de Paço de Sousa. Para além dos novos projetos construtivos, várias fontes históricas indicam que os abades não cumpriam as normas estabelecidas pela Regra de São Bento, situação que viria a gerar descontentamento na comunidade e não só.

As sucessivas compras e doações realizadas, assim como as diversas figuras de prestígio associadas a este mosteiro, como Egas Moniz o “Aio”, demonstram a importância que este mosteiro foi adquirindo ao longo dos tempos. Contudo, estes fatores viriam a influenciar, de forma negativa, alguns dos abades que passaram por esta instituição religiosa na Idade Moderna. Este cenário registou-se um pouco por todo o território

³⁸ Em Anexo, apresento uma tabela cronológica dos prelados perpétuos e abades comendatários que passaram pelo Mosteiro de Paço de Sousa.

nacional, uma vez que os clérigos não tinham como principal preocupação a salvaguarda das necessidades das suas instituições e respetivas comunidades monásticas, contribuindo para a sua progressiva degradação. O Mosteiro de Paço de Sousa não foi exceção, verificando-se um certo relaxamento dos clérigos relativamente à conduta moral e práticas religiosas, situação que seria fortemente combatida por alguns abades que também passaram por este mosteiro como D. Frei João Álvares e o Cardeal D. Henrique.

O primeiro abade comendatário do Mosteiro de Paço de Sousa foi D. Frei João Álvares, assumindo o governo entre 1460 e 1484. Ao longo destes 24 anos, este clérigo procurou estabilizar a situação económica do mosteiro e reformar a comunidade³⁹. D. Frei João Álvares era um defensor dos ideais e normas definidas pela Regra de S. Bento⁴⁰, conhecendo-se três cartas deste abade onde é demonstrado o seu descontentamento perante a degradação moral da comunidade de Paço de Sousa em meados do século XV⁴¹. Nestas cartas, D. João Álvares refere que, quando assumiu o governo do mosteiro, não encontrou nenhuma versão portuguesa do estatuto fundamental da Ordem de São Bento, algo inaceitável num mosteiro beneditino como o de Paço de Sousa⁴². O facto de

³⁹ Bernardo Sousa, Isabel Pina, Maria Andrade e Maria Santos (2016) indicam: «...procurou ativamente reformar a comunidade, tanto do ponto de vista da administração e gestão do património do mosteiro, como no que dizia respeito à vida religiosa e à conduta moral dos monges». In SOUSA, Bernardo Vasconcelos, PINA, Isabel Castro, ANDRADE, Maria Filomena, SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva (2016): *Ordens Religiosas de Portugal. Das Origens a Trento- Guia Histórico*. 3ª Edição. Livros Horizonte. Lisboa, p. 53.

⁴⁰ D. Frei António da Assunção Meireles (1799) elogia os feitos de D. João Álvares referindo: «... este Moisés destinado pelos Ceos para ser o 1º Reformador da Ordem de S. Bento, no Reino de Portugal, foi o Comendatário D. João Álvares, varão verdadeiramente Religioso, e Apostolico, superior a os meus elogios, e ao Seculo, em que nasceu, cuja conduta se fes acreedora da veneração da posteridade (...)». (p. 40). Também Frei Leão de S. Tomás (1641-1654) elogia este clérigo indicando que: «No anno pois de 1461 entrou por Abbade Commendatario hum por nome Dom João Aluares, o qual teue tanto zelo do bom gouerno do seu Mosteyro, & de seus subditos, que fez huas Constituições muyto bem ordenadas pera o espiritual, & temporal (...)» (p. 265).

⁴¹ D. Frei António da Assunção Meireles (1799) demonstra como os clérigos de Paço de Sousa não cumpriam as normas estabelecidas pela Regra de S. Bento: «... tinha afrouxado a Disciplina Monástica desta Ordem, tão celebre, como antiga, em quazi todos os Mosteiros; estavam sepultados no esquecimento aqueles santos, e sábios regulamentados da Regra de São Bento, ...» (p. 40).

⁴² Relativamente ao facto dos clérigos de Paço de Sousa não terem nenhuma versão da Ordem, D. Frei João Álvares referiu: «nom sabia cousa nenhua da Regra». In Direção Geral dos Monumentos Históricos (1939): *A Igreja de Paço de Sousa*. Boletim da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 17. Porto, p. 13.

não se registar no Mosteiro de Paço de Sousa nenhuma versão da Ordem de São Bento e os respetivos clérigos ignorarem as normas de conduta por ela estabelecidas, levaram D. Frei João Álvares, num ato de desespero, a traduzir ele próprio o texto latino em palavras simples e de fácil compreensão. D. Frei João Álvares foi um dos abades comendatários que maior importância teve para Paço de Sousa e respetivo mosteiro, procurando reformar os costumes e práticas dos seus clérigos com o intuito de reavivar a tradição histórica que este mosteiro teve no período medieval e que vinha sendo perdida⁴³.

A D. Frei João Álvares sucedeu-lhe D. Frei João Lopes de Osório no ano de 1484, apesar de que a primeira memória deste abade é datada de 7 de novembro de 1487. Pode-se dizer que a administração do Mosteiro de Paço de Sousa por parte de D. Frei João Lopes de Osório foi totalmente o oposto daquela que foi desenvolvida pelo seu antecessor D. Frei João Álvares, uma vez que o mosteiro voltaria a cair numa crescente degradação. No governo de D. Frei João Lopes de Osório os monges voltaram a alhear-se dos ideais defendidos pela Regra da Ordem de S. Bento, algo que D. Frei João Álvares lutou incessantemente para contrariar entre 1461 e 1484, assim como se registaram alguns acontecimentos escandalosos como favorecimentos familiares. A última memória de que se tem conhecimento relativamente a este abade é datada de 19 de janeiro de 1516, onde D. Frei João Lopes de Osório ainda é identificado como abade do Mosteiro de Paço de Sousa. A 20 de julho de 1520 encontramos a primeira memória a D. Pedro da Costa, Bispo do Porto. Refere D. Frei António da Assunção Meireles (1799) que, com apenas 35 anos de idade, D. Pedro da Costa tinha o dever de conservar o que D. Frei João Álvares tinha implementando no mosteiro anteriormente. É no ano de 1535 que surgem as

⁴³ A importância que D. Frei João Álvares teve para o Mosteiro de Paço de Sousa é destacada por muitos investigadores, nomeadamente por Casimiro de Moraes Machado (1954): «*Do seu enérgico governo de inflexível e salutar morigeração dos professos, advieram apreciáveis benefícios para a vida interior da comunidade, que com a continuação de bons sucessores chegou a transformar-se durante anos, digna de suas antigas e honrosas tradições*». In MACHADO, Casimiro de Moraes (1954): “A Demanda de Paço de Sousa”. *Boletim da Associação Cultural “Amigos do Porto”*. Volume 2, Nº1, p. 24. D. Frei António da Assunção Meireles (1799) termina o capítulo relativo a D. Frei João Álvares afirmando: «... da qual se entende que D. Fr. João Álvares, cansado de fadigas, e satisfeito com ter arrotéado o caminho da perfeição, quis gosar as dosúras da vida priváda, para se preparar a huã morte preciosa nos olhos de Deos digna, e única recompensa dos seus trabalhos Abaciais» (p. 46).

últimas memórias de D. Pedro da Costa, prevalecendo a ideia de que terá sido o último ano em que esteve responsável por este espaço religioso⁴⁴.

Dos abades comendatários que passaram por este mosteiro, a seguir a D. Frei João Álvares importa destacar o Cardeal D. Henrique. Quando foi entregue ao Cardeal D. Henrique o báculo abacial de Paço de Sousa, num primeiro momento em 1536, este tinha 22 anos de idade. Ficaria neste cargo entre três a quatro anos, ou seja, até 1539-1540. O Cardeal D. Henrique acabaria por se transferir para o Mosteiro de Castro de Avelãs, junto a Bragança, enquanto D. Paulo Pereira, filho do Conde da Feira, seria transferido para o Mosteiro de Paço de Sousa. Foi realizada assim uma troca entre ambos, acabando D. Paulo Pereira por falecer no ano de 1560. Contudo, aquando desta troca, o Cardeal D. Henrique estabeleceu uma cláusula que lhe permitia reverter o que tinha sido estipulado nesta troca. Com a morte de D. Paulo Pereira, o Cardeal D. Henrique ficou novamente responsável pelo Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, cargo que desempenhou entre 1560 e 1567⁴⁵. O abade comendatário que se seguiu ao Cardeal D. Henrique foi D. Manuel dos Santos, Bispo de Targa, iniciando o governo deste mosteiro a 5 de maio de 1567, ficando nesse cargo até 17 de maio de 1569, ano da última memória de D. Manuel dos Santos como «*Sñr Bispo, Dezembargador da mesma Caza*»⁴⁶.

A história do Mosteiro de Paço de Sousa no século XVI ficou marcada, à semelhança do que se verificou em momentos anteriores, pela desordem e alheamento das regras de conduta da Ordem de São Bento por parte dos clérigos desta instituição, situação que se registou um pouco por todo o território nacional. O sistema de administração no qual os abades comendatários angariavam, para favorecimento próprio, parte das rendas da instituição, foi afastando, progressivamente, este mosteiro dos princípios defendidos

⁴⁴ MEIRELES, Frei António da Assunção (1799): pp. 46-50.

⁴⁵ Frei Leão de São Tomás (1644-1651) confirma esta troca afirmando: «*Teue a Abbadia de Paço como cousa de tres annos, & trocoua pella a de Castro de Avelãs em Trasmontes com Dom Paulo Pereyra filho do Conde da Feyra, correndo o anno de Christo de 1538, com clausula de regresso pera o mesmo Infante Dom Henrique, aqual teue effeyto, porque morrendo Dom Paulo, tornou o Infante a ser Abbade do Mosteyro de Paço*» (p. 265).

⁴⁶ MEIRELES, Frei António da Assunção (1799): pp. 54-55.

pela Regra de São Bento que dirigia a comunidade. Juntando a isto, verificava-se que o investimento no melhoramento e renovação das estruturas arquitetónicas deste espaço religioso, assim como a aquisição de novos equipamentos litúrgicos, era bastante reduzido⁴⁷.

Tendo em consideração o que verificava em território nacional, o Papa Pio V foi obrigado a intervir, procurando resolver os problemas e situações escandalosas que retiravam prestígio ao Mosteiro de Paço de Sousa e a outras instituições religiosas em território nacional, assim como à religião católica. Com o objetivo de reverter o rumo dos acontecimentos, o Papa Pio V estipulou o fim dos títulos dos abades permanentes/perpétuos, ordenando que estes fossem nomeados mediante a realização de eleições trienais.

Quando foram estabelecidas estas medidas pelo Papa, D. Sebastião era rei de Portugal, governando com o auxílio do seu tio, o Cardeal D. Henrique. Contudo, o que o Papa Pio V ordenara implementar em território nacional levantava alguns problemas, uma vez que o Mosteiro de Paço de Sousa, assim como outros, localizavam-se longe dos grandes aglomerados populacionais, ou seja, era difícil atrair clérigos, em número e qualidade, de modo a responder às eleições trienais exigidas pelo Papa Pio V⁴⁸. Constatando tal

⁴⁷ Sobre a administração do Mosteiro de Paço de Sousa a cargo dos abades comendatários, José Augusto Vieira (1887) indica: «*O mosteiro teve também por muitos annos abbades commendatarios, privilegio que não era do agrado dos monges, que viam ir para os abbades todos os rendimentos do convento, sem que elles sacrificassem um pouco aos benefícios da casa*» (p. 547). Quando José Vieira afirma «*sem que elles sacrificassem um pouco aos benefícios da casa*», está a querer dizer que estes abades angariavam, para si, parte das rendas do mosteiro, não abdicando parte dessa angariação para melhoramento e restauro do mosteiro.

⁴⁸ D. Frei António da Assunção Meireles (1799) enumera alguns dos prelados trienais que passaram pelo Mosteiro de Paço de Sousa após o que foi estipulado pelo Papa Pio V, começando por D. Frei Martinho Golias, eleito abade deste mosteiro em 1605, ano em que ordenou a demolição a Capela do Corporal. Seguiu-se D. Frei Alvaro de Hinojosa e D. Frei Anselmo Alvo da Purificação, sendo este último eleito abade do mosteiro em 1650. Em 1667 era abade trienal desta instituição religiosa D. Frei João Osório, seguindo-se a ele D. Frei Agostinho da Madre de Deus, sendo este eleito o 36º abade trienal do Mosteiro de Paço de Sousa em 1674. Seguiram-se D. Frei Leão de S.^{ta} Escolastica, eleito abade em 1716, D. Frei Tomás de S.^{to} António e D. Frei Verisimo da Ascensão, eleito 55º abade trienal deste mosteiro no ano de 1725. Em 1740, D. Frei Manuel das Neves foi eleito o 61º abade trienal desta instituição, seguindo-se a ele D. Frei Apolinário de S. Boaventura e D. Frei António de Rosário Manuel da Trindade. D. Frei Fulgêncio do Espírito Santo foi eleito 63º e 65º abade trienal deste mosteiro nos anos de 1748 e 1755, seguindo-se a ele D. Frei Sebastião de S. José no ano de 1767. Para concluir, merecem ainda ser assinalados D. Frei José de Santa Ana, eleito abade trienal no ano de 1780, e D. Frei José Caetano de S. Bento que seria eleito em 1792. In MEIRELES, Frei António da Assunção (1799): pp. 69-73.

cenário, o Cardeal D. Henrique ordenou ao Arcebispo de Braga e ao Bispo de Leiria que fizessem uma vistoria aos seus mosteiros, estabelecendo que a reforma do Papa Pio V fosse aplicada naqueles que reunissem condições com o intuito de reconduzir as práticas e a disciplina dessas mesmas instituições. Os que não reuniam condições para que a reforma fosse implementada deveriam ser regidos por outras normas de conduta ou Ordens como a de Santo Agostinho ou a da Companhia de Jesus⁴⁹.

Após a realização desta vistoria, o Arcebispo de Braga constatou que o Mosteiro de Paço de Sousa não reunia condições para ser reformado dentro da sua Ordem (Ordem Beneditina), indicando que esta instituição religiosa deveria ser regida pelos ideais e normas do Colégio do Espírito Santo da Companhia de Jesus em Évora⁵⁰. Contudo, o Arcebispo de Braga reiterou que esta transição só deveria acontecer após a morte do abade comendatário D. Manuel dos Santos. A decisão do Cardeal D. Henrique pode ser lida no «*Traslado da sentença que o snõr cardinal iffante deo aplicando certos mosteiros as Religioiãs de são dominguos e da Companhia de Jesus e de sancta Crus de Coimbra*», referindo que: «*Vistos os autos (...) e concedemos pera sempre a dita ordem da congregação dos padres da Companhia de Jesus os mosteiros seguintes – o mosteiro de carueiro E o de paco de Sousa da ordem de sambento (...)*». A 31 de agosto de 1570 faleceu D. Manuel dos Santos, último abade comendatário do Mosteiro de Paço de Sousa. Com a sua morte, o Cardeal D. Henrique resignou ao direito de reassumir a administração desta instituição religiosa e entregou o mosteiro aos jesuítas⁵¹.

Esta transição do Mosteiro de Paço de Sousa da Ordem de S. Bento para a Companhia de Jesus também esteve relacionada com o facto de, aquando do desastre de Alcácer-Quibir, o Cardeal D. Henrique pressentir que seria chamado a ocupar o cargo de rei de Portugal. O Cardeal D. Henrique acabaria por resignar aos seus direitos abaciais em favor da Companhia de Jesus⁵². Podemos considerar este acontecimento como um ponto

⁴⁹ MACHADO, Casimiro de Moraes (1954): p. 25.

⁵⁰ A Companhia de Jesus foi fundada pelo próprio Cardeal D. Henrique na cidade de Évora, no ano de 1551, sob o alto patrocínio do Piedoso.

⁵¹ MACHADO, Casimiro de Moraes (1954): pp. 25-26.

⁵² Direção Geral dos Monumentos Históricos (1939): p. 15.

fulcral na história desta instituição religiosa, uma vez que o Mosteiro de Paço de Sousa regeu-se pelas normas da Regra de São Bento desde a sua fundação até ao século XVI, período em que é integrado na nova vivência monástica caracterizada pelos princípios dos Jesuítas⁵³.

A administração dos abades comendatários, iniciada em 1394 e com término em 1571, foi substituída pelos padres da Companhia de Jesus que passaram a estar responsáveis por este mosteiro. Esta ordem religiosa governou Paço de Sousa durante bastantes anos e a sua presença foi simultânea com a dos beneditinos até 1759, ano marcado pela expulsão dos jesuítas do país a mando do Marquês de Pombal⁵⁴.

Pode-se afirmar que, com a morte de D. Manuel dos Santos, o Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa entrou num dos períodos mais atribulados da sua história⁵⁵. Quando o Cardeal D. Henrique entrega o mosteiro aos jesuítas, a comunidade monástica, descontente com esta decisão, pede auxílio a Roma e ao Papa. Mais tarde, seria alcançado um acordo com a comunidade onde ficou definido que: os monges ficavam com a mesa conventual; os jesuítas com a mesa abacial; o prior sujeitava-se às vontades e decisões do Bispo do Porto; e por morte do último monge da mesa conventual, esta reverteria para a Companhia de Jesus. No ano de 1571 ficou acordada a extinção do Mosteiro de Paço de Sousa após a morte do último clérigo. Para além disto, e no decorrer deste acordo, o Papa Gregório XIII, em 1574, encarregou D. Frei Bartolomeu dos Mártires, Arcebispo de Braga, de verificar se esta extinção favorecera o Mosteiro de

⁵³ VIEIRA, José Augusto (1887): p. 268.

⁵⁴ José Augusto Vieira (1887) relativamente à administração do Mosteiro de Paço de Sousa pela Ordem Beneditina refere: «...foi desde o principio destinado aos monges beneditinos, que ahi viveram até à data da abolição das ordens religiosas no paiz, sendo depois o convento vendido a particulares e continuando a egreja a ser a matriz da freguezia.» (pp.547).

⁵⁵ Relativamente à entrega do Mosteiro de Paço de Sousa à Companhia de Jesus e ao período atribulado que se seguiu, D. Frei António da Assunção Meireles (1799) indica: «Morto D. Manuel dos Santos, Bispo de Targa, ultimo Comendatario, o Cardeal Infante entregou o Mosteiro a os Jesuitas, porem os Monjes dele pozerão se em defeza, mandando Procuradores a Roma, para inteirar o Papa do estado do Mosteiro, e das sinistras, e fraudulentas informasoins, que lhe havião mandado» (p. 58). José João Rigaud de Sousa (1981) também refere que: «Por morte deste (Manuel dos Santos), inicia-se para Paço de Sousa o período mais atribulado da sua existência, o cardeal resolve entregar o mosteiro aos jesuitas» (p. 98).

Paço de Sousa, se o mosteiro estava em condições de ser reformado e quantos religiosos se encontravam nesta instituição à data⁵⁶.

D. Frei Bartolomeu dos Mártires, cumprindo o que lhe tinha sido solicitado pelo Papa, avisou D. Frei Plácido de Vilalobos, representante Geral da Ordem de S. Bento nos Mosteiros de Entre-Douro-e-Minho, para que depusesse como parte. Este defendeu o Mosteiro de Paço de Sousa e pediu um inquérito. D. Frei Bartolomeu dos Mártires recebeu a defesa desenvolvida por D. Frei Plácido Vilalobos a 2 de fevereiro de 1575. Pouco tempo depois, a 25 de novembro de 1575, o Papa Gregório XIII emite a bula *Alto Divinae Providentiae*, onde estabeleceu que a mesa conventual deveria ser entregue aos jesuítas e a abacial ficaria ao dispor do Rei, detendo este o privilégio de nomear comendatários. Contudo, a 17 de maio de 1578, o mesmo Papa Gregório XIII emitiu um novo documento onde anulou o que tinha sido estabelecido na bula *Alto Divinae Providentiae*, entregando a mesa abacial aos jesuítas e a conventual à comunidade beneditina, já pertencente à Congregação reformada, prevalecendo dúvidas quanto ao motivo que levou o Papa Gregório XIII a emitir este novo parecer⁵⁷.

O Papa Gregório XIII, a propósito do novo parecer de 17 de maio de 1578, encarregou o Cardeal D. Henrique de verificar se as novas medidas eram implementadas no Mosteiro de Paço de Sousa. Para a sua execução, a 1 de outubro de 1578, o Cardeal D. Henrique nomeou o Doutor João Pais que se deslocou até ao mosteiro e iniciou o processo de divisão das duas mesas a 18 de fevereiro de 1579. Com o intuito de cumprir o que tinha sido estipulado pelo Papa Gregório XIII em 1578, o Cardeal D. Henrique estabeleceu que a mesa abacial de Paço de Sousa fosse entregue ao Colégio do Espírito de Santo de Évora (Companhia de Jesus) e a conventual à Congregação de S. Bento, ficando os beneditinos responsáveis por cumprir as obrigações religiosas e espirituais do mosteiro e pelos padroados de Pedorido e de Paço de Sousa, que seriam desmembrados da mesa abacial.

⁵⁶ SOUSA, José João Rigaud de (1981): pp. 98-99.

⁵⁷ SOUSA, José João Rigaud de (1981): p. 99.

Este acordo foi publicado oficialmente a 13 de maio de 1579, permitindo que os jesuítas implementassem o seu controlo sobre a mesa abacial do mosteiro⁵⁸.

Tudo indicava que, com o acordo de 13 de maio de 1579, celebrado «*para socego de ambas as corporações a serviço de Deus*»⁵⁹, a situação religiosa no Mosteiro de Paço de Sousa serenasse. Contudo, não se verificou tal cenário, uma vez que o Cardeal-Rei D. Henrique ao entregar a mesa abacial aos jesuítas deixou muitos clérigos insatisfeitos e descontentes, reunindo esforços para reverter esta decisão. Constatando esta situação, o Papa Sisto V, a 17 de fevereiro de 1589, emitiu um comunicado onde nomeou o juiz João Gomes Feio, do Desembargo do Paço e Cónego da Sé de Braga, com o objetivo deste apaziguar os ânimos no Mosteiro de Paço de Sousa. Os beneditinos, temendo parcialidade nas decisões a tomar, recorreram, mais uma vez, a Roma e ao Papa. Esta situação de instabilidade religiosa e de conflito entre abades comendatários e jesuítas manteve-se até ao ano de 1759, data marcada pela extinção da Companhia de Jesus a mando do Marquês de Pombal, o que permitiu que os beneditinos de Paço de Sousa recuperassem os bens da mesa abacial⁶⁰.

1.3. O Mosteiro no período contemporâneo

À semelhança do que se verificou na Idade Moderna, o percurso do Mosteiro de Paço de Sousa no período contemporâneo ficou marcado por acontecimentos que não beneficiaram esta instituição religiosa. As adversidades com que o mosteiro se deparou neste período, entre 1834 e 1939, deveram-se a fatores distintos daqueles que se registaram em momentos históricos anteriores. Salientemos os principais marcos: a extinção das ordens religiosas em 1834 e a venda do mosteiro em hasta pública; os trabalhos construtivos desenvolvidos entre 1883 e 1887 por parte do Ministério das Obras Públicas; o incêndio de 1927, bastante devastador para a arquitetura e ornamentação deste espaço religioso, que impulsionou os trabalhos de restauro

⁵⁸ SOUSA, José João Rigaud de (1981): p. 99.

⁵⁹ MACHADO, Casimiro de Moraes (1954): p. 27.

⁶⁰ SOUSA, José João Rigaud de (1981): pp. 100-101.

desenvolvidos entre 1937 e 1939 pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais⁶¹.

No ano de 1834, foi executado um decreto que estabeleceu a extinção de todas as ordens religiosas em território nacional. O Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa acabaria por ser vendido em hasta pública, convertendo-se, como tantos outros mosteiros, em propriedade privada. O mosteiro acabou por ser entregue ao povo local, mas o povo não tinha recursos que permitissem assegurar a proteção e preservação de uma instituição tão prestigiosa e histórica como o Mosteiro de Paço de Sousa, nem o governo os auxiliava. Neste período, muitos liberais defendiam a inutilidade destes monumentos religiosos, incentivando a que o povo aplicasse atos de violência e vandalismo contra estes templos. No caso do Mosteiro de Paço de Sousa, registaram-se

⁶¹ Paulo João da Cunha (2005) afirma que o Mosteiro de Paço de Sousa foi um dos que mais sofreu no período das invasões francesas, nomeadamente no decorrer da segunda invasão. Esta segunda operação militar, liderada pelo Marechal Soult e que se estendeu de 3 de fevereiro de 1809 a 12 de maio do mesmo ano, tinha como objetivo a conquista da cidade do Porto, ficando vários territórios na zona Norte do país ocupados pelos franceses, nomeadamente Baltar, freguesia bastante próxima de Penafiel e do Mosteiro de Paço de Sousa. Os franceses terão visitado este mosteiro três vezes, visitas que ficaram marcadas pela violência e destruição provocada nesta instituição religiosa: «*vierão segunda ves a esta freguezia hum dia de Domingo e na ocasião que tudo estava na Igreja a Missa, acometerão o Mosteiro e Igreja, dando muito tiro e espavorindo tudo*». Durante o período de ocupação francesa, prevalecia o medo de que o mosteiro fosse saqueado, algo que acabaria por acontecer: «*comerão o que havia na Dispensa de carne de porco, vinho e azeite, arroz, etc. Do Recibo todo o trigo e segunda que quiseram para a cavalaria, que meterão nos taboleiros da horta. Levarão toda a roupa do Refeitório, barbearia, hospedaria e Sachristia (...). Nos Paramentos da Sachristia tirarão todos os galoens de oiro, os forros e com o resto cobrião os cavalos; e elles a si mesmo quando chovia (...). Na Livraria furtarão dois caixos de livros escolhidos e os melhores, truncando muitas obras; hum dos caixos foi achado depois da sua fugida, na ponte da Cepeda e foi conduzido ao Mosteiro. Nas imagens, tanto da Igreja como do Capitulo, não bullirão*». Devido a estes recorrentes ataques e saques, seriam desenvolvidos vários trabalhos construtivos neste mosteiro com o objetivo de lhe conferir o prestígio que tinha perdido neste período. Paulo Oliveira (2005) enumera as alterações que foram realizadas, apresentando aquelas que considero mais pertinentes: na Igreja de Paço de Sousa «*compôs-se de telha nova o telhado, que os francezes quebrarão, atirando-lhe com pedras e com os badalos dos sinos que lá se acharão (...)* e fizeram-se de novo trez sinos dos maiores que os mesmos francezes quebrarão»; na Sacristia, «*mandou compor os paramentos do Pontifical, que estragarão os francezes (...), comprou alem disso, vários côvados de seda bordada para composição dos mesmos e todos os forros necessários, que não deixarão os mesmos forro algum (...). Mandou fazer quatro alvas ricas, três ordinárias, seis toalhas com folhos para os altares, quatro para os pontificais (...)*»; e na casa do mosteiro «*Compozerão-se todas as portas das cellas de madeira, fechaduras e chaves e mais reparos necessarios segundo o estrago que nellas tinhão feito os francezes. Pozerão-se todos os vidros nas janellas das cellas e oficinas que eles estragarão, bem como o tempo*». Em jeito de conclusão, é referido ainda que «*ficão concertados todos os móveis uzados que poderão escapar à rapacidade dos francezes e seos sequazes*». In OLIVEIRA, Paulo João da Cunha (2005): *A Congregação Beneditina Portuguesa no Percurso para a Extinção (1800-1834)*. Palimage. Viseu, pp. 81-124.

alguns comportamentos violentos, nomeadamente quando uma imagem de S. Pedro, esculpida na frontaria da Igreja de Paço de Sousa, foi revestida com pinturas extravagantes e uma caracterização teatral⁶².

Seguem-se os trabalhos de restauro desenvolvidos pelo Ministério das Obras Públicas entre 1883 e 1887. Ao longo do século XIX e no começo de século XX, várias estruturas arquitetónicas românicas, góticas e manuelinas, que se estendiam pelo território nacional, foram alvo de intervenções de restauro, e o Mosteiro de Paço de Sousa não foi exceção. Tendo como principal objetivo proteger, preservar e promover os monumentos com maior valor histórico e patrimonial, o Ministério das Obras Públicas, ao longo de quatro anos, realizou importantes intervenções neste mosteiro. Contudo, grande parte das alterações arquitetónicas e decorativas acabariam por ser destruídas mais tarde, em 1927, quando um devastador incêndio alastrou por diversas áreas do templo. A destruição provocada por este incêndio e os trabalhos construtivos realizados, posteriormente, pela DGEMN, impossibilitaram que chegassem até aos nossos dias memórias construtivas do restauro desenvolvido entre 1883 e 1887.

A 9 de março de 1927, deflagrou um grande incêndio no Mosteiro de Paço de Sousa, destruindo adornos, alfaias, valores mobiliários e os telhados das três naves da igreja. Os telhados das naves, que tinham sido restaurados pelo abade D. Frei José Caetano de São Bento, em meados de 1792, foram totalmente destruídos⁶³, ficando a todo o corpo do templo entre a capela-mor e a fachada principal sem cobertura⁶⁴. Para além dos elementos arquitetónicos e decorativos já referidos, também foram consumidos pelas chamas dois altares com suas imagens de vulto e uma antiga tela pintada, com grande valor. Apesar de tudo, alguns elementos do templo sobreviveram a tão devastador incêndio como foi o caso da pia batismal, feita em mármore e localizada junto ao portal

⁶² Direção Geral dos Monumentos Históricos (1939): p. 17.

⁶³ Em sua substituição seria construído um novo utilizando telha de tipo românico e com armação acastanhada, seguindo assim os gostos da época.

⁶⁴ Os telhados da capela-mor foram isolados a tempo, sobrevivendo assim a tão devastador incêndio.

principal, que apesar de ter estado exposta às chamas, não sofreu qualquer tipo de dano⁶⁵.

⁶⁵ Direção Geral dos Edifícios e Monumento Históricos (1939): pp. 17 e 22.

2. A arquitetura do Mosteiro

2.1. O templo pré-românico

2.1.1. Vestígios pré-românicos

Como já foi exposto no primeiro capítulo, na Idade Média, Trutesendo Galindes e a sua esposa Anímia fundaram a igreja primitiva de Paço de Sousa no ano de 956, templo que seria ampliado mais tarde, em 1088, data da cerimónia de sagração realizada por D. Pedro, Bispo de Braga. Também no ano de 1088 foi sagrada a Capela de Santa Maria do Corporal, capela que se encontrava anexa ao transepto da igreja estendendo-se para norte. Os vestígios pré-românicos do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, que correspondem às memórias construtivas destes três templos, que chegam até aos nossos dias são bastante reduzidos.

Relativamente à igreja fundada por Trutesendo Galindes e Anímia, nenhum elemento construtivo sobreviveu ao passar do tempo e às progressivas alterações, estruturais e arquitetónicas, que este mosteiro sofreu ao longo dos séculos. Não chegaram até aos nossos dias memórias deste primeiro templo, que por certo seria de pequenas dimensões e com uma arquitetura simples, como se indica no Boletim da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1939): «*Da igreja conventual erigida por Trocosendo não existe (e crê-se que nunca existiu) qualquer memória descritiva. Devia ser de fábrica modesta, pois sabe-se que não contentou durante longo tempo os padroeiros e a comunidade*»⁶⁶.

Um século mais tarde, em 1088, o templo fundado por Trutesendo Galindes foi alvo de trabalhos de restauro e de ampliação. A cerimónia de sagração da nova igreja, um espaço de maiores dimensões e com elementos arquitetónicos e ornamentais mais monumentais, foi realizada por D. Pedro, Bispo de Braga. Atualmente, é possível observar alguns vestígios do templo sagrado em finais do século XI, destacando Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1986) que, quando entramos na Igreja de Paço de Sousa,

⁶⁶ Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1939): p. 7.

nos deparamos com frisos vegetalistas biselados de estilo pré-românico e impostas pré-românicas reaproveitadas no topo sul do transepto⁶⁷. Aqui, registam-se vários elementos com aspeto moçárabe como as molduras nas frestas dos absidiolos, assim como alguns capitéis no absidíolo do lado sul⁶⁸. Estes frisos, molduras e capitéis foram reaproveitados aquando dos trabalhos construtivos da igreja românica no ano de 1258, e inspiraram os artistas e trabalhadores responsáveis pela construção do templo românico do século XIII⁶⁹. Devido à presença destes vestígios arquitetónicos, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1986) refere: «É, pois, na Igreja de Paço de Sousa que encontramos a melhor explicação para as permanências revivalistas, com um certo sabor visigótico-moçárabe, que, no geral, o românico da bacia do Sousa e do Tâmega nos evidencia»⁷⁰.

Na parede norte da Igreja de Paço de Sousa também encontramos, com alguma abundância, memórias pré-românicas. Se analisarmos com maior atenção esta parede, constatamos que as três primeiras fiadas de pedra (as mais próximas do solo) são mais antigas comparativamente com as que se seguem em altura. Fica assim perceptível que há uma descontinuidade e contraste neste aparelho construtivo, encontrando-se as pedras mais antigas e reaproveitadas da igreja do século XI-XII, que correspondem a vestígios pré-românicos, na sua base. Apesar da Capela de Santa Maria do Corporal ter sido demolida no ano de 1605, chegaram até nós vários testemunhos deste espaço religioso, principalmente na parede norte da igreja. Nesta parede encontramos um contraforte que fazia parte da arquitetura desta capela e um friso de estilo pré-românico na área onde se estendia este templo, sendo este distinto do que se estende ao longo de toda a fachada. Para além destes elementos arquitetónicos, temos ainda uma abertura que se encontrava na zona superior por onde se tinha acesso à capela,

⁶⁷ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986): *História da Arte em Portugal: O Românico*. Publicações Alfa. Lisboa, p. 91.

⁶⁸ ROSAS, Lúcia Maria Cardoso (2008): pp. 256-257.

⁶⁹ Os arcos-diafragma presentes nas naves da Igreja de Paço de Sousa, correspondem a elementos que comprovam a influência que os vestígios arquitetónicos pré-românicos tiveram nos indivíduos que construíram o templo românico do século XIII, uma vez que estes arcos-diafragma são caraterísticos da arquitetura das igrejas pré-românicas peninsulares. In ROSAS, Lúcia (2008): p. 259

⁷⁰ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986): p. 158.

garantindo a iluminação da mesma. Esta abertura acabaria por ser tapada em 1605, aquando dos trabalhos de demolição desta capela.

Jorge Rodrigues (2014) afirma que alguns elementos arquitetónicos da Capela do Corporal de Paço de Sousa foram reaproveitados e dispersos por diferentes alas do claustro do mosteiro e pela respetiva igreja⁷¹, como alguns modilhões colocados na cornija da fachada principal⁷² e a cruz na empena da fachada ocidental⁷³. Para além dos elementos anteriormente apresentados, José Monteiro de Aguiar (1928) refere que nas paredes de diferentes áreas do mosteiro podemos observar várias pedras com siglas e inscrições, tendo estas pertencido à Capela do Corporal. Estas memórias revestem-se de grande importância, uma vez que nos permitem ter uma perspetiva de como era a arquitetura desta capela, assim como a importância e o simbolismo que esta tinha do ponto de vista religioso e funerário para Paço de Sousa.

2.1.2. A fundação da Capela do Corporal e a sagração pelo Bispo D. Pedro

Segundo as fontes históricas, Trutesendo Galindes, fundador da igreja primitiva, pretendendo assegurar o seu eterno descanso em Paço de Sousa, mandou construir, junto à respetiva igreja, um segundo templo. Este segundo templo era a Capela de Santa Maria do Corporal, erigida com o intuito de ser utilizada como igreja paroquial enquanto os trabalhos construtivos da nova igreja monástica eram concluídos, e como espaço

⁷¹ José Monteiro de Aguiar (1928) também defende que se procedeu à reutilização de elementos arquitetónicos da Capela do Corporal em diferentes áreas do Mosteiro de Paço de Sousa: «*As pedras (as que restaram da demolição da Corporal) foram aplicadas nas obras do Mosteiro, que os frades empreenderam logo a seguir à demolição, a saber: sacristia, claustros, refeitório e dormitórios*». Ainda relativamente a esta temática, o reaproveitamento de elementos arquitetónicos em novos projetos construtivos era uma prática recorrente, registando-se uma frase curiosa do período em que coexistiam beneditinos e jesuítas no Mosteiro de Paço de Sousa: «*não há casa nenhuma que preste somente o Corpo da Igreja, todo o mais são pardieiros mais para desfazer que para viver neles, etc*». In AGUIAR, José Monteiro de (1928): p. 46.

⁷² Alguns destes elementos arquitetónicos, nomeadamente os modilhões, foram interpretados por vários investigadores como representações dos trabalhos desenvolvidos pelos construtores do templo, uma vez que são representados homens a transportar pedras aparelhadas. Contudo, Jorge Rodrigues (2014) indica que estas mesmas representações podem ser interpretadas como uma referência a Egas Moniz devido à sua ligação com a Corporal de Paço de Sousa e o facto deste templo ter sido considerado como o panteão dos Riba Douro. In RODRIGUES, Jorge (2014): p. 19.

⁷³ RODRIGUES, Jorge (2014): p. 19.

funerário⁷⁴ destinado aos fundadores do mosteiro e seus descendentes «*enquanto o mundo fôsse mundo*»⁷⁵. A Capela de Santa Maria do Corporal foi sagrada por D. Pedro, Bispo de Braga, a 29 de setembro de 1088, no mesmo momento em que se realizou a cerimónia de sagração da nova Igreja de Paço de Sousa⁷⁶.

Ao longo dos séculos XII e XIII foram sepultados nesta capela várias figuras nobres, conferindo prestígio ao Mosteiro de Paço de Sousa e à sua comunidade monástica. Esta capela conheceu, ao longo dos tempos, diversas designações: Igreja de Santa Maria do Corporal; Igreja de Santa Maria de Paço de Sousa; Corporal de Paço de Sousa; Capela do Corporal; Capela dos Fregueses; e Igreja Mística, nome relacionado com o termo misto, uma vez que esta capela se encontrava anexa à Igreja de Paço de Sousa e tinham uma administração conjunta⁷⁷. A Capela do Corporal dispunha-se de forma contígua à atual igreja românica, na banda norte, comunicando com o transepto e corpo da igreja. Frei Leão de São Tomás (1644-1651) destaca a importância que esta capela tinha como espaço funerário: «*auia no Mosteyro outra como Igreja, que corria do lado do Cruseiro pera a parte do norte, & edifycio muyto bem feito de pedra de Cantaria, a que chamauão Corporal. Ali tinhão os freguezes seu Altar, ali lhe dizião Missa, & ali lhe fazião sua estação*»⁷⁸.

⁷⁴ Algumas fontes históricas indicam que a Capela do Corporal foi construída para os corpos, ou seja, para acolher os corpos dos defuntos e servir como cemitério, uma vez que, no período em que foi sagrada, os enterramentos no interior das igrejas monásticas não eram permitidos. Relativamente a esta temática, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (2001) refere que, em muitas igrejas, era prática recorrente registar-se, sobre a sua frontaria, uma espécie de átrio fechado ou uma construção autónoma adjacente à igreja, ao modo de capela independente, desempenhando funções funerárias. Estes espaços eram utilizados como cemitérios, tornando-se prática recorrente e assumindo um carácter sagrado, visto que as pessoas eram enterradas num local próximo à igreja, espaço religioso por excelência. Registou-se esta prática no Mosteiro de Paço de Sousa, costume que foi substituindo, progressivamente, o ritual de enterrar os mortos no interior das igrejas. In ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (2001): *História da Arte em Portugal. O Românico*. Editorial Presença. Lisboa, p. 11.

⁷⁵ Direção Geral dos Edifícios e Monumento Históricos (1939): p. 7.

⁷⁶ Mário Barroca (2000) afirma que a Capela de Santa Maria do Corporal foi erguida nos finais do século XI, ou seja, no momento em que o templo monástico de Paço de Sousa era aquele cuja sagração foi realizada pelo Bispo D. Pedro a 29 de setembro de 1088.

⁷⁷ AGUIAR, José Monteiro de (1928): p. 45.

⁷⁸ SÃO TOMÁS, Frei Leão de (1644-1651): pp. 273-274. Sobre a Capela de Santa Maria do Corporal, João de Barros indicava no século XVI: «*E jazem tambem aly em muimentos nobres outros fidalgos daquelle tempo*». In BARROS, João de (2019): p. 157.

A Capela de Santa Maria do Corporal não foi utilizada apenas como espaço funerário, mas também como espaço paroquial onde era realizado o culto religioso. A documentação relativa ao Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, apesar de escassa, confirma estes dados, destacando que a Capela do Corporal foi a verdadeira igreja paroquial desta freguesia até meados do século XVI. Foi nesta capela que se celebraram, ao longo de cinco séculos, todas as práticas do serviço paroquial, ficando a igreja conventual reservada a cerimónias de maior importância e com uma grande afluência do povo (cerimónias monásticas, festas religiosas ou missas de domingo). Durante bastante tempo, os clérigos deste mosteiro, também conhecidos por “*Capelões de Paço de Sousa*”, e regidos ainda pelas normas da Ordem de São Bento, celebraram nesta capela as missas diárias, da Quaresma e do Advento. Para além disto, importa acrescentar que foi atribuído à Capela do Corporal de Paço de Sousa um orago distinto do orago do mosteiro, o que demonstra que este templo foi utilizado como igreja paroquial⁷⁹.

Para além de aqui se ter realizado o culto religioso, esta capela também foi o principal panteão dos Riba Douro⁸⁰, apesar de alguns membros desta prestigiosa família terem escolhido outros templos para serem sepultados⁸¹. Na Capela dos Fregueses foram

⁷⁹ AGUIAR, José Monteiro de (1928): p. 45.

⁸⁰ Carlos Alberto Ferreira de Almeida (2001) afirmando «*Agora, sistematicamente protegidos pelos condes ou reis, quase todos intimamente ligados por fundação, transformação ou padroado a linhagens poderosas da região que neles têm os seus panteões*», confirma a importância destes templos, onde para além de ser celebrado o culto religioso, também eram sepultados vários nobres e figuras de grande importância para as respetivas instituições religiosas. In ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (2001): p. 11.

⁸¹ Vários membros da família dos Riba Douro escolheram outros espaços religiosos para serem sepultados. D. Mónio Viegas «o Gasco», e os seus filhos D. Egas Moniz e D. Gomes Moniz foram sepultados na Igreja de Santa Maria de Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses), registando-se, nos nossos dias, num arcosólio, uma caixa sepulcral ostentando velhos caracteres anunciando que ali descansam o senhor Mónio Viegas e seus dois filhos. No claustro beneditino do Mosteiro de Vila Boa do Bispo encontra-se uma epígrafe relativa ao primeiro representante da linhagem dos Gascos que, traduzida, indica: «*Na era de mil e sessenta (A D. 1022) morreu o senhor Mónio Viegas da geração chamada a dos Gascos o qual descanse em paz com seus filhos Egas Moniz e Gomes Moniz. Amen*». In MATOS, Armando de (1945): *Algumas Inscrições Medievais do Douro-Litoral*. Junta de Província do Douro-Litoral. Comissão de Etnografia e História (Estudos, Notas e Comentários). Livraria Fernando Machado. Porto, pp. 35-36. Já D. Garcia Moniz, outro filho de Mónio Viegas, foi sepultado no Mosteiro de São Salvador de Travanca (Amarante), espaço religioso fundado pelo próprio para aí ser tumulado. In BARROCA, Mário Jorge (2000): *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Volume I. Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Lisboa; p. 77.

tumulados vários nobres como Egas Moniz, “aio” de D. Afonso Henriques e figura de grande importância para Paço de Sousa, sepultado nesta capela desde 1146, ano da sua morte, até à sua demolição no ano de 1605. D. Frei António da Assunção Meireles, na sua obra “Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa”, redigida em 1799, faz uma referência à Capela dos Fregueses: *«Falta-lhe hoje hua parte principal, qual era a Igreja de Santa Maria do Corporal, aonde se enterravão os cadáveres; comunicava esta com a Igreja principal pela parte do Norte, e nela jazerão os osos d’Egas Moniz, seus filhos, e ascendentes, até ao ano de 1605, ou pouco mais, época em que a ignorância, sempre atrevida, demolio aquele edifício, que quando menos devia conservar-se em atenção a veneranda antiguidade»*⁸².

O facto da Capela do Corporal ter sido considerada como o panteão da família dos Riba Douro e de no seu interior se encontrarem catorze túmulos, são evidências que demonstram a importância e simbolismo que esta capela teve até ao século XVII. Apesar de pouco se saber relativamente às suas características arquitetónicas, esta teria dimensões bastante generosas, uma vez que albergava catorze túmulos e, em ocasiões específicas, o culto religioso era realizado no seu interior. Jorge Rodrigues (2014) destaca a importância destes catorze túmulos, indicando que *«muitos senão todos tinham apreciável merecimento histórico e talvez artístico, pois não eram simples campas rasas, segundo o testemunho de um códice encontrado no arquivo da comunidade»*⁸³. Os túmulos que se encontravam no interior da Capela do Corporal eram bastante prestigiantes e deveriam ser, em certa medida, monumentais, o que vai ao encontro da ideia de que correspondia a um templo de dimensões generosas.

Egas Moniz o “Aio” exerceu o seu direito patronal no Mosteiro de Paço de Sousa, sendo sepultado na Capela dos Fregueses em 1146, ano da sua morte, juntamente com um dos seus filhos, Mendo Viegas (1130-1137)⁸⁴. Estes dois prestigiantes membros da família

⁸² BARROCA, Mário Jorge (2000): Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422), Volume I. Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Lisboa; p. 295.

⁸³ RODRIGUES, Jorge (2014): Panteões, Estruturas Funerárias e Espaços Religiosos Associados da Rota do Românico. Centro de Estudos do Românico e do Território. Lousada, p. 17.

⁸⁴ Mendo Viegas terá vivido os seus últimos tempos fora de Paço de Sousa, referindo José Mattoso (2001) que Egas Moniz fez uma importante doação ao mosteiro quando foi sepultar o seu filho no ano de 1137.

dos Riba Douro ficariam aqui sepultados até 1605 em campas rasas sobre as quais seriam erguidos, mais tarde, os cenotáfios que ainda se preservam no interior da Igreja de Paço de Sousa. Para além de Egas Moniz e de Mendo Viegas, também Mendo Moniz (1090-54), um dos irmãos do “aio” de D. Afonso Henriques, foi sepultado na Capela do Corporal⁸⁵. D. Frei António da Assunção Meireles (1799) apresenta um esquema de como se encontravam organizadas estas sepulturas: a de Egas Moniz era a que se encontrava num plano central; a da esquerda era a do seu irmão Mendo Moniz; e a do lado direito a do seu filho Mendo Viegas⁸⁶.

Tendo em consideração a documentação relativa ao Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa e os vestígios epigráficos que aqui se registam, para além das figures referidas anteriormente, também estariam sepultados na Capela do Corporal de Paço de Sousa: D. Vivili Trutesendes (1015), filha de Trutesendo Galindes e Anímia; D. Toda Ermiges (1044-71), filha de Vivili Trutesendes e de Ermígio Aboazar; e D. Chamoia Gomes⁸⁷. Os nomes destas três senhoras encontram-se gravados em três lápides modernas no claustro do mosteiro, correspondendo estas, possivelmente, a memórias criadas após a demolição da Capela do Corporal⁸⁸.

No Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa regista-se uma doação, datada de 1137, indicando que Egas Moniz doou a esta instituição oito casais localizados em Vila Nova, Outeiro e Arrabalde (Marco de Canaveses). In LOPES, Filipa; SILVA, Maria João Oliveira e (2015): Doc.156, p. 291.

⁸⁵ A sepultura rasa de Mendo Moniz que se encontrava contígua à de Egas Moniz da parte do Norte e que não tinha cenotáfio, foi aberta, a 10 de agosto de 1756, por D. Frei António da Soledade. D. Frei António da Assunção Meireles (1799) descreve o ato de abertura referindo que a sepultura era «coberta com uma capa de cal argamassada, com a grossura de um palmo, e nela achou hum esqueleto que sobre o braço esquerdo tinha outro d'um menino, ou menina, e cavando mais apareceu um terceiro com alguns ferros de espada comidos da ferrugem, e uma moeda de cobre: é natural que esta ossadura fosse a de seu irmão Mendo Moniz, de alguma das suas mulheres (Goia Mendes) e de algum filho» (p. 103). A doação feita por Mendo Moniz e por sua esposa Goia Mendes vai de encontro com o que foi referido: «Nos quidem Domino Deo Celi nostro Redemptori roboramus ut sepulture nostre dum mortui fuerimus in Monasterio nostro Palatioli simul humatisimus». In MEIRELES, Frei António da Assunção (1799): p. 103.

⁸⁶ MEIRELES, Frei António da Assunção (1799): p. 104.

⁸⁷ Persistem dúvidas relativamente a D. Chamoia de Gomes, referindo José Monteiro de Aguiar (1928) que «No Corporal, deante do sepulcro de D. Toda Pais, ardía uma alâmpada, para sustentar a qual, em 1264, aplicou sua neta, D. Chamoia de Gomes (...)» (p. 50).

⁸⁸ José Monteiro de Aguiar (1928) considerou estas três lápides como comemorativas, uma vez que, tendo em consideração a data da morte de Vivili Trutesendes, Toda Hermiges e D. Chamoia de Gomes, estas terão sido sepultadas na Capela do Corporal. Outro aspeto que sustenta esta ideia é o facto do tipo de letra presente nestas lápides não ser o mesmo que era utilizado entre os séculos XI e XII. Estas três lápides terão sido desenvolvidas pelos abades deste mosteiro com o intuito de perpetuar a memória destas três

D. Toda Pais e o seu marido D. Rodrigo Velasco foram outras figuras de prestígio sepultadas em Paço de Sousa, referindo António de Almeida (1831) que, à semelhança do que aconteceu com Egas Moniz, D. Toda Pais e seu marido D. Rodrigo, tiveram direito a sepulturas com epitáfios na Capela de Santa Maria do Corporal⁸⁹. O mesmo aconteceu com D. Gonçalo Anes Correia, que doou ao Mosteiro de Paço de Sousa três casais e uma «seara de vinha na quinta da Sardoura» com o intuito de se fazerem missas quotidianas em sua homenagem e assim perpetuar a sua memória⁹⁰.

Segue-se D. Maior Martins do Vinhal que, no seu testamento redigido a 23 de julho de 1314, demonstrou vontade de ser sepultada junto de seu marido D. Gonçalo Anes Correa, num túmulo semelhante ao deste⁹¹. D. João Anes, conhecido como Doutor e Vassalo d'El-Rei, no seu testamento de 9 de agosto de 1338, determinou que fosse enterrado na Igreja de Santa Estevão d'Alfama, em Lisboa, e que, mais tarde, os seus restos mortais fossem trasladados para o Mosteiro de Paço de Sousa «tanto que fossem comidas suas carnes, a par de seu Pai»⁹². Por fim, os restos mortais de D. Leonor Esteves⁹³ também se encontravam na Capela de Santa Maria do Corporal, referindo D. Frei António da Assunção Meireles (1799) que «descansam também neste Mosteiro os ósos de Leonor Esteves, das Medas, Dona, na sepultura de seu filho Rui Brandão, junto ao túmulo de seu marido»⁹⁴.

benfeitoras cujos nomes eram lembrados pelos clérigos nas orações diárias que estes realizavam: «pelas almas das quais reza todos os dias o convento, ao sahir do Côro, da Hora de Prima, um Miserere, etc, em sinal de gratidão, pelas rendas e pitaças que lhe deixaram» In AGUIAR, José Monteiro de (1928): pp. 43 e 51.

⁸⁹ ALMEIDA, António de (1831): “Memória Polémica. Acerca da Verdade da Jornada de Egas Moniz”. *Memórias da Real Academia das Ciências*. Tomo XI, Parte I, p. 144.

⁹⁰ D. Gonçalo Anes Correa acabaria por falecer antes de junho de 1342, sendo sepultado em Paço de Sousa posteriormente. In MEIRELES, Frei António da Assunção (1942): pp. 104-105.

⁹¹ D. Maior Martins do Vinhal estipulou, no seu testamento, «um aniversário por alma de ambos (da própria e de D. Gonçalo Anes Correa), e doou ao Mosteiro 18 coirelas de terra no Casal d'Alvarigos para lhe dizerem (por D. Gonçalo), uma missa quotidiana, e sustentarem acesa ante o sobredito altar (da SS.^{ma}. Trindade), uma alampada de dia e de noite». In AGUIAR, José Monteiro de (1928): p. 51.

⁹² MEIRELES, Frei António da Assunção (1942): p. 105.

⁹³ D. Leonor Esteves era filha de Estêvão Martins e neta de Martins Sanches.

⁹⁴ MEIRELES, Frei António da Assunção (1799): p. 105.

2.2. A reforma românica

2.2.1. O românico do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa

O estudo da arquitetura que os monumentos apresentam revela ser de grande importância, uma vez que as técnicas e formas de construir de diferentes períodos históricos representam costumes, ideais e crenças das comunidades do passado. A análise da arquitetura de um edifício corresponde a uma tarefa bastante desafiante, sendo essencial entrar nos espaços, nos sítios, e compreender a sua dimensão, a sua funcionalidade e o seu simbolismo, com o principal objetivo de entendermos o porquê de, em muitos casos, se ter despendido tanto tempo, meios e esforço para se proceder à construção de um determinado monumento. A arquitetura e os elementos ornamentais que o Mosteiro de Paço de Sousa ostenta destacam, ainda mais, o seu valor histórico, fazendo deste mosteiro um símbolo da arquitetura românica na região do Vale do Sousa. Contudo, a análise da arquitetura de uma igreja românica como a de Paço de Sousa corresponde a tarefa exigente, uma vez que, ao longo dos tempos, esta igreja, foi submetida a diferentes intervenções, de modo a promover a sua modernização e preservação⁹⁵.

A localização privilegiada do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa favoreceu e intensificou, ao longo dos tempos, as relações com a cidade do Porto, aspeto evidenciado no estilo românico que o mosteiro ostenta. A construção da igreja românica de Paço de Sousa terá tido início em meados do primeiro quartel do século XIII, ficando concluída no ano de 1258. A igreja que conseguimos observar nos nossos dias é o resultado de uma construção bastante lenta devido a dois fatores: aquando da construção do novo templo ainda existia um anterior, mais primitivo, do século XII, permitindo que a celebração do culto religioso tivesse continuidade enquanto os

⁹⁵ Sobre as sucessivas alterações arquitetónicas que as igrejas românicas em território nacional sofreram em diferentes momentos históricos, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1986) indica: «*As igrejas são edifícios intimamente ligados ao pulsar de comunidades vivas, durante várias centenas de anos e, por isso, o seu interior sofreu mutilações multiplicadas na sequência da evolução das mentalidades religiosas, de diferentes litúrgicas, de novas exigências e mudanças de gostos*». In ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986): p. 47.

trabalhos construtivos da nova igreja estavam em desenvolvimento; e porque, no século XIII, registou-se uma quebra financeira que afetou todos os mosteiros beneditinos e agostinhos a nível nacional⁹⁶. O facto de se ter utilizado o templo primitivo para a celebração do culto religioso enquanto a nova igreja estava a ser construída teve uma grande influência no arrastar das obras e na alteração do projeto inicial, resultando este em fases construtivas distintas.

A construção da igreja românica desenvolveu-se a partir da igreja primitiva sagrada no século XII, podendo-se dividir o programa construtivo do novo templo em quatro fases: a primeira com a construção da capela-mor, destacando-se, na cabeceira, os absidiólos de planta semicircular, cobertos por abóbadas de berço quebrado, já que estes nos apresentam elementos românicos bastante desenvolvidos; a segunda fase consistiu na construção das naves; na terceira fase procedeu-se à delimitação do corpo do templo, com destaque para o tramo ocidental, largo e alto, e no portal axial⁹⁷ cujos capitéis e cachorros evidenciam influência e inspiração coimbrã e da Sé portugalense, assim como o portal sul que, quando comparado com o portal ocidental, este aparenta ser menos arcaico; a quarta e última fase de construção pode ser visível na cobertura do transepto, das naves, e na torre sobre o cruzeiro que faz lembrar a arquitetura gótica devido ao seu estilo tardio⁹⁸.

No que toca à arquitetura e à ornamentação, o Mosteiro de Paço de Sousa apresenta vários elementos e particularidades que permitem destacar este monumento no contexto da arquitetura românica do Vale do Sousa e a nível nacional. Os temas e técnicas empregues são de grande pormenor e qualidade, destacando-se o tipo de

⁹⁶ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1986): p. 90.

⁹⁷ Maria Alexandra da Silva Lage Dixo de Sousa (2013) indica que este portal é decorado com arquivoltas, acrescentando que: «os motivos decorativos no portal de esferas em alto-relevo são idênticos aos que se registam em Boelhe, Cête, Ermida de Nossa Senhora do Vale, Meinedo e Vicente de Sousa» (p. 109). Esta afirmação revela ser bastante pertinente no sentido que evidencia as semelhanças arquitetónicas e ornamentais que estes templos românicos do Vale do Sousa apresentam entre si.

⁹⁸ A torre corresponde a um elemento arquitetónico que foi, progressivamente, integrado nas igrejas românicas e góticas, servindo de exemplo a Igreja de Paço de Sousa. A torre era utilizada para alçar os sinos que tinham como finalidade transmitir sinais aos povoados que fossem afetos à respetiva paróquia. In SILVA, Jorge Henrique Pais da; CALADO, Margarida (2005): Dicionário de Termos de Arte e Arquitetura. Editorial Presença. Lisboa, p. 359-360.

escultura que vigora neste mosteiro, sendo esta típica da Bacia do Sousa e do Baixo Tâmega. A escultura presente neste espaço religioso caracteriza-se pelas colunas prismáticas existentes nos portais, nas bases bulbiformes, assim como pelos frisos que se estendem tanto no interior como no exterior da igreja. Alguns destes frisos foram estabelecidos aquando dos trabalhos realizados em 1258, enquanto outros foram reaproveitados do templo sagrado em 1088, de nítido recorte pré-românico que inspiraram os artistas e trabalhadores responsáveis pela construção da nova igreja no século XIII⁹⁹.

O corpo da Igreja de Paço de Sousa caracteriza-se pelas suas três naves¹⁰⁰, a central mais elevada e ligeiramente mais larga relativamente às duas naves laterais. O interior do templo apresenta três tramos definidos pelas naves e estas são divididas por robustos pilares. Estes pilares apresentam colunelos adossados onde se apoiam arcos formeiros e arcadas diafragmas, transversais, que estruturam o espaço e têm como finalidade apoiar as vigas do telhado¹⁰¹. No interior desta igreja é visível um falso transepto inscrito na planta. Este transepto, espaço destinado ao coro, separado do local onde os fiéis assistiam ao culto religioso, contribui para que a planta desta igreja apresente uma morfologia cruciforme. A sua cabeceira (o extremo do templo onde se situa o santuário e respetivo altar) é composta por três capelas que comunicam entre si: as laterais, de secção semicircular à maneira românica; e a central, de planta retangular e maior, que resulta dos trabalhos construtivos na Idade Moderna, realizados com o intuito de aumentar as suas dimensões¹⁰².

Os capitéis que se encontram no interior do templo são, na sua grande maioria, vegetalistas, destacando-se um deles devido à representação de duas aves em luta, disputando entre si a mesma presa (uma raposa). Esta representação associa-se a

⁹⁹ ROSAS, Lúcia Maria Cardoso (2008): p. 255.

¹⁰⁰ Em Portugal não encontramos igrejas românicas com mais de três naves. No caso da Igreja de Paço de Sousa, as naves são delimitadas por pilares, mas temos exemplos onde estas são divididas por muros ou filas de colunas, estendendo-se estes desde a entrada principal dos templos até à zona da cabeceira. In SILVA, Jorge Henrique Pais da; CALADO, Margarida (2005): p. 163.

¹⁰¹ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (2001): p. 79.

¹⁰² ROSAS, Lúcia Maria Cardoso (2008): p. 256.

muitas outras relacionadas com lutas de animais, algo bastante frequente na arquitetura românica, especialmente nas regiões influenciadas pelos costumes e práticas da cidade de Braga e do Douro Litoral. Ainda relativamente ao interior da Igreja de Paço de Sousa, registam-se, dispersas pelas paredes do templo, quatro cruzes de sagração (parede sul, absidiolo norte, duas na parede norte¹⁰³), prática bastante comum na Idade Média e uma etapa fundamental no ritual de sagração de um templo religioso¹⁰⁴.

A iluminação é um ponto essencial nos monumentos religiosos românicos. Na Igreja de Paço de Sousa adotaram-se diferentes estratégias de modo a garantir a iluminação deste espaço religioso, uma vez que esta é essencial para as necessidades deste templo e para a realização do culto religioso. Jorge Rodrigues (2014) indica que, sobre o cruzeiro, encontra-se uma torre apenas aberta por um óculo a nascente, indo contra o que costuma ser mais comum em estruturas desta tipologia, tendo como objetivo iluminar a zona do altar. Contudo, a torre-lanterna de Paço de Sousa nunca chegou a cumprir a função de iluminação, recorrendo-se a outras estratégias para garantir a iluminação do templo como a rosácea que se encontra na fachada principal, as frestas retangulares das naves laterais, os lumaréis nos absidiolos e as aberturas no transepto¹⁰⁵.

¹⁰³ Uma das cruzes de sagração da parede norte do templo encontra-se parcialmente tapada por uma escultura de S. Pedro que, durante bastante, estava exposta na fachada principal do templo, no lado esquerdo do portal ocidental.

¹⁰⁴ José de Azevedo Ferreira (1980) descreve as etapas que caracterizavam o ritual de sagração de um novo templo religioso, destacando que este ritual só era dado como concluído após a colocação de doze cruzes de sagração nas paredes que delimitavam esse mesmo templo. Estas cruzes deveriam ser colocadas em locais altos de modo a impedir que os fiéis as conseguissem alcançar, devendo-se colocar três a oriente, três a ocidente, três a sul e outras três em áreas à escolha: «*a primeyra que am de ffazer doze cruces aderredor da eygreia enas pedras de detro tã altas que as nã possa nehuu atãger cõ as mãos de deue fazer três a ouriente e ill a ouçidente e as três contra meridiano e as três a parte*». In FERREIRA, José de Azevedo (1980): *Afonso X, o Sábio – Primeyra Partida*. INIC, Braga, p. 396. Nos nossos dias, cada vez é mais difícil de identificar as doze cruzes de sagração que eram obrigatórias na Idade Média, registando-se, na maioria dos casos, apenas três ou quatro cruzes ao longo das paredes de pedra que delimitam estes espaços religiosos.

¹⁰⁵ Jorge Rodrigues (2014) indica que a rosácea da fachada principal da Igreja de Paço de Sousa evidencia a progressiva influência que o estilo arquitetónico gótico tinha na construção e restauro de diferentes tipos de monumentos, destacando a semelhança desta rosácea com as que se registam noutros templos como o de Roriz (Santo Tirso) e Pombeiro (Felgueiras).

Os capitéis do portal axial e sul apresentam uma escultura caracterizada pelos seus motivos geométricos e vegetistas, como a representação de vides, acantos, entrelaçados, palmetas e a aparição de uma figura masculina entre a folhagem do capitel central do lado esquerdo. Estes motivos decorativos que o portal axial e sul ostentam são bastante estilizados e também se estendem para os ábacos e bases. Já o portal oeste, que se encontra na fachada principal deste templo, destaca-se pela sua monumentalidade transmitida pelo seu rasgo na fachada na qual se insere, apresentando uma decoração de esferoides e motivos fitomórficos, assim como um friso que Jorge Rodrigues (2014) caracteriza como «*único no românico português*»¹⁰⁶, com losangos duplos enlaçados e relevados, em fita, encanastrado¹⁰⁷.

Na fachada ocidental desta igreja, enquadrada por dois contrafortes laterais e por uma cornija assente em modilhões, encontra-se o portal principal, sobre o qual se regista uma grandiosa rosácea, fundamental para iluminação deste espaço religioso. O tímpano da entrada apresenta dois atlantes segurando um sol e uma lua que, de acordo com a interpretação de Jorge Rodrigues (2014), simbolizam o poder universal do Criador e uma alusão ao princípio e fim dos tempos, ou seja, Criação e Juízo Final. Este tímpano é sustentado por duas consolas que são decoradas com a representação de um touro, à esquerda, e de uma figura masculina, à direita¹⁰⁸.

Entre a representação do touro e a figura masculina, encontra-se o tímpano, espaço onde em tempos se encontrava uma inscrição, referindo o ano de 956, alusiva à fundação e sagração do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa. Infelizmente, esta acabou por ser removida no século XX, no decurso dos trabalhos de restauro da DGEMN. Os colonelos do portal ocidental também merecem ser destacados, apresentando dois tipos de morfologias: cilíndrica e prismática (octogonal). Esta alternância cativa o olhar e a atenção de quem se depara com a fachada deste espaço religioso. Para além das

¹⁰⁶ RODRIGUES, Jorge (2014): p. 16.

¹⁰⁷ RODRIGUES, Jorge (2014): p. 16.

¹⁰⁸ Pedro Vitorino (1927) relativamente à representação do touro e da figura masculina indica: «(...) a cabeça de homem e do bezerro, dos modilhões, são os tributos de dois dos evangelistas, S. Marcos e S. Lucas». In VITORINO, Pedro (1927): "A Igreja de Paço de Sousa". *Ilustração Moderna*, 2º Ano, Nº12. Edições Marques Abreu. Porto, p. 282.

representações anteriormente indicadas, temos ainda mais duas, também na fachada ocidental deste templo, cujo significado e simbolismo levantam dúvidas. Falamos de uma máscara humana na pedra de fecho dos rosetões que ornamentam exteriormente a moldura da rosácea e, acima desta, a representação de um pelicano. Tanto a representação da figura masculina a sair por um óculo, como a máscara humana na pedra levantam várias dúvidas, mas o mesmo não se pode dizer da representação do pelicano. Jorge Rodrigues (2014) refere que as representações de pelicanos são frequentes na iconografia românica, simbolizando Cristo e a possibilidade de todos os homens poderem alcançar a Ressurreição¹⁰⁹.

No claustro, espaço de grande importância onde eram realizadas as principais atividades diárias do mosteiro¹¹⁰, é possível observar, nos alçados subsistentes, uma organização em dois registos principais, correndo no registo inferior uma galeria constituída por arcos de volta perfeita, seis por ala, sustentados por colunas toscanas. Já no registo superior, verifica-se uma sequência ritmada de três janelas de sacada em cada lado¹¹¹. Importa ainda referir que no centro do claustro encontra-se uma fonte construída em granito ornamentada com motivos decorativos vegetalistas.

Analisando todos os elementos arquitetónicos e decorativos presentes na Igreja de Paço de Sousa, compreendemos a complexidade e o pormenor dos mesmos. Jorge Rodrigues (2014) interpreta a arquitetura e respetivo programa iconográfico desta igreja como um tributo à figura de Egas Moniz. Os acontecimentos ligados à história de Egas Moniz seriam glorificados por João Soares Coelho, seu descendente, coincidindo com o período em que as obras de construção da nova Igreja de Paço de Sousa estavam a ser concluídas (século XIII). Devido a este enaltecimento da figura de Egas Moniz, há a possibilidade de muitos motivos decorativos deste espaço religioso terem sido concebidos com o intuito

¹⁰⁹ RODRIGUES, Jorge (2014): pp. 16-21.

¹¹⁰ O estado atual do claustro do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa é resultado da intervenção realizada pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, intervenção esta que levou à demolição da ala norte. In SANTOS, Diana (2008): p. 269.

¹¹¹ SANTOS, Diana (2008): p. 269.

destes serem dedicados ao “aio” de D. Afonso Henriques e para eternizar a sua memória num templo como a Igreja de Paço de Sousa¹¹².

O programa iconográfico e decorativo da fachada principal da Igreja de Paço de Sousa parece confirmar a ligação artística e as influências entre a Galiza e o norte de Portugal, principalmente as influências que os estaleiros de Tui (Galiza), Santiago de Compostela (Corunha), assim como a catedral e outras construções da província de Ourense tiveram nos projetos construtivos românicos em território nacional, principalmente os projetos que ficariam concluídos entre os séculos XII e XIII e que, posteriormente, teriam influência nos projetos portugueses, nomeadamente em Paço de Sousa¹¹³.

Passando para o cruzeiro, mais precisamente na empena sul, chegou até aos nossos dias uma cruz na qual se encontra inserida a representação de um anjo, o que vai de encontro com a ideia anteriormente defendida relativamente à Ressurreição de todos os homens, uma vez que o anjo corresponde a uma figura fortemente relacionada com este conceito. Contudo, nas restantes empenas não chegam até nós as cruzes originais, tendo elas desaparecido ao longo dos tempos ou sido substituídas devido ao seu mau

¹¹² RODRIGUES, Jorge (2014): p. 21.

¹¹³ Sobre as influências da Galiza na arte românica portuguesa, Manuel Luís Real e Maria José Perez Homem de Almeida (1990) indicam que «*a arte românica portuguesa sugere um quadro complexo de influências, nomeadamente a partir da Galiza, que continua em parte por esclarecer (...). Todavia, os contactos no campo artístico foram bem mais extensos e até mais precoces do que normalmente se supõe. Ao ponto de, já antes de meados do século XII, se poderem detetar claros exemplos de inspiração galega*». A penetração artística de origem galega na região duriense teve início em meados do século XII, ou até um pouco antes, e um dos exemplos mais significativos desta mesma expansão artística encontra-se na Igreja de Paço de Sousa. Trata-se de um capitel avulso que, nos nossos dias, repousa no claustro do mosteiro e que terá pertencido a uma coluna de dois “andares”. Neste capitel verifica-se a representação de dois leões presos por uma coleira, com as respetivas cabeças voltadas para trás e as quatro patas assentes na zona inferior deste capitel. Para além do capitel anteriormente referido, registam-se ainda alguns motivos decorativos galaico-minhotos como as cabeças de boi das mochetas do portal principal do templo e o capitel com a representação de uma figura humana. A expansão artística de origem galega na região duriense estendeu-se até meados do século XIII, mas Manuel Luís Real e Maria José Perez Homem de Almeida (1990) fazem a seguinte ressalva: «*Por terras do Douro Litoral (e mesmo do Douro interior), voltamos a encontrar motivos de inspiração galega, em pleno século XIII, mas começa já a ser difícil distinguir entre o que é sobrevivência estilizada dos modelos da primeira corrente e o que resultará de um novo fluxo de desenhos compostelanos, seja por via direta, seja através de Coimbra*». In REAL, Manuel Luís; ALMEIDA, Maria José Perez Homem de Almeida (1990): “Influências da Galiza na Arte Românica Portuguesa”, In *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Volume IV. Centro de História da Universidade do Porto, Porto, pp. 1483-1491.

estado de conservação como aconteceu com a cruz da empena da fachada principal, acabando esta por ser substituída por uma cruz barroca¹¹⁴.

2.3. As reformas modernas

2.3.1. A demolição da Capela do Corporal de Paço de Sousa

A Capela de Santa Maria do Corporal, sagrada no ano de 1088 pelo bispo D. Pedro com o intuito dos fundadores do Mosteiro de Paço de Sousa e seus descendentes aqui realizarem o seu eterno descanso, foi demolida na Idade Moderna. Esta decisão foi tomada pelo abade D. Frei Martinho Golias, procedendo à demolição desta emblemática capela volvidos seis séculos e meio desde a cerimónia de sagração. D. Frei Martinho Golias, constatando que a Capela dos Fregueses necessitava de urgentes trabalhos de manutenção e restauro, e não querendo despendar fundos para tal, ordenou a sua demolição, defendendo que esta medida era a mais vantajosa para o mosteiro. A demolição desta capela não foi bem aceite pela comunidade afeta a esta paróquia, que se apressou a demonstrar o seu descontentamento para com esta decisão.

A demolição da Capela do Corporal de Paço de Sousa em 1605 a mando do abade D. Frei Martinho Golias foi bastante prejudicial para o Mosteiro de Paço de Sousa do ponto de vista histórico e arquitetónico. Para além de se ter perdido um importante testemunho religioso e funerário, com a demolição desta capela teriam início os infortúnios dos catorze túmulos que se encontravam no seu interior, nomeadamente o de Egas Moniz. São várias as figuras que condenam a demolição desta capela funerária como José João Rigaud de Sousa (1981): *«foi um dos mais graves atropelos que o património artístico do mosteiro sofreu e que virá a ser agravado depois»*¹¹⁵. No ano de 1605, os monumentos fúnebres que se encontravam no seu interior foram desvalorizados e até mesmo desrespeitados. José Monteiro de Aguiar (1928) indica que estes catorze túmulos ficaram *«sem resguardo, expostos à inclemência do tempo e ao tradicional vandalismo*

¹¹⁴ RODRIGUES, Jorge (2014): p. 22.

¹¹⁵ SOUSA, José João Rigaud de (1981): p. 101.

*popular, menos o cenotáfio de Egas Moniz, e o de seu filho Mendo Viegas»*¹¹⁶. Os catorze túmulos que se encontravam no interior deste templo foram transladados de forma pouco cuidada¹¹⁷ para o interior da igreja e colocados em espaços sem o destaque adequado às figuras aos quais estes túmulos pertenciam¹¹⁸.

Apesar da sua importância histórica e simbólica, são poucas as informações relativas aos túmulos de Trutesendo Galindes e sua esposa Anímia, de D. Vivili Trutesendes, D. Toda Hermiges, D. Chamoá Gomes, D. Toda Paes e seu marido D. Rodrigo Velasco, D. Gonçalo Anes Correa, D. Maior Martins do Vinhal, João Anes e D. Leonor Esteves. Todos estes encontravam-se na Capela de Santa Maria do Corporal entre os séculos XII e XVII, juntamente com os de Egas Moniz, Mendo Moniz e Mendo Viegas, completando assim os catorze túmulos aos quais as fontes históricas fazem referência. Contudo, aquando da demolição da Capela do Corporal no ano de 1605, estes túmulos caíram no esquecimento à exceção dos três últimos. Tendo em consideração os diversos túmulos que se encontravam em Paço de Sousa em momentos históricos anteriores, é de admirar o reduzido número de testemunhos funerários que chegam até aos nossos dias. Podemos apresentar como justificação o desconhecimento relativo a estas estruturas e a sua consequente desvalorização, fazendo com que o passar do tempo e a ignorância sejam os principais inimigos no que toca à preservação destes testemunhos de tão grande importância¹¹⁹.

¹¹⁶ AGUIAR, José Monteiro de (1928): p. 42.

¹¹⁷ Armando de Matos (1945) destaca o pouco cuidado que se teve com estes túmulos, principalmente com o de Egas Moniz: «*Da lastimosa história do seu túmulo, desde que um dia saiu da capela do Corporal até à absurda reconstituição levada a efeito em nossos dias, monumento que devia ser venerado de joelhos por todos os Portugueses (...)*» (p. 44).

¹¹⁸ Aquando da demolição da Capela do Corporal, os abades demonstraram uma total despreocupação com os túmulos que aqui se encontravam. Para além da transladação pouco cuidada em 1605, a degradação destes testemunhos funerários foi agravada com outras duas grandes alterações que tiveram lugar no mosteiro (trabalhos de restauro na capela-mor), referindo José Monteiro de Aguiar (1928): «*Não menos lamentável, sem dúvida, foi a demolição total da venerável e histórica igreja de Santa Maria do Corporal, onde estiveram levantados os referidos monumentos e não terem os frades reconstruído "sicut jacebant" no Corporal esses túmulos, após o seu primeiro desmantelamento, em local apropriado, onde não fosse mais preciso tocar-lhes, evitando assim as lamentáveis mutilações de que as pedras foram vítimas com as três sucessivas mudanças*» (p. 89).

¹¹⁹ José Monteiro de Aguiar (1928) destaca que, na Idade Média, era costume os nobres ornamentarem e guarnecerem os seus túmulos e de seus familiares com o intuito destes se destacarem dos restantes e demonstrarem o seu poderio. Este historiador refere ainda: «*fica o espírito dolorosamente surpreendido*

Relativamente ao cenotáfio de Egas Moniz e ao túmulo de seu filho Mendo Viegas, estes foram transferidos para o interior da Igreja de Paço de Sousa, mais precisamente para a capela-mor, decisão tomada pelo abade D. Frei Martinho Golias. Este abade mandou estabelecer um caixão de madeira onde seria colocado o corpo de Egas Moniz, sendo o caixão colocado, posteriormente, no primitivo sarcófago de pedra esculpida¹²⁰. Para além de Egas Moniz, também foram transferidos para a capela-mor da Igreja de Paço de Sousa os restos mortais de seu filho, Mendo Viegas, referindo José Monteiro de Aguiar (1928) que este «*morreu moço; todavia já manejava armas na idade em que morreu, pois achou ferros delas e esporas o D. Abade Frei Martinho Golias, quando o trasladou em 1605*»¹²¹. Ainda sobre a deslocação das memórias funerárias destes dois membros da família dos Riba Douro em 1605, Mário Barroca (1987) indica que os restos mortais de Egas Moniz foram depositados num «*caixão dentro do tumulo da parte do Evangelho*», já os de Mendo Viegas «*da parte da Epistola em hum saco de pano, por não poder ser em caixão*»¹²².

2.3.2. A demolição da capela-mor medieval e construção da capela-mor moderna

No contexto das reformas construtivas que tiveram lugar no Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa na Idade Moderna, para além da demolição da Capela do Corporal, também a capela-mor da igreja foi submetida a trabalhos construtivos com o intuito de a modernizar. Entre 1741 e 1784 foram desenvolvidos vários trabalhos nesta área do templo, procedendo-se à alteração da capela-mor medieval. A capela-mor que conseguimos observar nos nossos dias é o resultado dos trabalhos construtivos que se desenvolveram no período moderno, mais precisamente entre 1780 e 1784.

em presença da pobreza de monumentos fúnebres que se observa em Paço de Sousa». In AGUIAR, José Monteiro de (1928): p. 44.

¹²⁰ Direção Geral dos Monumentos Históricos (1939): p. 8.

¹²¹ AGUIAR, José Monteiro de (1928): p. 42.

¹²² BARROCA, Mário Jorge (1987): *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*. Dissertação para Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, p. 434.

No ano de 1740, D. Frei Manuel das Neves foi eleito abade do Mosteiro de Paço de Sousa, tomando, no decorrer do seu governo, algumas decisões de ímpeto construtivo e arquitetónico. Em 1741, D. Frei Manuel das Neves desejando fazer algumas alterações na capela-mor, nomeadamente construir um espaço, com bancos, destinado ao coro de modo a que os clérigos realizassem os devidos cânticos no decorrer do culto religioso, e não tencionando despendar grandes fundos, ordenou o rebaixamento do nível de pavimento da capela-mor. Esta decisão não foi consensual, tendo como principais consequências a demolição do antigo altar-mor e a remoção da pedra onde se encontravam as relíquias desde o ano de 1088, data da cerimónia de sagração deste templo realizada pelo bispo D. Pedro¹²³. Estes trabalhos construtivos, à semelhança daqueles que levaram à demolição da Capela do Corporal em 1605, tiveram um impacto bastante negativo na arquitetura da Igreja de Paço de Sousa, assim como para o túmulo de Egas Moniz, uma vez que este foi novamente desmontado e os respetivos painéis transferidos da capela-mor para as naves da igreja. A falta de cuidado foi tal que, após os trabalhos desenvolvidos na capela-mor em 1741, correu-se o risco de se ter perdido esta memória funerária de tão grande importância para Paço de Sousa e para a história nacional¹²⁴.

Terá sido a partir de 1741 e com o rebaixamento do nível do pavimento da capela-mor, que começaram a surgir dúvidas relativamente à organização original do cenotáfio de Egas Moniz, uma vez que este seria desmontado e remontado várias vezes devido aos sucessivos trabalhos construtivos realizados na Igreja de Paço de Sousa. Mário Barroca

¹²³ Após a sua remoção da capela-mor, esta pedra, que sustentou as relíquias durante vários séculos, seria colocada no portão da quinta de Franco, um local desprestigiante para um testemunho desta importância e que assinalou a sagração do templo em 1088 por D. Pedro, Bispo de Braga. De salientar que na doação de Ermígio Mendes, datada de 1190, este faz uma alusão a este altar e respetivas relíquias: «*Offero huic sancto et uenerabili altaris Sancti Saluatoris de Palacioli cum aliis reliquiis que ibidem sunt recondite (...)*». In LOPES, Filipa; SILVA, Maria João Oliveira e (2015): Doc.147, p. 275.

¹²⁴ Graças ao descontentamento que a comunidade fez sentir, foi possível preservar o túmulo do “aio” de D. Afonso Henriques, mas foram aplicados vários danos e quase todos graves. Este descontentamento fica bastante visível nas palavras do Pe. António da Soledade: «*demolição os dous monumentos (túmulo de Egas Moniz e de seu filho Mendo Viegas), de cujo estrago ficou a Comunidade sentidíssima*». In BARROCA, Mário Jorge, 1987: p. 434. Também a DGEMN (1939) destaca o descontentamento da comunidade: «*a arca tumular de Egas Moniz foi outra vez desconjuntada e de tal modo maltratada que correu risco de completa perda. Acudiu-lhe a comunidade, que se insurgiu contra o desacato, representada por alguns dos mais qualificados monges*» (p. 11).

(1987) indica que, aquando da transferência do monumento funerário de Egas Moniz da Capela do Corporal para o interior da capela-mor, este mantinha a sua organização original, acabando esta por se perder apenas quando se rebaixou o pavimento da capela-mor. De destacar que, D. Frei António da Assunção Meireles (1799) quando faz referência à reconstrução da capela-mor da Igreja de Paço de Sousa, diz sempre que D. Frei Manuel das Neves procedeu à demolição dos túmulos¹²⁵, referindo-se no plural, o que poderá justificar a inexistência de memórias dos monumentos funerários que se encontravam na Capela do Corporal¹²⁶.

Relativamente aos trabalhos de renovação realizados na capela-mor e aos responsáveis por esta obra, a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1939) descreve o seguinte cenário: «*Os vândalos ao serviço do reformador, quando à brutal azáfama da demolição sucedeu um longo e inhábil trabalho de recomposição, não hesitaram em cortar e picar muitas das preciosas pedras, agrupando-as depois de tal sorte que poucas ou nenhuma foram colocadas no lugar devido. Algumas até ficaram invertidas, sem que ninguém cuidasse de emendar o erro. E como se verificasse, durante os trabalhos, que as dimensões do mausoléu excediam em larga medida as do espaço disponível no novo recinto, logo a multidão geral fôra ordenada, como único meio de remover a dificuldade*»¹²⁷. Fica assim explícita a fraca qualidade dos trabalhos construtivos da renovação da capela-mor em 1741. Para tentar reverter esta situação desastrosa, a comunidade, munida da picareta e de cinzel, trabalhou sem descanso, mas mesmo assim não foi possível utilizar todas as pedras da capela-mor medieval¹²⁸.

Entre 1780-1784, quarenta anos depois das alterações implementadas por D. Frei Manuel das Neves, um novo abade, desta vez D. Frei Manuel de S. Tomás, devido aos

¹²⁵ D. Frei António da Assunção Meireles (1799) descreve o governo de D. Frei Manuel das Neves da seguinte maneira: «*entre outras obras que fes no Mosteiro desfêz os túmulos d' Egas Moniz, e seus Filhos, e demolio o Altar mór antigo, e tirou a pedra, em que estavam depositadas as reliquias da sagrasão, feita pelo Bispo de Braga D. Pedro, anterior ao nosso S. Geraldo*» (p. 72).

¹²⁶ SOUSA, José João Rigaud de (1981): p. 103.

¹²⁷ Direção Geral dos Monumentos Históricos (1939): p. 12.

¹²⁸ D. Frei Manuel das Neves e o seu sucessor, com aprovação geral, tencionavam ordenar que algumas pedras de sobra fossem utilizadas no estreito tanque para a recolha de água da fonte do convento, também conhecida por fonte «*Agamus*». In Direção Geral dos Monumentos Históricos (1939): p. 12.

trabalhos de má qualidade realizados em 1741, viu-se na obrigação de reconstruir a capela-mor, reconstrução essa que consistiu numa grande ampliação. José Monteiro de Aguiar (1928) relativamente à reconstrução da capela-mor da Igreja de Paço de Sousa indica: «*Contudo, a capela mór antiga (a que tinha sido renovada, em 1741, por D. Frei Manuel das Neves) se lançou por terra para fazer outra maior, o que perverteu inteiramente a proporção de edifício*»¹²⁹. Com a reconstrução da capela-mor, o túmulo de Egas Moniz foi, mais uma vez, desmontado e transferido para a nave esquerda do corpo da igreja¹³⁰, local onde se manteve até ao século XX, momento em que o túmulo voltaria a mudar de localização devido aos trabalhos de restauro desenvolvidos pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Concluídos os trabalhos construtivos na capela-mor, D. Frei José de Santo António Vilaça foi requisitado com o intuito deste conceber o programa decorativo do novo espaço. Em 1758, os altares e figuras que caracterizavam o interior do templo eram bastante diferentes do que se registam atualmente.

Apresentadas as principais reformas construtivas que tiveram lugar no Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa na Idade Moderna, prevalece a ideia de que este espaço religioso foi, ao longo dos tempos, sacrificado e submetido a vários projetos construtivos com o ideal reformador. Estes projetos foram idealizados pelos vários abades que foram governando este mosteiro durante mais de oito séculos, nem todos beneficiando este mosteiro do ponto de vista arquitetónico e ornamental. Diana Santos (2008) refere que o gosto decorativo do período moderno era bastante diferente daquele que marcou e caracterizou a Idade Média¹³¹, chegando até aos nossos dias algumas memórias das

¹²⁹ AGUIAR, José Monteiro de (1928): p. 48.

¹³⁰ Relativamente à remoção deste túmulo, a DGEMN (1939) indica: «*Por ocasião de se demolir a capela-mor, no ano de 1784, e se edificar a nova, se mudou o túmulo com os ossos de Egas Moniz Coelho, e seus filhos, para o lado esquerdo do corpo da Igreja, onde estão num caixão de chumbo, e para o lado direito, defronte do dito túmulo, se mudou a pedra ou pedras que representavam a jornada que fez o dito Egas Moniz a Castela*» (p. 12).

¹³¹ Como se pode verificar nas figuras 3, 5, 7, 13, 14, 15 e 33 do Boletim nº17 da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Históricos, muitos dos elementos do período moderno não chegaram até aos nossos dias, como é o caso das componentes arquitetónicas e estilísticas barrocas que desapareceram com o passar do tempo.

reformas construtivas que tiveram lugar neste mosteiro nos séculos XVI, XVII e XVIII¹³². Contudo, a grande maioria foi destruída no incêndio de 1927 ou adulterada, no período contemporâneo, no decorrer dos trabalhos de restauro desenvolvidos pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

2.3.3. Outros projetos construtivos modernos

A demolição da Capela do Corporal em 1605 e os trabalhos construtivos realizados na capela-mor em 1741 e entre 1780-1784, foram os principais projetos que marcaram o Mosteiro de Paço de Sousa do ponto de vista arquitetónico na Idade Moderna. Contudo, também foram desenvolvidos outros projetos construtivos, mais modestos quando comparados com os referidos anteriormente, que merecem ser assinalados e caracterizaram a história desta instituição religiosa neste período.

Em 1674, foi eleito abade deste mosteiro D. Frei Agostinho da Madre de Deus, momento em que vigorava nesta instituição o sistema de eleição trienal dos abades instituído pelo Papa Pio V. No seu triénio, D. Frei Agostinho da Madre de Deus concluiu os trabalhos construtivos do novo dormitório do mosteiro, trabalhos que tiveram início aquando da reforma da Ordem de S. Bento.

Com a morte de D. Frei Manuel do Espírito Santo a 28 de fevereiro de 1762¹³³, o Mosteiro de Paço de Sousa entrou num período marcado por sucessivos projetos construtivos com o objetivo de modernizar a arquitetura do templo. Em 1767, era abade trienal de Paço de Sousa D. Frei Sebastião de S. José, responsável pela construção de

¹³² Relativamente aos vestígios das reformas construtivas a que a Igreja de Paço de Sousa foi submetida, Diana Santos (2008) indica que a fachada lateral norte do templo, ao nível da cabeceira, consegue-se observar o emolduramento recortado dos vãos do registo inferior da capela-mor, correspondendo estes aos trabalhos que aí foram realizados em 1780 quando D. Frei Manuel de São Tomás estipulou ser necessário realizar uma intervenção na capela-mor com o intuito de a ampliar e melhorar a sua iluminação. Nas janelas retangulares, registam-se acrescentos de outros vãos, de menor dimensão e desenhando pequenos arcos ogivais, com o intuito de integrar elementos modernos numa estrutura onde predominam elementos arquitetónicos e decorativos medievais. In SANTOS, Diana (2008): p. 269.

¹³³ D. Frei António da Assunção Meireles (1799) destaca o governo do mosteiro por D. Frei Manuel do Espírito Santo: «ágil, e vivo em tratar das demandas, com que nos atormentou aquela Sociedade, fazendo valer a justiça do Mosteiro» (p. 73).

uma grande livraria. D. Frei Sebastião de S. José foi reeleito em 1773, tendo sempre a preocupação de renovar este mosteiro. A D. Frei Sebastião de S. José seguiu-se D. Frei José de Santa Ana que foi eleito abade do Mosteiro de Paço de Sousa no ano de 1780. Este abade também teve um papel importante relativamente a alterações arquitetónicas que foram implementadas no mosteiro, como por exemplo a construção da cerca do mosteiro, a reconstrução da capela-mor e construção do muro da quinta de Franco¹³⁴.

Por fim, D. Frei José Caetano de S. Bento foi abade deste mosteiro na transição do período moderno para o contemporâneo, mais precisamente em 1792. Este abade foi o responsável pelos trabalhos realizados no teto da Igreja de Paço de Sousa, sendo este forrado com madeira em forma de abóbada e pintado com alvaiade (pigmento branco). Estes trabalhos foram de grande qualidade e tiveram um impacto bastante positivo na apresentação do interior desta igreja como nos indica D. Frei António da Assunção Meireles (1799): «*cuja obra tornou mais belo o Edifício, que tantos séculos esteve despido e com um rústico guarda pó*»¹³⁵.

2.3.4. O templo moderno

Como já foi exposto anteriormente, a Igreja de Paço de Sousa no percurso da Idade Moderna foi submetida a diversos trabalhos construtivos com o principal objetivo de adaptar a arquitetura deste espaço religioso e os elementos decorativos medievais às novas correntes estilísticas e gostos que vigoravam neste período. Consultando as fontes históricas, conseguimos ter uma perspetiva de como era o templo moderno, ressaltando que grande parte dos elementos arquitetónicos e decorativos que caracterizavam este espaço religioso nos séculos XVI, XVII e XVIII foram destruídos ou adulterados nas reformas contemporâneas. Contudo, os poucos vestígios que chegam até aos nossos dias permitem compreender os gostos e estilos que vigoravam naqueles tempos e a influência que estes tiveram na arquitetura da Igreja de Paço de Sousa. Nos

¹³⁴ SOUSA, José João Rigaud de (1981): p. 102.

¹³⁵ MEIRELES, Frei António da Assunção (1799): p. 73.

capítulos relativos às reformas construtivas modernas já foram apresentadas algumas memórias do templo moderno que podem ser observadas nos nossos dias, mas registam-se outras que merecem ser assinaladas.

Começando pela fachada principal da igreja, esta apresentava elementos decorativos barrocos e medievais, criando um contraste decorativo único, uma vez que se registava uma conjugação de ornamentos de diferentes períodos históricos. A frontaria da igreja era organizada em três panos correspondentes às três naves que se estendem no interior do templo. O pano central, o que ostentava um maior número de elementos barrocos, era o mais elevado quando comparado com o das naves laterais. A fachada ocidental do templo ficava ainda caracterizada pelos seus dois registos verticais: o do portal românico, no registo inferior; e o da rosácea, no registo superior. Os limites laterais dos dois registos desta fachada eram definidos por pilastras, elementos arquitetónicos que não resistiram aos restauros contemporâneos. As pilastras¹³⁶ do registo superior da fachada principal eram encimadas por capitéis compósitos, e entre estes dois capitéis, num plano central, encontrava-se uma empena triangular. Esta empena circular era caracterizada pelos seus segmentos de frontão triangular e rematada lateralmente por urnas, elementos decorativos característicos do século XVIII e que caracterizaram a Igreja de Paço de Sousa no período moderno¹³⁷.

À direita da fachada ocidental do templo e anexa à nave sul erguia-se a torre sineira, uma estrutura emblemática e caracterizada pela sua planta quadrangular com um remate piramidal. Junto à torre sineira localizava-se a área da comunidade, espaço residencial do mosteiro. Esta área da comunidade estendia-se de norte para sul, referindo Pedro Vitorino (1927) que a área norte do convento ocultava grande parte do lado direito da fachada principal do templo, ou seja, a testeira da nave sul da igreja¹³⁸. Diana Santos (2008) destaca que, ao longo das paredes laterais desta área residencial,

¹³⁶ Pedro Vitorino (1927) sobre estas pilastras que se encontravam nos dois registos da fachada principal do templo moderno e que eram visíveis antes dos trabalhos de restauro da DGEMN indica: «Descaracterizam bastante o frontispício os dois corpos com pilastras e pináculos, apenas nos princípios do século XVII e o frontão da época de D. João V». In VITORINO, Pedro (1927): pp. 282-283.

¹³⁷ SANTOS, Diana (2008): p. 270.

¹³⁸ VITORINO, Pedro (1927): p. 283.

desenvolviam-se vãos de janela de verga reta, resultantes das delimitações dos quartos individuais dos monges desta instituição religiosa. Outro elemento que se encontrava na fachada ocidental do templo, à esquerda do portal e anexa à pilastra, era uma escultura românica de S. Pedro protegida por um baldaquino. Contudo, esta escultura românica acabaria por ser transferida para o interior da igreja (nave norte), uma vez que no período contemporâneo esta foi vítima de atos de vandalismo.

Na parede norte da Igreja de Paço de Sousa, no registo inferior, encontravam-se três largas janelas, e, no registo superior, três frestas, sendo as duas da esquerda mais largas relativamente à que se localizava mais à direita. De salientar que as três largas janelas e as duas frestas mais à esquerda nesta parede foram restauradas no século XX. No absidiolo que se encontra nesta fachada norte, à direita da fresta que chegou até aos nossos dias, encontrava-se uma pequena janela, acabando esta por ser removida nos trabalhos desenvolvidos pela DGEMN. Num plano superior deste absidiolo e na parede este do transepto, registava-se mais uma fresta que também acabaria por sofrer alterações no século XX. Apesar destes elementos terem sido demolidos ou restaurados, correspondem a memórias da Igreja de Paço de Sousa na Idade Moderna.

Relativamente ao interior do templo, este era bastante diferente daquele que podemos observar atualmente, uma vez que os componentes artísticos estavam dispostos de forma a adaptarem-se à liturgia tridentina, obrigando a estrutura medieval a adaptar-se à corrente estilística moderna. Na Idade Moderna, a capela-mor encontrava-se mais isolada relativamente aos absidiolos, não havendo comunicação entre estes espaços e dando uma perspetiva de maior profundidade aos fiéis que frequentavam este espaço religioso. Para além disto, verificava-se uma elevação do nível do pavimento da capela-mor em cerca de um terço da área total ocupada pelas naves da igreja. Esta elevação era garantida graças à utilização de um estrado de madeira que cobria as bases dos dois pilares mais próximos da capela-mor, tendo como objetivo dividir o espaço da comunidade religiosa onde se realizava o culto religioso, do espaço destinado aos fiéis. Tendo em consideração a disposição da capela-mor na Idade Moderna, podemos

afirmar que o espaço destinado aos fiéis era mais pequeno quando comparado com o que se encontra disponível nos nossos dias¹³⁹.

Analisando a capela-mor mais detalhadamente, esta foi alvo de vários projetos construtivos na Idade Moderna, projetos desenvolvidos pelos abades deste mosteiro que pretendiam adaptar a sua arquitetura medievalista aos novos gostos e necessidades do período moderno. Diana Santos (2008) refere que na capela-mor encontrava-se o retábulo-mor acolhendo, ao centro, a imagem do padroeiro, ladeada, à direita, pela imagem de São Bento e, à esquerda, pela de Santa Escolástica. Esta área da capela-mor era embelezada com doze esculturas dos doze Apóstolos, encontrando-se seis em cada lado do retábulo-mor. Passando o arco triunfal da Igreja de Paço de Sousa e no lado da Epístola, ficava o altar do Santíssimo Sacramento dos Fregueses acompanhado por uma imagem de Santa Ana, ladeada por Nossa Senhora da Conceição, à direita, e por São João Batista, à esquerda. O altar lateral dedicado a Nossa Senhora do Rosário com as imagens de São Sebastião e de Santo Amaro localizava-se no espaço do transepto, seguindo-se a este o altar dedicado a Nossa Senhora das Almas, sendo esta imagem acompanhada por esculturas alusivas a Santo Tirso e a Santa Luzia. Por fim, e no lado oposto a este último altar, no lado do Evangelho, localizava-se o altar colateral de Nossa Senhora do Pé da Cruz e o altar dedicado à Nossa Senhora do Pilar¹⁴⁰.

¹³⁹ SANTOS, Diana (2008): p. 271.

¹⁴⁰ SANTOS, Diana (2008): p. 272. As “Memórias Paroquiais de 1758” descrevem ao pormenor os altares da Igreja de Paço de Sousa na Idade Moderna: «*Tem a igreja seis altares, a saber a capella mor, que tem no meio por baixo da tribuna, a imagem do Salvador do Mundo, a mão Direita della a imagem de São Bento, a esquerda, Santa Escolastica. E pelos lados da tribuna acima os doze apostolos, seis de cada parte e no meio da banqueta o Santissimo Sacramento da comunidade. Ao lado Direito da capela maior fica o altar do Santissimo Sacramento dos freguezes, tem no meio do retabolo a Senhora Santa Anna, ao seu lado Direito a Senhora da Conceição e ao Esquerdo São João Bautista. No mesmo lado Direito da capela maior, no cruzeiro da igreja, fica o altar de Senhora do Rozario e ao seo lado Direito, do mesmo altar, São Sebastião e no Esquerdo Santo Amaro. Pelo mesmo lado Direito, mais abaixo, está o altar de Nossa Senhora das Almas e ao seo lado Direito, do mesmo altar, Santo Thirso protector da confraria das Almas e ao Esquerdo, Santa Luzia. No lado Esquerdo da capela maior fica o altar de Nossa Senhora do pé da Cruz e por baixo hum feretro dentro de hua vidraça o Senhor Morto. Abaixo pello mesmo lado Esquerdo da capela maior fica o altar de Nossa Senhora do Pilar*». In CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério (2009): *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758*. S.e., Braga, p. 553.

Ainda sobre a capela-mor, esta apresenta, nos seus alçados laterais, quatro vãos com dimensões médias, elementos arquitetónicos adicionados aquando da reforma de 1780. Diana Santos (2008) acrescenta ainda que as ogivas dos arcos torais e os vãos rasgados que se encontram ao nível da cobertura correspondem a elementos revivalistas implementados na arquitetura da capela-mor na reforma desenvolvida por D. Frei Manuel de S. Tomás. Estas ogivas dos arcos torais e vãos rasgados correspondem a elementos arquitetónicos modernos, apesar de, muitas vezes, lhes ser associada uma cronologia medieval. Tendo em consideração os vestígios arquitetónicos medievais e modernos que se registam na capela-mor, pode-se afirmar que nos trabalhos de restauro e de ampliação desenvolvidos entre 1780 e 1784 procurou-se conciliar e conjugar elementos arquitetónicos e ornamentais de épocas distintas, contribuindo para o embelezamento desta capela¹⁴¹.

Relativamente à iluminação, um elemento fundamental nos espaços religiosos, a rosácea correspondia a um elemento arquitetónico de extrema importância, garantindo a iluminação de toda a igreja.

Grande parte das estruturas retabulares e imaginária não chegaram até aos nossos dias, podendo este facto ser justificado pelas alterações que o gosto artístico foi sofrendo ao longo do tempo, pelos infortúnios que afetaram este espaço religioso como o incêndio de 1927, ou por possíveis furtos que tenham ocorrido¹⁴². De acrescentar que no ano de 1792, a cobertura da Igreja de Paço de Sousa foi restaurada por D. Frei José Caetano de São Bento, sendo o teto forrado com madeira pintada com alvaiade.

2.4. As reformas contemporâneas

2.4.1. O restauro do século XIX

Ao longo do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, grande parte dos templos religiosos românicos, góticos e manuelinos nacionais foram submetidos a

¹⁴¹ SANTOS, Diana (2008): p. 273.

¹⁴² SANTOS, Diana (2008): p. 272.

trabalhos de restauro. Estas intervenções foram realizadas pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, entidade criada em 1852 e que incorporava na sua organização uma secção responsável pela preservação de monumentos com valor histórico. Corria o ano de 1864 quando foi formada a Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses, uma organização que promovia a preservação e proteção do património nacional. As ideias defendidas por estas duas organizações, juntando à preocupação que se começou a acentuar, a nível nacional, relativamente à proteção de monumentos com valor histórico, promoveram e incentivaram as sucessivas intervenções que se desenvolveram a partir de 1864, projetos que tinham como principal objetivo «*repor o aspeto antigo dos edifícios*»¹⁴³. Muitos monumentos medievais foram, ao longo do século XIX e XX, restaurados, trabalhos estes que permitiram restituir a importância que estes monumentos tiveram em momentos históricos anteriores, e que vinha sendo perdida com o passar do tempo e com projetos construtivos de fraca qualidade que não beneficiaram as respetivas instituições.

O Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa sempre reuniu muita importância e prestígio, uma vez que era nesta instituição religiosa que se encontrava a memória funerária de Egas Moniz, “aio” de D. Afonso Henriques. Para além disto, este mosteiro foi considerado monumento nacional em 1910. No século XIX, entre 1883 e 1887, o Ministério das Obras Públicas realizou importantes intervenções de restauro no Mosteiro de Paço de Sousa, onde foram gastos, no total, cerca de 4:203\$295 reis. Estes trabalhos construtivos foram desenvolvidos com o principal objetivo de restaurar e preservar um monumento com grande valor histórico como o Mosteiro de Paço de Sousa. Para além do desgaste natural, diversas áreas do templo foram mutiladas, ocultadas ou transformadas nas sucessivas reformas construtivas a que o mosteiro foi submetido na Idade Média e Moderna, promovendo ainda mais a necessidade da intervenção do Ministério das Obras Públicas.

Esta nova reforma construtiva teve início em finais de novembro do ano de 1883, referindo Lúcia Rosas (1995) que em 1885 decorriam no mosteiro vários trabalhos:

¹⁴³ SANTOS, Diana (2008): p. 276.

“construção e reconstrução dos telhados de todo o templo, compreendendo guarda-pó, canos e beirais, e limpeza; regularização e tomada de juntas em paramentos lisos e ornamentados no exterior do edifício em cerca de 3000,0 m²; construção de tetos de castanho na capela-mor em todos os vãos das três naves, exceto nos dois vãos da nave direita e esquerda por cima do coro; construção de janelas em arco de volta perfeita e de frestas nas três naves; construção de soalhos e de andaimes; demolição de diferentes obras; remoção de madeiras; pintura de todos os tetos, janelas, frestas e grades de ferro; limpeza de paramentos lisos e ornamentados; regularização de superfícies e juntas tomadas em todo o interior do templo exceto no interior da torre e em cerca de 9,0 m² na colunas junto do coro”¹⁴⁴.

Para além dos trabalhos construtivos anteriormente referidos, em 1885 também estavam projetadas as seguintes alterações: *“limpeza e regularização de paramentos lisos no interior da torre e de 4,0 m² e de paramento ornamentado nos capitéis da colunas junto ao coro; consertos em betão ou em granito nas cantarias deterioradas; reforma de fustes de colunas; construção de bases ornamentadas para as mesma e do embasamento moldurado; renovação do lageado na capela-mor junto ao arco triunfal, na entrada da igreja e sob o coro; limpeza, regularização e tomada de juntas em paramentos lisos e ornamentados no exterior do edifício incluindo o pórtico e toda a fachada da igreja e da torre, bem como toda a parte lateral norte relativa à nave direita e capela-mor”¹⁴⁵.* A documentação existente não assegura que estas alterações foram mesmo realizadas, mas a visita que António Augusto Gonçalves fez ao Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa no ano de 1895 confirmou as mesmas. Contudo, António Augusto Gonçalves, professor de desenho de Coimbra com grande conhecimento relativamente a monumentos medievais e respetiva decoração, não ficou totalmente satisfeito com as alterações implementadas entre 1883 e 1887, afirmando que «*capitéis,*

¹⁴⁴ ROSAS, Lúcia Maria Cardoso (1995): *Monumentos Pátrios. A Arquitetura Religiosa Medieval-Património e Restauro (1835-1928)*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, pp. 332-333. A importância investida para a realização de todas estas alterações foram 2.682\$000 reis.

¹⁴⁵ ROSAS, Lúcia (1995): p. 333. A importância investida para a realização de todas estas alterações foram 2.544\$000 reis.

*bases, plintos, frisos e cornijas foram profundamente alterados por mãos de canteiros atrevidos», considerando ainda que todos os relevos estavam exagerados*¹⁴⁶.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Ministério das Obras Públicas ficaram concluídos em 1887, implementando grandes alterações no aspeto visual do templo.

Trinta e dois anos depois, a 9 de março de 1927, um incêndio seria responsável pela destruição de grande parte das memórias do restauro do século XIX. Dada a destruição que se verificava no mosteiro em 1927, a 3ª repartição da Direção Geral das Belas Artes e, a partir de 1929, a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais deram início a novos trabalhos de restauro e remodelação, intervenções estudadas e planeadas previamente. Estes trabalhos, que se estenderam de 1927 até 1939, foram complexos e quase todas alterações de ímpeto arquitetónico.

2.4.2. O restauro do século XX

O Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa foi considerado como Monumento Nacional, por decreto de 16 de junho de 1910, sublinhando, ainda mais, a importância deste espaço religioso a nível nacional. Mais tarde, entre 1920 e 1924, O Ministério das Obras Públicas desenvolveu novos trabalhos de restauro nesta instituição religiosa, trabalhos que se focaram na recuperação dos telhados e paredes do templo. Para além disto, estava ainda planeada a execução de capitéis, bases e frisos ornamentados. Contudo, não se sabe se estes trabalhos foram mesmo realizados, devido à falta de documentação e ao devastador incêndio que atingiu o mosteiro em março de 1927.

Na madrugada do dia 9 de março de 1927, um incêndio deflagrou no Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, levando à destruição de uma grande quantidade de elementos arquitetónicos e ornamentais. Contudo, algumas áreas não foram afetadas e outras sofreram danos pouco consideráveis. Pedro Vitorino (1927) fez uma visita ao mosteiro após o incêndio onde descreveu o seguinte cenário: *«todavia nem todo o templo foi atingido nem mesmo os danos se podem considerar irreparáveis»,*

¹⁴⁶ SANTOS, Diana (1995): p. 333.

acrescentando que a «*forte contextura medieval resistiu admiravelmente, apenas sofrendo algumas pedras ornadas nos locais onde o fogo se intensificou*»¹⁴⁷.

Dado o mau estado em que o Mosteiro de Paço de Sousa se encontrava, o pároco apelou à comunidade paroquiana para que reunissem esforços e auxiliassem na remoção dos escombros que se estendiam nas áreas do mosteiro consumidas pelas chamas. O povo acedeu ao apelo do pároco e auxiliou na remoção dos detritos carbonizados de modo a facilitar o início dos trabalhos de restauro. Era extremamente necessário que este mosteiro fosse intervencionado de modo a evitar a sua progressiva degradação, relembrando que, após este incêndio, grande parte do corpo do templo encontrava-se sem cobertura¹⁴⁸.

Importa referir os problemas que este mosteiro apresentava após o incêndio de 1927 e antes dos trabalhos de restauro desenvolvidos pela 3ª repartição da Direção Geral das Belas Artes e, depois, pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. O corpo da igreja foi bastante massacrado por este incêndio, destruindo os telhados¹⁴⁹, adornos e outros objetos que se encontravam nas naves, assim como dois altares com as imagens de vulto e uma antiga tela pintada com grande valor. Praticamente todo o telhado do templo ruiu, restando apenas as vigas utilizadas para sustentar as respetivas telhas, encontrando-se todas carbonizadas. A pia batismal, de mármore, que se encontra no interior do templo e esteve exposta às chamas, sobreviveu sem qualquer tipo de dano. Juntando à destruição provocada pelo incêndio, os vestígios dos restauros de má qualidade que foram realizados ao longo do tempo pelos abades desta instituição religiosa eram abundantes, evidenciando, ainda mais, a necessidade de desenvolver um novo projeto construtivo com o intuito de permitir a salvaguarda deste mosteiro e restituir-lhe o seu valor histórico¹⁵⁰.

¹⁴⁷ VITORINO, Pedro (1927): p. 281.

¹⁴⁸ Relativamente à necessidade de realizar trabalhos de restauro no Mosteiro de Paço de Sousa, Pedro Vitorino (1927) indica: *a recompensa só virá quando o monumento, glória da localidade, se mostrar por completo reintegrado na sua vasta imponentia*» (p. 281).

¹⁴⁹ Os telhados da capela-mor resistiram ao incêndio de 1927, uma vez que estes foram isolados a tempo, não permitindo com que as chamas se alastrassem até eles. Contudo, estes seriam restaurados mais tarde aquando dos trabalhos da DGEMN.

¹⁵⁰ Direção Geral dos Edifícios e Monumento Históricos (1939): pp. 22-23.

As cornijas, as cachorradas e os frisos ornamentais, que se estendem ao longo de todas as fachadas da Igreja de Paço de Sousa, e respetivos contrafortes, também apresentavam várias imperfeições e mutilações. O claustro do mosteiro, área que foi muito afetada pelo incêndio, seria alvo de trabalhos minuciosos, principalmente nas paredes que delimitam este espaço, com o objetivo de as recompor em conformidade com as suas características arquitetónicas. Relativamente às pedras do túmulo de Egas Moniz, estas encontravam-se, aquando do incêndio e antes dos trabalhos de restauro, praticamente abandonadas e colocadas sem qualquer organização junto à parede da nave sul do templo. O túmulo do “Aio” seria reorganizado e o caixão de chumbo com os seus restos mortais colocado no seu interior, transferindo-se este testemunho funerário para uma das capelas absidais¹⁵¹.

Ao incêndio e à remoção dos escombros seguiram-se novos trabalhos de restauro desenvolvidos pela 3ª repartição da Direção Geral das Belas Artes (1927-1929) e pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1929-1939) com orientação de Adães Bermudes, arquiteto diretor dos Monumentos e Palácios Nacionais, e o seu colaborador Baltazar de Castro, arquiteto da secção dos monumentos do Norte. Estes trabalhos de restauro revelavam ser necessários, uma vez que o mosteiro se apresentava danificado e com bastantes imperfeições devido ao incêndio e aos diversos trabalhos construtivos a que foi submetido desde a sua fundação até ao período contemporâneo¹⁵². Contudo, a DGEMN (1939) fez a seguinte ressalva: *«o que se salvou ou reconstituiu não é por certo a igreja edificada por Trocosendo Guedas na agonia do século IX, nem talvez aquela que cem anos depois, aumentada pela família do fundador, se julgou digna das grandes festas com que os monges de S. Bento solenizaram a sua sagração...»*¹⁵³. Estes trabalhos foram de grande importância porque permitiram a preservação deste mosteiro, assim como reconstituir o seu valor histórico, simbólico,

¹⁵¹ Direção Geral dos Edifícios e Monumento Históricos (1939): pp. 23-24.

¹⁵² Pedro Vitorino (1927) após a sua visita ao mosteiro em 1927, demonstrou confiança no projeto que estava a ser desenvolvido por Adães Bermudes e Baltazar de Castro: *«não levará muito tempo que o monumento renasça das suas ruínas, mais belo sem dúvida do que ultimamente se mostrava, pela pureza das formas primitivas que uma consciente restauração lhe restitua»* (pp.281).

¹⁵³ Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1939): pp.24.

arquitetónico e religioso que teve em momentos históricos anteriores, principalmente na Idade Média.

Entre 1927 e 1939, realizaram-se diversos trabalhos de restauro no Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, que se traduziram em várias alterações, tanto no interior como no exterior do templo. Algumas destas mudanças já estavam previstas no plano inicial, enquanto outras foram definidas no decorrer do projeto¹⁵⁴. Miguel Tomé (1998) descreve as alterações que foram implementadas no mosteiro entre 1927 e 1939, referindo que em abril de 1927 a 3ª repartição da Direção Geral das Belas Artes realizou os seguintes trabalhos sob orientação de João Pimentel Júnior: *«apeamento da parede indevidamente feita junto à igreja no claustro; transladação do túmulo de Egas Moniz para o absidiolo direito; reconstrução do telhado com forro de madeira castanho; reconstrução geral dos telhados com telha nacional; reparação dos telhados existentes e substituição de telhas; reconstrução de paramentos mutilados em cantaria silharada das naves laterais, porta e pilares; demolição completa da torre em cantaria e alvenaria; demolição de paredes em grossura no edifício da Casa Pia, justaposta à igreja; demolição completa de escadas em cantaria; reconstrução de modilhões, arquivoltas e cornijas molduradas nas naves central e esquerda; transladação do túmulo de Egas Moniz; desentaipamento do pórtico lateral voltado ao claustro; reconstrução do telhado em madeira de castanho; substituição da armação de telhado existentes e em ruína; construção de portas de madeira de castanho de duas folhas almofadadas; lavagem de cantaria silharada; tomada de juntas»*¹⁵⁵.

A 3ª repartição da Direção Geral das Belas Artes deu continuidade ao restauro do Mosteiro de Paço de Sousa e entre junho e novembro de 1928 realizaram-se as seguintes alterações: *«apeamento de parede com 1,2 metros de espessura justaposta à*

¹⁵⁴ Relativamente ao desenrolar dos trabalhos de restauro neste mosteiro, Manuel de Figueiredo (1927) indica que: *«Prosseguem com notável diligência os trabalhos de restauração desta igreja, motivados pelo incêndio que em grande parte a destruiu»*. In FIGUEIREDO, Manuel de (1927): “As Obras de Paço de Sousa”. Ilustração Moderna, 2º Ano, Nº 16. Edições Marques Abreu. Porto, p. 380.

¹⁵⁵ TOMÉ, Miguel Jorge Biscaia Ferreira (1998): *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Volume II- Catálogo Analítico. Dissertação de Mestrado em História de Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, p. 233.

fachada da igreja; reconstrução da janela de fresta com colunelos semelhantes aos existentes; construção de doze modilhões semelhantes aos atuais em cantaria lavrada; reconstrução de 14 metros de cornija em cantaria lavrada moldurada com esferas (obras realizadas por Alcino da Cunha Nogueira); apeamento do altar do absidiolo esquerdo e sua remoção para a sacristia para instalar o túmulo de Egas Moniz (alterações realizadas por António Gonçalves da Silva); restauro duma janela românica estilizada; restauro de quatro capitéis estilizados segundo os modelos existentes; restauro da porta lateral do claustro; preparação da armação do telhado (alterações de autoria de Manuel Martins Rodrigues Júnior); restauro duma janela românica estilizada; reconstrução completa do pórtico lateral de estilo românico simples (obras realizadas por Alcino da Cunha Nogueira)»¹⁵⁶.

Mais tarde, entre fevereiro e novembro de 1929 a DGEMN implementou as seguintes alterações no mosteiro: «*restauro duma janela românica estilizada; reconstrução do lajeado exterior entre a igreja e o claustro; reconstrução e restauro de janela românica estilizada e de seis modilhões simples (alterações realizadas por Manuel Martins Rodrigues Júnior); reconstrução de dois colunelos incluindo base de fuste e capitel nos dois pilares da nave central; restauro de janela românica voltada ao cemitério; reconstrução de degraus e lajeado junto ao pórtico principal com regularização do terreno (alterações de autoria de Alcino da Cunha Nogueira); reconstrução da fachada da Casa Pia voltada à igreja incluindo escadas (portadas e degraus, cunhais, etc) em cantaria lavrada de harmonia com a existente (obras realizadas por Manuel Martins Rodrigues Júnior)*”. Um ano mais tarde, entre fevereiro e outubro de 1930, Alcino da Cunha Nogueira foi o responsável pelas seguintes alterações: “*reconstrução de duas janelas românicas; rebaixamento e reconstrução do lajeado em cantaria; reparação do paramento de parede em cantaria em vários pontos da igreja; reconstrução da armação de telhado segundo o existente nas naves; reconstrução de telhado em telha nacional; reconstrução de tímpano de granito do pórtico do cemitério; reconstrução completa da armação de telhado; colocação de telha nacional mouriscada;*

¹⁵⁶ TOMÉ, Miguel Jorge Biscaia Ferreira (1998): p. 233.

entaipamento de portadas e janelas em cantaria lavrada e silharada pelas duas faces”¹⁵⁷.

Entre dezembro de 1932 e novembro de 1936 os trabalhos construtivos realizados foram todos de autoria de Francisco Pinto Loureiro: *«apeamento de dois altares de cantaria das capelas laterais e reconstrução do arco sólio da parede exterior da igreja e da rosácea da fachada principal do templo; apeamento, mudança e reconstrução do cruzeiro; limpeza e tomada de juntas das cantarias interior e exterior; reparação geral dos telhados; colocação de vitrais segundo os elementos fornecidos; execução de lajeado nas naves; apeamento e nova colocação de dois altares de madeira na nave com construção do lajeado junto dos mesmos; e tomada de juntas dos paramentos descobertos»*. No ano de 1938 a reforma construtiva desenvolvida no Mosteiro de Paço de Sousa estava praticamente concluída, mas entre junho e dezembro deste ano os principais trabalhos construtivos desenvolvidos foram: *«estudo de instalação elétrica; arranque e novo assentamento de ripado da armação de telhado; levantamento da cobertura dos telhados; assentamento da nova cobertura de telhados em telha romana em canais e nacional em cobertas; alteamento do atual muro de vedação do terreiro com construção de degraus junto à torre; apeamento e reconstrução do altar da sacristia; levantamento da cobertura da capela-mor; reconstrução da armação da capela-mor em madeira de castanho e cobertura com telha romana e nacional; colocação de lajes em cantaria e pico fino na sacristia; reboco de paredes com cal hidráulica e areia; fornecimento de vitrais; instalação elétrica* (Francisco Pinto Loureiro foi o responsável por todas estas alterações)»¹⁵⁸.

O restauro desenvolvido, inicialmente, pela 3ª repartição da Direção Geral das Belas Artes, e, mais tarde, pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, teve início no ano de 1927, pouco depois do incêndio que deflagrou no mosteiro, e ficou concluída em 1939. Estes trabalhos foram determinantes para garantir a conservação e preservação de um espaço religioso com tanta importância como é o caso do Mosteiro

¹⁵⁷ TOMÉ, Miguel Jorge Biscaia Ferreira (1998): pp. 233-234.

¹⁵⁸ TOMÉ, Miguel Jorge Biscaia Ferreira (1998): p. 234.

do Salvador de Paço de Sousa. Contudo, nem todas as alterações foram do agrado da comunidade que demonstrou o seu descontentamento numa carta enviada ao Diretor dos Monumentos e Palácios Nacionais indicando: «*Os abaixo assinados, habitantes e naturais da freguesia de Paço de Sousa, perante um facto que reputam atentorio da integridade artística da sua Igreja Matriz, encorpada no património nacional, vem respeitosamente trazer ao conhecimento de V. Ex^a. os vandalismos praticados à sombra de um falso critério artístico, e contra os mesmos respeitosamente protestam*». Um dos pontos mais criticados pela comunidade foi a preferência da DGEMN pelos restauros estilísticos que procuravam a unidade de estilo, indo contra o que arqueólogos e historiadores de arte, nacionais e estrangeiros, defendiam na época. Outro aspeto que suscitou grande revolta por parte da comunidade foi a demolição dos ornatos barrocos que se encontravam na fachada ocidental do templo. Contudo, Baltazar de Castro, um dos responsáveis pelo restauro do século XX, justificou a demolição dos mesmos, referindo que estes «*nenhum valor possuem e que, muito prejudicavam o carater românico do Templo*»¹⁵⁹.

2.4.3. O percurso do Mosteiro até aos nossos dias

A reforma construtiva desenvolvida pela 3ª repartição da Direção Geral das Belas Artes e Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais ficou concluída no ano de 1939, seguindo-se outros acontecimentos e trabalhos que marcaram a história do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa no percurso do século XX até aos nossos dias e que merecem ser assinalados.

A 23 de novembro de 1940, a Junta Nacional de Educação fez um pedido para que fossem reunidas no Mosteiro de Paço de Sousa várias cantarias lavradas que, segundo a tradição, eram provenientes da casa de Egas Moniz. No ano de 1941, um novo incêndio deflagrou neste mosteiro. Contudo, este não foi tão devastador como o incêndio de março de 1927, afetando apenas a ala sudoeste do templo. Em 1942, o Padre Américo

¹⁵⁹ TOMÉ, Miguel Jorge Biscaia Ferreira (1998): p. 235.

solicitou ao governo a cedência do mosteiro para a construção de uma casa de acolhimento de crianças, e, em março de 1943, o mosteiro realizou uma doação à Casa do Gaiato. A 13 de julho do mesmo ano foi demolida a ala sul do mosteiro, referindo Miguel Tomé (1998) que esta foi realizada sem autorização com o intuito de se reaproveitar as pedras da ala sul do mosteiro para novas construções da Casa do Gaiato. Com o reaproveitamento destas pedras, a construção da Aldeia do Gaiato na antiga cerca do mosteiro ficou concluída em 1943¹⁶⁰.

No ano de 1944 foi transferido um altar proveniente da Igreja de Arnoso para a Igreja de Paço de Sousa com o intuito deste substituir o altar-mor. Esta decisão não foi consensual e originou algum descontentamento, uma vez que o altar da Igreja de Arnoso era considerado impróprio para o novo local onde foi colocado. Quatro anos mais tarde, em 1948, o padre Américo requisitou material do Mosteiro de Paço de Sousa com o objetivo deste ser utilizado para a construção de casas destinadas ao mestres e alunos que atingissem a maioridade e que quisessem fixar-se em Paço de Sousa. A 31 de agosto de 1948 é emitido um parecer onde é declarada a proibição da demolição das alas conventuais do mosteiro que restavam, pertencentes, à data, à Casa Pia de Paço de Sousa.

Entre os anos de 1950 e 1987, o Mosteiro de Paço de Sousa seria, mais uma vez, submetido a novas intervenções de conservação e recuperação. Estes trabalhos construtivos foram desenvolvidos sob a orientação da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e da Comissão Fabriqueira, afetando diversas áreas desta instituição religiosa: demolição de construções adossadas à capela-mor de modo a desobstruir a visibilidade da mesma (1950); montagem de um altar lateral, restauro do altar do Sagrado Coração de Jesus e consolidação da parede de suporte (1953); reconstrução do telhado do templo que se encontrava em mau estado de conservação (realizada em setembro de 1960 sob orientação de Francisco Pinto Loureiro); no ano de 1961 procedeu-se à primeira fase de instalação elétrica, ficando concluída em 1963

¹⁶⁰ Cf. “Mosteiro de Paço de Sousa/ Igreja Paroquial de Paço de Sousa/ Igreja do Salvador” SIPA: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5317 (consultado em 19/01/2023).

(instalação realizada por João Jacinto Tomé); mudança do túmulo de Egas Moniz do absidiolo esquerdo para o primeiro tramo da nave direita do templo (1965); nova reparação do telhado, pintura de portas e consolidação dos vitrais da sacristia (trabalhos realizados em setembro de 1967 por Francisco Pinto Loureiro); reconstrução do telhado da sacristia, reconstrução dos rufos e vedações de zinco (trabalhos realizados em outubro de 1969 por Francisco Pinto Loureiro); limpeza e revisão dos telhados (trabalhos realizados por Francisco Pinto Loureiro em 1971); no ano de 1972 um forte temporal danificou o telhado do templo, motivando novos trabalhos de reparação (trabalhos realizados sob orientação de Ferreira dos Santos & Rodrigues, Lda.); remoção dos altares do transepto e reconstrução das suas paredes de modo a conferir um aspeto mais primitivo ao mesmo (1973); novos trabalhos no telhado do templo no ano de 1976 desenvolvidos por Afonso Ferreira de Oliveira; reparação da instalação elétrica por Francisco Luís Pais & Fernando, Lda. (1980); no ano de 1982 foi realizada nova reparação dos telhados sob orientação de Ferreira dos Santos & Rodrigues, Lda.; remodelação das coberturas da nave com a colocação de novo forro e assentamento de telha cerâmica, drenagem e impermeabilização do pavimento da sacristia e reassentamento do lajeado, pintura do portal principal e da sacristia, limpeza da cobertura da capela-mor (estes trabalhos de beneficiação na igreja e sacristia foram realizados em 1987 por Joaquim D.S. Costa & C.^a Lda.)¹⁶¹.

Como ficou perceptível, foram realizados vários trabalhos de conservação e restauro no mosteiro entre 1950 e 1987. Mas importa referir outros acontecimentos que marcaram a história desta instituição religiosa de modo a compreender o percurso que o Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa seguiu até aos nossos dias.

A 25 de setembro de 1950, a Câmara Municipal de Penafiel emitiu um documento onde informava que o Padre Américo mandara remover do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa os tetos e pinturas da Capela dos Abades, o altar de Santa Escolástica, os tetos do refeitório, as armas da Ordem, uma escultura em pedra de São João do antigo chafariz

¹⁶¹ TOMÉ, Miguel Jorge Biscaia Ferreira (1998): pp. 234-235. Cf. “Mosteiro de Paço de Sousa/ Igreja Paroquial de Paço de Sousa/ Igreja do Salvador” SIPA: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5317 (consultado em 19/01/2023).

e os azulejos do claustro. A escultura em pedra de São João e os azulejos do claustro foram transferidos para o Mosteiro de Singeverga (Santo Tirso)¹⁶². Miguel Tomé (1998) indica que no ano de 1962 o arquiteto Rogério de Azevedo desenvolveu um projeto, a pedido da Casa do Gaiato, com o objetivo de realizar trabalhos de restauro no mosteiro. Um ano mais tarde, em 1963, procedeu-se à construção de mesas e bancos em pedra no largo fronteiro ao mosteiro. Entretanto, a 6 de março do mesmo ano, o projeto lançado em 1962 pelo arquiteto Rogério de Azevedo foi aprovado pelo Ministério das Obras Públicas. A 22 de fevereiro de 1965 foi realizado um pedido com o intuito de se colocarem umas Alminhas, em azulejo, na torre sineira anexa à igreja. A 25 de março de 1965 o pároco da Igreja de Paço de Sousa solicitou a remoção de dois altares e respetivos retábulos, pedido que foi autorizado mais tarde, a 26 de abril do mesmo ano. No ano de 1970 tiveram início os trabalhos de remodelação da área monacal, e, em 1971, a Direção Geral dos Edifícios e Monumento Nacionais propôs-se a realizar os trabalhos de remoção dos retábulos laterais a pedido do pároco¹⁶³.

A 1 de junho de 1992, o Mosteiro de Paço de Sousa passou a estar afeto ao Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR). Seis anos mais tarde, em 1998, o Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa foi integrado na Rota do Românico do Vale do Sousa. A 30 de janeiro de 2007 foi apresentada a proposta de fixação de Zona Especial de Proteção do mosteiro que, a 11 de julho do mesmo ano, mereceu parecer favorável do Conselho Consultivo do Instituto de Gestão do Património Arqueológico (IGESPAR), sendo publicada a 19 de setembro de 2012¹⁶⁴.

Mais recentemente, entre 2017 e 2018, foram realizadas novas intervenções com o objetivo de assegurar a conservação, salvaguarda e valorização do mosteiro. Estes trabalhos foram desenvolvidos sob a coordenação da Rota do Românico aplicando-se seguintes alterações no mosteiro: recuperação das coberturas; drenagem e desaterro

¹⁶² Cf. “Mosteiro de Paço de Sousa/ Igreja Paroquial de Paço de Sousa/ Igreja do Salvador” SIPA: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5317 (consultado em 19/01/2023).

¹⁶³ Cf. “Mosteiro de Paço de Sousa/ Igreja Paroquial de Paço de Sousa/ Igreja do Salvador” SIPA: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5317 (consultado em 19/01/2023).

¹⁶⁴ Cf. “Mosteiro de Paço de Sousa/ Igreja Paroquial de Paço de Sousa/ Igreja do Salvador” SIPA: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5317 (consultado em 19/01/2023).

da envolvente; limpeza e tratamento das paredes; conservação dos tetos; instalação elétrica e requalificação do claustro; escavações arqueológicas (desenvolvidas pela «Arqueologia e Património»); e trabalhos de conservação e restauro na sacristia (mobiliário, retábulo, caixotões e pintura mural do lavabo). A 7 de abril de 2019 a Rota do Românico iniciou um conjunto de atividades comemorativas, com o objetivo de celebrar a conclusão das obras no Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa¹⁶⁵.

2.5. Memórias das reformas construtivas na fachada lateral norte

Analisando com maior detalhe a fachada lateral norte do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, apercebemo-nos que aqui se registam várias memórias das reformas construtivas que foram desenvolvidas nesta instituição religiosa em diferentes períodos históricos. A consulta de documentação disponível, fotografias, e o aprofundar de conhecimentos relativamente à Arqueologia da Arquitetura revelou ser bastante pertinente, no sentido que me permitiu compreender como analisar, de uma forma completa, elementos construtivos de um determinado monumento e como se podem aplicar metodologias arqueológicas na análise de monumentos históricos. Tendo em consideração o que foi referido, considero pertinente integrar nesta investigação os resultados obtidos e demonstrar como a fachada lateral norte deste mosteiro reflete as diferentes intervenções construtivas realizadas em diferentes momentos históricos¹⁶⁶.

Para realizar a análise da fachada lateral norte do mosteiro consultei diferentes fontes históricas, uma vez que estas permitiram-me compreender de uma melhor forma a história do mosteiro, assim como as diferentes reformas construtivas que abrangeram

¹⁶⁵ Cf. “Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa” Rota do Românico: <https://www.rotadoromanico.com/pt/monumentos/mosteiro-do-salvador-de-paco-de-sousa/> (consultado em 19/01/2023).

¹⁶⁶ Gerhard Graf (1986) destaca a riqueza da fachada lateral norte deste mosteiro do ponto de vista construtivo e arquitetónico: «*La façade septentrionale, accessible seulement depuis le cimetière, surprend, comme l’a déjà fait observer Monteiro, par le mouvement que lui conferente les différents corps de la construction*» In GRAF, Gerhard (1986): Portugal Roman. Le Sud Du Portugal. Zodiaque, la nuit des temps. Yonne, p. 284.

diferentes áreas e elementos arquitetónicos desta instituição religiosa. Angariei a maior quantidade de informação possível de modo a facilitar a identificação dos elementos construtivos presentes na fachada lateral norte quando visitasse o mosteiro. A proposta interpretativa das memórias construtivas foi desenvolvida utilizando o alçado da fachada lateral norte, realçando que este alçado não se encontra à escala, ou seja, os blocos de pedra representados não correspondem aos que existem na realidade.

A figura 15, em Anexos, representa a minha proposta interpretativa dos diferentes elementos construtivos e arquitetónicos presentes na fachada lateral norte. Aos vestígios que aqui se encontram podem ser-lhes atribuídas cronologias que se estendem desde a Idade Média até à Idade Contemporânea, ficando perceptível as grandes modificações que este mosteiro sofreu desde a sua fundação, no século X, até aos nossos dias. Os elementos construtivos mais antigos desta fachada são as memórias da Capela de Santa Maria do Corporal. Estes vestígios são apresentados com a cor verde e permitem-nos compreender que a Capela do Corporal de Paço de Sousa era uma estrutura alta, devido ao contraforte do lado esquerdo que se estende praticamente até ao topo do transepto do templo. Para além do contraforte esquerdo, destaca-se o friso que percorre a área onde se encontrava a Capela do Corporal, possibilitando observar o contraste entre este e o outro friso que se estende pelo corpo da atual igreja até à fachada principal. Aquando da demolição da Capela do Corporal em 1605, uma das aberturas que se encontrava na zona superior da porta de acesso à capela foi tapada. Esta pequena abertura permitia a iluminação desta capela a partir da luz do interior do templo. Como esta pequena abertura foi tapada em 1605, encontra-se representada com a cor castanha correspondente ao século XVII.

Seguem-se as fiadas de pedra representadas com a cor laranja. Estas fiadas apresentam um grande contraste em relação às pedras que se seguem nas fiadas superiores, registando-se uma descontinuidade das fiadas mais próximas do solo relativamente às que se seguem em altura. As fiadas identificadas com cor laranja correspondem, possivelmente, a pedras reaproveitadas da igreja primitiva do século XII. Carlos Alberto Ferreira de Almeida (2001) indica que são vários os elementos da igreja primitiva presentes na parede norte. Dado o grande contraste que se verifica nas fiadas e o facto

das pedras com aparência mais primitiva encontrarem-se na base da parede, levanta a possibilidade destas corresponderem a memórias do templo primitivo sagrado no século XII.

Já no século XIII, mais precisamente em 1258, a Igreja de Paço de Sousa foi submetida a uma reconstrução e ampliação, trabalhos construtivos que deram origem à igreja românica. A maioria do corpo da igreja, do transepto e absidíolo esquerdo encontram-se representados com a cor amarela, uma vez que grande parte do que vemos atualmente quando visitamos a igreja foi estabelecido no século XIII. Importa realçar que a capela-mor, inicialmente, poderia ser identificada com esta cor, uma vez que a Igreja de Paço de Sousa não apresentava uma capela-mor tão longa. Contudo, em 1784, a capela-mor foi submetida a trabalhos construtivos com o intuito de se proceder à sua ampliação. A capela-mor encontra-se identificada com a cor azul relativa ao século XVIII, uma vez que entre 1780 e 1784 D. Frei Manuel de S. Tomás foi o responsável por novas alterações na capela-mor com o objetivo de proceder à sua ampliação. Graças a estes novos trabalhos construtivos, a capela-mor ficou desproporcional relativamente aos restantes elementos arquitetónicos do mosteiro como os dois absidíolos, transepto e as naves do corpo da igreja.

Na parede norte e anexos às fiadas de pedras da igreja primitiva do século XII, encontram-se dois elementos que foram estabelecidos após a construção da igreja românica no ano de 1258. Estes dois elementos correspondem a arcossólios funerários, estruturas utilizadas como espaços para abrigar enterramentos. Visto que estes elementos foram estabelecidos depois de 1258, foi-lhes atribuída uma cronologia do século XIV e identificados com a cor roxa.

Entre 1883 e 1887, o Ministério das Obras Públicas foi responsável por novos trabalhos de restauro desenvolvidos no Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa. Contudo, a 9 de março de 1927, um grande incêndio seria responsável pela destruição de elementos arquitetónicos e decorativos deste mosteiro, assim como pela destruição de grande parte das alterações implementadas entre 1883 e 1887. Este incêndio motivou os trabalhos que seriam realizados pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais entre 1937 e 1939, chegando até nós várias memórias destes trabalhos. São

vários vestígios do restauro do século XX na fachada lateral norte do mosteiro, encontrando-se eles identificados com a cor vermelha.

Toda a cobertura da Igreja de Paço de Sousa foi destruída no incêndio de 1927 e os telhados substituídos nos trabalhos de restauro realizados entre 1937 e 1939. Para além dos telhados, também a porta lateral norte e a cruz presente no topo da fachada principal da igreja foram sujeitas a alterações, mas o que se destaca verdadeiramente são as frestas da parede norte. Antes dos trabalhos realizados pela DGEMN, as frestas da parte superior da parede norte eram desproporcionais, ou seja, a fresta do meio e a da esquerda eram mais largas comparativamente com a fresta da direita. Já na parte inferior desta mesma parede não se registavam frestas, mas sim janelas. Estas janelas seriam substituídas por frestas com dimensões semelhantes às das frestas superiores. Contudo, nestes trabalhos que consistiram em regularizar todas as frestas, foram realizadas várias alterações na estrutura da parede na qual estas frestas se inserem. Tanto nas frestas superiores como nas inferiores, foi necessário fazer uma reconstrução da área envolvente nas quais estas frestas se encontram integradas, uma reconstrução que envolveu parte do friso inferior às frestas que se estende por todo o corpo da igreja. Analisando as pedras na área circundante consegue-se verificar perfeitamente um recorte que evidencia um reaproveitamento ou utilização de novas pedras para revestir a área em volta das frestas após estas terem sido inseridas na parede. Para além disto, regista-se uma pequena curiosidade nas frestas inferiores. As frestas superiores inserem-se no espaço de intervalo da cachorrada, mas o mesmo não acontece nas frestas inferiores. Estas conectam com a cachorrada e para isso foi necessário cortar parte da cachorrada com o intuito das frestas ficarem à mesma cota, ou seja, regulares entre si e não umas mais abaixo e outras mais acima.

Por fim, à direita da fresta do absidiolo norte, encontrava-se uma janela de pequenas dimensões, acabando esta por ser removida nos trabalhos de restauro do século XX. Já a fresta da parede este do transepto seria sujeita a alterações também no século XX, diminuindo as suas dimensões de modo a ficar proporcional às restantes frestas que se estendem ao longo da parede norte do mosteiro.

3. Testemunhos funerários medievais do Mosteiro de Paço de Sousa

3.1. Sepulturas escavadas na rocha

3.1.1. Contextualização e problematização destas formas de enterramento

Os últimos séculos da Alta Idade Média e o período que se seguiu, ficaram caracterizados pela presença de sepulturas escavadas na rocha em diversos territórios da península ibérica, tirando-se proveito dos afloramentos rochosos para o desenvolvimento de cemitérios ou de estruturas isoladas. A primeira notícia de que se tem conhecimento relativamente a estas estruturas funerárias data de inícios do século XIX e diz respeito à zona da Catalunha. As sepulturas escavadas na rocha começaram a ser desenvolvidas numa época anterior à Reconquista Cristã, juntamente com outras estruturas funerárias como sarcófagos monolíticos, na sua grande maioria não antropomórficos, em determinados casos decorados, noutros cobertos com tampas em estola. Os exemplos mais tardios destas sepulturas ultrapassam o processo da Reconquista cristã. Apesar da problemática cronológica persistir, é de destacar que as sepulturas escavadas na rocha não são exclusivas da época da Reconquista, embora seja perceptível que foi neste período que tiveram um maior sucesso, desenvolvendo-se também os seus pormenores tipológicos¹⁶⁷.

O estudo destes testemunhos funerários acarreta várias dificuldades do ponto de vista cronológico, tratando-se de uma das maiores problemáticas da Arqueologia Medieval peninsular. Mário Barroca (1987) considera o frequente desaparecimento do contexto estratigráfico destas estruturas e o número de sepulturas violadas, como os principais obstáculos à obtenção de respostas mais concretas relativamente à cronologia e ao quadro evolutivo destas sepulturas. Grande parte da informação de que dispomos no que respeita a estas práticas de enterramento é proveniente de uma exaustiva inventariação, que só foi possível devido a uma articulação de estudos entre Portugal e

¹⁶⁷ BARROCA, Mário Jorge (2010-2011): *Sepulturas Escavadas na Rocha de Entre Douro e Minho. Portvgalia*, Nova Série, Volume 31-32. Porto. DCPT-FLUP, pp. 116-117.

Espanha. Esta articulação vai permitindo que seja adquirida nova informação sobre a cronologia e as tipologias destas formas de enterramento.

As dúvidas relativas à cronologia destes testemunhos funerários aumentam devido às diversas propostas cronológicas que têm vindo a ser discutidas ao longo dos tempos. O leque de interpretações cronológicas que foram desenvolvidas é tão extenso que vários investigadores enquadram o surgimento destas estruturas em diferentes momentos históricos como época ibérica, céltica, romana ou medieval.

Mário Jorge Barroca (1987) indica que, em Portugal, a primeira referência que se conhece em relação a estas formas de enterramento é de Simão Rodrigues Ferreira. O nome de Simão Ferreira encontra-se relacionado com as sepulturas da “Portela do Forno de Mouros”, que considerou serem de época romana. Anos mais tarde, em 1901, esta proposta cronológica seria defendida por Santos Rocha quando dava a conhecer as sepulturas rupestres da Portela (nos arredores de Alfarelos em Montemor-o-Velho). Em 1933, Aristides de Amorim Girão considerou estas sepulturas como sendo proto-históricas¹⁶⁸, tal como anos mais tarde Augusto Filipe Simões também defendeu. O primeiro a sugerir uma cronologia pós-romana para estas formas de enterramento foi Francisco Martins Sarmiento. Em maio de 1882, este arqueólogo, natural da cidade de Guimarães, constatou que, o facto destas sepulturas não se encontrarem relacionadas com castros e evidenciarem, devido às suas morfologias, a prática de inumações, seriam de época posterior à presença romana na península ibérica, considerando-as paleocristãs ou de um período ligeiramente posterior¹⁶⁹.

¹⁶⁸ Mário Barroca (1987) refere que, na perspetiva de Amorim Girão, estas formas de enterramento deviam ser analisadas de forma distinta, separando-se as sepulturas antropomórficas abertas com pouco cuidado em saibro rijo ou rocha viva, daquelas sepulturas que evidenciavam a mesma forma, mas que apresentavam um trabalho mais aperfeiçoado na sua estrutura. Assim, Amorim Girão defendia que «*as primeiras são, por via de regra, mais antigas e relacionam-se geralmente com núcleos de população proto-histórica, vizinhos dos locais onde se encontram; as segundas remontam quasi sempre a tempos mais recentes, e pertencem em muitos casos à Idade Média*». In BARROCA, Mário (1987): p. 105.

¹⁶⁹ Contudo, esta ideia de Francisco Martins Sarmiento seria desacreditada pelo próprio após a notícia que o Padre Pedrosa lhe transmitira, revelando que tinha sido identificado um conjunto de moedas romanas numa sepultura em Burgães (Santo Tirso).

José Leite de Vasconcelos, com quem Martins Sarmiento trocou correspondência de forma recorrente, nunca teve uma ideia clara relativamente à cronologia associada às sepulturas escavadas na rocha. José Leite de Vasconcelos comentava apenas o que Martins Sarmiento defendia nas suas investigações, destacando que pormenores como as sepulturas rupestres se encontrarem em locais onde se registavam fragmentos de tégula e afastadas de templos cristãos, não sustentavam as ideias de Martins Sarmiento. Contudo, treze anos mais tarde, e aquando da descoberta de uma sepultura escavada na rocha na Zambulheira (freguesia de Cabeça Boa, Torre de Moncorvo), José Leite de Vasconcelos defendeu que estas sepulturas apresentavam bastantes semelhanças com sepulturas que se registavam nas Catacumbas de Roma, sublinhando a influência que os romanos tiveram para o desenvolvimento destes cemitérios rupestres¹⁷⁰.

Félix Alves Pereira, em 1904, a propósito das sepulturas rupestres do Alto Minho, defendeu que estas sepulturas seriam de um período posterior à época romana. No ano de 1929 demonstrou novamente a sua convicção de que estas sepulturas tinham sido utilizadas ao longo de toda a Idade Média, encontrando-se em uso desde os séculos V e VI. Félix Alves Pereira sugeriu ainda que as sepulturas trapezoidais seriam mais antigas e as antropomórficas mais recentes. Mário Barroca (1987) indica que os contributos de Félix Pereira revelaram ser de grande importância, permitindo constatar que seria possível criar uma ligação entre a evolução tipológica e a evolução cronológica destas formas de enterramento¹⁷¹.

Já Virgílio Correia defendeu que estas sepulturas foram utilizadas pelos romanos, prolongando-se a sua produção e utilização pelo período visigótico e estendendo-se até períodos mais tardios. Virgílio Correia sugeriu, assim que as sepulturas escavadas na rocha com morfologias antropomórficas eram enquadráveis entre os inícios do século X

¹⁷⁰ BARROCA, Mário (1987): pp. 105-106.

¹⁷¹ Sobre estas formas de enterramento, Félix Alves Correia referiu: «*identidade de forma entre as cavidades subjacentes ou contíguas às igrejas românicas e anteriores a elas e as sepulturas propriamente rupestres permite afirmar que se trata de uma série sepulcrológica, mais ou menos extensa na ordem dos tempos. Ora ninguém ousará supor que tenham sido romanas, isto é, pagãs, as cavidades a que primeiro me refiro e que bem poderemos chamar pré-românicas. (...) atribuir pois as sepulturas rupestres desta região a uma sepulcrológica diferente da cristã seria enjeitar a homogeneidade e uniformidade, que me parecem irrecusáveis daquela série*». In BARROCA, Mário (1987): pp. 106-107.

e fins do século XI, o que não contraria muito aquela que é, atualmente, a opinião generalizada, acabando apenas por defender a medievalidade deste tipo de sepulturas. António Cruz, após a investigação do cemitério que surgiu junto ao portal principal da Sé do Porto entre 1933 e 1939, defendeu o caráter tardio destas formas de enterramento¹⁷², indo de encontro com as ideias de Virgílio Correia¹⁷³.

Com o passar do tempo e com o contributo dos resultados de diversas investigações, parecia cada vez mais consensual que as sepulturas escavadas na rocha são formas de enterramento características da Idade Média. Contudo, na década de 60, Fernando Lanhas e D. Domingos de Pinho Brandão relançaram, mais uma vez, a controvérsia, atribuindo a estes testemunhos funerários cronologias do período proto-cristão ou pós-romanas (100 a.C. a 500 d.C.). Mário Barroca (1987) indica ainda que Carlos Alberto Ferreira de Almeida defendeu a hipótese de algumas sepulturas rupestres serem de época paleocristã. Em 1976, Alberto Correia sugeriu uma cronologia da Idade do Bronze, considerando estas formas de enterramento como proto-históricas¹⁷⁴. Tendo em conta os dados de que dispomos atualmente devido aos contributos de diferentes estudos, esta hipótese é bastante desacreditada.

Quando falamos da problemática cronológica deste tipo de sepulturas, importa destacar o contributo de Alberto del Castillo. Dedicou grande parte do seu estudo a estas sepulturas rupestres, defendendo que a sua evolução tipológica acompanhava um desenvolvimento cronológico. Segundo Alberto del Castillo, as sepulturas mais antigas, de contorno ovalado, também designadas por “tipo banheira”, seriam exemplares mais

¹⁷² António Cruz no Congresso do Mundo Português indicou que «quanto à sua cronologia essa foi revelada pelo aparecimento de moedas em algumas delas. Essas moedas são de D. Deniz e de Afonso V. As sepulturas antropomórficas do cemitério do morro da Pena Ventosa, junto da Sé do Porto, permitem-nos concluir que a sua utilização se verificou pelo menos até ao século XV» In BARROCA, Mário (1987): p. 108.

¹⁷³ BARROCA, Mário (1987): pp. 108-109.

¹⁷⁴ No seguimento desta ideia, Alberto Correia referiu: «Não aceitamos a tese dos que atestam a sua medievalidade ou mesmo a época pós-romana, ampla e logo imprecisa, não só porque alegam falsas analogias com sepulturas cavadas em qualquer marco miliário romano, com as “arcas” dos claustros das nossas catedrais, ou a orientação E-W das campas cristãs que erradamente filiam na religião romana. Podem, sem dúvida, ser coetâneas da primeira dominação romana, mas pertencem à mais recuada proto-história, por toda ela se tendo perpetuado e porventura desenvolvido até quando as técnicas romanas dos metais permitiram ser mais fácil trabalhar a pedra». In BARROCA, Mário (1987): p. 110.

antigos, com origem em meados do século VII, já as sepulturas de contorno antropomórfico seriam provenientes do período da Reconquista¹⁷⁵. Segundo Alberto del Castillo, o início da proliferação das sepulturas ovaladas teve início no século VII, registando-se uma evolução tipológica destas formas de enterramento durante o período da Reconquista, uma evolução sobretudo ao nível da cabeceira das sepulturas, ficando estas com um contorno cada vez mais antropomórfico. Esta evolução tipológica teve início no século IX, mas foi no século X que o perfil da cabeceira das sepulturas já se encontraria assinalado, permitindo com que as sepulturas atingissem simetria axial praticamente perfeita, com dois “ombros” assinalados. Alberto del Castillo também desenvolveu uma classificação relativamente às soluções ao nível da cabeceira dos sepulcros, estabelecendo dois grupos: o “tipo oriental”, com cabeceiras trapezoidais; e “tipo ocidental”, com cabeceiras de arco ultrapassado. Esta classificação foi contrariada, em 1986, por Katja Kliemann¹⁷⁶.

Mário Barroca (1987) refere que um dos aspetos mais relevantes da investigação de Castillo foi a verificação de uma dinâmica espacial bem definida em determinados cemitérios, uma vez que Alberto del Castillo, em Revenga e Cuyacabras, identificou o que seria designado por “agrupamentos”, “núcleos” ou “panteões familiares”. Estes “agrupamentos” eram caracterizados pela existência de um agregado familiar definido pelas sepulturas do varão serem do tipo antropomórfico, a da mulher ovalada e as dos filhos também ovaladas, ideias que carecem de confirmação científica¹⁷⁷.

Estas convicções de Castillo são muito aceites por parte dos investigadores espanhóis, mas foram alvo de várias críticas de investigações mais recentes. Katja Kliemann contestou a classificação de Alberto del Castillo relativamente às soluções das cabeceiras das sepulturas, argumentando que as sepulturas antropomórficas não são exclusivas da península ibérica, estando estas dispersas por vários territórios da Europa.

¹⁷⁵ Sobre esta temática, Alberto del Castillo referiu: «*Esta forma de tumbas parece privativa hispânica y hay que situarla en relación com la Reconquista y la Repoblación. Conocemos tumbas excavadas en la roca de época tardorromana y visigótica. Pero son de forma rectangular o de bañera, no antropomorfas*». In BARROCA, Mário (1987): p. 111.

¹⁷⁶ BARROCA, Mário (1987): p. 111.

¹⁷⁷ BARROCA, Mário (1987): p. 114.

Kliemann também contrariou a teoria evolutiva de Castillo, defendendo que as sepulturas ovaladas eram as mais antigas, seguindo-se a elas, em meados do século IX, sepulturas com um “ombro” demarcado, e, já no século X, sepulturas com dois ombros simetricamente delimitados¹⁷⁸.

Bolòs e Pagès correspondem a mais dois investigadores que dedicaram grande parte da sua investigação à problemática cronológica das sepulturas escavadas na rocha, sendo que as suas perspetivas se assemelham muito às de Alberto del Castillo. Ambos consideram que as sepulturas ovaladas são as mais antigas e que o seu desenvolvimento não se deveu apenas a dificuldades técnicas, como Katja Kliemann defendeu. Segundo Bòlos e Pagès, a Catalunha era constituída por dois grupos de sepulturas: sepulturas retangulares e trapezoidais do século VI e VII; e sepulturas antropomórficas ou ovaladas, do período da Reconquista¹⁷⁹.

As informações provenientes de estudos mais recentes revelaram ser de grande importância para uma melhor compreensão do momento em que em momento as sepulturas escavadas na rocha começaram a ser desenvolvidas e até quando a sua utilização se prolongou. Sobre as sepulturas não antropomórficas, Jorge López Quiroga, a propósito do estudo das sepulturas da Necrópole de Gerena (Sevilha) e da basílica de El Tolmo de Minateda (Hellín, Albacete), atribuiu a estas formas de enterramento uma cronologia do século VII¹⁸⁰. Mário Varela Gomes, na sua publicação relativamente à Necrópole do Poço dos Mouros (Alcantarilha, Silves), e Luís Miguel Cabrita, no estudo de um conjunto de sepulturas rupestres em São Bartolomeu de Messines (Silves), corroboram a opinião de Jorge López Quiroga, atribuindo uma cronologia dentro da

¹⁷⁸ BARROCA, Mário (1987): p. 116.

¹⁷⁹ BARROCA, Mário (1987): p. 128.

¹⁸⁰ Jorge López Quiroga, relativamente à cronologia das sepulturas escavadas na rocha não antropomórficas refere: «*En definitiva, el origen del tipo de inhumación que conforman las tumbas excavadas en la roca arranca del final de la tardo-antigüedad y, en función de las evidencias materiales y dataciones de C14 con las que contamos, concretamente en el siglo VII. En todos casos señalados estamos ante tumbas excavadas en la roca de forma rectangular, oval y/o de bañera, y trapezoidales, lo que corrobora, con datos arqueológicos contratados, la cronología propuesta por Alberto del Castillo a partir exclusivamente de la tipología de las inhumaciones*». In BARROCA, Mário Jorge, “Os estudos sobre sepulturas escavadas na rocha em Portugal, trinta anos depois”, In BARROCA, Mário Jorge (Coord.) (2020): *Sepulturas Escavadas na Rocha da Fachada Atlântica da Península Ibérica*. Atas do Congresso Internacional. CITECEM, Porto, p. 58.

Antiguidade Tardia (tardo-romanas ou visigóticas) para as sepulturas escavadas na rocha não antropomórficas. Tendo em consideração estes contributos mais recentes, pode-se afirmar que as sepulturas escavadas na rocha não antropomórficas (ovaladas, retangulares e trapezoidais), especialmente as que ostentam encaixes de tampa rebaixados, tiveram origem no século VII, momento em que a sua utilização começa a proliferar por vários territórios da península ibérica, coexistindo, mais tarde, com as sepulturas antropomórficas¹⁸¹.

Procurando responder à questão de até quando se estendeu a utilização das sepulturas escavadas na rocha, não antropomórficas e antropomórficas, Mário Barroca (2020) indica que há dados suficientes para se afirmar que estas formas de enterramento tiveram aplicabilidade para além de finais do século XI. Esta proposta não vai de encontro com a perspetiva de Alberto del Castillo, defendendo que entre os séculos VIII e XI, período em que as sepulturas escavadas na rocha tiveram maior utilização, não existiam sarcófagos monolíticos. Segundo os dados de que dispomos atualmente, e tendo em consideração que há vários exemplos de sarcófagos cronologicamente anteriores ao século XI e que a sua utilização foi alternando com as sepulturas escavadas na rocha, a teoria de Alberto del Castillo terá de ser encarada com as devidas precauções¹⁸².

Estudos mais recentes permitiram confirmar a ideia de que a utilização das sepulturas escavadas na rocha estendeu-se muito para lá de finais do século XI. Servem de exemplo as sepulturas identificadas nas escavações realizadas por Manuel Chamoso Lamas e José Guerra Campos na catedral de Santiago de Compostela (Galiza), entre 1949 e 1956. As escavações realizadas na catedral de Santiago de Compostela e a análise das respetivas sepulturas permitiu compreender que estas começaram a ser utilizadas a partir do ano de 814 ou de 829 (data da sagração do templo I), prolongando-se até 1062. Mário Barroca (2020) indica que a sua utilização poderá ter-se estendido até depois de 1075 (finais do século XI), persistindo dúvidas uma vez que o cemitério se deslucou para lá

¹⁸¹ BARROCA, Mário (2020): pp. 58-59.

¹⁸² BARROCA, Mário (2020): pp. 59-60.

do perímetro arquitetónico da Catedral, área que não foi abrangida pelas escavações desenvolvidas por Manuel Chamoso Lamas e José Guerra Campos¹⁸³.

No contexto português temos o exemplo da Igreja de S. Pedro de Lourosa (Oliveira do Hospital) onde também foram descobertas sepulturas escavadas na rocha. Neste caso, estas sepulturas começaram a ser estabelecidas em meados do ano de 912 (data da sacração do templo) e a sua utilização prolongou-se para além de 1189, quando foi demolida a *iconostasis* de Lourosa, confirmando a ideia de que estas formas de enterramento tiveram aplicabilidade para lá de finais do século XI. As sepulturas rupestres identificadas na Sé Velha de Coimbra também revelaram dados muito pertinentes. Aqui encontramos sepulturas estabelecidas em torno do templo pré-românico. Contudo, na segunda metade do século XII foi construída a fachada românica, desenvolvendo-se mais sepulturas escavadas na rocha seguindo o alinhamento da nova parede ocidental deste templo. Na Sé de Coimbra a utilização de sepulturas escavadas na rocha estendeu-se para lá do último quartel do século XII.

Importa referir ainda alguns sítios arqueológicos que nos permitem compreender que estas formas de enterramento continuaram a ter aplicabilidade para lá do século XII. As escavações realizadas por Maria Antónia Amaral na necrópole de S. Pedro de Marialva (Mêda), permitiram identificar moedas, depositadas no interior das sepulturas escavadas na rocha, entre os reinados de D. Afonso III e D. Sebastião. A descoberta destas moedas no interior das sepulturas permite compreender o período em que estas foram utilizadas, ou seja, ao longo de toda a baixa Idade Média até aos alvores da Época Moderna, momento em que estas estruturas foram reutilizadas, uma prática muito frequente. Para além disto, Catarina Tente registou uma datação por método de C14 relativa ao século XV, o que sublinha a ideia de que estas estruturas foram reutilizadas neste período. A descoberta de moedas entre os reinados de D. Afonso III e D. Sebastião e a datação de C14 apontam para que estas sepulturas rupestres foram utilizadas no

¹⁸³ BARROCA, Mário (2020): pp. 61-62.

percurso dos séculos XV e XVI. Contudo, importa destacar que estas sepulturas foram criadas em momentos cronológicos anteriores¹⁸⁴.

Foram aqui apresentadas alguns estudos e propostas defendidas por diferentes investigadores ao longo dos tempos. Uma das vias para alcançar mais resultados relativamente à problemática cronológica das sepulturas escavadas na rocha é a partir da relação cronológica e tipológica destas estruturas, persistindo ainda várias dúvidas. As dificuldades em atribuir datações a estas formas de enterramento dão origem a novas questões e a falta de consenso da comunidade científica dificulta a obtenção de respostas concretas. Tendo em consideração os contributos de diferentes investigadores, uns mais corretos que outros, e as informações de que dispomos nos nossos dias, é plausível afirmar que as sepulturas escavadas na rocha tiveram a sua origem em meados do século VII, numa fase inicial com soluções não antropomórficas e com largos encaixes de tampa rebaixados. A utilização de sepulturas escavadas na rocha em contextos funerários alcançou o seu auge no percurso dos séculos IX e XI, com o desenvolvimento de sepulturas antropomórficas, período caracterizado pela utilização simultânea de sepulturas não antropomórficas e antropomórficas. A utilização destas sepulturas prolongou-se até aos séculos XII e XIII, acabando por ser substituídas progressivamente por outras formas de enterramento¹⁸⁵.

3.1.2. As sepulturas do Mosteiro de Paço de Sousa

Mais recentemente, foi identificado um vasto conjunto de sepulturas nas áreas periféricas do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, alargando assim o número de testemunhos funerários medievais associados a esta instituição religiosa. Estas sepulturas foram descobertas graças às intervenções arqueológicas desenvolvidas em 2017 pela empresa «Arqueologia e Património»¹⁸⁶, encontrando-se estas dispersas por

¹⁸⁴ BARROCA, Mário (2020): pp. 63-64.

¹⁸⁵ Sobre os vestígios mais tardios da utilização de sepulturas escavadas na rocha, Mário Barroca (2010-2011) refere que estes representam «*sobrevivências tardias de uma moda em declínio*» (p. 129).

¹⁸⁶ As intervenções arqueológicas realizadas pela «Arqueologia e Património» desenvolveram-se entre abril e outubro de 2017, completando um período de duração de sete meses. Justificaram-se estas

diferentes áreas anexas ao mosteiro: na área norte, junto ao atual cemitério; na zona sul e este da capela-mor; na área este da ala nascente; e no claustro. No total, foram identificadas mais de vinte e uma sepulturas, prevalecendo dúvidas quanto ao número exato destes testemunhos funerários devido ao facto de algumas delas apresentarem mau estado de conservação e não se conseguir definir, com grande precisão, a sua delimitação. Para além destas sepulturas, foram ainda descobertos outros vestígios arqueológicos interessantes, que confirmaram o potencial arqueológico das áreas escavadas e o valor histórico do Mosteiro de Paço de Sousa, como foi o caso de pequenos ossários, de duas esculturas em pedra e de muros que foram destruídos aquando das reformas construtivas desenvolvidas na Idade Moderna.

Os trabalhos arqueológicos tiveram início na zona norte da Igreja de Paço de Sousa, escavando-se a área entre o atual cemitério e a fachada lateral norte do templo, definindo-se as sondagens 01, 04 e 05 e a vala 01. Na área correspondente à sondagem 01¹⁸⁷ e a 50/60 centímetros de profundidade, foi identificado um conjunto de nove sepulturas escavadas no nível geológico, apresentando todas elas uma orientação oeste-este¹⁸⁸. Juntamente com estas nove sepulturas, mas junto ao corte este desta sondagem, foi descoberta mais uma sepultura, completando assim um conjunto de dez sepulturas na sondagem 01. Relativamente às morfologias, estes testemunhos funerários correspondiam a sepulturas em covacho, ou seja, estruturas com uma forma semelhante a uma cova, e apenas uma apresentava morfologia antropomórfica. Esta última sepultura antropomórfica encontrava-se praticamente destruída pela vala de fundação da parede da capela-mor, apresentando, na zona da cabeceira, uma laje de

intervenções uma vez que foi necessário implementar um sistema de drenagem de águas junto ao Mosteiro de Paço de Sousa em áreas com grande potencial arqueológico. Ao longo destes sete meses, escavou-se um total de 140 m², descrevendo-se as metodologias de trabalho, áreas intervencionadas e vestígios arqueológicos descobertos, nos dois relatórios redigidos por esta empresa.

¹⁸⁷ A sondagem 01 encontrava-se anexa à parede norte da capela-mor e absidíolo esquerdo, permitindo identificar os níveis arqueológicos relacionados com as valas de fundação, assim como evidências das duas fases construtivas associadas à capela-mor: uma primeira relativa à ampliação a que esta capela foi submetida no século XVIII; e uma segunda, mais antiga. In FONSECA, Jorge (2017, A): Relatório Final - 1ª Fase. Intervenção Arqueológica no Mosteiro de Paço de Sousa. Arqueologia e Património. Matosinhos, p. 16.

¹⁸⁸ Quando falamos de sepulturas escavadas na rocha, a orientação oeste-este é a mais comum, uma vez que estas costumam estar orientadas na direção do nascer do sol, ou seja, para este ou nascente.

xisto, enquanto outra apresentava capeamento em lajes de granito. Tendo em consideração as dimensões destas sepulturas escavadas no substrato rochoso, três destinavam-se ao sepultamento de um sub-adulto¹⁸⁹.

Na sondagem 04, estabelecida junto ao portal norte do templo, não foi possível escavar até à mesma profundidade da sondagem 01. Contudo, esta área também revelou ter um grande valor arqueológico, uma vez que foi identificado um caixão em madeira associado, possivelmente, ao enterramento de um sub-adulto. Este mesmo testemunho funerário cortava um conjunto de sepulturas com cronologias mais antigas. Neste conjunto de sepulturas foram ainda identificados vestígios osteológicos de três adultos depositados com orientação este-oeste e oeste-este. Nesta sondagem, o substrato rochoso localizava-se a pouca profundidade e encontrava-se cortado pela vala de fundação da parede norte do templo e por uma vala de uma sepultura¹⁹⁰. Apesar de se ter escavado até uma reduzida profundidade¹⁹¹, registaram-se vários vestígios arqueológicos na área anexa ao portal norte da Igreja de Paço de Sousa, prevalecendo dúvidas quanto ao número exato de sepulturas que aqui se registavam.

Segue-se a zona anexa à parede norte do templo que se encontra mais próxima da entrada do atual cemitério onde seria implementada a sondagem 05. À semelhança do que se registou nas outras áreas intervencionadas, também aqui foram identificados níveis arqueológicos associados a enterramentos a pouca profundidade. Estes vestígios baseavam-se, essencialmente, em alinhamentos de estruturas em granito, de dimensões médias, que aparentavam formar as paredes laterais de sepulturas, apresentando uma orientação oeste-este. Um destes alinhamentos de estruturas em granito apresentava vestígios osteológicos, podendo tratar-se de um pequeno ossário¹⁹². Para além das sondagens referidas anteriormente, foi implementada, ao

¹⁸⁹ FONSECA, Jorge (2017, A): p. 16.

¹⁹⁰ FONSECA, Jorge (2017, A): p. 18.

¹⁹¹ Os trabalhos arqueológicos tiveram continuidade nesta sondagem, escavando-se em profundidade e acompanhando as fiadas da parede norte do templo. Os alicerces desta estrutura acabariam por ser identificados a 70 centímetros de profundidade, assentando estes no substrato rochoso. In FONSECA, Jorge (2017, A): p. 19.

¹⁹² Dada a frequência com que foram encontradas sepulturas e vestígios osteológicos nas sondagens anteriormente indicadas, aplicaram-se algumas alterações no projeto como a modificação das cotas de

longo de toda a fachada lateral norte da Igreja de Paço de Sousa, a vala 01. Nas proximidades das escadas que dão acesso à porta norte do templo, e a 40 centímetros de profundidade, foram descobertas duas esculturas em pedra. Junto a estas duas esculturas foi identificada uma nova sepultura, apresentando esta uma orientação oeste-este à semelhança do que se verificou nas outras sepulturas das sondagens anexas a esta fachada¹⁹³.

Nas áreas sul e este da capela-mor foram implementadas a sondagem 02 e a vala 03. A sondagem 02 localizava-se junto à parede sul da capela-mor e do transepto do templo, ou seja, no lado oposto onde foi aberta a sondagem 01. A escavação desta área permitiu identificar duas sepulturas escavadas na rocha de cronologia medieval e uma delas apresentava uma morfologia antropomórfica, encontrando-se esta junto à parede sul da capela-mor e cortada, na zona dos pés, pela vala de fundação da reconstrução a que esta capela foi submetida entre 1780 e 1784¹⁹⁴. O facto de, na área sul da capela-mor e do transepto (sondagem 02), se terem descoberto duas sepulturas escavadas no substrato rochoso¹⁹⁵ revela ser bastante interessante no sentido que demonstra um certo padrão no que diz respeito à utilização e aproveitamento do espaço. Isto porque na área anexa à parede norte da capela-mor e junto ao absidiolo esquerdo (sondagem 01), também foram identificadas sepulturas escavadas na rocha, ficando evidente que, tanto a zona norte como a zona sul da capela-mor da Igreja de Paço de Sousa, foram locais seleccionados de forma propositada com o intuito de se destinarem, na Idade Média, a práticas de enterramento.

fundo de vala de modo a garantir a preservação destes testemunhos funerários medievais, visto que, inicialmente, as cotas previstas para a colocação das valas iriam destruir, na totalidade, estas sepulturas. IN FONSECA, Jorge (2017, A): p. 20.

¹⁹³ FONSECA, Jorge (2017, A): pp. 20-22.

¹⁹⁴ FONSECA, Jorge (2017, A): p. 26.

¹⁹⁵ Para além destas duas sepulturas, também foram descobertos alguns materiais arqueológicos contemporâneos. No decorrer das escavações desta sondagem, foi possível alcançar os alicerces da parede sul da capela-mor e o estrato geológico, encontrando-se este a 1.5 metros de profundidade.

Os trabalhos arqueológicos nesta área prosseguiram com a escavação da vala 03, vala que se estendia por toda a ala nascente e este da capela-mor¹⁹⁶. Estas escavações dividiram-se em duas fases: inicialmente foi escavada a área entre a sondagem 02 e a ala nascente; e numa segunda fase seguiu-se a área a este da sondagem referida anteriormente, percorrendo toda a parede sul da capela-mor. Estas escavações permitiram identificar os mesmos contextos arqueológicos registados na sondagem 02 e colocar à vista mais três sepulturas escavadas no substrato saibroso. Estas três sepulturas apresentavam uma orientação oeste-este e encontravam-se cortadas pela vala de fundação do absidiolo sul. A terceira sepultura encontrada nesta área apresentava um mau estado de conservação e estava parcialmente destruída pela vala de fundação da parede sul da capela-mor¹⁹⁷.

A vala 03 abrangeu ainda as áreas junto à cabeceira da capela-mor, áreas que também seriam intervencionadas¹⁹⁸. A realização de uma escavação arqueológica junto à cabeceira da capela-mor revelou ser de extrema importância do ponto de vista histórico e patrimonial, uma vez que permitiu compreender que os trabalhos construtivos desenvolvidos aquando da reconstrução da capela-mor no século XVIII tiveram um impacto bastante negativo nos contextos arqueológicos que aqui se encontravam, e porque seria identificada uma necrópole medieval¹⁹⁹. Justifica-se a utilização do termo necrópole, uma vez que aqui foi descoberto um grande conjunto de sepulturas,

¹⁹⁶ De salientar que se procedeu à escavação destas áreas devido ao seu potencial arqueológico e porque era necessário escavar até às cotas onde seria implementado o sistema de tubagem previsto no projeto inicial, procurando assim proteger qualquer tipo de estruturas que aqui se pudessem registar.

¹⁹⁷ FONSECA, Jorge (2017, B): Relatório Final – 2ª Fase. Intervenção Arqueológica no Mosteiro de Paço de Sousa. Volume I. Arqueologia e Património. Matosinhos, p. 28.

¹⁹⁸ A área anexa à cabeceira da capela-mor foi escavada após uma primeira escavação com recurso a meios mecânicos e posterior limpeza. A escavação arqueológica desta área justificou-se devido a dois motivos: primeiro porque era necessário escavar junto à cabeceira até uma determinada cota (nível dos alicerces da parede da capela-mor), de modo a permitir, posteriormente, a colocação do sistema de tubagem; segundo, para se proceder à avaliação crono-funcional dos contextos arqueológicos identificados nesta vala.

¹⁹⁹ Para além destes vestígios arqueológicos, importa destacar outros como a descoberta de um muro em alvenaria de granito e argamassa esbranquiçada que apresentava uma orientação este-oeste e que terá sido destruído no século XVIII com a reconstrução da capela-mor, assim como vários fragmentos de cerâmica moderna (séculos XVII e XVIII). In FONSECA, Jorge (2017, B): pp. 31-32.

surgindo, novamente, a problemática relativa ao número exato de testemunhos funerários que aqui se encontravam.

No decorrer das escavações, ficou bastante perceptível que os trabalhos de reconstrução da capela-mor acabaram por provocar a destruição de um conjunto de sepulturas com orientações oeste-este. O enchimento de uma destas sepulturas era constituído por um sedimento saibroso e encontrava-se associado a um buraco circular localizado a meio da sepultura. O enchimento deste orifício circular também foi escavado, revelando uma espécie de galeria associada a uma sepultura com capeamento em xisto. A possibilidade deste orifício circular estar associado à sepultura levantava algumas questões e dúvidas, uma vez que este tipo de morfologias nestes sepulcros é invulgar. A área de escavação da zona este da capela-mor acabou por ser alargada, permitindo com que fossem identificadas mais sepulturas com morfologias variadas²⁰⁰. O facto de se registar uma grande quantidade de sepulturas com diferentes morfologias permitiu, ao longo dos trabalhos arqueológicos, interpretar e analisar a tipologia deste conjunto sepulcral²⁰¹.

O primeiro nível de enterramentos na área este da capela-mor era caracterizado pelo predomínio de sepulturas estruturadas em pedra de granito. Estas apresentavam uma orientação oeste-este, à semelhança do que se registou na maioria das sepulturas identificadas, e encontravam-se delimitadas por paredes laterais em pedra de granito e com capeamento em lajes de granito²⁰². Num segundo nível, ou seja, um nível de enterramento mais antigo, registavam-se duas sepulturas que pertenciam a uma outra tipologia. Uma destas sepulturas era de sub-adulto e a segunda apresentava um orifício na zona central, tratando-se ambas de sepulturas escavadas no substrato saibroso e

²⁰⁰ FONSECA, Jorge (2017, B): p. 33.

²⁰¹ O desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos encontrava como principal obstáculo o facto da área de escavação ser insuficiente perante o tipo de contexto arqueológico que se registava, uma vez que a maioria das sepulturas se estendiam para fora dos limites das áreas escavadas ou encontravam-se cortadas por ações posteriores. Deste conjunto sepulcral, apenas registavam-se duas sepulturas que não se estendiam para fora dos limites nem se encontravam cortadas. Assim, apenas estas possibilitaram uma escavação completa e uma análise morfológica e tipológica mais pormenorizada. In FONSECA, Jorge (2017, B): p. 33.

²⁰² Devido a encontrarem-se parcialmente fora dos limites da área de escavação, não foi possível intervir nos contextos de todas as sepulturas, destacando-se ainda a descoberta de um pequeno ossário junto à parede este da capela-mor. In FONSECA, Jorge (2017, B): p. 34.

constituídas por uma vala de grandes dimensões com forma sub-retangular, paredes com pouca inclinação e fundo aplanado. A cavidade sepulcral encontrava-se na área central e esta era coberta por lajes de granito e/ou xisto. Registavam-se ainda duas estelas em granito que delimitavam o espaço sepulcral (uma na zona da cabeceira e outra nos pés), encontrando-se estas «*in situ*» em duas sepulturas. De salientar que a tipologia anteriormente referida era a que se registava por toda a área de escavação (área este da capela-mor). Algumas destas sepulturas, para além de se encontrarem cortadas na zona da cabeceira pela vala da capela-mor, também foram, ao longo do tempo, perturbadas e preenchidas com terra e pedras na Idade Moderna²⁰³.

Para além das duas sepulturas anteriormente referidas, foi identificada, na zona central da área escavada e ao lado da sepultura com o orifício, uma outra sepultura, com a mesma tipologia, mas cronologicamente mais antiga. Esta sepultura é bastante curiosa no sentido que se prolongava por baixo das duas sepulturas já descritas, ou seja, esta não estava totalmente escavada na rocha. Neste sentido, e devido às questões levantadas aquando da descoberta desta terceira sepultura, procedeu-se à escavação do primeiro depósito saibroso do seu enchimento e, posteriormente, a uma escavação em profundidade apenas na zona da cabeceira de modo a adquirir uma leitura das unidades estratigráficas desse mesmo enchimento. Com estas escavações foi possível compreender que esta terceira sepultura apresentava: um primeiro enchimento amarelado, saibroso, compactado e associado a duas estelas em granito; um orifício semicircular identificado abaixo do primeiro enchimento e localizado na zona dos pés da sepultura; outros enchimentos que consistiam em depósitos saibrosos não tão compactados como o primeiro enchimento; e uma cavidade sepulcral na zona central com capeamento em lajes de granito onde se encontravam integrados xisto e material de construção²⁰⁴.

Nesta fase das escavações, foram identificadas duas sepulturas com um orifício semicircular, algo pouco comum neste tipo de estruturas sepulcrais. Inicialmente,

²⁰³ FONSECA, Jorge (2017, B): pp. 33-34.

²⁰⁴ FONSECA, Jorge (2017, B): pp. 35-36.

quando se descobriu a primeira sepultura com orifício, prevalecia a ideia de que se tratava de um elemento criado num momento histórico posterior ao da criação destas sepulturas. Contudo, o mesmo verificava-se numa nova sepultura, registando-se um certo padrão e confirmando a possibilidade de que estes orifícios estabelecidos na estrutura das sepulturas foram realizados aquando do desenvolvimento das sepulturas²⁰⁵.

Com base nos dados adquiridos, e uma vez que se identificou uma segunda sepultura com um orifício, procedeu-se à escavação da primeira sepultura identificada com um orifício circular. A escavação focou-se apenas na zona da cabeceira, permitindo identificar duas pedras em granito a fechar o capeamento, assim como vestígios osteológicos²⁰⁶, algo que já se tinha registado em sepulturas identificadas noutras áreas anexas ao Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa²⁰⁷.

Segue-se a área este da ala nascente onde seriam estabelecidas a vala 02²⁰⁸ e a sondagem 03, estendendo-se esta pela área entre a parede da ala nascente e o muro de contenção da «Quinta do Gaiato». Aqui foi identificada mais uma sepultura escavada no substrato saibroso com uma orientação oeste-este²⁰⁹. Esta sepultura era constituída por um capeamento em pedras de granito com proporções médias/grandes e encontrava-se inserida numa vala retangular de maiores dimensões em comparação com a sepultura. Tendo em conta as características morfológicas e tipológicas desta sepultura,

²⁰⁵ FONSECA, Jorge (2017, B): p. 36. Estes orifícios foram estabelecidos para o escoamento de líquidos de decomposição.

²⁰⁶ FONSECA, Jorge (2017, B): pp. 36-37

²⁰⁷ As escavações da área este da capela-mor ficaram concluídas com a escavação dos depósitos mais antigos que se encontravam nesta área, sendo estes de cronologias mais antigas comparativamente às das sepulturas. Durante a escavação destes depósitos, foram identificados alguns fragmentos de cerâmica com cronologia medieval. In FONSECA, Jorge (2017, B): p. 39.

²⁰⁸ A vala 02 estendia-se ao longo de toda a parede este do claustro do mosteiro. Contudo, nesta área apenas foi identificado um conjunto de estruturas em granito associadas à porta da ala nascente, correspondendo estas estruturas a uma fase em que as cotas de acesso à Igreja de Paço de Sousa eram mais baixas. In FONSECA, Jorge (2017, A): p. 34. Estas estruturas foram descobertas no decorrer da primeira intervenção arqueológica, sendo que na segunda fase dos trabalhos, foram identificados depósitos com cronologias modernas e contemporâneas. Os níveis estratigráficos que aqui se registavam permitiram identificar um conjunto de níveis arqueológicos anteriores à construção setecentista, ou seja, níveis com cronologias medievais. In FONSECA, Jorge (2017, B): p. 46.

²⁰⁹ Para além desta sepultura escavada na rocha, também foram descobertos fragmentos de cerâmica medievais nos níveis arqueológicos de cronologia medieval.

é possível afirmar que era bastante semelhante às outras sepulturas identificadas na área anexa à cabeceira da capela-mor²¹⁰. A intervenção arqueológica na área este da ala nascente ficou concluída sem se ter alcançado o substrato rochoso, permanecendo dúvidas se mais algum espólio ou mais alguma sepultura seria encontrada nesta área se tivesse sido alcançado o substrato rochoso.

Por fim, importa referir os vestígios arqueológicos que foram descobertos na zona do claustro do mosteiro, espaço onde foram implementadas as valas 04²¹¹ e 05, juntamente com a sondagem 06. Na área junto às paredes do transepto e sacristia (sondagem 06), foram identificadas mais duas sepulturas escavadas na rocha com uma orientação oeste-este. Uma destas sepulturas ainda preservava o capeamento em lajes de granito, lajes essas que se encontravam dispostas transversalmente na horizontal²¹². O corredor este do claustro também foi escavado (vala 05), permitindo identificar níveis de ocupação de época medieval/moderna e a descoberta de mais uma sepultura escavada na rocha, com capeamento em lajes de granito, de cronologia medieval²¹³.

Sobre a cronologia deste conjunto de sepulturas que foram identificadas nas áreas anexas ao Mosteiro de Paço de Sousa, nos dois relatórios desenvolvidos pela «Arqueologia e Património» é apenas referido que estas estruturas são medievais. As informações provenientes destes dois relatórios, assim como as imagens dos planos finais das sondagens e valas intervencionadas, revelam ser insuficientes para compreender as tipologias destas sepulturas e suas cronologias. Contudo, tendo em consideração as reformas construtivas que o mosteiro sofreu ao longo dos tempos, o conhecimento de que dispomos nos nossos dias relativamente às cronologias destas

²¹⁰ FONSECA, Jorge (2017, A): p. 30.

²¹¹ A vala 04 foi estabelecida, inicialmente, no interior da capela localizada na sacristia, e, posteriormente, no exterior da sacristia, estendendo-se até à escadaria que se regista no corredor norte do claustro do mosteiro. Aqui, apenas foram identificados alguns depósitos contemporâneos, relacionados com os trabalhos de restauro desenvolvidos pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais no século XX. In FONSECA, Jorge (2017, A): p. 36.

²¹² Nesta área e nesta sondagem, o substrato rochoso encontrava-se a 50 centímetros de profundidade.

²¹³ Para além dos vestígios arqueológicos referidos anteriormente, foi ainda descoberto um capitel em granito decorado com um felino numa das faces e elementos vegetalistas nas restantes, também de cronologia medieval. In FONSECA, Jorge (2017, B): pp. 52-53. Este capitel encontra-se atualmente no claustro do mosteiro.

formas de enterramento, e a organização que as sepulturas do Mosteiro de Paço de Sousa apresentam, permite-nos aprofundar mais esta questão de modo a perceber em que período estas sepulturas foram desenvolvidas.

A primeira Igreja de Paço de Sousa foi fundada no ano de 956 e a cerimónia de sagração da Capela do Corporal realizou-se a 29 de setembro de 1088 por D. Pedro, bispo de Braga. A igreja primitiva seria submetida a trabalhos construtivos em meados do primeiro quartel do século XIII, momento em que se procedeu à construção da igreja românica. Esta reforma construtiva ficou concluída no ano de 1258. Nessa altura, e a par de outras modas de enterramento, continuavam a ser criadas e utilizadas sepulturas escavadas na rocha, que nos aparecem associadas aos alicerces românicos e que foram truncadas pela ampliação moderna da capela-mor. Como já foi referido anteriormente, as sepulturas escavadas na rocha tiveram origem no século VII, com soluções não antropomórficas e com largos encaixes de tampa rebaixados. O auge de utilização destas formas de enterramento ocorreu entre o século IX e XI, período em que os cemitérios rupestres eram caracterizados pela utilização simultânea de sepulturas não antropomórficas e antropomórficas. O recurso a estas soluções prolongou-se até aos séculos XII e XIII, acabando por ser, progressivamente, substituídas por outras formas de enterramento.

As sondagens e valas escavadas no decorrer das duas intervenções arqueológicas localizavam-se em áreas anexas à igreja românica do século XIII. Nos dois relatórios não é dito que as sepulturas identificadas estavam cortadas pelas valas de fundação das paredes que delimitavam o templo, à exceção das sepulturas das sondagens 01 e 02 e da vala 03. Nestas sondagens e vala algumas das sepulturas estavam cortadas pela vala de fundação das paredes da capela-mor, algo compreensível tendo em conta que, entre 1780 e 1784, foram realizados trabalhos construtivos que resultaram numa grande ampliação desta capela.

Nas áreas anexas ao Mosteiro de Paço de Sousa foram identificadas sepulturas antropomórficas e não antropomórficas. Tendo em consideração que estas sepulturas, assim como outros vestígios arqueológicos identificados na sondagens e valas escavadas (caixões, esculturas, ...), encontravam-se implementados seguindo o alinhamento das

paredes que delimitam o templo, que a utilização destas formas de enterramento estendeu-se até aos séculos XII e XIII, e que a construção da igreja românica ficou concluída em 1258 (século XIII), prevalece a ideia de que as sepulturas do Mosteiro de Paço de Sousa continuaram a ser implementadas depois do ano de 1258. Para além disto, fica por responder se haveria mais sepulturas nas áreas periféricas da capela-mor medieval, ou seja, antes dos trabalhos modernos realizados entre 1780 e 1784.

Os vestígios arqueológicos identificados aquando das intervenções arqueológicas realizadas pela «Arqueologia e Património» revelaram ser de extrema importância. Estes possibilitaram a angariação de informação bastante pertinente, uma vez que permitiram compreender que os espaços periféricos do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, na Idade Média, destinaram-se a fins funerários. Aqui foram estabelecidos vários tipos de sepulturas, nomeadamente sepulturas escavadas na rocha, chegando até aos nossos dias vestígios osteológicos depositados nestas mesmas estruturas, comprovando a sua utilização como espaços para a deposição dos corpos dos defuntos. Para além disto, a escavação de diferentes áreas anexas ao mosteiro possibilitou a identificação de estruturas de diferentes períodos históricos, acabando estas por cair no esquecimento ou sendo mesmo demolidas devido às sucessivas reformas construtivas a que este mosteiro foi submetido. Contudo, estes testemunhos revelam ser de grande importância, permitindo ter uma perspetiva da disposição arquitetónica do mosteiro em tempos anteriores e que impacto tiveram as reformas construtivas na arquitetura deste espaço religioso.

3.2. Egas Moniz e os seus dois monumentos funerários

Egas Moniz, o «Aio», foi uma figura de grande importância para Paço de Sousa e respetivo mosteiro²¹⁴. Para além de ter exercido os seus direitos patronais no Mosteiro

²¹⁴ Em Paço de Sousa encontramos alguns monumentos que, possivelmente, encontram-se relacionados com Egas Moniz. Temos vários exemplos como o Carvalho de Gamuz, Fonte de Gamuz, Ponte de Gamuz, Presa de Gamuz, Ribeiro de Gamuz, Terreiro de Gamuz, a Torre de Egas Moniz e o Túmulo de Egas Moniz. Manuel Ferreira Coelho (1981) interpreta o nome “*Gamuz*” como uma abreviatura do nome de Egas Moniz, ou seja, a junção destes dois nomes num só. Assim, os monumentos e locais anteriormente

do Salvador de Paço de Sousa e realizado importantes doações, seria aqui sepultado, mais precisamente na Capela de Santa Maria do Corporal, no ano de 1146²¹⁵. Quando visitamos o mosteiro, o nosso olhar rapidamente é cativado pela “arca tumular” de Egas Moniz que se encontra na nave sul junto ao portal principal. Esta “arca” tumular corresponde a um dos vários testemunhos funerários que se encontram no Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, destacando-se dos demais devido à ligação de Egas Moniz com D. Afonso Henriques e às representações presentes nos painéis deste testemunho funerário.

Mas antes de analisar os dois monumentos funerários de Egas Moniz, importa perceber quem foi, verdadeiramente, Egas Moniz. Fruto do casamento entre Mónio Ermiges de Riba Douro e D. Oroana, nasceram Egas Moniz, o «Aio», e os seus dois irmãos Ermígio Moniz (1085-1135) e Mendo Moniz (1090-1154). Persistem ainda algumas dúvidas envolvendo Egas Moniz e o seu irmão mais velho Ermígio Mendes, referindo José Mattoso (2006) que D. Afonso Henriques ficaria, ao longo da sua juventude, aos cuidados de Egas Moniz, homem de grande confiança na corte de D. Henrique, ficando Egas Moniz daí em diante conhecido como o “Aio” de Afonso Henriques²¹⁶. Contudo, o facto de Ermígio Mendes ser o irmão mais velho de Egas Moniz, com maior autoridade relativamente a questões familiares e políticas, levantou algumas dúvidas, ao longo dos

indicados poderão corresponder a memórias desenvolvidas em Paço de Sousa e dedicadas a este prestigiante membro da família dos Ribadouro. In COELHO, Manuel Ferreira (1981): Egas Moniz na Toponímia de Paço de Sousa. Separata de «Penafiel- Boletim Municipal de Cultura». Penafiel.

²¹⁵ Sobre a relação de Egas Moniz com o Mosteiro de Paço de Sousa e o facto do «aio» de D. Afonso Henriques ter sido aqui sepultado, João de Barros indicava no século XVI: «*Aly (no Mosteiro de Paço de Sousa) fez sua morada Dom Egas Monis, amo e grande privado d’el rei Do[m] Affonso Anriques onde parece que, alem de o edificar, deixou a mor parte de sua fazenda, e ja em seu tempo este mosteiro tinha principio posto que era couza pouca. Elle jaz ahi em huma capella que chamão corporal, em hum moimento de pedra (...)*». In BARROS, João de (2019): p.157.

²¹⁶ Pode-se ler na «Crónica de 1419» o pedido que Egas Moniz fez ao conde D. Henrique, pai de D. Afonso Henriques: «*Senhor, eu vos peço que qualquer cousa que vossa molher, a rainha Dona Tareja, parir, ora seja homem, ora seja molher, que vós mo deis e eu o criarei*». Nesta mesma crónica, é referido que Egas Moniz quando soube que Afonso Henriques já tinha nascido, «*cavalgou muito azinha e veio-sse a Guimarães, onde o conde era, e pedio-lhe por merçe que lhe desse o filho que lhe nascera para o aver de criar*». In MATTOSO, José (2006): D. Afonso Henriques. Coleção Reis de Portugal. Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. Lisboa, p. 25.

séculos, se terá sido Ermígio Mendes o verdadeiro aio de D. Afonso Henriques, ou se foi Egas Moniz como as fontes históricas o têm vindo a defender.

Apesar da problemática anteriormente apresentada, é inegável a importância que Egas Moniz teve no reinado de D. Afonso Henriques e o seu legado para a história nacional. No âmbito da *gesta* de Egas Moniz, destaca-se a construção mítica criada em torno do episódio do cerco de Guimarães, levantado pelos leoneses no ano de 1127. Egas Moniz terá sido o responsável pelas negociações de paz que fizeram com que o cerco fosse levantado mediante, *pretende a estória*, a promessa de que D. Afonso Henriques prestasse vassalagem a D. Afonso VII, rei de Leão. Visto que esta promessa não seria cumprida por D. Afonso Henriques e como Egas Moniz tinha sido o responsável pelas negociações de paz, este acabaria por ser consumido por um sentimento de culpa, deslocando-se, acompanhado pela mulher e filhos, até Toledo. Nesta deslocação, Egas Moniz e a sua família teriam levado cordas envoltas nos seus pescoços, demonstrando que, uma vez que o acordo não tinha sido cumprido, deixavam as suas vidas à mercê de D. Afonso VII²¹⁷. Dada a importância e até mesmo o carácter mitológico atribuído a este episódio da vida de Egas Moniz²¹⁸, muitos historiadores acreditam que num dos painéis da “arca” tumular que se encontra na Igreja de Paço de Sousa está representada a conhecida «Jornada a Toledo», uma temática que continua a não ser consensual²¹⁹.

²¹⁷ SANTOS, Diana (2008): Românico do Vale do Sousa. Rota do Românico do Vale do Sousa, p. 264.

²¹⁸ A Jornada a Toledo não é o único episódio mitológico ao qual a figura de Egas Moniz se encontra associada, destacando-se também o milagre de Santa Maria de Cárquere. Segundo a lenda, Afonso Henriques terá nascido com pernas tortas e corcunda, ou seja, apresentando uma estatura física debilitada. Egas Moniz, sendo o responsável por aquele que viria a ser o primeiro rei de Portugal, e devoto de Virgem Maria, realizava várias orações pedindo saúde e robustez para Afonso Henriques. Quando este tinha cerca de cinco anos de idade, Egas Moniz sonhou com Nossa Senhora e que esta lhe ordenara que levasse Afonso Henriques até à Igreja de Cárquere, em Resende, com o intuito deste ser “curado”. Egas Moniz assim o fez, deslocando-se até esta igreja e acompanhado por Afonso Henriques, colocando o seu corpo no altar onde realizou várias orações. Com o passar do tempo, o “Aio” adormeceu e quando acordou, Afonso Henriques tinha sido curado por graça de Nossa Senhora, tendo regressado à corte e, em forma de agradecimento, o Conde D. Henrique mandara construir, junto à igreja onde terá acontecido este milagre, o Mosteiro de Santa Maria de Cárquere. In CRUZ, Isabel (S/D): A Lenda de Santa Maria de Cárquere- Resende. Portugal de Les a Les: <https://portugaldelesales.pt/lenda-santa-maria-carquere-resende/> (consultado em 22/02/2023).

²¹⁹ Temos o exemplo de João de Barros referindo que «*Elle jaz ahi jaz neste mosteiro, em huma capella que chamão corporal em hum muimento de pedra e está esculpido nelle ao redor da maneira que se foi apresentar a el rei de Castella com a molher e filhos, com os barços nas gargantas, coando lhe prometeo levar as suas Cortes a el rey Dom Afonço (...)*». In BARROS, João de (2019): p. 286.

Egas Moniz casou numa primeira vez com D. Doroteia Pais, e, mais tarde, com D. Teresa Afonso. Do primeiro casamento teve cinco filhos: D. Lourenço Viegas, D. Afonso Viegas, D. Mendo Viegas, D. Rodrigo Viegas e D. Hermígio Viegas. Do segundo casamento com D. Teresa Afonso teria mais quatro filhos: D. Dórdia Viegas, D. Soeiro Viegas, D. Elvira Viegas e D. Urraca Viegas. Egas Moniz reuniu, ao longo da sua vida, vários domínios, uma vez que pertencia à família dos Ribadouro, uma das linhagens mais importantes no contexto nacional, doando parte destes domínios ao Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, distribuindo a restante pela sua descendência²²⁰.

Apesar “da arca tumular” do “Aio” de D. Afonso Henriques ser um dos focos de interesse do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, também temos outros testemunhos funerários como sarcófagos, tampas de sepulturas, sepulturas escavadas na rocha e vestígios epigráficos que serão analisados com maior detalhe mais à frente.

A “arca” tumular de Egas Moniz que podemos observar nos nossos dias é o resultado da junção de dois monumentos funerários num só: o primeiro do século XII (que designaremos túmulo ou memória²²¹); e o segundo, mais tardio, de finais do século XIII (cenotáfio). Nos nossos dias, esta “arca” tumular encontra-se no interior da Igreja de Paço de Sousa, mais precisamente na nave sul junto da fachada ocidental, para onde foi deslocada recentemente, depois de, durante os trabalhos de restauro desenvolvidos pela DGEMN entre 1937 e 1939, que foram responsáveis pela atual organização das

²²⁰ A D. Afonso Viegas «o Moço», seriam atribuídos os domínios de Alvarenga, Figueira e Lumiares, assim como os coutos de Mões e Moledo; a Soeiro Viegas as honras de Vila Cova e Fonte Arcada; Elvira Viegas as honras de Britiande e de Canelas; e a Dórdia Viegas as honras de S. João de Pendilhe e de Moázeres e o couto de Tuías. Os restantes domínios pertencentes à família como as honras de Tarouquela, Santa Eulália, Argeriz, Pendilhe, Caria, Entre-os-Rios e o couto de Canaveses terão sido administrados em conjunto por todos os descendentes de Egas Moniz, permanecendo algumas dúvidas relativamente ao direito da família dos Coelho quanto à herança do “Aio” de D. Afonso Henriques. In MATTOSO, José (1985): Portugal Medieval. Novas Interpretações. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Temas Portugueses, p. 417.

²²¹ Sobre esta primeira memória funerária de Egas Moniz, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1986) refere: «A escultura é muito tosca, pouco relevada e de volume arredondado. Parece-nos que o cenotáfio de Egas Moniz, o qual morreu à volta de 1146, se deverá datar já dos anos finais do século XII». In ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986): p. 162.

pedras, ter sido colocada no absidiolo norte da igreja²²². Apesar do local não ser o mais apropriado e não contribuir para a sua valorização, a “arca” tumular de Egas Moniz corresponde a um dos principais mecanismos de preservação de memória dos séculos XII e XIII no contexto nacional.

Como já referimos, ao longo dos tempos, as pedras que constituem a “arca” tumular de Egas Moniz estiveram depositadas em diferentes áreas do Mosteiro de Paço de Sousa. Na Idade Média, o túmulo e o cenotáfio de Egas Moniz encontravam-se na Capela do Corporal²²³, de topo contra uma das paredes²²⁴. Com a demolição desta capela no ano de 1605, as pedras desta “arca” funerária seriam transferidas para o interior da capela-mor da Igreja de Paço de Sousa²²⁵, transladação realizada por D. Frei Martinho Golias, abade trienal do mosteiro²²⁶. Durante o processo de transladação, ficou perceptível que os ossos de Egas Moniz, que se encontravam num túmulo dos palmos abaixo da memória funerária, não estavam completos, registando-se apenas alguns ossos correspondentes aos braços, pernas e parte da cabeça, juntamente com os ferros das armas e da bainha da espada²²⁷.

²²² A Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1939) sobre a arca funerária de Egas Moniz refere: «*Êsse túmulo tem sido sempre, e com justa razão, um dos mais venerados títulos de nobreza do velho tempo monástico*» (pp. 9).

²²³ Frei Leão de São Tomás (1644-1651) descreve o túmulo de Egas Moniz afirmando: «*Neste corporal sepultarão Egas Moniz levantandolhe sobre a sepultura hum moimento alto de pedra, merecendo elle hum magnifico mausoleo abrindolhe na mesma pedra hum epitáfio (...). Quer dizer. Aqui descansa o filho de Deos Egas Moniz varão esclarecido era 1184. Que vem a ser anno de Christo mil, & cento, & corenta & seis, & em que morreo*» (p. 274).

²²⁴ José Monteiro de Aguiar (1928) indica que tendo em consideração as regras litúrgicas relativas ao sepultamento de figuras de prestígio como a de Egas Moniz, este estaria tumulado na Capela de Santa Maria do Corporal com a cabeça direcionada para o seu altar-mor, ou seja, com os pés para nascente e cabeça voltada para poente.

²²⁵ Relativamente a esta questão, Frei António Brandão (1632) na obra «*Monarquia Lusitana*» refere: «*estava esta sepultura em Capela particular à entrada da Igreja, não há muito tempo que se mudou para a Capella mór, aonde permanece, ainda que oje se não pode ver toda em circuito, por ficar encostada na parede da mesma Capella*» In BRANDÃO, Frei António (1632): *Monarquia Lusitana*. Parte III. Lisboa, p. 97.

²²⁶ Abílio Miranda (1944) indica que, aquando desta transladação, D. Frei Martinho Golias fez algumas alterações no epitáfio de Egas Moniz: «*Na ocasião da mudança dos cenotáfios, da igreja do corporal para a capela-mor, o P.^e Golias mandou gravar a legenda da era, que, por sinal, se refere ao ano de Cristo*». In MIRANDA, Abílio (1944): «*As Legendas do Túmulo de Egas*». *Douro Litoral*, 1.^a Série, Volume IX, Porto, p. 31.

²²⁷ Uma vez que os restos osteológicos de Egas Moniz não estavam completos aquando do processo de transladação, acredita-se que o túmulo terá sido violado em momentos cronológicos anteriores.

Frei Leão de S. Tomás (1644-1651) descreve ao pormenor o processo de abertura do túmulo de Egas Moniz por D. Frei Martinho Golias, referindo que este abade se deslocou até à Capela de Santa Maria do Corporal, acompanhado pelos Padres Pregadores Frei Bento de Lisboa, Frei Graciano do Espírito Santo e Frei Diogo da Ascensão, e que quando abriu o túmulo do “Aio”: *«não achou dentro delle cousa alguma, & considerando como prudente, que debaixo daquelle cenotáfio devia Egas Moniz ser sepultado, não ficou frustrado em seu pensamento. Porque cavando três palmos com suas próprias mãos (tão empenhado estava no descobrimento daqueles ossos), descobrio hum carneyro fechado e abobada de pedra fina, & be lavrada, aqual abrindo com ferro, vio que era de altura de hu homem proporcionado, & entrando o Abbade dentro do dito carneyro achou os ossos que buscava envoltos em cal, principalmente a caveyra, as canas dos braços, & as suas pernas»*, acrescentando ainda que *«acharãosse também muytos ferros meynos gastados, que mostravão ser de suas armas, & suas guardas da espada»*²²⁸. Segundo D. Frei Leão de S. Tomás, os ossos e os ferros descobertos por D. Frei Martinho Golias seriam envoltos em panos de seda preta e colocados na zona do convento do mosteiro para o povo os conseguir observar.

Para além do túmulo de Egas Moniz, também o de seu filho, Mendo Viegas, que se encontrava ao lado do do «Aio», foi aberto por D. Frei Martinho Golias, referindo Frei Leão de São Tomás (1644-1651): *«E prosseguindo no descobrimento das sepulturas dos filhos, que ficavão a mão direyta do tumulo do Pay, achousse outro carneyro ainda q não tão grande, & desfazendoo acharão dentro delle hus poucos d’ossos meudos como de gente de pouca idade, com os cabelos da cabeça como fios dourado. & alguns ferros gastados que mostravam ser de armas, & esporas»*²²⁹. Os restos osteológicos de Mendo Viegas e de Mendo Moniz, irmão de Egas Moniz, também foram transferidos para a capela-mor da Igreja de Paço de Sousa e guardados na zona da Epistola num saco de pano. Na zona da Epistola seriam colocados uns letreiros em pergaminho com as

²²⁸ SÃO TOMÁS, Frei Leão de (1644-1651): p. 275.

²²⁹ SÃO TOMÁS, Frei Leão de (1644-1651): pp. 275-276.

informações de onde foram transladados estes vestígios osteológicos e respetiva data, de modo a garantir a preservação desta informação histórica²³⁰.

No ano de 1605 os dois monumentos funerários de Egas Moniz foram transferidos da Capela do Corporal para a capela-mor da Igreja de Paço de Sousa, ficando expostos de maneira distinta daquela que apresentavam quando se encontravam na Capela do Corporal. Quando o cenotáfio foi transferido em 1605, este foi colocado contra a parede do lado do Evangelho, disposição que exigia que a leitura dos seus relevos fosse realizada da esquerda para a direita. Sublinhe-se que, quando o cenotáfio de Egas Moniz se encontrava na Capela dos Fregueses, a leitura dos relevos era iniciada pelo lado nascente, mas na capela-mor a leitura tinha início pelo lado poente²³¹.

Na Idade Moderna, foram realizados trabalhos construtivos na capela-mor da Igreja de Paço de Sousa, renovação essa ordenada por D. Frei Manuel das Neves no ano de 1741. Estes trabalhos obrigaram a que a memória funerária de Egas Moniz e os restantes sarcófagos removidos da Capela do Corporal em 1605 fossem desmontados e dispersos pelas naves da Igreja de Paço de Sousa. D. Frei Manuel de S. Tomás foi o responsável pela reconstrução da capela-mor entre 1780 e 1784, transferindo as pedras do túmulo de Egas Moniz para a nave esquerda da respetiva igreja²³². Relativamente a esta transferência do túmulo de Egas Moniz para o corpo do templo, José Augusto Vieira (1887) indica que *«o túmulo foi removido para a capella-mór e em 1784 para o corpo da egreja, sendo provável que na primeira ou segunda remoção, por não caber no lugar a que fôra destinado, os frades aproveitassem apenas a fachada do monumento fúnebre, que lá se conserva ainda, e abandonassem o sarcophago propriamente dito»*²³³.

Só em 1929, aquando dos trabalhos de restauro desenvolvidos pela DGEMN, é que o túmulo de Egas Moniz foi reconstruído, numa solução que teve como responsáveis os

²³⁰ COELHO, Manuel Ferreira (1981): p. 67.

²³¹ AGUIAR, José Monteiro de (1928): p. 91.

²³² Esta decisão de D. Frei Manuel das Neves gerou bastante indignação e descontentamento no povo, referindo D. Frei António da Assunção Meireles (1799) que: *«(...) sendo a Comunidade a grosaria deste procedim.^{to} e o mais que á forsa de rógos, e censúras pode conseguir da inflexível, e teimosa obstinação d'aquele indiscreto Preládo, foi a conservação das pedras, que sem ordem, e escalabradas com a mudança, se colocarão nas paredes do corpo da Igreja (...)*» (p. 103).

²³³ VIEIRA, José Augusto (1887): p. 550.

arquitetos Baltazar de Castro, Adões Bermudes e o Dr. Pedro Vitorino²³⁴. Jorge Rodrigues (2014) indica que, antes dos trabalhos de restauro da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, as pedras que constituem a arca tumular de Egas Moniz encontravam-se junto ao portal sul da Igreja de Paço de Sousa. Neste sentido, a DGEMN tomou iniciativa de reunir, num só monumento, as pedras dos dois monumentos²³⁵, que, desde a ampliação da capela-mor decidida por D. Frei Manuel de S. Tomás, em 1784, estavam dispersas pela nave esquerda do templo. A “arca” tumular, resultado da junção das pedras tanto do túmulo do século XII como do cenotáfio do século XIII, seria exposta no absidiolo do Evangelho²³⁶. Contudo, como essa localização dificultava a realização do culto religioso, este testemunho funerário acabaria por ser, mais uma vez, transferido, no ano de 1960, para junto da fachada ocidental, à direita da entrada principal do templo religioso, local onde acabaria por permanecer até aos nossos dias²³⁷.

O túmulo de Egas Moniz gera ainda bastante controvérsia devido às diversas teorias que se foram desenvolvendo relativamente ao seu simbolismo, significado e constituição, uma vez que, depois de 1605, o túmulo do “Aio” de D. Afonso Henriques foi desmontado várias vezes e as suas pedras misturadas, desorganizadas e dispersas por diferentes

²³⁴ Durante a realização dos trabalhos de restauro pela DGEMN, mais precisamente a 31 de agosto de 1929, as cinzas de Egas Moniz foram armazenadas no interior de um pequeno cofre/urna e colocadas no interior do cenotáfio que, há data, estava exposto no absidiolo esquerdo do templo.

²³⁵ Sobre os dois monumentos funerários de Egas Moniz, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1986) indica: «Entre os túmulos românicos portugueses mais celebrados está o de Egas Moniz, no Mosteiro de Paço de Sousa. Tal como hoje se apresenta, este monumento incorpora elementos pertencentes a dois cenotáfios diferentes, de época e estilos bem distintos. Do mais antigo resta-nos a tampa com inscrição e as duas pedras laterais, esculpidas». In ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986): p. 162.

²³⁶ Aquando da venda do Mosteiro de Paço de Sousa em hasta pública no ano de 1834, o pequeno cofre com os restos mortais de Egas Moniz foi guardado numa das gavetas dos móveis que se localizavam na zona da Sacristia. Basílio Dias (1979) indica que o cofre seria aberto novamente, citando um documento que intitula como “Auto da Abertura da Urna Mortuária de Egas Moniz”, datado de 1880, onde se pode ler: «... se procedeu á abertura da Urna, dentro da qual, só se encontrou ossos em pó, e alguns bocados d’elles, presumindo-se ser partes de tíbias, ou rótulas d’ellas (...) resolveu a Junta de parochia sob proposta do Administrador do Concelho, que a Urna fosse outra vez soldada e colocada no lugar aonde estava o qual é o túmulo de Egas Moniz, sito na Igreja parochial da mesma freguesia do lado direito do corpo da Igreja – Lado do Evangelho – o que assim se cumprio» In DIAS, Basílio de Sousa (1979): “D. Egas Moniz e seu Túmulo em Paço de Sousa”. Penafiel, Boletim Cultural. 2ª Série, Nº1. Edição da Câmara Cultural. p. 12.

²³⁷ RODRIGUES, Jorge (2014): p. 24.

áreas da Igreja de Paço de Sousa. Assim, a constituição original deste túmulo perdeu-se, prevalecendo a ideia de que o testemunho funerário que vemos nos nossos dias não corresponde àquele que se encontrava na Capela do Corporal até ao ano de 1605. José Mattoso (1985) refere que, aquando dos trabalhos de restauro da DGEMN, foram reunidas diversas pedras com o intuito de se proceder à reconstrução da memória funerária de Egas Moniz. Contudo, durante o processo de reconstrução, não se percebeu que as pedras pertenciam a dois túmulos de épocas distintas.

Mário Barroca (1997) refere que a memória do século XII não era um túmulo comum encerrando uma cavidade destinada à deposição do corpo do defunto²³⁸. Isto está de acordo com as informações fornecidas por diversas fontes históricas, que apontam que Egas Moniz foi sepultado numa campa rasa, aberta a certa profundidade, e que, por cima desta, se encontrava um monumento fúnebre em homenagem ao «Aio»²³⁹. Este monumento contava com duas pedras que encostavam uma na outra sem apresentar uma cavidade mortuária entre si. Esta primeira memória assinalava assim o local onde Egas Moniz foi sepultado, apresentando esta uma tampa com uma inscrição funerária (epitáfio)²⁴⁰. O monumento funerário do século XII era constituído por duas pedras de grandes dimensões, rematadas por uma tampa em duas águas.

No decurso do século XIII, o túmulo de Egas Moniz, com o seu epitáfio, acabaria por ser substituído pelo cenotáfio, referindo Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1986) que: *«depois, certamente aquando das obras da actual igreja ou do arranjo do edifício funerário, lateral, fez-se, para os restos do aio e fundador do mosteiro, um novo sarcófago»*²⁴¹. Este cenotáfio era constituído por várias pedras onde foram esculpidas

²³⁸ Manuel Real (1986) sobre o túmulo do século XII refere: *«En premier lieu, il conveniente de rappeler qu'Egas Moniz ne fut pas placé dans un sarcophage mais bien enterré dans une tombe de pierre fine, et bien travaillée... de la hauteur d'un homme bien proportionné»*. In GRAF, Gerhard (1986): *La Tombeau d'Egas Moniz*. Portugal Roman. Le Sud Du Portugal. Zodiaque, la nuit des temps. Yonne, p. 287.

²³⁹ Frei António da Assunção Meireles (1799) confirma que na Capela do Corporal, por cima do túmulo de Egas Moniz, encontrava-se o cenotáfio do “Aio” de D. Afonso Henriques: *«Por baixo do Cenotáfio estava a sepultura d'Egas Moniz, de pedra fina, bem lavrada, cuberta com capas...»* (p. 102).

²⁴⁰ BARROCA, Mário (1997): p. 660.

²⁴¹ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986): p. 162. Manuel Real (1986) sobre o túmulo do século XII de Egas Moniz indica: *«s'érigeait un monument décoré de scènes qui donnaient du lustre au lieu dans lequel reposaient les restes mortels du personnage célèbre. Il s'agissait par consequente d'un simple cenotaph et non d'un Tombeau à proprement parler»*. In GRAF, Gerhard (1986): p. 287.

diferentes cenas representando episódios que se julga estarem relacionados com a vida de Egas Moniz, nomeadamente a “Jornada a Toledo”²⁴². Esta memória funerária do século XIII repousava sobre o seu túmulo. Isso implicou que o primeiro monumento tenha sido deslocado, mas a nova memória deve ter mantido a primitiva tampa, por esta estar personalizada com o epitáfio²⁴³.

Mário Barroca (1987) acrescenta ainda que a primeira memória funerária do século XII seria reutilizada em pleno século XIII, tendo sido colocada sobre o túmulo de Mendo Viegas, um dos filhos de Egas Moniz, que o “Aio” levara a enterrar a Paço de Sousa em 1137²⁴⁴. Há ainda a possibilidade de, quando esta primeira memória foi reaproveitada no túmulo de Mendo Viegas, esta ter sido coberta por outra tampa que não chegou aos nossos dias. Contudo, a tampa do túmulo do século XII encontrava-se demasiado personalizada devido ao epitáfio, inviabilizando assim a sua utilização no túmulo de Mendo Viegas²⁴⁵.

Relativamente ao cenotáfio do século XIII, Mário Barroca (1997) indica que este terá sido encomendado quando estava em funcionamento o atelier responsável pela remodelação arquitetónica da Igreja de Paço de Sousa, nos meados do século XIII,

²⁴² Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1986) indica que a renovação de sarcófagos para acolherem os restos mortais dos fundadores e de figuras de prestígio associadas às respetivas instituições religiosas tornou-se prática comum entre os séculos XII e XIII, dando o exemplo de Egas Moniz e de D. Sisnando, cujo túmulo, localizado em Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses), também foi renovado. Considera ainda a construção de um novo monumento funerário em homenagem ao «aio» de D. Afonso Henriques como um «*sinhal de que este feito, além de lhe ser atribuído, o consagra como um modelo do proceder cavalheiresco*» (p. 162). Manuel Real (1986) sobre as pedras do cenotáfio do século XIII refere: «*En ce qui concerne la partie inférieure du cénotaph, alors que le monument original se composait tout juste de deux pierres, le Tombeau du XIII siècle était formé de plusieurs blocs juxtaposés et décorés de sculptures. Il est difficile, sinon impossible de reconstituer de façon certain la disposition primitive de ces pieces*» (p. 288).

²⁴³ Sobre o túmulo do século XII e o cenotáfio do século XIII de Egas Moniz, Mário Barroca (1987) refere: «*o cenotáfio a que se reportam as Crónicas do século XV e XVI corresponde, conforme Carlos Alberto F. de Almeida e Manuel Luís Real nos demonstraram, à memória sepulcral criada em meados do século XIII para substituir o monumento anterior, que fora elaborado cerca de um século antes, nos meados ou segunda metade do século XII. O primitivo monumento deve ter sido conservado junto deste novo cenotáfio, no interior da Corporal (...)*», acrescentando que «*Egas, à semelhança do que era relativamente comum nessa época, ter-se-ia feito enterrar em campa rasa ou subterrânea, tendo sido erguida uma primeira memória decorada, com coberta epigrafada, nos meados do século XII ou um pouco mais tarde. Em meados do século XIII ela seria substituída pelo segundo cenotáfio, mais alto e mais vistoso*». In BARROCA, Mário (1987): pp. 431 e 433.

²⁴⁴ LOPES, Filipa; SILVA, Maria João Oliveira e (2015): Doc.156.

²⁴⁵ BARROCA, Mário (1987): p. 433.

encomenda que terá sido incentivada por João Soares Coelho, descendente, por via bastarda, de Egas Moniz e da família dos Ribadouro. João Soares Coelho dedicou bastante tempo ao enaltecimento da figura de Egas Moniz com o objetivo de transparecer a ideia de que era seu legítimo herdeiro e que pertencia a uma das linhagens de maior destaque a nível nacional²⁴⁶. Há ainda a possibilidade deste cenotáfio mais tardio ter sido encomendado pelos monges do Mosteiro de Paço de Sousa, vendo neste monumento funerário um mecanismo para impulsionar os interesses deste mosteiro²⁴⁷, assim como para cativar outros clérigos com o intuito destes escolherem este espaço religioso como sua residência e aqui realizarem as suas funções religiosas²⁴⁸.

Jorge Rodrigues (2014) destaca a qualidade escultórica deste monumento funerário mais tardio, concordando com a perspetiva defendida por Manuel Real de que este cenotáfio terá sido esculpido por um artista estrangeiro com conhecimentos da

²⁴⁶ José Mattoso (1985) indica que João Soares Coelho era um homem da confiança de Afonso III e que desempenhava determinadas funções como comunicar certos documentos aos seus destinatários e executar ordens régias. Fazia também parte do conselho régio, mas a sua posição não era de grande destaque. Não se poderá atribuir a João Soares Coelho o estatuto de rico-homem, mas foi com o surgimento deste Trovador que a família dos Coelho ganhou algum prestígio social. Como já foi referido, João Soares Coelho dedicou-se ao enaltecimento da figura de Egas Moniz, o “Aio”, com o objetivo de demonstrar que era seu legítimo herdeiro e que pertencia a uma das famílias nobres mais importantes a nível nacional como eram os Riba Douro. Para isso, este Trovador terá encomendado um novo monumento funerário em homenagem a Egas Moniz, referindo José Mattoso (1985) que: «*o facto de ele (cenotáfio) pertencer à época em que viveu João Soares Coelhos (século XIII), e em que se intensificaram, muito provavelmente, as tradições heroicas relativas a Egas Moniz, mostra que estamos perante um verdadeiro conjunto de acções conjugadas de propaganda*». In MATTOSO, José (1985): “*João Soares Coelho e a Gesta de Egas Moniz*”. Portugal Medieval. Novas Interpretações. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Temas Portugueses, pp. 420-430. Ainda sobre este tema, José Augusto de Sottomayor-Pizarro (2019) indica: «*... teria elaborado a referida gesta sobre o seu antepassado com o fito de aumentar o seu próprio prestígio na sociedade fidalga do seu tempo, mais ainda quando as linhas de descendência legítima dos Riba Douro se tinham extinguido ou estavam muito decadentes*». In SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2019): Dom Egas Moniz de Riba Douro, o Aio entre o Mito e a Realidade. IN Revista Afonsina I, Egas Moniz o Aio. Município de Guimarães. Guimarães, p. 10.

²⁴⁷ Apesar de José Mattoso (1985) considerar que foi João Soares Coelho quem mandou executar este monumento funerário do século XIII, não exclui a possibilidade deste ter sido encomendado pelos clérigos do Mosteiro de Paço de Sousa: «*Com a apresentação da hipótese de ter sido João Soares Coelho o promotor da construção de um novo monumento funerário, não excluimos a iniciativa dos próprios monges do mosteiro. Com efeito, encontramos indícios de Paço de Sousa ter alcançado uma vitalidade excepcional entre os mosteiros beneditinos desta época, o que permite imaginar uma comunidade igualmente interessada em reforçar o seu prestígio através da exaltação da memória do seu mais ilustre patrono*». In MATTOSO, José (1985): pp. 430-431.

²⁴⁸ BARROCA, Mário (1997): p. 659.

escultura borgonhesa e leonesa²⁴⁹. Para além disto, o cenotáfio do século XIII corresponde a um dos primeiros testemunhos de cenas de passamento no território nacional. A primeira memória funerária de Egas Moniz, do século XII e estabelecido após a sua morte, não apresenta nenhuma cena de passamento, destacando Mário Barroca (1997) que só no século XIII e com o cenotáfio de Egas Moniz é que seriam desenvolvidas representações simbolizando a morte do “Aio”, naquele que se acredita ser o primeiro exemplo a nível nacional. Fica bastante evidente a importância deste monumento funerário, referindo Mário Barroca (1997) que: «*apesar da sua fuste qualidade, denunciando a mão de um escultor com algumas limitações técnicas (...), não deixa de ocupar um lugar importante na Arte Portuguesa*»²⁵⁰ (p. 662).

As duas tampas da atual “arca” tumular de Egas Moniz, contrastam bastante entre si, nomeadamente pelos motivos decorativos que apresentam, evidenciando que foram concebidas em diferentes períodos históricos e que se procedeu à junção de dois monumentos funerários num só. Mário Barroca (1987) levanta a possibilidade de uma das tampas ter pertencido ao túmulo de D. Gonçalo Anes Correia ou de D. Mor Martins do Vinhal, sua mulher²⁵¹. Assim, a principal ideia que se deve reter é que estamos

²⁴⁹ Manuel Real (1986) sobre o cenotáfio do século XIII refere: «*Ce sarcophage présenterait un mélange d’influences issues tout à fois du Léon et de la Bourgogne: le Léon aurait fourni des modèles pour des têtes joufflues aux yeux protubérants..., la Bourgogne pour les drapés et le dessin un peu maladroit des pieds ..., disposés parallèlement...*» In GRAF, Gerhard (1986): p. 289.

²⁵⁰ Reinaldo dos Santos (1948) relativamente à arca tumular de Egas Moniz indica: «*Não há dúvida que é uma obra arcaica, feita por artista regional, em granito, tosca no desenho e na composição, inhábil na técnica e com maior valor histórico e iconográfico que artístico. Mas representa, na evolução da nossa escultura tumular, um dos primeiros sarcófagos com baixos relevos e suscetível de ser datado com verosimilhança*» In SANTOS, Reinaldo dos (1948): p. 16.

²⁵¹ Mário Barroca (1987) levanta esta hipótese uma vez que uma das tampas que repousa na arca tumular de Egas Moniz e uma segunda que, nos nossos dias, se encontra no claustro do mosteiro, são bastante semelhantes entre si, evidenciando ambas motivos decorativos vegetalistas e, pelas suas dimensões, terão sido concebidas com o intuito de serem utilizadas como tampas/coberturas de sarcófagos. Estas tampas terão sido concebidas na centúria de duzentos, período em que Gonçalo Anes Correia e a sua mulher Mor Martins do Vinhal escolheram a Corporal de Paço de Sousa como local para o seu eterno descanso. Tendo em consideração estes dados, tudo parece apontar para que estas duas tampas foram concebidas com o intuito de cobrirem os túmulos destas duas figuras nobres. Para além do que já foi referido, Mor Martins do Vinhal, num testamento, demonstra a vontade de ser sepultada «*junto de D. Gonçalo em túmulo levantado como o dele*». Estas palavras confirmam, ainda mais, a possibilidade de que terão sido concebidos dois túmulos bastante semelhantes entre si onde seriam sepultadas estas duas figuras nobres e que as tampas com motivos vegetalistas que encontramos atualmente no Mosteiro de Paço de Sousa pertenceram, possivelmente, aos seus túmulos. In BARROCA, Mário (1987): pp. 433-434.

perante dois monumentos funerários de épocas distintas: um primeiro do século XII que corresponde à memória que assinalava o local do túmulo de Egas Moniz, coberta com uma tampa com o respetivo epitáfio; e um segundo, o cenotáfio, que terá sido esculpido na segunda metade do século XIII com o intuito de homenagear Egas Moniz, assim como representar alguns dos episódios mais marcantes da sua história²⁵².

Jorge Rodrigues (2014) indica que D. Frei Martinho Golias descreveu os túmulos que seriam trasladados da Capela do Corporal para a Igreja de Paço de Sousa numa ata por ele redigida. Esta descrição seria recuperada no «*Diactario*» de D. Frei António da Soledade, onde um dos monumentos funerários é descrito como «*massivo e dividido em três peças, sobre duas das quais estavam esculpidas a sua história e a sua morte, e uma pedra à maneira de cobertura, que era aquela sobre a qual ele tinha morrido*», e o cenotáfio é caracterizado como «*um bloco de pedra maciça, decorada e esculpida com a mesma história*». O cenotáfio é constituído por duas pedras de grandes dimensões (cerca de 2.07 metros) e maciças²⁵³. Assim, o primeiro monumento funerário de Egas Moniz, com o seu epitáfio, e produzido utilizando granito de grão grosseiro, era maciço e baixo, encontrando-se exposto a cerca de 35 cm acima do nível do solo. Já o cenotáfio do século XIII foi concebido a partir de grão de granito mais fino, um tipo de matéria-prima que permitiu com que fossem esculpidos motivos decorativos com maior detalhe quando comparados com a ornamentação do túmulo do século XII.

Relativamente à constituição da “arca” tumular de Egas Moniz que podemos observar na Igreja de Paço de Sousa nos nossos dias, esta caracteriza-se por ser uma caixa retangular delimitada por duas faces laterais e duas faces de topo, encerrada por duas tampas oriundas de monumentos distintos. As tampas apresentam grande contraste entre si, comprovando que correspondem a dois monumentos funerários distintos e desenvolvidos em diferentes momentos históricos. Uma das tampas, com uma cronologia do século XII, é decorada com motivos geométricos, destacando-se, no eixo

²⁵² MATTOSO, José (1985): pp. 428-429.

²⁵³ RODRIGUES, Jorge (2014): p. 24.

central e em duas regras gravadas em sentidos opostos, o epitáfio de Egas Moniz, datado do ano da sua morte (1146), onde se pode ler:

HIC : REQUIESCIT: F(amu)L(u)S : DEI : EGAS : MONIZ : VIR : INCLITVS / ERA :
MILLESIMA : [ce]ENTESIMA : 2XXXII [II]

(«*Aqui descansa o servo de Deus Egas Moniz, ínclito varão. Era de 1184*»)²⁵⁴. Neste epitáfio é indicada a Era de 1184, que corresponde ao ano de Cristo (ou *Anno Domini*) de 1146, ano da morte de Egas Moniz de Ribadouro.

O epitáfio de Egas Moniz seria alvo de análise de vários investigadores ao longo dos tempos, desenvolvendo-se diversas versões da sua leitura, umas mais corretas que outras. A primeira de que temos conhecimento foi de Fr. Bernardo de Brito, lendo esta inscrição funerária da seguinte forma: «*Hic Jacet Egas Moniz Vir Inclitus. Obit. Na. M^oC XI. VII^o*»²⁵⁵. Fr. António Brandão (1632), trinta anos depois de Bernardo de Brito, fez uma leitura quase perfeita do epitáfio de Egas Moniz: «*Hic requiescit Famulus Dei, vir inclytus Egas Moniz, Era M.C. LXXXIII*»²⁵⁶. Já Fr. Leão de S. Tomás fez uma leitura do epitáfio onde substituiu «*FamuLuS*» por «*Servus*»: «*Hic requiescit Servus Dei Egas Monis vir inclitus era milessima centesima octogesima quarta*»²⁵⁷. A abreviatura de «*FamuLuS*» teria uma nova interpretação com Fr. Baltazar dos Reis, desdobrando, incorretamente, FLS por «*Filius*». Apesar das diferentes leituras que se foram desenvolvendo, estes investigadores dataram sempre este epitáfio da Era «*Millesima Centesima LXXXIII*», algo bastante relevante tendo em consideração a controvérsia que se foi gerando em torno da questão cronológica deste epitáfio, uma vez que este foi mutilado ou regravado no século XVIII²⁵⁸.

²⁵⁴ BARROCA, Mário Jorge (2017): pp. 248-249.

²⁵⁵ Mário Barroca (2017) indica que Fr. Bernardo de Brito não terá realizado a sua análise a partir do epitáfio dada a diferença entre a sua leitura e o que se verifica no original. Acrescenta ainda que Dr. João de Barros na obra «*Geografia de Entre-Douro-e-Minho*» fez uma leitura semelhante à de Fr. Bernardo de Brito, interpretando a parte da Era como: «*E.M.C.XLVIII*». In BARROCA, Mário Jorge (2017): pp. 249-250.

²⁵⁶ BRANDÃO, Fr. António (1632): p. 159.

²⁵⁷ SÃO TOMÁS, Frei Leão de (1644-1651): p. 310.

²⁵⁸ BARROCA, Mário Jorge (2017): pp. 249-250.

O epitáfio de Egas Moniz não beneficiou das sucessivas montagens e desmontagens que a arca tumular sofreu ao longo dos tempos. Assim três encaixes retangulares mutilaram parcialmente a legenda desta inscrição funerária, dando origem à controvérsia em torno da questão cronológica e induzindo em erro vários investigadores. Mário Barroca (2017) indica que estes encaixes foram colocados no século XVIII, momento em que o túmulo de Egas Moniz se encontrava na capela-mor da Igreja de Paço de Sousa, possivelmente no período que antecedeu os trabalhos de restauro modernos nesta capela, uma vez que os autores seiscentistas, nas suas análises deste epitáfio, leram sempre de forma correta a parte da Era²⁵⁹. Assim, na área onde podemos ler «2XXXII», foram cortados dois «II», demonstrando que o epitáfio é datado da Era de 1184 (AD 1146)²⁶⁰. Para além disto, a segunda regra deste epitáfio seria regravada pelo Pe. António da Soledade, colocando um traço inferior horizontal com o intuito de adulterar os dois «II» de forma a estes formarem um «V», estabelecendo a Era de 1185 (AD 1147) como a data da morte de Egas Moniz. Vários autores fazem referência ao facto do Pe. António da Soledade ter regravado o epitáfio do “Aio” como D. Frei António da Assunção Meireles²⁶¹, Abílio Miranda²⁶² e Armando de Matos²⁶³, acontecimento que contribuiu, ainda mais, para a problemática cronológica em torno deste epitáfio.

²⁵⁹ BARROCA, Mário Jorge (2017): p. 253.

²⁶⁰ Esta mutilação induziu vários autores em erro como João Pedro Ribeiro e António Feliciano de Castilho. Também Armando de Matos (1945) foi induzido em erro, defendendo que o epitáfio de Egas Moniz é datado do século XIII: «*Aqui descansou o servo de Deus Egas Moniz ínclito varão. Na era de mil duzentos e oitenta e quatro (?) (A. D. 1246)*» (pp. 45-46).

²⁶¹ Como se pode ver: «*errou pois grosseiram^{te} o P.^e Soledade em arguir a Benedictina Lusitana de transcrever a pag. 274 do tomo 2.^o a Data, que no seu tempo estava exarada na pedra sepulcral, devera antes emendar a palavra Servus em Famulus, e m.^{to} mais reprehensível hé Ele mesmo por fixar a morte d’ Egas Monis na Era de 1185*», acrescentando ainda que «*hé digno de censúra por se atrever a emendar a Data na pedra, fechando os dous II para fazer um V, ...*». In MEIRELES, Frei António da Assunção (1799): p. 102.

²⁶² Relativamente a este tema, Abílio Miranda (1944) refere: «*Mas tanto pela diferença do ano para era, como pela diferença do tipo de caracteres, ninguém duvidará de que a legenda é o que não corresponde à verdade*», sublinhando ainda que «*na ocasião da mudança dos cenotáfios, da igreja do corporal para a capela-mor, o P.^e Golias mandou gravar a legenda da era que, por sinal, se refere ao ano de Cristo*». In MIRANDA, Abílio (1944): pp. 30-31.

²⁶³ Armando de Matos (1945) indica que a segunda regra do epitáfio de Egas Moniz foi picada e rebaixada, considerando este “*atentado epigráfico*” como a origem da controvérsia envolta da questão cronológica. Apesar de defender que o epitáfio em análise é datado de 1246, o que é incorreto, Armando de Matos (1945) destaca o facto de «*na segunda regra, a era ser dada por extenso, nos milhares e nas centenas, o que não é corrente no século XIII*» (p. 47).

As alterações que o epitáfio de Egas Moniz sofreu influenciaram as análises de vários investigadores no percurso do século XVIII, nomeadamente a do Pe. Manuel Pereira de Novais, realizando uma leitura bastante semelhante às de Fr. Bernardo de Brito e de João de Barros: «*HIC JACET EGAS MONIZ VIR INCLITVS – OBIIT E. M. C. XL VIII*». Como podemos ver, a leitura do Pe. Manuel Pereira de Novais apresenta vários erros e diverge bastante do que se verifica no epitáfio original, levantando a possibilidade desta leitura ter sido realizada a partir das versões de Bernardo Brito e de João de Barros. Mais tarde, João Pedro Ribeiro fez uma leitura correta, interpretando a parte cronológica deste epitáfio como «*ERA MILLESIMA CENTESIMA 2XXXII*». Com base na leitura de João Pedro Ribeiro, fica perceptível que neste período já se tinha procedido à mutilação dos dois «II» que completavam a Era 1184. Também a análise de António Feliciano de Castilho foi desenvolvida depois desta epígrafe ter sido regravada, lendo a parte da Era da seguinte maneira: «*LXXXIII*»²⁶⁴.

A arca funerária de Egas Moniz, para além da tampa com o epitáfio, é coberta por uma segunda tampa ali colocada pela DGEMN no século XX. Uma vez que o conjunto reconstruído era bastante largo para as dimensões que a tampa com o epitáfio apresenta, a DGEMN optou por colocar uma segunda tampa de modo a cobrir toda a arca. Segundo Mário Barroca (2017), esta segunda tampa terá pertencido ao túmulo de D. Gonçalo Anes Correia ou ao sarcófago da sua mulher D. Mor Martins do Vinhal. Assim, quando estavam a decorrer os trabalhos construtivos na Igreja de Paço de Sousa no século XIII e se procedeu à construção do cenotáfio de Egas Moniz para substituir o túmulo do século XII, não foi concebida uma segunda tampa, levando a que a arca funerária desenvolvida pela DGEMN no século XX fosse demasiado larga para ser coberta apenas por uma tampa²⁶⁵.

O painel do topo norte desta arca funerária encontra-se voltado para a nave central da igreja e apresenta uma cena de morte, de passamento, também conhecida por «*morte santa*» ou «*boa morte*». Esta cena representa Egas Moniz deitado no seu leito de morte,

²⁶⁴ BARROCA, Mário Jorge (2017): pp. 250-251.

²⁶⁵ BARROCA, Mário Jorge (2017): pp. 252-253.

com o corpo coberto por um lençol. Da sua boca sai uma figura nua, simbolizando o seu último suspiro e a alma a sair do seu corpo²⁶⁶. A alma do “Aio” é representada na forma de uma criança nua, com as mãos juntas em posição de oração, acolhida por dois anjos²⁶⁷, segurando um lençol²⁶⁸. Para além de Egas Moniz, também são representadas quatro figuras femininas, duas na zona da cabeceira e as restantes na zona dos pés do “Aio”. Estas representações femininas correspondem, possivelmente, a familiares ou carpideiras²⁶⁹, uma vez que se encontram com os braços erguidos, a chorar e a arrancar cabelos, gestos utilizados na Idade Média para exteriorizar o sofrimento associado à

²⁶⁶ Sobre a representação presente no painel do topo norte da “arca” funerária de Egas Moniz, Mário Barroca (1987) indica: «*Alguns túmulos medievais revelam-nos, na sua decoração, cenas onde o moribundo jaz no seu leito acompanhado de familiares e amigos. No Entre-Douro-e-Minho possuímos dois exemplos que nos revelam esses cenários. O segundo moimento de Egas Moniz, outrora colocado na Capela do Corporal do Mosteiro de Paço de Sousa, é um deles. O Aio de D. Afonso Henriques jaz no leito de morte e a sua alma liberta-se do corpo, saindo da sua boca sob a forma de uma criança, que é recebida por dois anjos*». In BARROCA, Mário (1987): p. 269.

²⁶⁷ Na Idade Média, mais precisamente entre os séculos VIII e X, começou a ser cada vez mais frequente, nos ideais e rituais católicos, o apelo aos anjos. Prevalencia a ideia de que os anjos recebiam as almas dos mortos aquando da sua morte, como se verifica na representação presente na arca tumular de Egas Moniz, sendo necessário invocar diversos anjos nas orações com o objetivo destes protegerem alma do defunto que tivessem acolhido. Assim, na sociedade medieval, prevalecia a ideia de que a proteção dos homens era garantida de forma mais regular e assídua pelos anjos e não por santos ou reis curadores. In LE GOFF, Jacques (1983): *A Civilização do Ocidente Medieval*. Volume I. Imprensa Universitária. Editorial Estampa. Lisboa, pp. 203-204. Para além disto, importa salientar que a alma a sair do corpo dos defuntos no momento da sua morte assumia diferentes formas nas representações fúnebres medievais: caso o defunto tivesse praticado o bem no mundo dos vivos, a sua alma era representada em forma de criança nua e esta era acolhida por anjos; se o morto tivesse levado um estilo de vida baseado no mal e em atos de crueldade, a sua alma era representada em forma de monstro, sendo esta acolhida por demónios.

²⁶⁸ José Monteiro de Aguiar (1928) refere que os anjos seguram uma auréola com a qual recebem a alma de Egas Moniz e a levam para o céu. Esta auréola, coroa dos imortais, enaltece a importância do “Aio” e destaca as boas ações que este praticou no mundo dos vivos.

²⁶⁹ Durante toda a Idade Média, persistiu o costume do defunto, no seu funeral, ser acompanhado por carpideiras, também conhecidas por «*pranteadeiras*», mesmo tratando-se de uma prática que ia contra os ideais da igreja católica. Para além das carpideiras que eram contratadas, geralmente para os funerais que envolvessem pessoas com mais posses e de elevado estatuto, também eram comuns as carpideiras voluntárias. Estas choravam e gritavam no decorrer dos funerais expressando o sentimento de perda, assim como realizavam orações em homenagem do defunto. As carpideiras tinham como principal objetivo enaltecer o sentimento de dor no momento da despedida, indo totalmente contra o que a igreja católica defendia, uma vez que era desvalorizado o ideal de vida eterna. Ao longo dos tempos, vários reis de Portugal foram desincentivando o recurso a estas carpideiras, como foi o caso de D. João I: «*que o carpir e depenar sobre os finados é costume que descende dos gentios, e é uma espécie de idolatria, e é contra os mandamentos de Deus*». Também foram implementadas várias medidas com o intuito de combater a presença de carpideiras nas cerimónias fúnebres do morto: «*nenhum homem nem mulher não se carpa, nem depene nem brade sobre algum finado nem por ele, ainda que seja padre, madre, filho ou filha, irmão ou irmã, ou marido ou mulher, nem por outra nenhuma perda nem morte, não tolhendo a qualquer que não traga seu dó e chore, se quiser*». In MARQUES, A. H. de Oliveira (2010): *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Aspetos da Vida Quotidiana. A Esfera dos Livros. Lisboa, p. 254.

morte e perda de um ente querido. Ou seja, este painel apresenta-nos uma cena de lamentação, algo comum nas representações fúnebres medievais.

O painel que se encontra voltado para a parede sul da Igreja de Paço de Sousa, representa as cerimónias fúnebres de Egas Moniz, com a deposição do corpo no túmulo. Numa zona central é representado o corpo de Egas Moniz, com os braços cruzados, a ser depositado no seu túmulo, decorado com motivos decorativos entrelaçados. Duas figuras masculinas seguram o corpo do “Aio”, uma pelos pés e a outra pelos ombros. À esquerda, na zona da cabeceira, encontra-se um bispo ou um abade segurando, na mão direita o báculo, e, na mão esquerda, a Bíblia Sagrada, proferindo as devidas orações religiosas. Este abade faz-se acompanhar por dois familiares de Egas Moniz ou carpideiras que choram a sua morte, representadas a arrancar cabelos e com as mãos juntas ao peito.

À direita da cena, encontramos a representação de mais uma figura feminina, direcionando o olhar no sentido oposto da cena de deposição do corpo de Egas Moniz no seu túmulo. Esta figura, que se acredita corresponder a mais uma carpideira, aparenta estar alheada da cena do painel do topo sul, transmitindo a ideia de que não consegue suportar a dor e o sentimento de perda com a morte de Egas Moniz, desviando assim o olhar do corpo do defunto.

A representação desta figura feminina estende-se para a face lateral da arca tumular que comunica com a nave sul do templo. Esta face lateral é constituída por dois painéis, prevalecendo a ideia de aqui estar representado o episódio da «Jornada a Toledo». Em boa verdade, não há certeza se estes dois painéis representam a ida de Egas Moniz e da sua família a Toledo. No entanto, registam-se alguns elementos que levantam esta possibilidade²⁷⁰. Nesta face lateral, a mais longa da arca tumular de Egas Moniz, encontramos a representação do que aparenta ser um cortejo. A leitura deste painel realiza-se da direita para a esquerda, onde dois cavaleiros seguem um peão,

²⁷⁰ José Monteiro de Aguiar (1928) defende que nestes dois painéis encontra-se representada a «Jornada a Toledo», referindo que o primeiro cavaleiro a contar da direita corresponde a Egas Moniz, acompanhado por um criado (figura que caminha envergando uma lança no braço esquerdo), seguindo nas duas montadas mais à esquerda desta face lateral a sua mulher e seu filho. IN AGUIAR, José (1928): p. 91.

empunhando, no seu braço esquerdo, uma lança²⁷¹, seguindo um outro cavaleiro que se encontra à sua frente. O último cavaleiro, ou seja, o primeiro a contar da direita, sofreu alguns danos com o passar do tempo, nomeadamente na cabeça²⁷². O segundo cavaleiro, o que se encontra atrás do peão com uma lança, monta um cavalo cuja cabeça se perdeu e o terceiro cavaleiro que segue atrás de si encontra-se também bastante danificado²⁷³.

No canto direito desta face lateral, que comunica com a nave sul da Igreja de Paço de Sousa, encontramos ainda a representação de duas figuras, um homem e uma mulher. A figura que se encontra mais à direita agarra pelo braço esquerdo a figura que se encontra próxima de si, enquanto se segura à pedra com o braço direito de modo a conseguir espreitar o cortejo que se aproxima.

Há várias propostas interpretativas para estes dois painéis do cenotáfio do século XIII e para a cena do cortejo. Uma delas baseia-se na ideia de que esta cena corresponde a um cortejo de figuras prestigiadas que prestaram as últimas homenagens a Egas Moniz aquando da sua morte, uma vez que o cavaleiro mais à direita encontra-se representado com grande pormenor e qualidade escultórica. Para além disto, a sua importância é também evidenciada no vestuário por ele utilizado e na sua montada, seguindo-se a ele, a pé, o escudeiro empunhando uma lança e mais dois cavaleiros.

Com base na descrição apresentada anteriormente, torna-se difícil acreditar que estes dois painéis representam a famosa viagem de Egas Moniz e da sua família até Toledo. Isto porque o primeiro cavaleiro que, tendo como base esta narrativa, corresponderia a Egas Moniz, foi até Toledo com uma postura humilde, descalço e com uma corda ao

²⁷¹ Relativamente à representação deste peão, Dr. Kingsley Porter defende que este não transporta uma lança, mas sim uma pá, com o intuito deste estar pronto para escavar a sepultura do seu senhor Egas Moniz quando o momento chegasse. In AGUIAR, José Monteiro de (1928): p. 92.

²⁷² José Monteiro de Aguiar (1928) indica que este relevo, que corresponderá à representação de Egas Moniz, já está mutilado há muito tempo, tendo sofrido um restauro em data impossível de determinar. Acrescenta ainda que na cabeça deste seria possível ver a corda dando a volta ao seu pescoço, cruzando o peito do “Aio” e prendendo os seus braços. In AGUIAR, José Monteiro de (1928): p. 93.

²⁷³ José Monteiro de Aguiar (1928) refere que os relevos das pedras que constituem esta face lateral da arca tumular de Egas Moniz que comunica com a nave sul da Igreja de Paço de Sousa foram danificados pelo incêndio de 9 de março de 1927, o que poderá explicar o facto de dois dos cavaleiros aqui representados encontrarem-se em mau estado de conservação.

pescoço, e não como uma figura prestigiante que se faz acompanhar por outros cavaleiros que, nesta cena, surgem onde deveriam estar representados a mulher e filhos do “Aio” expressando medo e receio, uma vez que iam colocar as suas vidas à mercê de Afonso VII.

A face lateral ocidental da “arca funerária” de Egas Moniz é constituída por dois painéis sobrepostos. Aqui, numa zona central, são visíveis três figuras deitadas numa cama, encontrando-se, à direita, três figuras que aparentam ser abades, transmitindo a ideia de estarem a realizar algum serviço ou oração para as três crianças com o intuito de as auxiliar e proteger. À esquerda das crianças encontra-se mais uma figura masculina que as observa, seguindo-se a ela um cortejo de uma figura a pé segurando uma espada, e dois cavalos. A última montada, com o dorso mais longo relativamente à primeira, transporta figuras que, pela dimensão que apresentam e comparando esta com dimensões da figura masculina que segue à frente junto à cabeça do cavalo, correspondem a crianças. A última representação, na outra face de topo, que se encontra bastante desgastada, apresenta duas figuras que parecem abraçar-se²⁷⁴. Prevaecem ainda várias dúvidas relativamente a estas representações, referindo Jorge Rodrigues (2014) que a cena das três crianças é alusiva a Egas Moniz e à sua família, tratando-se assim de uma cena familiar que tem como principal objetivo sublinhar a ideia de panteão familiar da sua linhagem²⁷⁵.

Relativamente à cena das montadas, representada mais à esquerda, Jorge Rodrigues (2014) indica que esta não representa um cortejo, mas sim algum tipo de festividade ou jogo, onde os animais aparentam ter um carácter fantasioso. Acrescenta ainda que a cena parece desenvolver-se no sentido contrário ao qual se desenvolve a ação, ou seja, da direita para a esquerda. Nesta representação consegue-se observar duas figuras masculinas a olhar para trás, no sentido oposto do desenvolvimento da ação, e um deles segura um objeto nas mãos, possivelmente um bastão ou um pingalim de cavaleiro. Segue-se as representações de mais duas figuras masculinas a cavalgar, encontrando-se

²⁷⁴ RODRIGUES, Jorge (2014): p. 26.

²⁷⁵ RODRIGUES, Jorge (2014): p. 26.

uma delas de lado, e três crianças sentadas também de lado no terceiro cavalo, acompanhadas, do seu lado esquerdo, por uma figura masculina. De todos, este cavalo é o que tem o dorso mais alongado²⁷⁶. As crianças parecem ser vigiadas por duas figuras masculinas que se encontram representadas à direita e à esquerda, transmitindo a ideia de se tratar de preceptores que auxiliam e protegem as crianças. Alguns autores interpretam a cena representada nesta face lateral ocidental como alusiva à «Jornada a Toledo»²⁷⁷. Contudo, Mário Barroca (2016) indica que esta teoria não tem fundamento, prevalecendo bastantes dúvidas relativamente ao verdadeiro significado das cenas representadas nos painéis da face ocidental desta “arca” tumular²⁷⁸.

Com base no que foi referido relativamente aos dois painéis que se encontram mais próximos da fachada ocidental da Igreja de Paço de Sousa, é possível sugerir que se encontram aqui representados os quatro filhos de Egas Moniz, representados inicialmente na cena da cama mais à direita. No quadro narrativo mais à esquerda, o filho mais velho toma uma montada, enquanto os outros três, mais jovens, partilham outra. Relativamente à cena no topo (a cena do possível abraço), Jorge Rodrigues (2014) interpreta como um reforço do conceito familiar inerente a esta “arca” tumular e ao espaço religioso onde se encontra²⁷⁹.

O cenotáfio de Egas Moniz, quando se encontrava na Capela do Corporal, era complementado por uma base. Esta era lavrada na parte dianteira e em ambas as cabeças à exceção da parte posterior que se encontrava encostada ao monumento do

²⁷⁶ Relativamente ao facto do cavalo que transporta as três crianças ter um dorso bastante alongado, Ruiz Maldonado (1986) levanta a possibilidade de não se tratar de um cavalo, mas sim de um dromedário. Esta ideia foi desacreditada por Jorge Rodrigues (2014), uma vez que a morfologia do animal representado não se assemelha à de um dromedário e porque o homem que precede as montadas, ou seja, o segundo a contar da esquerda das crianças deitadas, aparenta envergar uma espada. IN RODRIGUES, Jorge, 2014: p. 27.

²⁷⁷ Temos o exemplo de Frei Leão de São Tomás (1644-1651): «na face da pedra do sepulcro, estava esculpida de relevo a imagem do mesmo Egas Moniz posta a cavalo, como homem que hia de caminho, com huã corda lançada ao pescoço, como quem vai ajustar, & da própria sorte no mesmo Corporal estavam outras sepulturas de seus filhos retratados todos com os seus baraços na garganta, representando nestes particular aquella raro exemplo de fidelidade» (p. 274).

²⁷⁸ BARROCA, Mário Jorge, “Memórias”, In MATTOSO, José (Direção) e SOUSA, Bernardo Vasconcelos (Coord.) (2016): História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média. Temas e Debates. Círculo de Leitores. Lisboa, p. 441.

²⁷⁹ RODRIGUES, Jorge (2014): p. 27.

seu filho Mendo Viegas quando se encontrava na Capela do Corporal. Não chegaram até aos nossos dias memórias desta estrutura, referindo José Monteiro de Aguiar (1928) que alguns vestígios foram encontrados aquando dos trabalhos de restauro realizados pela DGEMN após o incêndio de 1927²⁸⁰. Esta base era delimitada por quatro leões²⁸¹ e numa das pedras da testa encontrava-se esculpida a representação de um cavaleiro, com a cabeça descoberta e envergando armas brancas, a montar um cavalo, não chegando até aos nossos dias qualquer vestígio desta mesma pedra.

3.3. A lápide do abade Mónio Ermiges

Para além das sepulturas escavadas na rocha e da arca tumular de Egas Moniz, encontram-se no Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa outros testemunhos funerários de grande destaque, nomeadamente a lápide funerária do abade Mónio Ermiges. Mónio Ermiges (1170-1202), filho de Ermígio Moniz (1085-1135) e de Teresa Soares, era membro da família dos Ribadouro. Foi abade deste mosteiro no ano de 1170, acabando por resignar a este cargo, referindo José Mattoso (2002) que «*o seu epitáfio traz, como data da sua morte, o dia 23 de julho de 1202*»²⁸².

No claustro do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, mais precisamente junto à face exterior da parede sul da nave do templo, encontramos um silhar com cerca de 76 centímetros de comprimento e 37 centímetros de altura. Neste silhar destaca-se a inscrição funerária do abade Mónio Ermiges, gravada em silhar de granito e em quatro regras, onde se pode ler: ERA M^a : CC^a : X^a : OBIIT / MONIUS ABBAS X^o KaLendas AuGusTI / MONIus PATer ET ABBAS / IN PACE REQUIESCAS. Esta inscrição funerária foi analisada por vários investigadores ao longo dos tempos, nomeadamente por Armando de Matos, o primeiro a fazer uma publicação sobre este testemunho funerário no ano de 1943.

²⁸⁰ Nomeadamente quando se procedeu ao desentaipamento da parede lateral sul da Igreja de Paço de Sousa.

²⁸¹ Chegam até nós três destes leões, encontrando-se a apoiar a arca tumular. O quarto leão seria identificado, decapitado, quando a DGEMN realizou o desentaipamento da parede sul da igreja, tendo esta figura sido utilizada como entulho.

²⁸² MATTOSO, José (2002): p. 25.

Contudo, esta publicação, à semelhança do que já tinha acontecido com a “arca” tumular de Egas Moniz, tinha alguns erros, uma vez que Armando de Matos, na parte da Era, ignorou o X aspado, acabando por datar esta inscrição da Era 1210 (A.D. 1172). Para além disto, interpretou ainda, na terceira regra, “PNT” em vez de PAT, desdobrando em “Proto-Notarius”. Mais tarde, em 1946, Armando de Matos acabaria por se corrigir, confirmando a existência do X aspado na parte da Era e alterando PNT para PAT e, no desdobramento, “Proto-Notarius” para “Pater”²⁸³.

Seguiu-se José Maria Cordeiro de Sousa, publicando a sua proposta interpretativa no ano de 1948, ignorando também o X aspado e datando este epitáfio da Era de 1210 (A.D. 1172). Apesar deste erro, corrigiu a proposta interpretativa de Armando de Matos considerando PAT em vez de PNT. No ano de 1968, José João Rigaud de Sousa também dedicou um estudo a esta inscrição funerária, publicando uma leitura praticamente perfeita à exceção da parte onde transcreveu “X’ K” (= X Kalendas), tendo em conta que ao “X” segue-se um ponto centrado sobre a letra e não uma aspa. Em 1987, Mário Barroca publicou o epitáfio de Mónio Ermiges, juntamente com outras inscrições funerárias de outros templos religiosos que se localizam na região do Entre-Douro-e-Minho, realizando uma leitura sem desdobramentos²⁸⁴. E, em 2000, este autor apresentou uma leitura idêntica à que aqui transcrevemos.

Este testemunho funerário revela ter uma grande importância no sentido que confirma o Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa teve um abade com o nome de Mónio Ermiges, que faleceu no ano de 1202. Contudo, prevalecem ainda alguns problemas do ponto de vista interpretativo.

Neste epitáfio regista-se a palavra «*pater*», termo associado a «*abbas*». Estas duas terminologias encontram-se relacionadas com o nome Mónio, abade do Mosteiro de Paço de Sousa. Analisando a obra de D. Frei António da Assunção Meireles, e tendo em consideração a lista de abades que passaram por esta instituição religiosa ao longo dos

²⁸³ BARROCA, Mário Jorge (2000): pp. 626-627.

²⁸⁴ BARROCA, Mário Jorge (2000): p. 627.

tempos, encontramos dois clérigos com o nome de Mónio: Mónio Ermiges e Mónio Garcia.

Mónio Ermiges foi abade deste mosteiro em 1170, sucedendo a Egas Gomes. Acabaria por resignar ao cargo de abade (ainda no ano de 1170 ou em inícios de 1171) e, segundo a inscrição funerária em análise, ainda era vivo a 25 de março de 1202.

Relativamente a Mónio Garcia, as referências abrangem o período entre 1171, ano em que ocupava a cadeira abacial, e 1206. Tendo em conta os dados apresentados e a inscrição funerária em questão, descarta-se a possibilidade deste epitáfio ser de Mónio Garcia, mas sim de Mónio Ermiges²⁸⁵.

Mónio Ermiges pertencia à linhagem dos senhores de Ribadouro, família patronal deste mosteiro. Tendo em consideração as informações apresentadas anteriormente, tracemos um caminho que nos permita excluir algumas figuras homónimas, de modo a confirmar a verdadeira identidade deste abade. Começamos pelos descendentes de Egas Moniz o “Aio”, uma vez que este teve um neto com o nome de Mónio Ermiges, filho de Rodrigo Viegas. José Rigaud de Sousa (1976) excluiu a possibilidade deste Mónio Ermiges ter sido o abade de Paço de Sousa, uma vez que, tendo em conta a documentação histórica, não se verifica qualquer tipo de ligação do seu pai, Rodrigo Viegas, com o mosteiro.

Excluída a possibilidade do abade Mónio Ermiges ter sido o neto de Egas Moniz, analisemos a descendência de Mem Moniz, antigo tenente da *terra* de Penafiel em 1131 e 1132 e casado, numa primeira vez, com D. Goína Mendes (1116-1130), e, mais tarde, com D. Cristina Gonçalves (1137-1148). Fruto do casamento com Cristina Gonçalves, Mem Moniz teve um filho com o nome de Ermígio Mendes. Ermígio Mendes teve cinco filhos com Sancha Peres: Rodrigo, Mónio Ermiges, Afonso, Urraca²⁸⁶ e Froilo, acabando todos por falecer sem descendência. Verificamos mais um membro dos Ribadouro com

²⁸⁵ SOUSA, José Rigaud de (1976): Mónio Ermiges, Abade de Paço de Sousa. Separata da Revista Bracara Augusta. Tomo XXX – Fasc.69 (81). Braga, p. 7.

²⁸⁶ Relativamente a Urraca, José Sousa (1976) refere que o Livro Velho II indica que esta foi monja em Santo Tirso, comprovando-o o facto de aqui ter sido sepultada e se encontrar, nos nossos dias, uma lápide funerária nesta instituição religiosa.

o nome deste abade, sendo este Mónio Ermiges (1142?-1194) neto de Mem Moniz e Cristina Gonçalves. Tendo em conta estes dados, podemos considerar Mónio Ermiges, filho de Ermígio Mendes, como o abade de Paço de Sousa, uma vez que este pertenceu à família patronal desta instituição religiosa e a cronologia bate certo com o período em que Mónio Ermiges exerceu a função de abade²⁸⁷.

Contudo, registam-se outros aspetos que fazem com que esta possibilidade não esteja correta. O casamento entre Mem Moniz e D. Cristina Gonçalves terá ocorrido entre 1130 e 1132, uma vez que a última referência de que se tem conhecimento relativamente a Goína Mendes é datada de 1130 e a primeira de D. Cristina Gonçalves de 1132. Ermígio Mendes, filho de Mem Moniz e de D. Cristina Gonçalves, surge, em 1142, a confirmar documentos régios, sendo a última referência datada do ano de 1194. Este Ermígio Mendes teve cinco filhos com Sancha Peres e o casamento de ambos terá ocorrido em 1167. Um dos filhos era conhecido por Mónio Ermiges, referindo José Rigaud de Sousa (1976) que este foi criado no Mosteiro de Baltar de Cabril (Castro Daire)²⁸⁸.

Para além disto, importa verificar a ligação deste Mónio Ermiges com as duas co-herdeiras do abade Mónio, ou seja, Urraca e D. Teresa. Analisando as linhagens dos Ribadouro, verificamos que se registam duas Urracas: uma primeira que era filha de Egas Moniz o “Aio”, conhecida por Urraca Viegas; e uma segunda, filha de Ermígio Mendes, ou seja, irmã do Mónio Ermiges em questão. Relativamente a D. Teresa Mendes, outra das co-herdeiras, também se registam duas possibilidades: D. Teresa filha de Mem Moniz e de Goína Mendes; e D. Teresa²⁸⁹, filha de Dórdia (uma das filhas de Mem Moniz) e D. Nuno Mendes²⁹⁰.

José Rigaud de Sousa (1976) indica que a doação feita pelo abade Mónio ao Mosteiro de Paço de Sousa, para necessitar da autorização dos co-herdeiros, teria de provir de um avô comum. Tendo em consideração este ponto e sabendo-se que a co-herdeira

²⁸⁷ SOUSA, José Rigaud de (1976): p. 10.

²⁸⁸ SOUSA, José Rigaud de (1976): p. 11.

²⁸⁹ A D. Teresa Mendes em questão era neta de Mem Moniz e proprietária de um conjunto de terras que se encontravam nas proximidades daquelas que seriam doadas por Mónio Ermiges.

²⁹⁰ SOUSA, José Rigaud de (1976): p. 12.

Urraca se tratava de Urraca Viegas, filha de Egas Moniz o “Aio”, a hipótese de Mónio Ermiges, filho de Ermígio Mendes, ter sido o abade de Paço de Sousa revela ser incorreta, uma vez que este Mónio Ermiges só tinha como parente comum com Urraca o bisavô, Mónio Ermiges. Outro aspeto que pode apontar para que este Mónio Ermiges não foi o abade de Paço de Sousa é o facto de ter sido criado no Mosteiro de Baltar de Cabril, afastando-o bastante do Mosteiro de Paço de Sousa²⁹¹.

Uma terceira hipótese, e a mais correta, aponta para que o abade Mónio Ermiges era filho de Teresa Soares e de Ermígio Moniz (irmão de Egas Moniz o “Aio” e de Mem Moniz). Esta proposta faz mais sentido, uma vez que Mónio Ermiges era filho de Ermígio Moniz, Urraca Viegas era filha de Egas Moniz o “Aio” e Teresa Soares era filha de Mem Moniz, ou seja, eram primos, tendo em conta que os pais eram irmãos, e assim co-herdeiros. Tendo em consideração estes dados, fica perceptível que estes teriam direito aos bens patrimoniais de Paço de Sousa, uma vez que correspondiam a três ramos distintos da família dos Ribadouro e os três eram descendentes, nomeadamente netos, de Mónio Ermiges, o Velho.

Importa referir que o pai do abade Mónio Ermiges, Ermígio Moniz, surge em vários documentos associados ao Mosteiro de Paço de Sousa, nomeadamente numa doação do ano de 1085 onde doou ao mosteiro meia vila e metade da igreja em Írivo, e, mais tarde, em 1116, surge como patrono do mosteiro. Também em 1123 exigiu um pagamento devido a um crime cometido no couto de Paço de Sousa e, em 1135, surge numa outra doação feita ao mosteiro por Vermudo Odoriz. Para além disto, a sua mulher, Teresa Soares, é referida em documentos relativos aos mosteiros de Pendorada e Paço de Sousa entre 1115 e 1119²⁹².

Parece mais plausível afirmar que o abade Mónio Ermiges de Paço de Sousa foi o filho de Ermígio Moniz e de Teresa Soares²⁹³. Regista-se pouca informação relativamente à

²⁹¹ SOUSA, José Rigaud de (1976): p. 12.

²⁹² SOUSA, José Rigaud de (1976): pp. 12-13.

²⁹³ Esta possibilidade vai de encontro com o que Manuel Soveral (2003) defende, referindo relativamente a Mónio Ermiges, filho de Ermígio Moniz: «*abade de Paço de Sousa (1170), onde está sepultado, com lápide*». In SOVERAL, Manuel Abranches de (2003): Os Ribadouro. Proposta de Reconstituição Genealógica: <https://www.soveral.info/mas/Ribadouro%20-%20origens.htm>

vida de Mónio Ermiges. Contudo, este acabaria por resignar ao cargo de abade do Mosteiro de Paço de Sousa²⁹⁴ e realizou uma grande doação de propriedades que detinha. Para além disto, Mónio Ermiges foi abade deste mosteiro em 1170, acabando por falecer em 1202 já sob abaciado de outro clérigo (Mónio Garcia). No período em que foi abade, o Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa encontrava-se dividido por Egas Moniz, Mem Moniz e Ermígio Moniz, ou seja, pelos três irmãos. Mónio Ermiges foi ainda patrono desta instituição religiosa, sendo parente e co-herdeiro de Teresa Soares e de Urraca²⁹⁵.

Colocando de parte o tema anteriormente discutido, importa focar a nossa atenção nos pormenores que caracterizam o epitáfio deste abade. Mário Barroca (2000) indica que, segundo José Rigaud de Sousa, as palavras presentes na terceira regra da lápide em análise «PATer Et ABBAS», simbolizavam o facto de Mónio Ermiges ter sido abade do Mosteiro de Paço de Sousa e, simultaneamente, membro dos Ribadouro. Esta proposta, que, de início não foi aceite por José Mattoso, acabaria por ser perfilhada por este autor²⁹⁶.

Relativamente à inscrição em si, Mário Barroca (2000) refere que esta não ostenta marcação de regras, ou seja, o indivíduo responsável pela sua produção deve ter tirado proveito de uma *ordinatio* para se orientar, tendo em conta a regularidade do módulo das letras. De destacar também a distribuição e organização do texto, encontrando-se este distribuído de forma estratégica pelo espaço disponível, sendo visível uma primeira parte do texto, nas duas regras mais acima, e uma segunda presente nas duas regras na parte mais inferior. As duas primeiras regras e as duas últimas são divididas por um espaço assinalável onde se poderia incorporar mais uma regra. As primeiras duas regras

(consultado em 27/03/2023).

²⁹⁴ Mário Barroca (2000) indica que Mónio Ermiges renunciou ao cargo de abade neste mosteiro ainda no ano de 1170 ou inícios de 1171, prevalecendo dúvidas relativamente aos motivos que o levaram a tal decisão.

²⁹⁵ SOUSA, José Rigaud de (1976): p. 8.

²⁹⁶ José Mattoso (1982) acabaria por aceitar esta proposta referindo: «*O primeiro (Ermígio Moniz), que como vimos, foi o primeiro mordomo-mor de Afonso Henriques (...), é possível que não tivesse descendentes, a não ser, eventualmente, o abade Mónio Ermiges de Paço de Sousa, falecido em 1202*» (p. 59).

fornece-nos informação de carácter cronológico, assim como identificam a que figura esta inscrição é dedicada, satisfazendo assim as funções e os objetivos de um epitáfio. A segunda parte do texto, nas duas regras mais abaixo, tem como objetivo enaltecer a figura de Mónio Ermiges, promovendo o seu eterno descanso²⁹⁷.

Analisando este epitáfio com maior pormenor, nomeadamente as letras que o caracterizam, destacam-se algumas diferenças, nomeadamente os MM (representados de três maneiras distintas), os AA (dois tipos) e os TT (dois tipos distintos e o T no final da primeira regra da palavra «OBIIT» apresenta uma hasta vertical que termina com curva). Relativamente aos sinais de abreviatura, Mário Barroca (2000) refere que os AA minúsculos abertos utilizados, de influência visigótica, foram colocados na zona superior dos numerais como indicadores do género feminino. Para além disto, verifica-se a utilização de um sinal universal sobre a palavra «AGTI», nomeadamente um traço horizontal sobre a letra G e dois outros símbolos: o sinal indicador de terminação semelhante a um 9 em «MONIus», na segunda regra; e um sinal revelador da terminação em «PATer» (ambos os sinais são visíveis na terceira regra). Estes dois sinais evidenciam que o indivíduo responsável pela produção desta inscrição tinha conhecimentos relativamente a documentos diplomáticos, uma vez sabia o significado por detrás destes símbolos, podendo tratar-se de um antigo monge do *Scriptorium* de Paço de Sousa²⁹⁸.

3.4. Tampa ornamentada com figura de um Abade

No interior da Igreja de Paço de Sousa, junto à “arca” tumular de Egas Moniz e exposta na parede ocidental do templo, encontra-se uma tampa, levemente trapezoidal, ornamentada com a figura de um abade. Observando esta tampa de sepultura com maior pormenor, fica perceptível que esta apresenta uma moldura plana com o objetivo de delimitar o espaço destinado à representação do clérigo. No seu interior destaca-se

²⁹⁷ BARROCA, Mário (2000): p. 629.

²⁹⁸ BARROCA, Mário (2000): pp. 629-630.

a figura do abade, correspondendo este a um relevo praticamente plano, mais gravado que esculpido.

Ao longo dos tempos, este testemunho funerário de Paço de Sousa despertou a atenção e curiosidade de diferentes investigadores, nomeadamente de Reinaldo dos Santos (1948), atribuindo a esta tampa de sepultura uma cronologia de finais do século XII ou inícios do século XIII. Destaca ainda um ponto também referido por Mário Barroca (1987): «*E, como a restante plástica de Paço de Sousa, mais desenhada e gravada que concebida em volume*»²⁹⁹. Já Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1978), relativamente a este testemunho funerário, indica: «*a efígie de um bispo com báculo, rematada em cabeça de serpente, e vestes litúrgicas iconografadas com um notável grafismo. É um bom testemunho que nos documenta a técnica utilizada para esculpir. De certeza que, após o desenho sobre a pedra, o artista se limitou a gravar os riscos traçados. É datável do século XIII, embora o seu grafismo e o aspeto tabular da representação lhe deem impressões de maior arcaicidade*»³⁰⁰. Fica perceptível que a proposta cronológica de Carlos Alberto Ferreira de Almeida vai de encontro à que foi defendida em 1948 por Reinaldo dos Santos. Para além da questão cronológica, são ainda destacados alguns pormenores que caracterizam esta tampa de sepultura, que serão analisadas com maior pormenor mais à frente neste capítulo. Manuel Real também estudou este testemunho funerário, concordando com a cronologia anteriormente apresentada e destacando que esta tampa de sepultura foi «*um dos primeiros ensaios para os jacentes portugueses*»³⁰¹. Manuel Real compara este testemunho funerário com outros exemplos que se encontram em território nacional, mais precisamente em Sta. Cruz de Coimbra como os túmulos de D. Miguel Salomão (1180), de S. Teotónio (1181) e do príncipe D. Henrique (finais do século XII).

²⁹⁹ SANTOS, Reinaldo dos (1948): p. 16.

³⁰⁰ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978): *Arquitetura Românica de Entre-Douro-e-Minho*. Volume II. Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, p. 163.

³⁰¹ BARROCA, Mário (1987): p. 428.

Os jacentes correspondem a tampas de sepultura onde eram esculpidos os retratos dos defuntos, explorando a volumetria e tridimensionalidade destes com o intuito de identificar o seu túmulo, características que se verificam nesta tampa de Paço de Sousa, uma vez que foi esculpida a figura de um abade. Contudo, Mário Barroca (1987) discorda com a perspectiva de Manuel Real, uma vez que, nesta tampa de sepultura, procurou-se ao máximo explorar a ausência de volumetria, ou seja, não se representar a figura do abade com tridimensionalidade. Esta tendência de não explorar a tridimensionalidade consegue-se verificar ao longo do corpo do abade, principalmente nos seus pés, que são representados de lado com o intuito de reduzir a volumetria, característica que não vai ao encontro dos jacentes portugueses.

Para além de Reinaldo dos Santos, Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Manuel Real, também Mário Barroca (1987) dedicou-se ao estudo desta tampa de sepultura, indicando que: «*A tampa de Paço de Sousa é um dos exemplos mais apaixonantes da Arte Funerária do Norte de Portugal*»³⁰². Não há documentação que contrarie as propostas cronológicas acima referidas, ou seja, esta tampa funerária é datada de finais do século XII ou inícios da centúria seguinte. De salientar ainda que, tendo em consideração as técnicas utilizadas na sua produção e o seu estilo decorativo, esta tampa corresponde a um importante testemunho da deslocação dos artistas românicos da zona de Coimbra para as regiões mais a norte, uma dispersão do atelier coimbrão que ocorreu aquando da morte do bispo D. Miguel Salomão³⁰³.

A produção desta tampa de sepultura foi fortemente influenciada pelas características do românico de Coimbra, uma vez que as técnicas empregues na sua produção são frequentes em trabalhos utilizando o calcário, rocha bastante abundante na região sul, ou outro tipo de rochas facilmente trabalháveis e moldáveis, situação que não se verifica com o granito, rocha de maior dureza e irregularidade. A reduzida volumetria e o pouco requinte ou pormenor que a figura do abade apresenta, são reflexo das adversidades com que o artista de Coimbra se deparou aquando da sua vinda para norte, assim como

³⁰² BARROCA, Mário (1987): p. 428.

³⁰³ BARROCA, Mário (1987): p. 428.

as dificuldades em aplicar as técnicas de trabalho num tipo de matéria-prima (granito) totalmente distinta daquela que estavam acostumados a trabalhar (calcário e outras rochas com reduzida dureza)³⁰⁴.

A figura desta tampa encontra-se representada de pé e em retrato frontal com as vestes típicas de um abade, segurando, com a sua mão esquerda, um báculo, e, erguendo a sua mão direita em sinal de bênção. Observando com maior pormenor as duas mãos, fica perceptível que se regista uma certa irregularidade no sentido que a mão esquerda é desproporcional comparativamente com a mão direita. O báculo, cuja parte final termina em forma de serpente, atravessa todo o campo reservado à ornamentação desta tampa, tendo início junto aos pés do abade e terminando na zona da cabeça. Relativamente às vestimentas, estas são longas, envergando o abade traje solene com a *alba* que, na zona do pescoço, apresenta uma carcela muito comum, de rasgo vertical, contornada por galão. A *alba* estende-se até aos pés do abade e, sobre ela, encontra-se uma *estola*, sendo apenas visíveis os seus remates inferiores com a habitual franja. Por cima da *alba* e da *estola*, este abade enverga ainda uma *casula*, uma capa de cerimónia bastante comum nestas figuras religiosas, caracterizada por um pregueado desenhado, em linhas simples, que conferem um efeito estético único a esta representação. A face deste clérigo foi representada frontalmente, apresentando uma forma ovalada com barbas e cabelos definidos com traços paralelos. Os cabelos apresentam tonsura. Os olhos são amendoados e encontram-se ligados ao nariz por uma única linha, características bastante comuns do período medieval. Todo o corpo deste abade foi reproduzido frontalmente à exceção dos pés, encontrando-se ambos representados de lado, voltados para a esquerda, de forma a reduzir a volumetria desta figura.

Mário Barroca (1987) compara esta tampa de sepultura com algumas das características e técnicas presentes em diversas ilustrações do «*Apocalipse do Lorvão*», uma obra

³⁰⁴ Mário Barroca (1987) compara esta tampa de sepultura de Paço de Sousa com duas tampas que se encontram em Cedofeita, decoradas com cruciformes, tratando-se de importantes testemunhos da dispersão dos artistas de Coimbra para outros territórios no contexto nacional, nomeadamente a norte, em meados do século XII.

alusiva ao Apocalipse de S. João e datado do século XII (1189)³⁰⁵. Assim, levanta-se a possibilidade do artista responsável pela produção desta tampa ornamentada de Paço de Sousa, apesar de, muito provavelmente, não ter conhecimentos relativamente ao Apocalipse do Lorvão, partilhar técnicas e características da mesma escola estética. Um ponto que pode validar esta teoria são as cronologias destas duas produções, uma vez que a tampa de Paço de Sousa é datada do século XII ou inícios do século XIII, enquanto o Apocalipse do Lorvão ficou concluído em 1189 (finais do século XII)³⁰⁶. Mário Barroca (2003) destaca ainda a influência que os manuscritos de Santa Cruz de Coimbra (*Pantocrator* do manuscrito *De Avibus*) tiveram na produção desta tampa de sepultura, registando-se algumas semelhanças como o mesmo tipo de pregas e o mesmo remate da carcela, assim como a influência das produções eborárias, chegando até nós poucos testemunhos destas produções, servindo de exemplo a placa do *British Museum* e da pequena virgem de Cárquere³⁰⁷.

Mais recentemente, Mário Barroca (2023) procurou identificar o abade representado nesta tampa de sepultura, uma vez que este testemunho funerário nunca tinha sido associado a uma figura específica. A qualidade das técnicas empregues na execução desta tampa de sepultura, desenvolvida entre os finais do século XII e inícios do século XIII, destacam o empenho e o cuidado que a comunidade monástica teve na sua produção. As representações do báculo, da casula, da alba, da estola e do manípulo, demonstram como esta tampa de sepultura foi produzida em homenagem a um

³⁰⁵ Como por exemplo as técnicas aplicadas na representação das vestes do abade de Paço de Sousa e dos anjos presentes nas ilustrações do Apocalipse do Lorvão. Verificam-se bastantes semelhanças como a representação das vestes longas com mangas largas que, segundo Anne de Egrý (1972) «... *fazem as figuras, já delicadas, de aparência ainda mais ligeiras*». In EGRY, Anne de (1972): *Um Estudo de O Apocalipse do Lorvão e a sua Relação com as Ilustrações Medievais do Apocalipse*. Publicação da Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, p. 38.

³⁰⁶ BARROCA, Mário (1987): p. 430.

³⁰⁷ BARROCA, Mário Jorge (2023) - s.v. "Tampa do Abade D. Mónio Garcia", in BOTELHO, Leonor; ROSAS, Lúcia; BARROCA, Mário Jorge; GUEDES, César (Coord. de) - *Enciclopédia do Românico Português*, volume 2, Aguilar de Campoo, Fundación Santa Maria la Real del Património, pp.1536-1538. Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1986) sugeriu também a possibilidade da produção desta tampa de sepultura ter sido inspirada «*em obra de esmalte ou em esquema de iluminura e, por isso, não será tão antiga como parecerá*» (p. 162).

abade³⁰⁸. Juntando a isto, o cuidado empregue na sua produção sublinha a ideia de que esta tampa de sepultura se destinava a um abade com grande importância para Paço de Sousa e respetivo mosteiro³⁰⁹.

Tendo em consideração estes dados e a datação atribuída a esta tampa (finais do século XII e inícios do século XIII), destacam-se dois possíveis abades: Mónio Ermiges e Mónio Garcia. Mónio Ermiges, que governava o mosteiro em 1170, teve um mandato de curta duração, uma vez que o seu antecessor, o abade D. Egas Gomes, ainda era vivo em dezembro de 1169, e porque Mónio Ermiges acabaria por abdicar do cargo de abade do Mosteiro de Paço de Sousa em fevereiro de 1171. Até hoje é desconhecido o motivo que levou Mónio Ermiges a tomar esta decisão, falecendo a 23 de julho do ano de 1202 como é indicado no seu epitáfio que se encontra preservado no claustro do mosteiro. Uma vez que o mandato de Mónio Ermiges teve uma duração bastante reduzida (cerca de um ano), é pouco provável que esta tampa de sepultura seja dedicada a este abade³¹⁰.

D. Mónio Garcia, sucessor do abade Mónio Ermiges, é o outro nome ao qual esta tampa de sepultura pode estar associada. D. Mónio Garcia já era abade do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa no ano de 1171, e, como podemos verificar no *Livro de Testamentos de Paço de Sousa*, o seu nome surge em nove documentos, representando o mosteiro em nove doações patrimoniais que beneficiaram esta instituição religiosa e respetivos monges beneditinos. Ao longo do seu governo o número total de doações chegou às dezoito, promovendo uma ampliação patrimonial do mosteiro e uma recuperação depois dos anos menos positivos que marcaram o terceiro quartel do século XII. Mário Barroca (2023) indica que a ampliação patrimonial que se registou no Mosteiro de Paço de Sousa no decorrer do governo de D. Mónio Garcia e o facto deste abade ter governado o mosteiro pelo menos entre fevereiro de 1171 e dezembro de 1206 (35 anos), são aspetos que sugerem a possibilidade desta tampa de sepultura ter

³⁰⁸ Esta ideia vai de encontro com o que refere Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1986): «*tampa tumular figurando uma personagem paramentada, tonsurada, com báculo virado para fora, pertencente certamente à sepultura de um abade do Mosteiro de Paço de Sousa*» (p. 162).

³⁰⁹ BARROCA, Mário (2003): pp. 1536-1538.

³¹⁰ BARROCA, Mário (2003): pp. 1536-1538.

sido produzida em homenagem a este abade. Tendo em consideração que D. Mónio Garcia faleceu pouco depois do ano de 1206, a execução desta tampa de sepultura terá ocorrido na segunda década do século XIII, um testemunho funerário produzido por encomenda dos monges beneditinos do mosteiro com o objetivo de perpetuar a memória do abade D. Mónio Garcia³¹¹.

3.5. Duas tampas ornamentadas

Na Igreja de Paço de Sousa, para além da tampa de sepultura com a representação de um abade, encontram-se mais duas tampas ornamentadas. Uma destas tampas repousa na “arca” tumular de Egas Moniz, na nave sul do templo, ao lado da tampa com o epitáfio do “Aio”. Esta tampa já foi analisada anteriormente, correspondendo à que Mário Barroca (1987) considera ter pertencido ao túmulo de D. Gonçalo Anes Correia ou de sua esposa D. Mor Martins do Vinhal. Com efeito, D. Mor Martins do Vinhal deixou vontade expressa, em testamento, para que fosse enterrada em monumento idêntico ao de seu marido. A segunda tampa ornamentada encontra-se junto à parede ocidental do claustro do mosteiro, depositada no solo de forma pouco cuidada, local desfavorecido tendo em consideração o seu valor histórico e a sua preservação. Estas duas tampas apresentam uma morfologia própria para serem utilizadas como cobertura de sarcófagos, não evidenciando nenhuma inscrição funerária, mas apresentam vários motivos decorativos.

Relativamente à tampa de sepultura que repousa no claustro do mosteiro, Mário Barroca (1987) indica que, em momentos cronológicos anteriores, esta encontrava-se no exterior da Igreja de Paço de Sousa, junto à fachada principal e a cobrir um sarcófago. Contudo, esta tampa cobria um sarcófago que nunca lhe pertenceu, uma vez que esta é mais comprida e mais estreita quando comparada com o sarcófago em questão, evidenciando a falta de cuidado que muitas vezes se tem com este tipo de testemunhos funerários. Para além disto, há grandes contrastes estilísticos entre esta tampa e o

³¹¹ BARROCA, Mário (2003), pp. 1536-1538.

sarcófago que cobria, sublinhando a ideia de que estes dois testemunhos funerários nunca poderiam corresponder a um mesmo monumento.

Estas duas tampas apresentam secção pentagonal e volume em duas águas, apresentando uma aresta central aplanada e com reduzida volumetria. As duas superfícies oblíquas, divididas pela aresta central, encontram-se decoradas com motivos vegetalistas, nomeadamente palmetas com cinco folhas ligadas entre si por caules serpenteados, decorando quase na totalidade as duas faces destas duas tampas e que terão sido concebidos mediante a utilização de bisel. De salientar que estes motivos decorativos diferem um pouco de uma face para a outra, mas complementam-se entre si e conferem uma certa homogeneidade à decoração destas duas tampas.

Já as faces laterais destas duas tampas apresentam, num plano central, uma cruz pátea com um círculo central, delimitadas por palmetas de três folhas. Comparando a ornamentação das faces oblíquas e laterais destas duas tampas de sepultura, fica perceptível que esta é praticamente idêntica. De salientar ainda que a decoração destas tampas é bastante semelhante à ornamentação aplicada pelos artistas que trabalharam na construção da Igreja de Paço de Sousa, nomeadamente nos ábacos de alguns capiteis das naves, assim como nos frisos que se estendem pelas paredes laterais de todo o templo.

3.6. Sarcófagos medievais

Quando visitamos o Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, um dos primeiros testemunhos funerários que temos oportunidade de observar são dois sarcófagos medievais, em pedra, que se encontram junto à fachada principal, mais precisamente no adro fronteiro deste espaço religioso. Estes dois sarcófagos encontram-se dispostos lado a lado e são facilmente distintos entre si, uma vez que um deles apresenta uma cabeceira quadrangular e o segundo uma cabeceira arredondada com uma morfologia mais antropomórfica. Para além disto, o sarcófago com cabeceira arredondada apresenta motivos decorativos, algo que não se verifica no segundo sarcófago.

José Monteiro de Aguiar (1928) indica que estes sarcófagos ocuparam diferentes espaços e desempenharam vários tipos de funções ao longo dos tempos. Assim, o primeiro sarcófago foi utilizado, durante bastante tempo, como pia na fonte de Egas Moniz, também conhecida por Fonte de *Gamuz*, acabando por ser removido desta fonte em dezembro de 1906 e colocado no interior da Igreja de Paço de Sousa graças aos esforços do arqueólogo Pedro Vitorino. Já o segundo sarcófago esteve durante bastante tempo no quinteiro do mosteiro onde serviu de bebedouro para o gado e de amolador de ferramentas agrícolas. Este segundo sarcófago também seria transferido para o interior da igreja no ano de 1925 e colocado junto ao primeiro sarcófago graças à cedência da Comissão Administradora da Casa Pia³¹². Mais tarde, os dois sarcófagos acabariam por sair do interior da igreja, permanecendo, até aos nossos dias, junto da fachada principal do Mosteiro do Salvador Paço de Sousa.

Começamos por analisar o sarcófago que não evidencia qualquer tipo de decoração. Este sarcófago não preserva a tampa, apresentando uma cabeceira quadrangular larga e uns laterais bastante deteriorados devido ao desgaste com o passar do tempo. De dimensões, este apresenta cerca de 2 metros de comprimento e 87 centímetros de largura, as mais comuns neste tipo de testemunhos funerários.

Relativamente ao segundo sarcófago, este corresponde a um arcaz de granito, monolítico, apresentando três faces sem motivos decorativos e uma quarta, o lateral com maiores dimensões deste testemunho funerário, com a representação de três pés de milho miúdo. De dimensões, este sarcófago apresenta cerca de 2 metros de comprimento e 68 centímetros de largura. Mário Barroca (1987) indica que foi Armando de Matos o primeiro dedicar-se ao estudo deste sarcófago, associando-o a outros sarcófagos que se encontram em Marco de Canaveses e Cinfães, estruturas que poderão estar relacionadas com os Milhaços, uma antiga família nobre duriense. Armando de Matos associou estes sarcófagos entre si devido a todos terem em comum a

³¹² AGUIAR, José Monteiro de (1928): p. 50.

ornamentação com três pés de milho miúdo, surgindo, em alguns casos, de forma isolada, e noutros, juntamente com escudos-de-armas³¹³.

Mário Barroca (1987) considera esta estrutura funerária arcaica, uma vez que não se regista a representação do escudo-de-armas, atribuindo-lhe uma cronologia do século XIII. Para além disto, as características que são evidenciadas neste testemunho funerário levam a crer que este foi desenvolvido depois das obras da Igreja de Paço de Sousa estarem concluídas, uma vez que as suas características contrastam bastante com aquelas que caracterizaram o atelier de canteiros responsáveis pelos trabalhos desenvolvidos neste espaço religioso.

Importa referir ainda que ambos os sarcófagos não apresentam um bom estado de preservação, fruto do local onde estão expostos e das funcionalidades que estes desempenharam em tempos anteriores. Numa investigação anterior, realizada na minha licenciatura com o objetivo de analisar as sepulturas escavadas na rocha e sarcófagos do concelho de Baião, tive oportunidade de trocar algumas ideias com o padre da Igreja de Santa Marinha do Zêzere, uma vez que se encontra nas proximidades desta paróquia um sarcófago antropomórfico. Este testemunho funerário, à semelhança do que se verifica com os sarcófagos de Paço de Sousa, encontra-se exposto no exterior, mas disposto de lado, de modo a evitar com que a água da chuva se vá acumulando no seu interior, algo que deveria ser feito com os dois sarcófagos da Igreja de Paço de Sousa. Contudo, o padre da Igreja de Santa Marinha do Zêzere destacou o desconhecimento que há relativamente a estes testemunhos funerários e o facto de não se promover a sua preservação, referindo que: «*Muita gente não sabe de que período são estes sarcófagos, nem sabe o que fazer com eles*».

Estas palavras realçam o desconhecimento que se regista não só relativamente a estes sarcófagos, mas um pouco com a arqueologia em geral, levando a que muitas estruturas com elevado valor arqueológico e histórico não sejam protegidas, assim como não se incentive, com maior regularidade, novas investigações/escavações arqueológicas. A

³¹³ BARROCA, Mário (1987): pp. 438-439.

falta de cuidado com estas estruturas funerárias, que correspondem a importantes testemunhos para adquirirmos maior conhecimento relativamente à história local e nacional, tem como consequência a sua contínua degradação ao longo dos tempos.

3.7. Arcossólios funerários

Os arcossólios funerários são estruturas relativamente frequentes em contextos medievais. No Mosteiro de Paço de Sousa registam-se dois exemplares. Os arcossólios são estruturas criadas na espessura das paredes e tinham como principal função acolher sarcófagos e sepulturas rasas dos defuntos que aqui fossem realizar o seu eterno descanso.

Na face exterior da parede norte da Igreja de Paço de Sousa³¹⁴, a oeste da porta lateral, identificamos dois arcossólios, testemunhos funerários que podem ser facilmente observados a partir do atual cemitério que se encontra anexo à parede norte da igreja. Estas duas estruturas já foram referidas no capítulo onde procedi à análise da fachada lateral norte deste mosteiro, tendo sido estabelecidas nesta parede aquando dos trabalhos construtivos de ampliação da igreja em 1258. Estes dois arcossólios funerários, que terão sido desenvolvidos com o propósito de aqui serem depositados sarcófagos com os corpos dos defuntos, ficam caracterizados pelos seus arcos apontados e aduelas lisas. O arcossólio junto ao portal norte do templo apresenta 2,28 metros de comprimento e 1,33 metros de altura, e o segundo, mais próximo da entrada do cemitério, 2,10 metros de comprimento e 1,16 metros de altura.

³¹⁴ No caso da Igreja de Paço de Sousa, os dois arcossólios encontram-se na parede norte que conecta com a nave norte deste espaço religioso, mas Mário Barroca (2012) indica que estas estruturas funerárias podem-se encontrar em diversos locais dentro das igrejas medievais como na capela-mor (interior ou exterior), no transepto, nas naves (interior ou exterior, como se regista em Paço de Sousa), no nártex (entrada dos templos) ou na área do claustro. De salientar ainda que, no contexto nacional, um dos exemplares mais antigos deste tipo de testemunhos funerários encontra-se na Igreja de S. Vicente de Sousa, em Felgueiras, arcossólio que apresenta uma inscrição alusiva ao ano de 1162. In ALARCÃO, Jorge de; BARROCA, Mário Jorge (2012): *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Editora Figueirinhas. Porto, p. 36.

3.8. Vestígios epigráficos

Em capítulos anteriores já foram analisados alguns vestígios epigráficos medievais do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, nomeadamente o epitáfio de Egas Moniz e do abade Mónio Ermiges. Para além destes, registam-se outras inscrições neste mosteiro. Contudo, o seu estado de conservação levanta algumas dificuldades relativamente à sua leitura e interpretação. De salientar que, antes da demolição da Capela do Corporal, o número de inscrições existentes neste mosteiro seria muito superior ao que se regista atualmente. Depois do ano de 1605, e com a demolição desta capela, muitas pedras foram reutilizadas nas reformas construtivas que o mosteiro sofreu ao longo dos tempos, prevalecendo a ideia de que muitas inscrições que se encontravam na Capela dos Fregueses e noutras áreas deste mosteiro não chegaram até aos nossos dias ou o seu paradeiro é desconhecido.

No claustro do mosteiro encontra-se uma inscrição comemorativa gravada num colunelo em granito, em mau estado de conservação, onde, segundo Mário Barroca (2000), se pode ler: [...] / [...] [sarr] ACINU(s) P(resbite)R. Nas faces principais deste colunelo destacam-se motivos decorativos em linhas retas que ocupam grande parte destas faces. As superfícies originadas pelos chanfros apresentam a inscrição comemorativa, desenvolvendo-se esta em duas regras. A primeira regra encontra-se muito degradada quando comparada com a segunda, possibilitando apenas a leitura de algumas letras como um «U» de tipologia arcaica. Relativamente à segunda regra, conseguimos analisar mais alguns pormenores como um «O» anguloso com a morfologia de um losango, bastante comum no século XI, e, no segundo fragmento, os termos «ACINU PR» que, desdobrados, correspondem a «Sarracinus Presbiter»³¹⁵.

Analisando com maior detalhe a lista de patronos do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, destaca-se uma *Vivili Sarraciniz*, nome que apresenta algumas semelhanças com o «Sarracinus» presente na inscrição em análise. Como se sabe, o patronímico *Sarraciniz* revela que Vivili era filha de um Sarracino. Para além disto, o nome Sarracino levanta a

³¹⁵ BARROCA, Mário (2000): p. 132.

possibilidade deste patrono do Mosteiro de Paço de Sousa ter pertencido à família dos Riba Douro, uma vez que esta inscrição é do mesmo período histórico no qual se registava um membro desta família nobre conhecido por Sarracino³¹⁶. Tendo em consideração a tipologia e os motivos decorativos desta inscrição e o período histórico em que se regista documentação relativa a Sarracino da família dos Riba Douro, é plausível atribuir a esta inscrição uma cronologia de finais do século XI³¹⁷.

Com a demolição da Capela do Corporal em 1605, foi identificado o epitáfio de Garcia Martins, testemunho funerário que foi conservado avulso desde então, desconhecendo-se a sua atual localização. José Monteiro de Aguiar (1928) relativamente à demolição da Corporal de Paço de Sousa refere que: «*As suas pedras foram aplicadas nas obras do Mosteiro, que os frades empreenderam logo a seguir à demolição, a saber: sacristia, claustros, refeitório e dormitórios*», acrescentando que «*nas paredes das novas construções referidas acima, e terminadas dentro do séc. XVIII, aparecem pedras sigladas e com inscrições que, evidentemente, pertencem ao Corporal*»³¹⁸. Algumas destas siglas são facilmente observáveis quando se visita o mosteiro, principalmente na fachada lateral norte, mas grande parte das inscrições que se encontravam na Capela do Corporal perderam-se ao longo dos tempos ou encontram-se embutidas nas paredes deste mosteiro, impossibilitando assim a sua identificação e análise.

José Monteiro de Aguiar (1928) dá-nos o exemplo da seguinte inscrição: OBIIT : GRA : MARTINUS / K C I +. (Faleceu Martins / nas Calendas ...). O paradeiro desta inscrição funerária é desconhecido, referindo Mário Barroca (2000) que, tendo em consideração a grafia das letras apresentada por José Monteiro de Aguiar, se tratava de uma inscrição medieval, possivelmente do último quartel do século XII, aumentando assim o número de epitáfios do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa. A primeira regra desta inscrição funerária terá sido bem lida, mas a segunda regra levanta mais dúvidas, iniciando esta com a abreviatura de KaLendas à qual se seguem as maiúsculas C e I.. Analisando o “Livro dos Testamentos de Paço de Sousa” verificamos que há duas figuras com o nome

³¹⁶ Sarracino era casado com Dona Godo, filha de Mónio Viegas o “Gasco”.

³¹⁷ BARROCA, Mário (2000): pp. 132-133.

³¹⁸ MONTEIRO, José Monteiro de (1928): p. 46.

“GaRciA MartiNVS”: o primeiro é identificado como «*Garcia Martinz qui tunc erat prior de ipso monasterio*»³¹⁹ em [ca.1162-1169?]; já o segundo surge num documento datado entre 1171-1209 como morador e proprietário na *villa* de Figueira. Mário Barroca (2000) considera que, tendo em consideração que a pedra com esta inscrição funerária é proveniente da Capela do Corporal, este epitáfio será relativo ao segundo Garcia Martinz ao qual o Livro dos Testamentos de Paço de Sousa faz referência.

³¹⁹ LOPES, Filipa; SILVA, Maria João Oliveira e (2015): Doc.21, p. 35.

4. Testemunhos funerários modernos do Mosteiro de Paço de Sousa

4.1. Tampas com inscrições funerárias modernas

No claustro do Mosteiro de Paço de Sousa registam-se vários testemunhos funerários medievais, nomeadamente uma tampa de sepultura ornamentada, a lápide do abade Mónio Ermiges e uma inscrição comemorativa gravada num colunelo em granito. Para além destes testemunhos, no corredor sul do claustro, embutidas no pavimento, encontram-se trinta e duas tampas com inscrições funerárias de época moderna. Também no interior da Igreja de Paço de Sousa, anexa ao absidíolo sul e à entrada da sacristia, regista-se uma tampa com uma inscrição funerária que poderá estar associada às que se estendem pelo corredor sul do claustro, completando assim um conjunto de trinta e três tampas com inscrições funerárias modernas. A maioria destas tampas com inscrições funerárias apresenta de dimensões cerca de 60 centímetros de comprimento e 50 centímetros de largura, com exceção das tampas número 1, 2 e 3, de menores dimensões, com 40 centímetros de comprimento e 30 centímetros de largura. Três tampas deste conjunto destacam-se por serem mais pequenas, evidenciando cerca de 30 centímetros de comprimento e 20 centímetros de largura³²⁰.

Apesar destas tampas com inscrições funerárias corresponderem aos testemunhos funerários mais recentes do Mosteiro de Paço de Sousa, uma vez que os que foram analisados em capítulos anteriores são todos medievais, algumas apresentam mau estado de conservação. O grande desgaste evidenciado por algumas destas inscrições funerárias revela ser o principal obstáculo para a leitura das mesmas. Para além disto, torna-se difícil definir um espaço temporal relativo a estas inscrições, ou seja, analisar a data da inscrição mais antiga e da mais recente com o objetivo de perceber que período histórico estas abrangem e no qual o corredor sul do claustro foi utilizado para fins funerários. As informações provenientes das fontes históricas relativas ao Mosteiro de

³²⁰ Estas três tampas com dimensões menores encontram-se também no corredor sul do claustro do mosteiro (duas no lado esquerdo da tampa número 7 e uma abaixo da tampa número 21).

Paço de Sousa poderiam ser úteis para a realização de uma leitura mais completa destas inscrições modernas. Contudo, após a sua consulta, ficou perceptível que não há qualquer referência a estas tampas com inscrições funerárias do claustro do mosteiro.

Relativamente à sua organização espacial, estas tampas com inscrições funerárias modernas encontram-se distribuídas pelo corredor sul do claustro do mosteiro, formando três colunas com três tampas por fila. Cada tampa é numerada, sendo a primeira, que se encontra no início do corredor sul, a número 1, e a última, no fim do corredor, a número 30. Este conjunto de tampas apresenta, assim, uma orientação este-oeste, uma vez que as tampas mais antigas se encontram a este e as mais recentes a oeste³²¹. Como já foi referido, algumas destas inscrições apresentam mau estado de conservação, impossibilitando a sua leitura, enquanto outras consegue-se ler a inscrição na totalidade (texto e data). À medida que se vai avançando na numeração das tampas e com base na datação apresentada nas respetivas inscrições (nas que é possível realizar a sua leitura), fica perceptível que a tampa número um é a mais antiga e a número trinta a mais recente³²².

Do conjunto de trinta e duas tampas de sepultura com inscrições funerárias do corredor sul do claustro destacam-se duas tampas devido a estas serem mais pequenas comparativamente com as restantes trinta tampas que aqui se encontram, e porque estão dispostas de forma distinta. Analisando este conjunto, constatamos que as tampas apresentam uma organização fixa, ou seja, dispostas na vertical no sentido este-oeste. Contudo, as duas tampas em análise estão anexas à tampa número 7 na horizontal. À semelhança de muitas outras, estas duas inscrições apresentam mau estado de conservação, impossibilitando a leitura do seu conteúdo e respetiva datação.

Uma das maiores curiosidades acerca destas tampas e respetivas inscrições funerárias é perceber que espaço temporal estas abrangem, ou seja, identificar a datação da inscrição mais antiga e da mais recente. O grande desgaste que as inscrições das tampas

³²¹ Para melhor compreender a organização destas tampas com inscrições funerárias modernas, ver esquema em Anexos.

³²² Há uma pequena exceção com as inscrições das tampas número 26 e 27, uma vez que a inscrição da tampa número 26 apresenta o ano 1741, enquanto a inscrição da tampa número 27 o ano de 1740.

número 1, 2, 3 e 4 apresentam, as mais antigas deste conjunto, impossibilita a sua leitura. A primeira tampa cuja inscrição apresenta bom estado de conservação e que permite analisar a sua datação é a número 5, onde se pode ler: · O · P · P · E/ OÃO BAB/ OS · 5 · DE/ EZ · DE/ 1715. Definir a datação das inscrições das tampas anteriores (número 1, 2, 3 e 4) torna-se uma tarefa complicada, uma vez que, para além de não se conseguir ler o conteúdo das mesmas, este conjunto de inscrições não obedece a uma ordem cronológica linear, ou seja, há datações que se repetem (como é o caso das inscrições das tampas número 8 e 9, ambas datadas de 1719) e espaços temporais não preenchidos (servem de exemplo as inscrições da tampa número 12, datada de 1722, e da tampa número 14, datada de 1728). Tendo em consideração que a inscrição da tampa número cinco é datada de 8 de dezembro de 1715, mas que este conjunto não obedece a uma ordem cronológica linear, é pouco viável atribuir às inscrições das tampas número 1, 2, 3 e 4 as datações de 1711, 1712, 1713 e 1714 respetivamente.

A tampa com a inscrição mais recente do conjunto do corredor sul do claustro é a número 30. Contudo, não é possível ler o seu conteúdo devido ao seu mau estado de conservação. A inscrição mais recente deste conjunto que permite analisar a respetiva datação é a da tampa número 29, onde se pode ler: OPPEP/ AD IC/ A 8E/ DE 1749/ A. Mais uma vez, tendo em consideração que este conjunto não segue uma ordem cronológica linear, torna-se difícil atribuir uma datação à tampa número 30. Assim, tendo em consideração que a inscrição da tampa número 5, a primeira onde é possível ler o seu conteúdo, é datada do ano de 1715, e que a tampa número 29, a que apresenta a datação mais recente (uma vez que a inscrição da tampa número 30 apresenta grande desgaste), é datada de 1749, podemos afirmar que o conjunto de tampas com inscrições funerárias do corredor sul do claustro abrange um espaço temporal de trinta e quatro anos. Para além disto, fica perceptível que o corredor sul do claustro do mosteiro foi utilizado, no percurso da primeira metade do século XVIII, para fins funerários.

No corredor sul do claustro do mosteiro registam-se trinta e duas tampas com inscrições funerárias. Contudo, no interior da Igreja de Paço de Sousa, anexa ao absidíolo sul e à entrada da sacristia, encontra-se mais uma tampa com uma inscrição funerária moderna em bom estado de conservação, onde se pode ler: QVE FOI/ DESTEMOS/ TRº. 2VEZES/

F.A 28 DE FEV^oA/ DE 1763. A tampa com esta inscrição é idêntica às que se estendem ao longo do corredor sul do claustro do mosteiro, apresentando cerca de 60 centímetros de comprimento e 50 centímetros de largura³²³. Esta corresponde à única tampa com inscrição funerária moderna que se encontra no interior do templo, persistindo dúvidas se em tempos anteriores o seu número seria superior³²⁴. Juntando esta tampa às restantes do corredor sul do claustro do mosteiro, falamos de um conjunto de trinta e três tampas com inscrições funerárias modernas. Tendo em consideração que a tampa número 29, do corredor sul do claustro, é datada de 1749, e que a tampa que se localiza no interior do templo é datada de 1763, fica perceptível que há um espaço temporal de catorze anos não preenchidos, o que sugere a possibilidade de, em momentos cronológicos anteriores, ter havido mais tampas com inscrições funerárias modernas no interior da Igreja de Paço de Sousa ou no claustro do mosteiro.

Como foi referido anteriormente, a inscrição da tampa que se encontra anexa ao absidiolo sul e à entrada da sacristia é datada do ano de 1763, alargando, assim, o período cronológico abrangido por este conjunto de tampas, uma vez que a tampa número cinco é datada de 1715 e a do interior do templo, a mais recente, é datada de 1763, abrangendo um espaço temporal de quarenta e oito anos.

³²³ Esta inscrição funerária faz referência a um abade trienal do Mosteiro de Paço de Sousa eleito duas vezes e que faleceu a 28 de fevereiro de 1763. Analisando as “«Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa», fica perceptível que o abade em questão é D. Frei Fulgêncio do Espírito Santo. Sobre este abade, D. Frei António da Assunção Meireles (1799) refere: «O P.^e Fr. Fulgêncio do Espírito Santo, Eleito 63^o e 65^o Ab.^e trienal, nos anos de 1748, e 1755, foi amavel pela sua caridade com os pobres, e urbanidade com os ricos das vizinhansas do Mosteiro; nos dous Trienios em que governou, consoláva, e favorecia os Monjes como hum Pai e seus filhos, motivo porque o seu nome se fes celebre entre os bons Prelados desta Caza: faleceu nela em 28 de Fevr^o de 1763» (p. 73).

³²⁴ De destacar que, nos nossos dias, o pavimento da sacristia é em madeira, mas em momentos cronológicos anteriores este era em pedra, levantando a possibilidade de aqui terem existido mais tampas com inscrições semelhantes à em análise.

Considerações finais

Numa fase inicial do desenvolvimento desta dissertação, rapidamente me apercebi como a história do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa é rica, quer ponto de vista arquitetónico quer do ponto de vista construtivo, correspondendo a um espaço religioso com mais de mil anos de história. Este mosteiro foi fundado no século X por Trutesendo Galindes e por sua esposa Anímia, sofrendo, desde então, sucessivas alterações arquitetónicas.

A primeira reforma construtiva ocorreu em finais do século XI, aquando da reconstrução e ampliação do templo primitivo que culminou na cerimónia de sagração do novo templo realizada por D. Pedro, Bispo de Braga, a 29 de setembro de 1088. Também no ano de 1088 ficaram concluídos os trabalhos construtivos da Capela de Santa Maria do Corporal, estrutura que se encontrava anexa ao transepto norte da Igreja de Paço de Sousa. Em 1258 teve início a construção da nova igreja românica, uma das reformas construtivas mais significativas deste mosteiro e que implementou profundas alterações na arquitetura e ornamentação deste espaço religioso. Em 1605 a Capela de Santa Maria do Corporal foi demolida, perdendo-se uma estrutura funerária emblemática para Paço de Sousa passados 517 anos desde a cerimónia de sagração. Com a demolição da Corporal, os catorze túmulos que se encontravam no seu interior, incluindo o de Egas Moniz, o “Aio”, foram removidos e transferidos para o interior da Igreja de Paço de Sousa. A capela-mor do templo religioso também sofreu várias alterações, nomeadamente em 1741, quando se procedeu ao rebaixamento do nível do seu pavimento, e mais tarde, entre 1780 e 1781, trabalhos construtivos que resultaram numa ampliação significativa da área da capela-mor.

Entre 1883 e 1887 o Ministério das Obras Públicas implementou uma nova reforma construtiva no Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa. Contudo, um grande incêndio que deflagrou neste mosteiro a 9 de março de 1927 destruiu grande parte dos trabalhos desenvolvidos entre 1883 e 1887. Este incêndio teve um impacto bastante negativo na arquitetura e ornamentação deste mosteiro, servindo de impulsionador para os novos trabalhos construtivos desenvolvidos, numa fase inicial, pela 3ª repartição da Direção

Geral das Belas Artes, entre 1927 e 1929, e, mais tarde, pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Esta nova reforma construtiva estendeu-se entre 1927 e 1939, e teve como principal objetivo devolver à Igreja de Paço de Sousa o aspeto que teria na Idade Média. A igreja que conseguimos observar nos nossos dias é o resultado dos trabalhos construtivos realizados entre 1927 e 1939.

O estudo dos acontecimentos históricos, a identificação de individualidades que passaram por este mosteiro e que deram o seu contributo, e a análise das reformas construtivas a que este espaço religioso foi submetido em diferentes períodos históricos revelou ser bastante importante. A aquisição de todas estas informações e conhecimento permitiu-me realizar uma melhor abordagem aos testemunhos funerários medievais e modernos que se encontram associados a esta instituição religiosa. Como ficou perceptível, regista-se uma grande variedade de testemunhos funerários medievais e modernos associados ao Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa.

Na entrada da Igreja de Paço de Sousa, na nave sul e anexos à fachada principal do templo, encontram-se os dois monumentos funerários de Egas Moniz, “aio” de D. Afonso Henriques. O túmulo e o cenotáfio de Egas Moniz repousaram na Capela de Santa Maria do Corporal até ao ano de 1605, data marcada pela demolição desta capela. Depois de 1605, o túmulo e cenotáfio foram desmontados e transferidos para o interior da capela-mor da Igreja de Paço de Sousa. Estes dois testemunhos funerários foram demonstrados e remontados sucessivamente e ocuparam diferentes áreas do templo, acabando por se perder a sua organização original ao longo dos tempos.

O túmulo do século XII, que assinalava o local onde Egas Moniz foi sepultado, era constituído por duas pedras rematadas por uma tampa com o respetivo epitáfio. No decorrer do século XIII, o túmulo seria substituído pelo cenotáfio, um monumento de maiores dimensões e com ornamentação mais detalhada. Este cenotáfio, que repousava sobre o túmulo de Egas Moniz, era constituído por diversas pedras onde foram esculpidos alguns dos episódios mais marcantes da vida de Egas Moniz, nomeadamente a «Jornada a Toledo». As pedras do túmulo do século XII e do cenotáfio do século XIII do “Aio” de D. Afonso Henriques foram organizadas num só monumento no decorrer dos trabalhos de restauro desenvolvidos pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos

Nacionais entre 1927 e 1939. O monumento funerário que conseguimos observar nos nossos dias é o resultado desta reconstrução desenvolvida no século XX. A arca funerária de Egas Moniz, para além da tampa com o epitáfio, é coberta por uma segunda, uma vez que o monumento funerário desenvolvido pela DGEMN apresenta dimensões consideráveis para ser coberto apenas por uma tampa. Esta segunda tampa não tem qualquer tipo de ligação com Egas Moniz e contrasta bastante com a tampa do túmulo do século XII, sublinhando ainda mais a ideia de que se procedeu à junção de dois monumentos funerários distintos num só.

Mais recentemente, a empresa «Arqueologia e Património» realizou intervenções arqueológicas nas áreas periféricas do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa que permitiram confirmar o potencial arqueológico das mesmas. Em 2017, na área norte junto ao atual cemitério, na zona sul e este da capela-mor, na área este da ala nascente e no claustro do mosteiro, foram identificadas mais de vinte e uma sepulturas, juntamente com outros vestígios arqueológicos como pequenos ossários, fragmentos de cerâmica com diferentes cronologias, esculturas, assim como muros que acabaram por ser demolidos nas reformas construtivas desenvolvidas na Idade Moderna.

A área norte do templo e a área sul e este da capela-mor foram as zonas onde se registou um maior número de sepulturas. Na área anexa à parede norte da capela-mor e absidiolo esquerdo do templo (sondagem 01) foram identificadas dez sepulturas, uma delas com morfologia antropomórfica. Junto ao portal norte do templo (sondagem 04) foi descoberto um conjunto de sepulturas com cronologias mais antigas, prevalecendo dúvidas quanto número exato destas estruturas funerárias. A zona anexa à parede norte da Igreja de Paço de Sousa que se encontra mais próxima da entrada do atual cemitério (sondagem 05) ficou caracterizada por alinhamentos de estruturas em granito que, possivelmente, formavam as paredes laterais de uma sepultura. Ao longo de toda a fachada lateral norte do mosteiro foi também implementada a vala 01 onde seria descoberta mais uma sepultura escavada na rocha.

A área sul e este da capela-mor revelou ser bastante rica do ponto de vista arqueológico. Junto à parede sul da capela-mor e transpeto (sondagem 02) foram identificadas duas sepulturas escavadas na rocha medievais, uma delas com morfologia antropomórfica.

Na vala 03, que se estendia por toda a ala nascente e este da capela-mor foi descoberta uma necrópole medieval. Nesta área anexa ao Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa registou-se um grande conjunto de sepulturas com morfologias variadas. O primeiro nível de enterramentos na área este da capela-mor ficou caracterizado pelo predomínio de sepulturas estruturadas em pedra de granito (sepulturas em lajes). Num segundo nível, cronologicamente mais antigo, registaram-se duas sepulturas tipologicamente distintas, uma vez que estas apresentavam um orifício na zona central e encontravam-se escavadas no substrato saibroso.

Na área este da ala nascente, mais precisamente na área entre a parede da ala nascente e o muro de contenção da «Quinta do Gaiato» (sondagem 03), foi identificada mais uma sepultura escavada no substrato saibroso. Contudo, nesta área não foi alcançado o substrato rochoso, prevalecendo dúvidas se mais alguma sepultura ou outro tipo de vestígios arqueológicos poderiam ser descobertos. No claustro do mosteiro, mais precisamente junto às paredes do transepto e sacristia (sondagem 06), foram descobertas mais duas sepulturas escavadas no substrato saibroso. No corredor este do claustro (vala 05) também foi identificada uma sepultura escavada na rocha com cronologia medieval.

Tendo em consideração que as sepulturas e outros vestígios arqueológicos identificados no decorrer das duas intervenções arqueológicas encontravam-se implementados seguindo o alinhamento das paredes que delimitam a Igreja de Paço de Sousa, que o recurso a estas formas de enterramento em contextos funerários estendeu-se até aos séculos XII e XIII, e que a construção da igreja românica ficou concluída no ano de 1258, prevalece a ideia de que as sepulturas do Mosteiro de Paço de Sousa continuaram a ser implementadas momentos após a conclusão dos trabalhos construtivos do templo românico (2ª metade do século XIII). Para além disto, fica por responder se haveria mais sepulturas nas áreas periféricas da capela-mor medieval, ou seja, da capela anterior à reforma que se prolongou de 1780 até 1784.

No claustro do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, junto à face exterior da parede sul da nave do templo, encontramos a lápide funerária do abade Mónio Ermiges, outro testemunho funerário medieval deste espaço religioso. Mónio Ermiges, filho de Ermígio

Moniz e de Teresa Soares e membro da família dos Riba Douro, foi abade deste mosteiro no ano de 1170, acabando por resignar ao cargo. Neste silhar, que apresenta 76 centímetros de comprimento e 37 centímetros de altura, destaca-se o epitáfio deste abade. Esta inscrição funerária divide-se em quatro regras, indicando 23 de julho de 1202 como a data da morte do abade Mónio Ermiges.

Também é no claustro, mais precisamente junto à parede ocidental, que repousa uma tampa de sepultura ornamentada. Em momentos cronológicos anteriores, esta tampa estava junto à fachada principal do templo e a cobrir um dos sarcófagos que aqui se encontram. Esta tampa é bastante semelhante à que repousa na “arca” funerária de Egas Moniz ao lado da tampa com o epitáfio. Estas duas tampas de sepultura ficam caracterizadas pela sua secção pentagonal e volume em duas águas, evidenciando uma aresta central aplanada com reduzida volumetria. Nas suas duas superfícies oblíquas destacam-se os motivos vegetalistas que preenchem na totalidade as duas faces destas tampas.

No interior da Igreja de Paço de Sousa, junto aos dois monumentos funerários de Egas Moniz e exposta na face interna da parede ocidental do templo, encontra-se uma tampa ornamentada com a figura de um abade. Esta tampa funerária é datada de finais do século XII ou inícios da centúria seguinte, ficando evidente, pelas características que este testemunho funerário medieval apresenta, a influência que o românico de Coimbra teve na sua produção. Esta tampa de sepultura apresenta uma moldura plana que delimita o espaço destinado à representação do clérigo. A figura do abade encontra-se representada com vestes longas, segurando na sua mão esquerda um báculo e com a mão direita realiza um sinal de benção. Segundo Mário Barroca, o abade representado nesta tampa de sepultura é D. Mónio Garcia, abade que governou este mosteiro entre fevereiro de 1171 e dezembro de 1206, acabando por falecer pouco depois de 1206.

Junto à fachada principal da Igreja de Paço de Sousa, no adro do templo, podem ser observados dois sarcófagos medievais. Estes sarcófagos encontram-se dispostos lado a lado mas contrastam bastante entre si, uma vez que um deles apresenta uma cabeceira quadrangular e o segundo uma cabeceira arredondada com uma morfologia mais antropomórfica. Para além disto, o sarcófago com cabeceira quadrangular, datado do

século XIII, apresenta alguns motivos decorativos, enquanto o segundo não evidencia qualquer tipo de ornamentação. Estes dois sarcófagos, que não preservam as suas tampas, ocuparam diferentes espaços e desempenharam diferentes funções ao longo dos tempos. No sarcófago com cabeceira quadrangular, no lateral com maiores dimensões, destaca-se a representação de três pés de milho miúdo, ornamentação que poderá associar este testemunho funerário aos Milhaços, uma antiga família nobre duriense.

Na face exterior da parede norte da Igreja de Paço de Sousa, a oeste da porta lateral que se encontra nesta mesma parede, registam-se dois arcossólios funerários. Estes dois testemunhos funerários terão sido desenvolvidos aquando dos trabalhos de ampliação a que a Igreja de Paço de Sousa foi submetida por volta do ano de 1258, com o intuito de aqui serem depositados sarcófagos com os corpos dos defuntos.

Para além dos epitáfios de Egas Moniz e do abade Mónio Ermiges, registam-se outras inscrições no Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa. No claustro do mosteiro encontra-se uma inscrição comemorativa gravada num colunelo em granito datada de finais do século XI. Nesta inscrição regista-se o nome «Sarracinus Presbiter», podendo tratar-se de *Vivili Sarraciniz*, antigo patrono deste mosteiro e que, possivelmente, pertenceu à família dos Riba Douro. Após a demolição da Capela do Corporal no ano de 1605, foi identificado o epitáfio de Garcia Martins. Esta inscrição funerária medieval é datada do último quartel do século XII, desconhecendo-se a sua atual localização. Contudo, antes da demolição da Corporal de Paço de Sousa na Idade Moderna, o número de vestígios epigráficos associados a este espaço religioso seria muito superior, uma vez que com a demolição desta capela, muitas pedras foram reutilizadas nas reformas construtivas que o mosteiro sofreu posteriormente. Persiste assim a ideia de que muitas destas inscrições perderam-se ao longo dos tempos ou encontram-se embutidas nas paredes que delimitam este espaço religioso.

No Mosteiro de Paço de Sousa também encontramos testemunhos funerários modernos, mais precisamente um conjunto de trinta e três tampas com inscrições funerárias modernas. Deste conjunto trinta e duas tampas localizam-se no corredor sul do claustro do mosteiro e apenas uma no interior do templo, anexa ao absidíolo sul e à

entrada da sacristia. Grande parte destas tampas apresentam mau estado de conservação, mas mesmo assim foi possível ter uma perspetiva de que período cronológico estas abrangem. Relativamente às tampas do corredor sul do claustro, a tampa mais antiga e mais recente onde é possível realizar a sua leitura é a número 5, datada de 1719, e a número 29, datada de 1749. Tendo em conta estas datações, podemos afirmar que o conjunto de tampas com inscrições funerárias do corredor sul do claustro abrangem um período cronológico de trinta e quatro anos, e que esta área do mosteiro foi utilizada para fins funerários no percurso da primeira metade do século XVIII. No interior do templo também se encontra uma tampa com inscrição funerária moderna, datada de 1763. Se a tampa número 5 é datada de 1719 e a tampa do interior do templo de 1763, falamos de um espaço temporal de quarenta e oito anos. Contudo, ficam algumas questões por responder como se em momentos cronológicos anteriores haveria mais tampas com inscrições noutras áreas do claustro do mosteiro ou no interior da Igreja de Paço de Sousa.

Referências bibliográficas

Fontes impressas

- BARROCA**, Mário Jorge (2017): *Corpus Epigraphicum Portvgalensium. Pars Prisma: IX-XII Saecula. Portugaliae Monumenta Historica. A Saeculo Octavo Post Christum Usque AD Quintumdecimum IVSSV Academiae Scientarum Olisponensis Edita* (Tradução do Latim Medieval de Manuel Ramos). Nova Série, Volume VIII/1. Inscriptiones. Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa;
- BARROS**, Doutor João de (2019): *Geographia d' Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*. Coleção de Manuscritos Inéditos agora dados à Estampa. Edição de Joana Lencart. Biblioteca Municipal do Porto, Porto;
- BRANDÃO**, Frei António (1632): *Monarquia Lusitana*. Parte III. Lisboa;
- CAPELA**, José Viriato; **MATOS**, Henrique; **BORRALHEIRO**, Rogério (2009): *As Freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758*. S.e., Braga;
- PMH, DC** = *Portugaliae Monumenta Historica... Diplomata et Chartae*, 4 fascículos, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1867-1873;
- PMH, Script.** = *Portugaliae Monumenta Historica... Scriptores*, 4 fascículos, Academia de Ciências de Lisboa, Lisboa, 1856-1861;
- LOPES**, Filipa; **SILVA**, Maria João Oliveira e (2015): *Livro dos Testamentos do Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa*. Edição Crítica. *Portugaliae Monumenta Historica...* Nova Série, Volume V. *Diplomata et Chartae – Chartularia*. Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa;
- SOUSA**, José João Rigaud de; **MONTEIRO**, Maria Teresa (1972): *Livro dos Testamentos do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa*. Separata de *Bracara Augusta*, Volume 24. Braga;
- MEIRELES**, Frei António da Assunção (1799): *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & Index dos Documentos do Arquivo*. Publicação e Prefácio do Académico Titular Fundador Alfredo Pimenta. Lisboa;

FERREIRA, José de Azevedo (1980): *Afonso X, o Sábio – Primeyra Partida*. INIC, Braga;

SÃO TOMÁS, Frei Leão de (1644-1651): *Benedictina Lusitana*. Volume II. Reed. Facsimilada, com Notas Críticas de José Mattoso. INCM, Lisboa

Estudos

AGUIAR, José Monteiro de (1928): “Os Túmulos de Paço de Sousa”. *Penha-Fidelis*, Volume 1. Biblioteca Municipal de Penafiel. Penafiel;

ALARCÃO, Jorge de; **BARROCA**, Mário Jorge (2012): *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Editora Figueirinhas. Porto;

ALMEIDA, António de (1831): “Memória Polémica. Acerca da Verdade da Jornada de Egas Moniz”. *Memórias da Real Academia das Ciências*. Tomo XI, Parte I, pp. 127-190;

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978): *Arquitetura Românica de Entre-Douro-e-Minho*. Volume II. Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto;

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1986). *História da Arte em Portugal: Arte da Alta Idade Média*. Publicações Alfa. Lisboa;

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1986): *História da Arte em Portugal: O Românico*. Publicações Alfa. Lisboa;

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (2001): *História da Arte em Portugal. O Românico*. Editorial Presença. Lisboa;

ALMEIDA, Fortunato de (1927): “O Mosteiro de Paço de Sousa”. *Ilustração Moderna*, 2º Ano, Nº12. Edições Marques Abreu. Porto, pp. 278-279;

ARIÈS, Philippe (1989): *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*. Editorial Teorema, Lisboa;

- BARROCA**, Mário Jorge (1987): *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*. Dissertação para Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto;
- BARROCA**, Mário Jorge (1997): Cenas de Passamento e Lamentação na Escultura Funerária Medieval Portuguesa (Séc. XIII a XV). *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Série de História, 2ª Série, Volume 14, pp. 655-684;
- BARROCA**, Mário Jorge (2000): *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Volume I, II e III. Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia. Lisboa;
- BARROCA**, Mário Jorge (2003): “Organização Territorial e Recrutamento Militar”, In BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Direção) e MATTOSO, José (Coord.) (2003): *Nova História Militar de Portugal*. Volume 1. Círculo de Leitores. Lisboa;
- BARROCA**, Mário Jorge (2010-2011): Sepulturas Escavadas na Rocha de Entre Douro e Minho. *Portvgalia*, Nova Série, Volume 31-32. Porto. DCPT-FLUP;
- BARROCA**, Mário Jorge, “Memórias”, In MATTOSO, José (Direção) e SOUSA, Bernardo Vasconcelos (Coord.) (2016): *História da Vida Privada em Portugal*. A Idade Média. Temas e Debates. Círculo de Leitores. Lisboa;
- BARROCA**, Mário Jorge, “Os estudos sobre sepulturas escavadas na rocha em Portugal, trinta anos depois”, In BARROCA, Mário Jorge (Coord.) (2020): *Sepulturas Escavadas na Rocha da Fachada Atlântica da Península Ibérica*. Atas do Congresso Internacional. CITCEM, Porto, pp.47-77;
- BARROCA**, Mário Jorge; **GUEDES**, César; **AREZES**, Andreia; **OLIVEIRA**, Ana Maria, “Sepulturas escavadas na rocha do Norte de Portugal e do Vale do Douro: primeiros resultados do Projecto SER-NPVD”. In ARNAUD, José Morais; NEVES, César e MARTINS, Andrea (Coord.) (2020): *Arqueologia em Portugal*. 3º Congresso de Arqueologia Portuguesa. Associação dos Arqueólogos Portugueses e CITCEM. Lisboa, pp. 1601-1619;
- BARROCA**, Mário Jorge (2017) – Vd. Fontes Impressas;

- BARROCA**, Mário Jorge (2023) - s.v. "Tampa do Abade D. Mónio Garcia", in BOTELHO, Leonor; ROSAS, Lúcia; BARROCA, Mário Jorge; GUEDES, César (Coord. de) - *Enciclopédia do Românico Português*, volume 2, Aguilar de Campoo, Fundación Santa Maria la Real del Património;
- COELHO**, Manuel Ferreira (1981): Egas Moniz na Toponímia de Paço de Sousa. *Separata de Penafiel- Boletim Municipal de Cultura*. Penafiel;
- CRUZ**, Isabel (S/D): "A Lenda de Santa Maria de Cárquere- Resende". Portugal de Les a Les: <https://portugaldelesales.pt/lenda-santa-maria-carquere-resende/> (consultado em 22/02/2023);
- DIAS**, Basílio de Sousa (1979): "D. Egas Moniz e seu Túmulo em Paço de Sousa". Penafiel, *Boletim Cultural*. 2ª Série, Nº1. Edição da Câmara Cultural, pp. 6-13;
- DIAS**, Vítor Manuel Lopes (1963) - *Cemitérios*. Escultura Românica- Século XII e 1ª Metade do Século XIII [S.l.: ed. do autor];
- DGEMN** (1939): *A Igreja de Paço de Sousa*. Boletim da DGEMN, Volume 17. Porto;
- EGRY**, Anne de (1972): *Um Estudo de O Apocalipse do Lorrão e a sua Relação com as Ilustrações Medievais do Apocalipse*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa;
- FIGUEIREDO**, Manuel de (1927): "As Obras de Paço de Sousa". *Ilustração Moderna*, 2º Ano, Nº 16. Edições Marques Abreu. Porto, pp. 380-384;
- FONSECA**, Jorge (2017, A): Relatório Final - 1ª Fase. Intervenção Arqueológica no Mosteiro de Paço de Sousa. Arqueologia e Património. Matosinhos;
- FONSECA**, Jorge (2017, B): Relatório Final – 2ª Fase. Intervenção Arqueológica no Mosteiro de Paço de Sousa. Volume I. Arqueologia e Património. Matosinhos;
- GRAF**, Gerhard (1986): *Portugal Roman. Le Sud Du Portugal*. Zodiaque, la nuit des temps. Yonne;
- LE GOFF**, Jacques (1983-1984): *A Civilização do Ocidente Medieval*. Volume I. Imprensa Universitária. Editorial Estampa, Lisboa;

- LOPES**, Filipa da Silva (2012): *O Domínio Fundiário do Mosteiro do S. Salvador de Paço de Sousa (Séculos XI-XII)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. Edição Policopiada;
- MACHADO**, Casimiro de Moraes (1954): “A Demanda de Paço de Sousa”. *Boletim da Associação Cultural “Amigos do Porto”*. Volume 2, Nº1;
- MARQUES**, A. H. de Oliveira (2010): *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspetos de Vida Quotidiana*. A Esfera dos Livros. Lisboa;
- MATOS**, Armando de (1945): *Algumas Inscrições Medievais do Douro-Litoral. Junta de Província do Douro-Litoral*. Comissão de Etnografia e História (Estudos, Notas e Comentários). Livraria Fernando Machado. Porto;
- MATOS**, Armando de (1946): Epigrafia do Douro-Litoral. *Douro Litoral*. 2ª Série, Porto;
- MATTOSO**, José (1969): “A Nobreza Rural Portuense nos Séculos X e XI”. *Anuário de Estudios Medievales*;
- MATTOSO**, José (1982): *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*. Coleção História e Ensaios. Guimarães & C.ª Editores. Lisboa;
- MATTOSO**, José (1985): *Portugal Medieval. Novas Interpretações*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Temas Portugueses;
- MATTOSO**, José (1996): *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Edições João de Sá da Costa. Lisboa;
- MATTOSO**, José (2001): *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*. Obras Completas de José Mattoso, Volume 7. Círculo de Leitores, Lisboa;
- MATTOSO**, José (2002): *O Monaquismo Ibérico e Cluny*. Obras Completas de José Mattoso, Volume 12. Círculo de Leitores, Lisboa; (1ª Edição: *Le Monachisme Ibérique et Cluny. Les Monastères du Diocèse de Porto de l’An Mille à 1200*. Tese de Doutoramento. Louvain 1968);

- MATTOSO**, José (2006): *D. Afonso Henriques*. Coleção Reis de Portugal. Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. Lisboa;
- MATTOSO**, José (2016): *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média*. Temas e Debates. Círculo de Leitores. Lisboa;
- MIRANDA**, Abílio (1940): “Fundação do Mosteiro de Paço de Sousa e seus Padroeiros (com notas sobre a torre e túmulo de Egas Monís e o toponímico de Egasmús)”. Douro-Litoral, Nº1, pp. 80-89;
- MIRANDA**, Abílio (1944): “As Legendas do Túmulo de Egas”. *Douro Litoral*, 1.ª Série, Volume IX, Porto;
- MONTEIRO**, Manuel (1943): “Paço de Sousa (O Românico Nacionalizado)”. Separata do *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*, nº12. Lisboa, pp. 3-19;
- OLIVEIRA**, Paulo João da Cunha (2005): *A Congregação Beneditina Portuguesa no Percurso para a Extinção (1800-1834)*. Palimage. Viseu;
- OLIVEIRA**, Fernando (2014): “O Incêndio no Mosteiro de Paço de Sousa”. Penafiel, Terra Nossa. Textos Que O Meu Coração Dita: <http://penafielterranossa.blogspot.com/2014/10/o-incendio-no-mosteiro-de-paco-de-sousa.html> (consultado em 30/05/2023);
- Paço de Sousa**- “O Túmulo de Egas Moniz”. *Arquivo Nacional*, nº199 (30/10/1935), p. 283;
- REAL**, Manuel Luís; **ALMEIDA**, Maria José Perez Homem de (1990): “Influências da Galiza na Arte Românica Portuguesa”, In *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Volume IV. Centro de História da Universidade do Porto, Porto, pp. 1483-1526;
- RODRIGUES**, Jorge (2014): *Panteões, Estruturas Funerárias e Espaços Religiosos Associados da Rota do Românico*. Centro de Estudos do Românico e do Território. Lousada;

- ROSAS**, Lúcia Maria Cardoso (1995): *Monumentos Pátrios. A Arquitetura Religiosa Medieval- Património e Restauro (1835-1928)*. Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto;
- ROSAS**, Lúcia Maria Cardoso, **ROCHA**, Manuel Joaquim Moreira da, **SANTOS**, Diana Gonçalves, **BARROS**, Márcia Santos (2008): *Românico do Vale do Sousa*. Rota do Românico do Vale do Sousa;
- SANTOS**, Reinaldo dos (1948): *A Escultura em Portugal. O Românico em Portugal*. 1º Volume. Séculos XII a XV. Lisboa;
- SANTOS**, Maria José Mendes da Costa dos (2004): *A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de Ocupação do Território (875-1308)*, 2 Volumes. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Edição Policopiada);
- SOTTOMAYOR-PIZARRO**, José Augusto de (2014): *Aristocracia e Mosteiros na Rota do Românico*. Centro de Estudos do Românico e do Território;
- SOTTOMAYOR-PIZARRO**, José Augusto de (2019): “Dom Egas Moniz de Riba Douro, o Aio entre o Mito e a Realidade”. In *Revista Afonsina*, volume I, *Egas Moniz, o Aio*. Município de Guimarães. Guimarães;
- SOUSA**, E. M. Ferreira de (1970): “Considerações sobre Aneja e Areja - Portucale”. *Arqueologia e História*. 9ª Série, Volume II. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, pp. 23-27;
- SOUSA**, José Rigaud de Sousa (1976): “Mónio Ermiges, Abade de Paço de Sousa”. Separata da Revista *Bracara Augusta*. Tomo XXX – Fasc.69 (81). Braga;
- SOUSA**, José João Rigaud de (1981): “Sumário do Mosteiro de Paço de Sousa”. *Boletim Municipal de Cultura*. Câmara Municipal de Penafiel. Penafiel, pp. 79-112;
- SOUSA**, Maria Alexandra da Silva Lage Dixo (2013): *Arquitetura Religiosa Medieval no Vale do Sousa: Intervenções. Do Séc. XIX ao Séc. XXI*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto;

- SOUSA**, Bernardo Vasconcelos, **PINA**, Isabel Castro, **ANDRADE**, Maria Filomena, **SANTOS**, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva (2016): *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento- Guia Histórico*. 3ª Edição. Livros Horizonte. Lisboa;
- SOVERAL**, Manuel Abranches de (2003): Os Ribadouro. Proposta de Reconstituição Genealógica: <https://www.soveral.info/mas/Ribadouro%20-%20origens.htm> (consultado em 27/03/2023);
- SILVA**, Jorge Henrique Pais da; **CALADO**, Margarida (2005): *Dicionário de Termos de Arte e Arquitetura*. Editorial Presença. Lisboa;
- TOMÉ**, Miguel Jorge Biscaia Ferreira (1998): *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Volume II- Catálogo Analítico. Dissertação de Mestrado em História de Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto;
- VIEIRA**, José Augusto (1887): *O Minho Pittoresco*. Tomo II. Livraria de António Maria Pereira. Lisboa;
- VITORINO**, Pedro (1927): “A Igreja de Paço de Sousa”. *Ilustração Moderna*, 2º Ano, Nº12. Edições Marques Abreu. Porto, pp. 281-289;

Anexo I- Tabelas

Tabela 1: Acontecimentos que caraterizaram a história do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa³²⁵

Cronologia	Acontecimentos Históricos
Século X (956)	Fundação da Igreja de Paço de Sousa
Século X (994)	Data em que o abade Randulfo faz uma doação ao Mosteiro de Paço de Sousa, correspondendo esta à segunda referência mais antiga a esta instituição religiosa. Este documento menciona ainda a data de fundação do mosteiro e respetivos fundadores
Século XI/XII (1088)	Reconstrução e ampliação da igreja fundada por Trutesendo Galindes e Anímia. A cerimónia de sagração do novo templo foi realizada a 29 de setembro de 1088 por D. Pedro, Bispo de Braga
Século XII (1146)	Ano da morte de Egas Moniz que seria sepultado na Capela de Santa Maria do Corporal, também conhecida por Capela dos Fregueses. Esta capela seria o seu túmulo até 1605
Século XIII (1258)	Reconstrução e ampliação da igreja (construção da igreja românica)
Século XIV (1313)	Segundo fontes manuscritas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, registavam-se, a esta data, nove monges no mosteiro
Século XV	D. Frei João Álvares é eleito o primeiro abade comendatário deste mosteiro, permanecendo nesse cargo entre 1460 e 1485
Século XVI	O Cardeal D. Henrique é o último abade comendatário do mosteiro, ocupando este cargo em dois momentos (1535-1538 e 1560-1580)
Século XVI (1580)	Quando o Cardeal D. Henrique deixou de ser abade comendatário, a administração do mosteiro foi atribuída aos abades trienais/Companhia de Jesus
Século XVII	Construção do claustro e fonte

³²⁵ Cronologia realizada mediante informações provenientes de: SOUSA, Maria Alexandra da Silva Lage Dixo (2013): *Arquitetura Religiosa Medieval no Vale do Sousa. Intervenções. Do Séc. XIX ao Séc. XXI*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, p. 116.

Século XVII (1605)	D. Frei Martinho Golias ordena a demolição da Capela do Corporal devido ao seu mau estado de preservação. Uma vez que foram sepultadas várias figuras nobres nesta capela, com a sua demolição foi necessário remover catorze túmulos
Século XVIII (1741)	D. Fr. Manuel das Neves é o responsável pelas alterações realizadas na capela-mor com o objetivo de rebaixar o nível do pavimento. Estes trabalhos construtivos tiveram um impacto bastante negativo no túmulo de Egas Moniz
1780-1784	D. Frei Manuel de S. Tomás, devido aos trabalhos de má qualidade realizados anteriormente, manda reconstruir e ampliar a capela-mor. Com este novo plano construtivo, o túmulo de Egas Moniz e de seu filho mudam, mais uma vez, de localização, desta vez para o lado esquerdo do corpo da igreja
1792	A Igreja do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa é coberta por um novo teto construído por D. Frei José Caetano de São Bento. Esta nova cobertura seria destruída mais tarde, em 1927, devido a um incêndio
Século XIX (1834)	Extinção das ordens religiosas em Portugal e o Mosteiro de Paço de Sousa deixa de pertencer aos abades, tornando-se assim propriedade privada
1883-1887	O Ministério das Obras Públicas realiza trabalhos de restauro no Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa
Século XX (1910)	O Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa é considerado como Monumento Nacional
1927	A 9 de março de 1927, deflagrou um devastador incêndio no Mosteiro de Paço de Sousa
1927-1929	A 3ª repartição da Direção Geral das Belas Artes realiza novos trabalhos de restauro no mosteiro
1929-1939	A Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais dá continuidade aos trabalhos de restauro no mosteiro
1941	Um novo incêndio deflagrou no mosteiro, mas este foi menos devastador comparativamente com o de 9 de março de 1927

1943	O Mosteiro de Paço de Sousa realiza uma doação à Casa do Gaiato. Também neste ano foi demolida a ala sul do mosteiro e ficou concluída a construção da Aldeia do Gaiato
1944	Um altar proveniente da Igreja de Arnoso foi transferido para a Igreja de Paço de Sousa com o objetivo de transferir o altar-mor
1948	O Padre Américo requisita material do Mosteiro de Paço de Sousa com o intuito deste ser utilizado para a construção de casas destinadas aos metres e alunos que atingissem a maioridade e que quisessem fixar-se em Paço de Sousa Também neste ano é emitido um parecer onde é declarada a proibição da demolição alas conventuais do mosteiro que restavam
1950-1987	A Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Comissão Fabriqueira realizam novas intervenções de conservação e restauro no mosteiro
1950	A Câmara Municipal de Penafiel emite um documento onde informa que o Padre Américo mandou remover do mosteiro os tetos e pinturas da Capela dos Abades, o altar de Santa Escolástica, os tetos do refeitório, as armas da Ordem, uma escultura em pedra de São João do antigo chafariz e os azulejos do claustro
1962	O arquiteto Rogério de Azevedo desenvolve um projeto, a pedido da Casa do Gaiato, com o objetivo de realizarem novos trabalhos de restauro no mosteiro
1963	Construção de mesas e bancos no largo fronteiro do mosteiro Também neste ano é aprovado o projeto lançado pelo arquiteto Rogério de Azevedo pelo Ministério das Obras Públicas
1965	Pedido para que fossem colocadas umas Alminhas, em azulejo, na torre sineira anexa à igreja Também neste ano o pároco da Igreja de Paço de Sousa solicita a remoção de dois altares e respetivos retábulos, pedido que seria autorizado
1970	Realização de trabalhos de remodelação da área monacal

1971	A Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais propõe-se a realizar os trabalhos de remoção dos retábulos laterais a pedido do pároco
1992	O Mosteiro de Paço de Sousa passa a ser afeto ao Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR)
1998	O Mosteiro de Paço de Sousa é integrado na Rota do Românico do Vale do Sousa
2007	Emitida a proposta de fixação de Zona Especial de Proteção onde o mosteiro se insere, proposta que teria um parecer favorável pelo Conselho Consultivo do Instituto de Gestão do Património Arqueológico (IGESPAR)
2012	Publicação do projeto de decisão relativo à fixação da Zona Especial de Proteção
2017-2018	Realização de novos trabalhos construtivos sob a coordenação da Rota do Românico com o intuito de assegurar a conservação, salvaguarda e valorização do mosteiro No seguimento destes trabalhos construtivos são realizadas escavações arqueológicas em diferentes áreas do mosteiro pela «Arqueologia e Património»
2019	A Rota do Românico inicia um conjunto de atividades comemorativas com o objetivo de celebrar a conclusão das obras no Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa

Tabela 2: Abades perpétuos e comendatários do Mosteiro de Paço de Sousa

Abades	1.ª Refª.	Última Refª.
Randulfo (?) ³²⁶	994 (LTPS, Doc.132)	---
D. Sisnando (?)	1088? (PMH DC, Doc. 713) ³²⁷	1103? (LTPS, Doc.100) ³²⁸
D. Diogo	1104 (LTPS, Doc.128) ³²⁹	1113 (LTPS, Doc.110)
D. Alvito	1114 (LTPS, Doc.101) ³³⁰	1144 (LTPS, Doc.67) ³³¹
D. Fernando	1116?	1120 (LTPS, Doc.84) ³³²
Martinho Aurifex	1122	1123 (LTPS, Doc.91) ³³³
João	1134	---
D. Afonso	1135 (LTPS, Doc.1) ³³⁴	[1143]? ³³⁵
D. Egas Gomes	1146 (LTPS, Doc.133) ³³⁶	1169 (LTPS, Doc.21) ³³⁷

³²⁶ Frei António da Assunção Meireles (1799) considera Randulfo como o primeiro abade do Mosteiro de Paço de Sousa. Já José Mattoso (2002) tem dúvidas devido à inexistência de provas seguras que o comprovem: «*Este era um abade vindo do Sul; não é certo que tenha governado a comunidade de Paço de Sousa*» (p. 25).

³²⁷ Surge como «*Sisnando diacono*» num diploma de 9 de setembro de 1088. IN HERCULANO, Alexandre (1867-1873): *Portugaliae Monumenta Historica. A Saeculo Octavo Post Christum Usque AD Quintumdecimum. Diplomata et Chartae. Volume I, Fascículo III. Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa*, p. 427.

³²⁸ É representante do mosteiro em duas compras: a primeira realizada a Paio Ordonhes e à sua mulher Gontili Enegviz entre 1088 e 1103; e a segunda a Elvira Dias e seus filhos a 25 de julho de 1096 (LTPS, Doc.126).

³²⁹ Depois de 1104 e com D. Diogo começam a surgir as primeiras referências a «prior» ou «abbas», uma vez que este abade é intitulado como «prior» Diogo. IN LOPES, Filipa (2012): pp.96. D. Diogo participa numa compra a 5 de maio de 1104 onde é intitulado por «*priori domno Didago*» (LTPS, Doc. 128).

³³⁰ José Mattoso (2002) indica que o governo de D. Alvito durou apenas um ano, estendendo-se de 1114 até 1115. D. Alvito surge numa doação datada de 11 de novembro de 1114 como «*Aluiti prioris*» (LTPS, Doc.102).

³³¹ Alvito renunciou ao cargo de abade do mosteiro, vivendo ainda no ano de 1144. Esta ideia é confirmada por uma doação feita pelo próprio, juntamente com Paio Ordonhes, neste mesmo ano.

³³² Representa o mosteiro numa compra a Garcia Dias realizada entre 1116 e 1120.

³³³ Segundo José Mattoso (2002), o governo de D. Martinho teve uma duração de um ano, surgindo como «*Martino priori Palacioli*» numa doação datada de 12 de agosto de 1123.

³³⁴ D. Afonso representa o mosteiro numa doação realizada a 1 de outubro de 1135 por Goína.

³³⁵ D. Afonso foi abade deste mosteiro entre 1135 e 1143. Analisando o Livro dos Testamentos, encontramos uma doação de João Garcia datada de março de 1143, mas a data original desta doação seria 1153. José Mattoso (2002) indica que terá ocorrido um erro de transcrição, uma vez que em 1153 era abade do mosteiro D. Egas Gomes.

³³⁶ Representa o mosteiro numa doação realizada por Ermesenda Manuéis a 26 de janeiro de 1146, surgindo como «*domno Egge Abbate*» (LTPS, Doc.133, p. 247).

³³⁷ O «*abbate domno Egas Gomezo*» representa o mosteiro numa doação feita por Maior Gomes entre 1162-1169.

D. Mónio Ermiges	1170 (MMPS, doc.4; LTPS, Doc.148) ³³⁸	1202? ³³⁹
Mónio Garcia	1171 (MMPS, pp. 19-20; LTPS, Doc. 63) ³⁴⁰	1206 (LTPS, Doc.113) ³⁴¹
D. G... Gonçalves? ³⁴²	1222 (MMPS, p. 20; LTPS, Doc.157) ³⁴³	---
D. Lourenço	1227 (MMPS, pp. 20-21) ³⁴⁴	---
D. Paio Pais	1235 (MMPS, p. 21)	1264 (MMPS, pp. 21-22) ³⁴⁵
D. Rodrigo	1272 (MMPS, p. 22)	---
D. Vicente D'Afonso	1275 (MMPS, p. 22)	1275 (MMPS, p. 23) ³⁴⁶
D. Domingos de Pedro ou Peres	1279 (MMPS, p. 24)	1298 (MMPS, p. 23; Gaveta nº.6, Prova nº.7) ³⁴⁷
D. Martinho de João ou Anes	1304 (MMPS, p. 26) ³⁴⁸	---
D. Estevão Anes?	1304? (MMPS, p. 26) ³⁴⁹	---

³³⁸ Em 1170 D. Mónio Ermiges faz uma doação ao mosteiro. Também em 1170 representa o mosteiro numa doação de João Soares.

³³⁹ Frei António da Assunção Meireles (1799) e José Mattoso (1968) indicam que Mónio Ermiges ainda vivia a 25 de março de 1202. Segundo Armando de Matos (1943) e tendo em conta o epitáfio deste abade, a data da sua morte será 23 de julho de 1202.

³⁴⁰ Identificado como «*priori Monius Garsie*», representa o mosteiro numa doação realizada a fevereiro de 1171.

³⁴¹ Surge numa notícia, datada entre 1171 e 1206, como representante do mosteiro.

³⁴² Persistem dúvidas quanto ao nome deste abade, mas Frei António da Assunção Meireles (1799) levanta a possibilidade deste se chamar Gomes, Garcia, Gonçalo, entre outros.

³⁴³ Representa o mosteiro como «*abbati de Palaciolo G. Gunsalui*» numa compra realizada a Martinho Garcia e Gontinha Garcia, sua irmã, em julho de 1222.

³⁴⁴ O seu nome surge numa carta de venda datada de novembro de 1227.

³⁴⁵ Frei António da Assunção Meireles (1799) indica que a última memória do abade Paio Pais corresponde a uma doação de D. Chamoá Gomes datada de 21 de junho de 1264.

³⁴⁶ Foi durante o seu governo que o Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa recebeu uma Bula do Papa Gregório Décimo onde foram concedidos vários privilégios aos abades deste mosteiro. Esta Bula foi assinada em 1275, ano da primeira e única referência a D. Vicente D'Afonso.

³⁴⁷ No ano de 1298, D. Domingos de Pedro faz uma cópia da Composição do seu antecessor D. Paio Pais.

³⁴⁸ Num documento confirma as doações realizadas pelos seus antecessores D. Paio Pais e D. Domingos de Pedro à mesa Conventual: «*Ego Martinus Johannis modo Abbas et subcessor predicti Dominici Petri Abbatis (...)*». IN MEIRELES, Frei António da Assunção (1799): p. 26.

³⁴⁹ Frei António da Assunção Meireles (1799) indica que Frei António da Soledade, no seu Cartário, integra o nome de D. Estevão Anes no Catálogo Abacial juntamente com a data de julho de 1304. Para além de Frei António da Assunção Meireles não ter encontrado este documento, a sua data abrange ainda o

Pedro de João ou Anes	1306 (MMPS, p. 26) ³⁵⁰	1309 (MMPS, p. 26)
D. Gonçalo Martins	1321 (MMPS, p. 27)	1338 (MMPS, p. 28) ³⁵¹
D. Vivão Afonso	1341 (MMPS, p. 28)	1348 (MMPS, p. 29) ³⁵²
D. Egas Afonso?	1348? (MMPS, p. 29) ³⁵³	---
D. Afonso Pires	1354 (MMPS, p. 30)	---
D. Martim Anes	1354 (MMPS, p. 30) ³⁵⁴	1380 (MMPS, p. 31)
D. Martim Gil	1382 (MMPS, p. 32)	1388 (MMPS, p. 32) ³⁵⁵
D. Fernando, Bispo de Astorga	1394 (MMPS, p. 35)	1396 (MMPS, p. 36) ³⁵⁶
D. Rodrigo Esteves	1410 (MMPS, p. 36)	1411 (MMPS, p. 36) ³⁵⁷
D. Fr. Gonçalo da Silva	1414 (MMPS, p. 36)	---

governo de D. Martinho de João, daí persistirem dúvidas se D. Estevão Anes foi abade do Mosteiro de Paço de Sousa.

³⁵⁰ Relativamente a este abade, Frei António da Assunção Meireles (1799) afirma: «*Governava o Mosteiro quando o Sñr. Rei D. Dinis por Carta datada no Porto, a 29 d'Agosto da Era 1346 (AD 1308), cometeu ao Luis de Paiva examinar se a Igreja de Pedourido pertencia ao Padroado de Paso do Souza*» (p. 26).

³⁵¹ Frei António da Assunção Meireles (1799) indica: «*ainda vivia, e governava, quando em 3 de setembro da mesma Era (Era 1376, AD 1338), requereu o Procurador da Caza em S. Pedro do Sul o treslado do Testamento de João Anes (...)*» (p. 28).

³⁵² O abade D. Vivão Afonso terá falecido entre fevereiro de 1348 e fevereiro de 1350.

³⁵³ Frei António da Assunção Meireles (1799) refere que na documentação que consultou, as referências a D. Egas Afonso apontavam para que este governava o Mosteiro de Paço de Sousa desde 7 de março de 1341, contudo, em 1341 era abade deste mosteiro D. Vivão Afonso. Terá sido um erro de leitura que originou este equívoco, confundindo-se o nome “Egas” com o de “Vivão”.

³⁵⁴ Frei António da Assunção Meireles (1799) indica que D. Martim Anes surge como abade deste mosteiro num documento (uma sentença) datado de 18 de setembro de 1354. Acrescenta ainda que D. Martim Anes defendeu os interesses e bens do mosteiro durante o seu governo.

³⁵⁵ D. Martim Gil é considerado por Frei António da Assunção Meireles (1799) como último abade perpétuo do mosteiro. Frei Leão de São Tomás (1644-1651) indica que, no total, foram 26 os abades perpétuos do Mosteiro de Paço de Sousa, confirmando a sequência de abades apresentada (de Randulfo até D. Martim Gil).

³⁵⁶ Numa fonte histórica, D. Fernando Bispo de Astorga é identificado como: «*Bispo de ssorga Regedor do Mosteiro de Paso do Souza*». IN MEIRELES, Frei António da Assunção (1799): p. 36.

³⁵⁷ As memórias de D. Rodrigo Esteves são reduzidas, registando-se uma bastante curiosa: «*... por esta restituição consideráda por D. Rodrigo como generosa Doação, exigio da meza Conventual 3 Missas anuais, e perpetuas, pela sua alma, e de seus futuros sucessores*». IN MEIRELES, Frei António da Assunção (1799): p. 36.

D. João Anes	1416 (MMPS, p. 37) ³⁵⁸	1425 (MMPS, p. 38)
D. Lourenço Anes	1416 (MMPS, p. 39)	1459 (MMPS, p. 39) ³⁵⁹
Fr. João Álvares	1460 (MMPS, p. 40; BL, p. 265) ³⁶⁰	1484
D. Fr. João Lopes de Osório	1487 (MMPS, p. 46)	1516 (MMPS, p. 47)
D. Pedro da Costa	1520 (MMPS, p. 48; BL, p. 265)	1535 (MMPS, p. 50)
Cardeal D. Henrique	1535 (MMPS, p. 51)	1538 (BL, p. 265) ³⁶¹
D. Paulo Pereira	1540 (MMPS, p. 51; BL, p. 265)	1560 (MMPS, p. 54) ³⁶²
Cardeal D. Henrique	1560	1580 ³⁶³
D. Manuel dos Santos, Bispo de Targa	1567 (MMPS, p. 54) ³⁶⁴	1570 ³⁶⁵

³⁵⁸ No ano de 1420, D. João Anes chega a um acordo com Vasco Martins que à data era abade da Igreja de S. Pedro de Caifás, e, um ano mais tarde, a 1421, celebrou um outro compromisso, estabelecendo que os clérigos do Mosteiro de Paço de Sousa, antes da sua morte, deviam escolher um ou dois representantes que ficariam responsáveis pelos seus bens e por pagar as dívidas que ficassem por saldar.

³⁵⁹ Frei António da Assunção Meireles (1799) refere que o governo de D. Lourenço Anes terá tido início a 30 de março de 1449 e fim em julho de 1459.

³⁶⁰ Frei João Álvares foi o primeiro abade comendatário do Mosteiro de Paço de Sousa, governando este mosteiro entre 1460 e 1489. D. João Álvares desempenhou um importante papel relativamente à reforma da Ordem de S. Bento.

³⁶¹ O Cardeal D. Henrique foi responsável pelo mosteiro em dois momentos: entre 1535 e 1538; e mais tarde no ano de 1580.

³⁶² Frei António da Assunção Meireles (1799) indica que a data da morte de D. Paulo Pereira foi em dezembro de 1560. Com a sua morte, e devido a uma cláusula estabelecida pelo Cardeal D. Henrique em 1540, este reassumiu o governo do mosteiro em 1560.

³⁶³ Segundo Frei Leão de S. Tomás (1644-1651), o Cardeal D. Henrique tencionava entregar o governo deste mosteiro a D. Manuel dos Santos, Bispo de Targa. Depois de 1580, os abades comendatários seriam substituídos pelos abades trienais.

³⁶⁴ Segundo D. Frei António da Assunção Meireles (1799), D. Manuel dos Santos já era prelado no Mosteiro de Paço de Sousa a 5 de maio de 1567.

³⁶⁵ A data da última memória deste abade é de 17 de maio de 1569 e da sua morte 31 de agosto de 1570.

Tabela 3: As áreas intervencionadas, os vestígios arqueológicos identificados e suas características³⁶⁶

Áreas Intervencionadas		Vestígios Arqueológicos	Caraterísticas
Área Norte da Igreja	Sondagem 01	Conjunto de 9 sepulturas escavadas na rocha	Uma das sepulturas apresentava um contorno antropomórfico Uma sepultura com capeamento em lajes de granito; Todas as sepulturas com orientação oeste-este
	Sondagem 04	Identificação de níveis arqueológicos associados a sepulturas Caixão em madeira Conjunto de sepulturas	O caixão em madeira localizava-se junto ao corte oeste desta sondagem Nas sepulturas foram identificados vestígios osteológicos de três adultos com orientações este-oeste e oeste-este
	Sondagem 05	Níveis arqueológicos relacionados com enterramentos e associados a alinhamentos de estruturas em granito Identificação de vestígios osteológicos	Estes alinhamentos de estruturas em granito delimitavam, possivelmente, as paredes laterais de sepulturas Os vestígios osteológicos correspondiam, possivelmente, a um pequeno ossário

³⁶⁶ Os dados apresentados nesta tabela são aqueles que considero serem os mais importantes para se ter uma perspetiva completa dos resultados obtidos a partir das intervenções arqueológicas realizadas nas áreas periféricas do Mosteiro de Paço de Sousa, sendo estes dados retirados dos dois relatórios desenvolvidos pela «Arqueologia e Património».

Área Norte da Igreja	Vala 01	Depósitos associados ao atual cemitério que se encontrava anexo a esta vala Descoberta de duas esculturas em pedra Identificação de uma nova sepultura	A nova sepultura apresentava orientação oeste-este e foi identificada junto às duas esculturas encontradas nesta vala
Área Sul e Este da Capela-Mor	Sondagem 02	Duas sepulturas escavadas na rocha	As duas sepulturas eram de cronologia medieval Uma das sepulturas (a que se localizava junto à parede da capela-mor) apresentava contorno antropomórfico
	Vala 03	Três sepulturas escavadas no substrato saibroso Fragmentos de cerâmica Dois muros em granito	Duas das sepulturas apresentavam orientação oeste-este e encontravam-se cortadas na zona da cabeceira pela vala de fundação do absidiolo A terceira sepultura encontrava-se parcialmente destruída pela vala de fundação da capela-mor A cerâmica identificada nesta vala era de cronologia moderna e contemporânea Um dos muros correspondia a uma estrutura em alvenaria de granito e argamassa esbranquiçada com orientação este-oeste

Área Sul e Este da Capela-Mor	Vala 03 (continuação)	Novo conjunto de sepulturas Descoberta de um novo ossário	O novo conjunto de sepulturas associadas ao muro com argamassa esbranquiçada apresentava diferentes tipologias, orientação oeste-este e cronologia medieval Algumas destas sepulturas eram delimitadas por paredes laterais em pedra de granito com capeamento em lajes de granito Registou-se também uma sepultura de sub-adulto e uma outra com um orifício na zona central
Área Este da Ala Nascente	Sondagem 03	Depósitos com cronologia contemporânea Identificação de níveis arqueológicos com cronologia medieval Uma nova sepultura escavada no substrato saibroso	Os depósitos com cronologia contemporânea encontravam-se associados a faiança dos séculos XIX e XX Nos níveis arqueológicos medievais foram identificados fragmentos de cerâmica medieval A sepultura era constituída por um capeamento em pedras de granito com tamanho médio/grande e apresentava uma orientação oeste-este inserida numa vala retangular
	Vala 02	Conjunto de estruturas arqueológicas em granito Muro em granito na área norte do corredor desta vala	As estruturas em granito encontravam-se associadas a níveis arqueológicos de época moderna e contemporânea Muro com orientação oeste-este e associado a níveis arqueológicos contemporâneos

	Vala 02 (continuação)	Identificação de estruturas em granito na zona central da vala 02 Na área sul registou-se um novo conjunto de estruturas em granito	
Claustro	Sondagem 06	Descoberta de um contexto funerário	O contexto funerário identificado consistia num conjunto de duas sepulturas escavadas no substrato saibroso com uma orientação oeste-este. Uma destas sepulturas ainda preservava o capeamento em lajes de granito Substrato rochoso a 50 centímetros de profundidade
	Vala 04	Identificação de depósitos contemporâneos	Estes depósitos encontravam-se associados aos trabalhos de restauro realizados pela DGEMN
	Vala 05	Descoberta de duas estruturas em granito Identificação de níveis de ocupação de época Medieval/Moderna Uma sepultura escavada na rocha Descoberta de um capitel em granito	As estruturas em granito apresentavam uma orientação este-oeste A sepultura escavada na rocha, de cronologia medieval, apresentava um capeamento em lajes de granito, dispostas transversalmente na horizontal O capitel em granito, de cronologia medieval, apresentava uma decoração com um felino numa das faces e motivos vegetalistas nas restantes faces

Tabela 4: Esquema organizativo das tampas com inscrições funerárias modernas do claustro do mosteiro e do interior do templo

1	2	3
IOVCAT ☾ AVV ☾ O 1 46		
SADOiiM AOFT · IOA DO SPOTM	· O · P · P · E OÃO BAB OS · 5 · DE EZ · DE 1715 	F · O P P E PA VLO DO ROZARI O AOS 18 DE FEB.º 1716
4	5	6 ³⁶⁷
F. O. P. REP [L]ACIDODO DESTERRO AOS 7 DA GOSTO DE 1718	F O P R E P AO GOM + DSD AOS 27 DE FV ^{RO} 1719	F OP COEC GO PR + ☾ IHSMAOS II DE IV 1719
7 ³⁶⁸	8	9

³⁶⁷ A tampa número 6 encontra-se ao contrário, ou seja, este conjunto apresenta uma orientação este-oeste, mas a tampa número 6 está exposta no sentido oeste-este.

³⁶⁸ No lado esquerdo desta tampa número 7 encontram-se duas tampas, de menores dimensões, também com inscrições funerárias. Devido ao seu mau estado de conservação não é possível ler o seu conteúdo.

VASDS UA ^{TO} 12 E 8B 1719	1721	O I PER IMÃO D OZ ^o · AiiD D ^{RO} DE 1722
10	11	12
	IRM A NDRE AF 1728	
13	14	15
OP.P.F.E.M.DA PIEIDADE. P AOS 10 DE IV HO DE 1730	MADOD BEM 50 56 OB A	
16	17	18
O P F MANO EL DA COM CEIÇAÕ A 17 DE FEV ^{RO} DE 1736 A		
19	20	21 ³⁶⁹

³⁶⁹ Na zona inferior desta tampa regista-se uma tampa de menores dimensões, semelhante às duas tampas que se encontram à esquerda da tampa número 7, com a seguinte inscrição: OPPEM/ OEIDA/ ADFA/ RO/ ANO 17.

EDPPEA DA GLORIA A 5 DE ABRIL DE 1740		
22	23	24
F.O·B·P FR. IOAO ALBERTI AOS 14 DE M DE 1741	O P P F RAN ^{CO} ASCENÇÃ A 21 DE FRº DE 1741	Oº. DES. E ZEA18DE IVNHO DE 1740
25	26	27
	OPPEP ACIC A8 DE 1749 A	DSB A 22 DA DE LD A
28	29	30

QVE FOI
DESTEMOS
TRº. 2VEZES
F.A 28 DE FEVºA
DE 1763³⁷⁰

³⁷⁰ Esta tampa corresponde à que única que se localiza no interior do templo, anexa ao absidiolo sul e à entrada da sacristia. A inscrição funerária desta tampa faz referência ao abade D. Frei Fulgêncio do Espírito Santo, eleito abade trienal em 1748 e 1755 e que faleceu a 28 de fevereiro de 1763.

Anexo II- Anexo Iconográfico

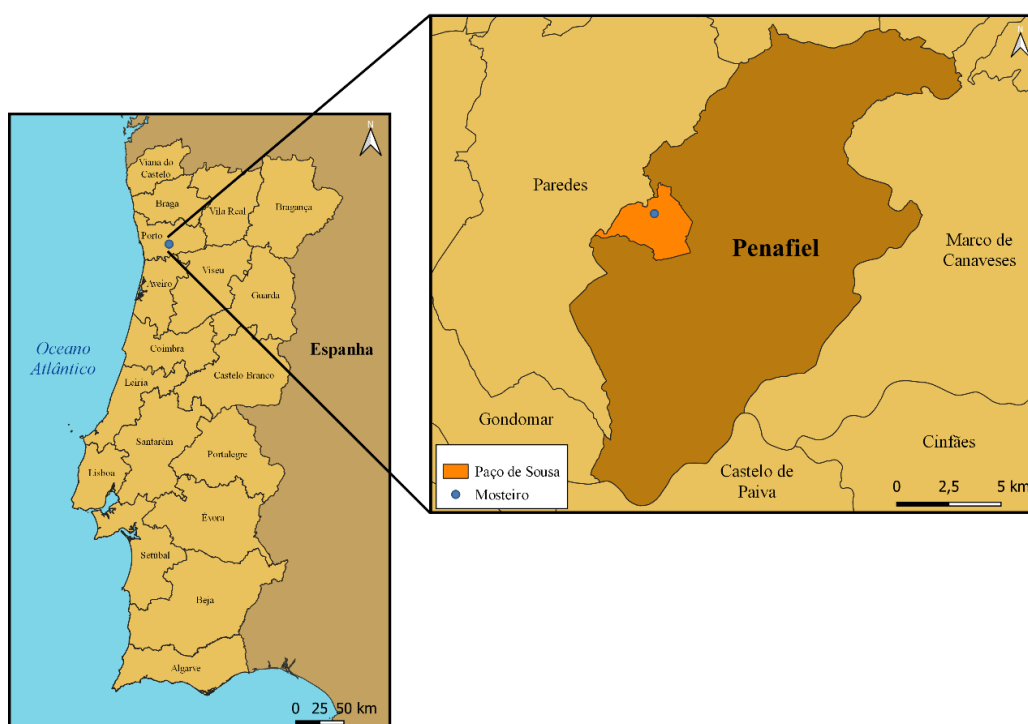


Figura 1: Localização do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa



Figura 2: O Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa nos nossos dias



Figura 3: Fachada ocidental do Mosteiro de Paço de Sousa e torre sineira



Figura 4: O estado do mosteiro após o incêndio de 9 de março de 1927 (DGEMN, 1939)

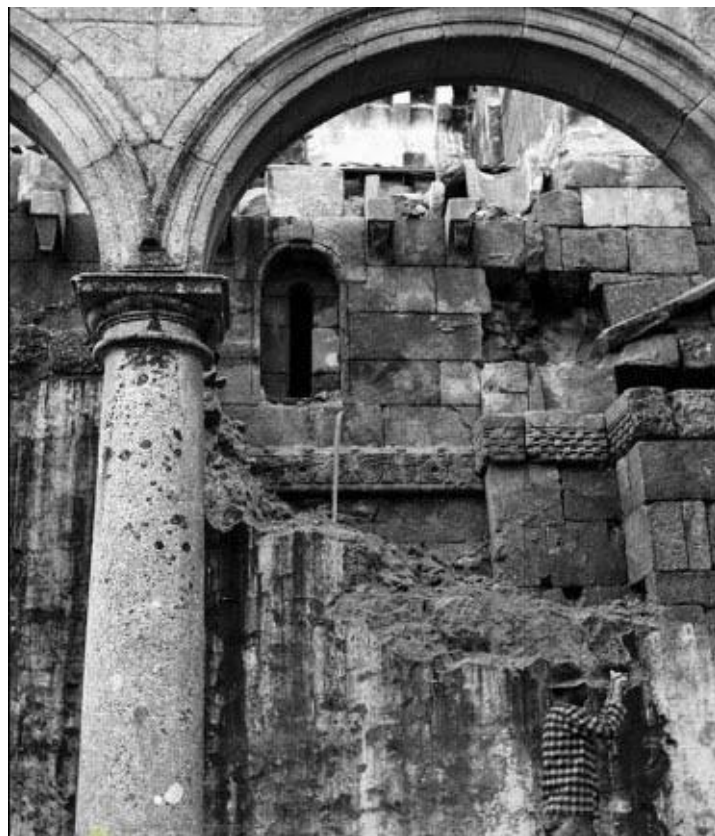


Figura 5: A fachada sul do mosteiro após o incêndio de 1927 (Fernando Oliveira, 2014)



Figura 6: O claustro do mosteiro após o incêndio de 1927 (Fernando Oliveira 2014)



Figura 7: Os trabalhos realizados no mosteiro entre 1927 e 1939 (DGEMN, 1939)



Figura 8: Trabalhos de restauro na fachada sul do templo (DGEMN, 1939)



Figura 9: A fachada principal do Mosteiro de Paço de Sousa antes dos trabalhos de restauro (DGEMN, 1939)



Figura 10: A fachada principal do Mosteiro de Paço de Sousa depois dos trabalhos de restauro (DGEMN, 1939)



Figura 11: A fachada principal antes dos trabalhos de restauro (DGEMN, 1939)



Figura 12: A fachada principal depois dos trabalhos de restauro (DGEMN, 1939)

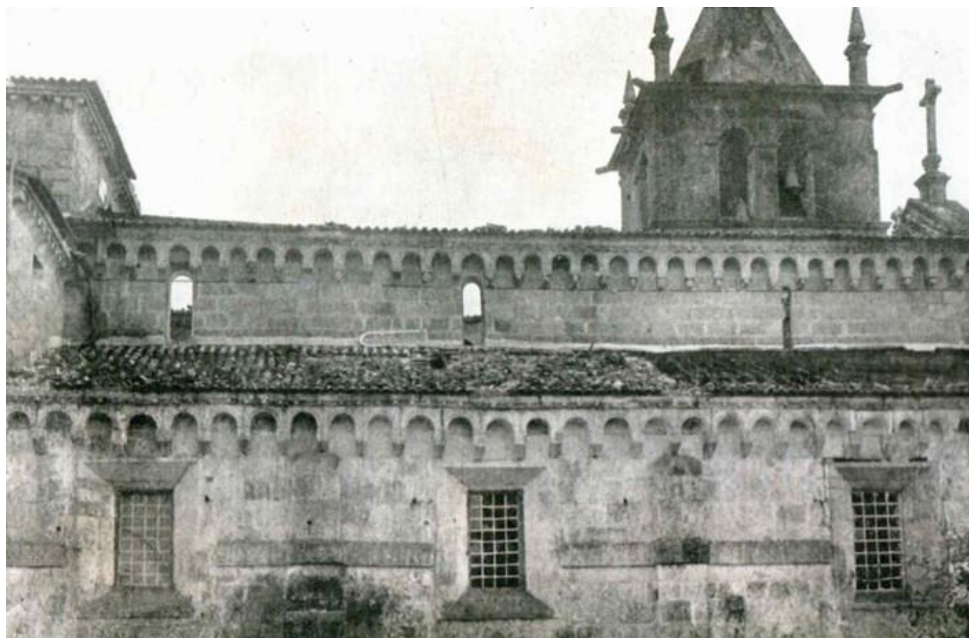


Figura 13: A Fachada lateral norte antes dos trabalhos de restauro (DGEMN, 1939)

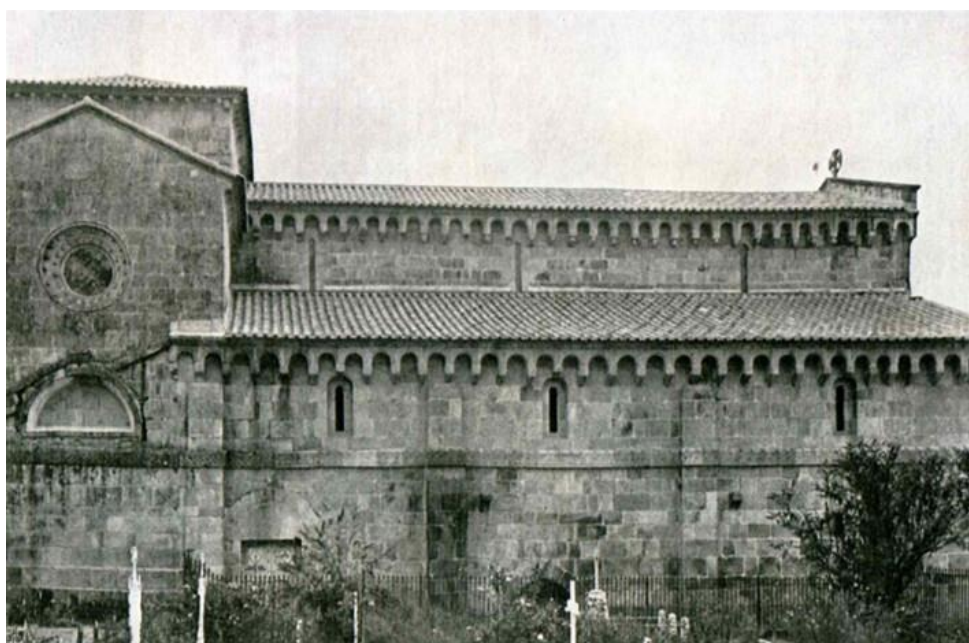


Figura 14: A fachada lateral norte depois dos trabalhos de restauro (DGEMN, 1939)

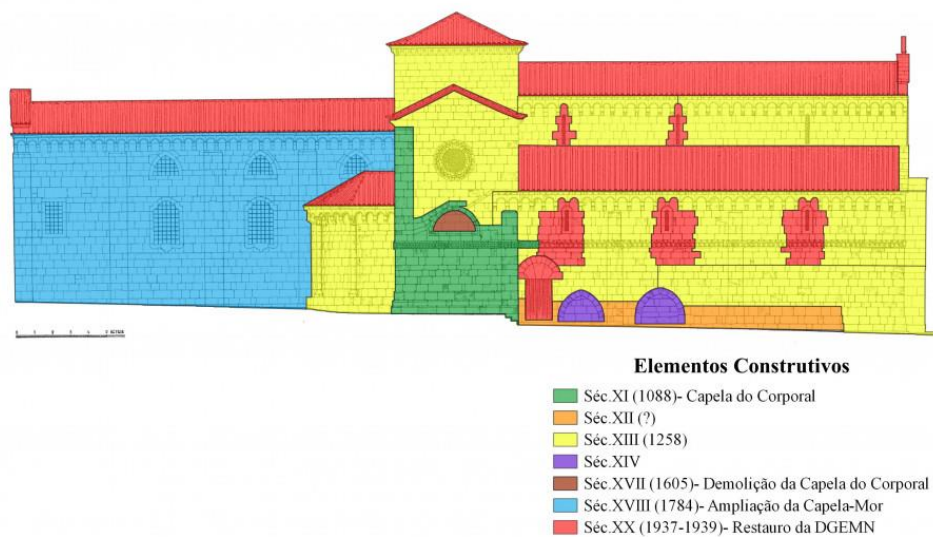


Figura 15: Memórias das reformas construtivas na fachada lateral norte do mosteiro

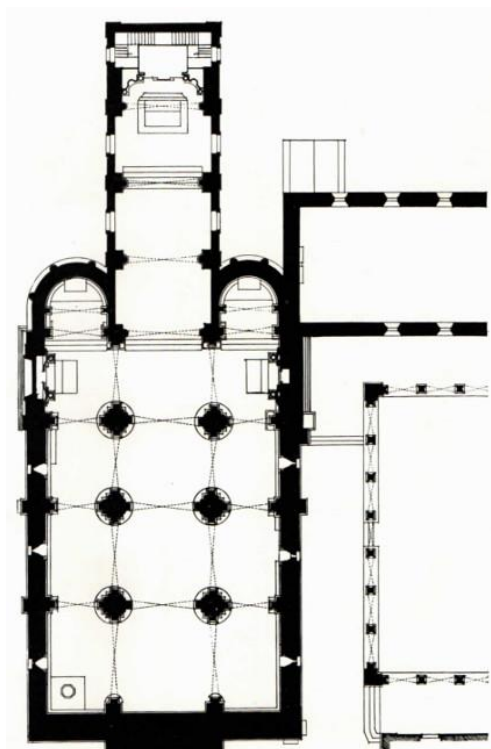


Figura 16: Planta da Igreja de Paço de Sousa (DGEMN, 1939)



Figura 17: Rosácea da fachada principal do mosteiro e cachorrada na zona inferior

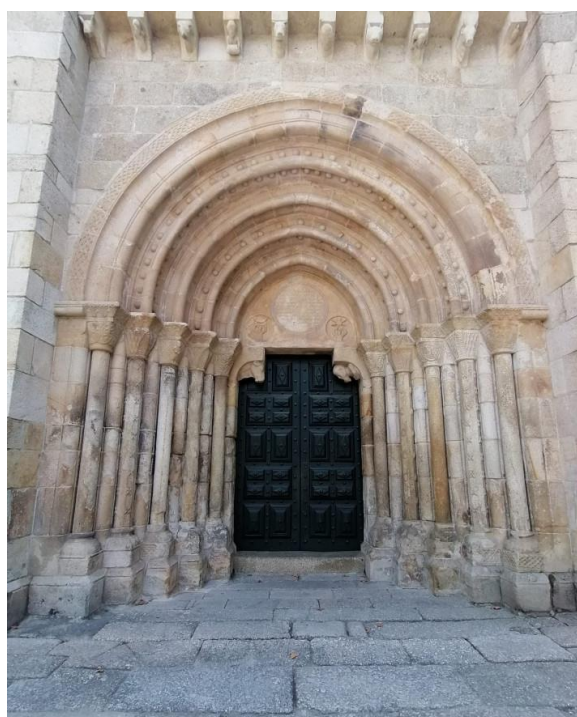


Figura 18: Portal principal da Igreja de Paço de Sousa



Figura 19: Portal Principal da Igreja de Paço de Sousa com tímpano que continha uma inscrição, removida no restauro do século XX, indicando a datada de fundação e sagração do templo



Figura 20: Parede norte da capela-mor



Figura 21: Memórias da Capela do Corporal na parede norte do templo



Figura 22: Memórias do restauro do século XX na parede norte do templo



Figura 23: Portal sul da Igreja de Paço de Sousa



Figura 24: Fonte do claustro do mosteiro



Figura 25: Interior da Igreja de Paço de Sousa



Figura 26: Interior da Igreja de Paço de Sousa



Figura 27: Escultura de S. Pedro na nave norte do templo ladeada, à direita, por uma cruz de sagração



Figura 28: Ornamentação dos capitéis dos pilares que delimitam as naves do templo



Figura 29: Altar mor da Igreja de Paço de Sousa

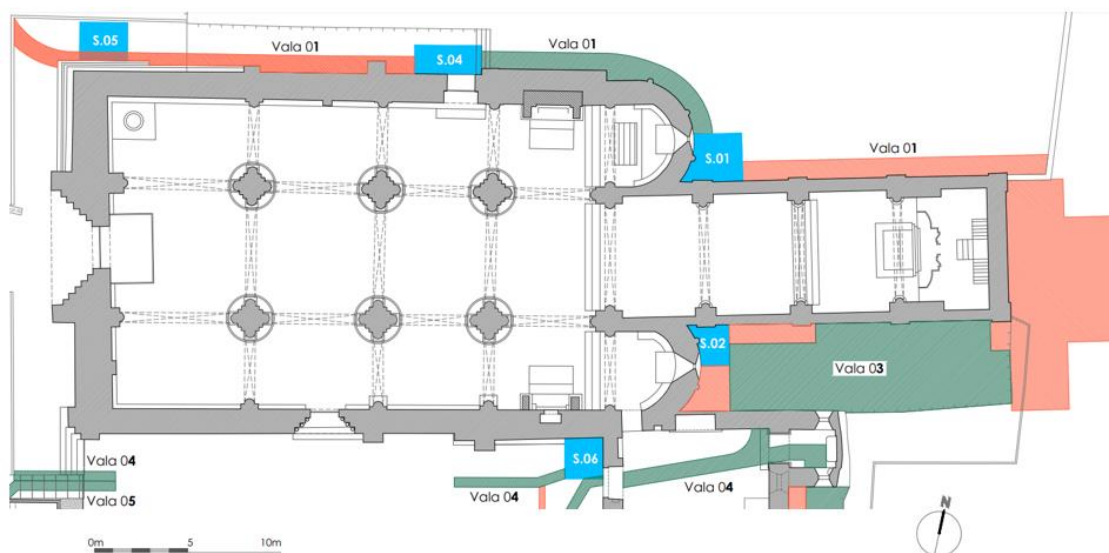


Figura 30: Planta das intervenções arqueológicas realizadas nas áreas periféricas da Igreja de Paço de Sousa (Arqueologia e Património, 2017)

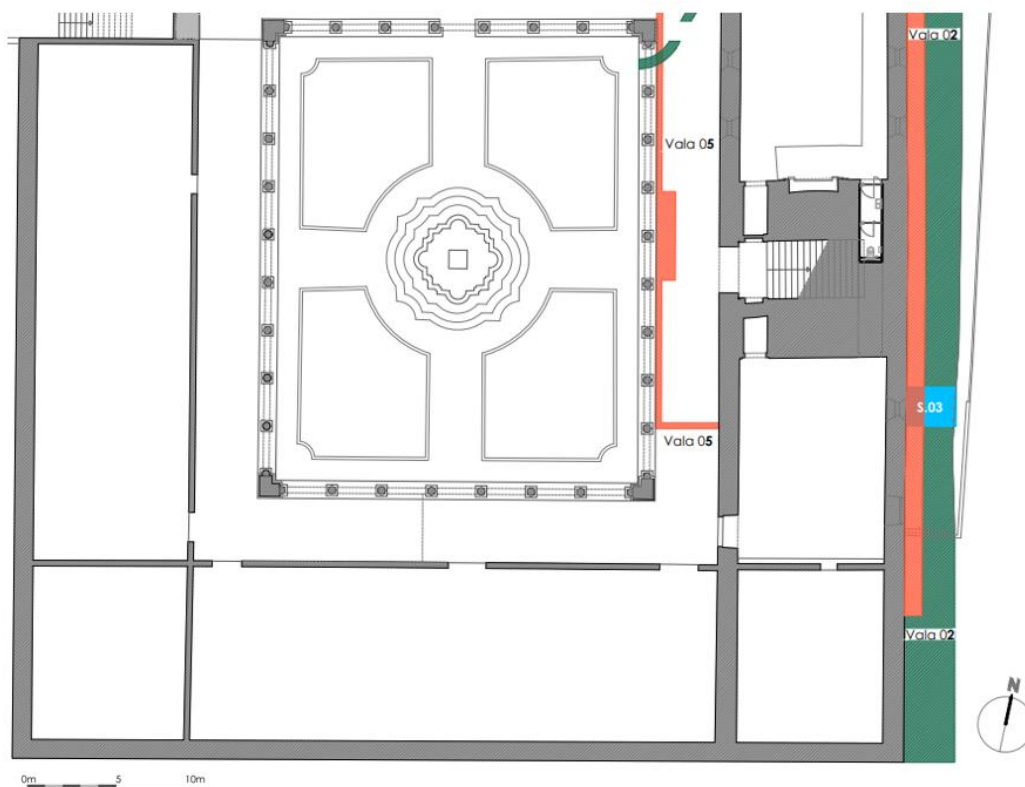
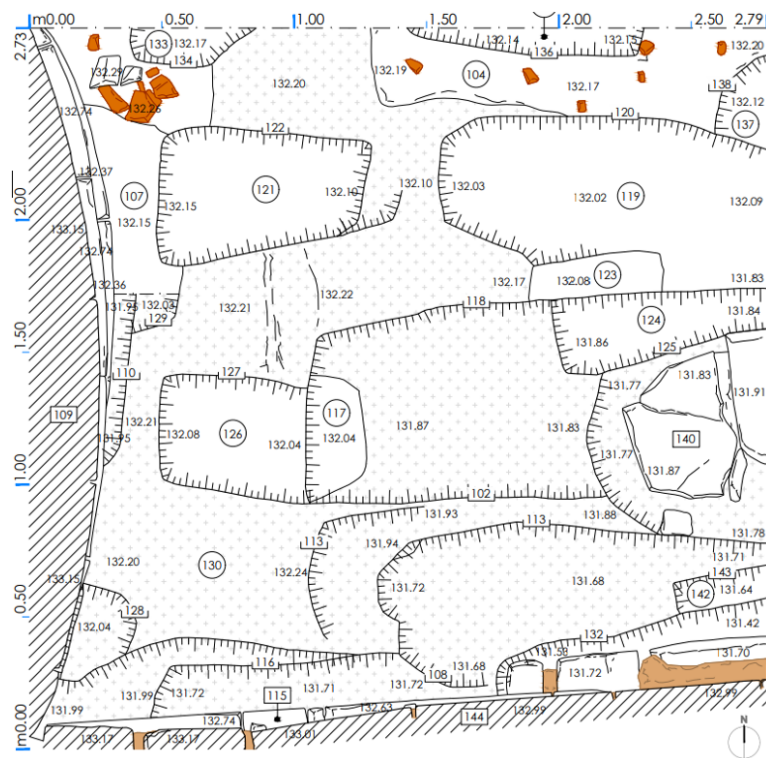


Figura 31: Planta das intervenções arqueológicas realizadas no claustro do mosteiro (Arqueologia e Património, 2017)



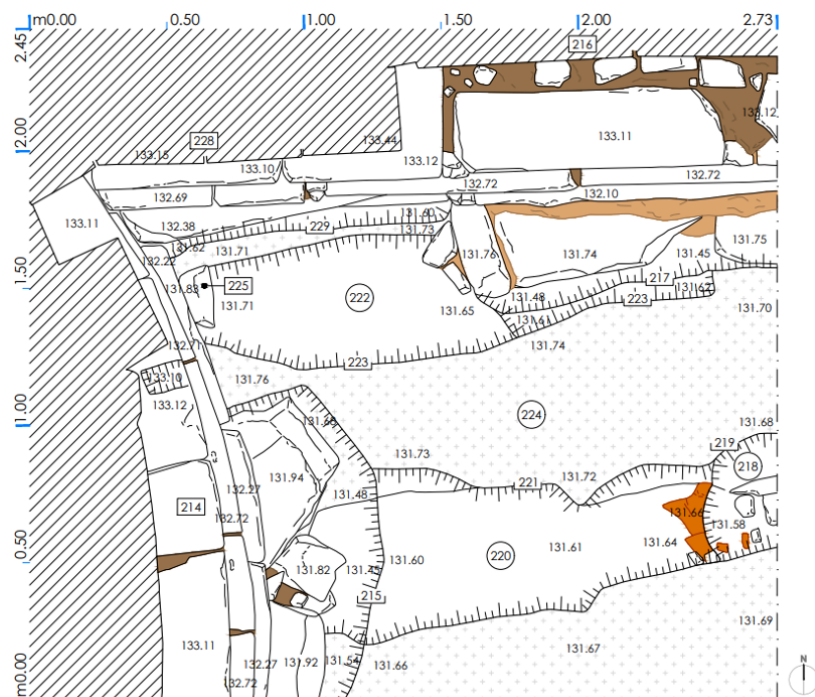


Figura 34: Desenho de campo do plano final da sondagem 02
(Arqueologia e Património, 2017)

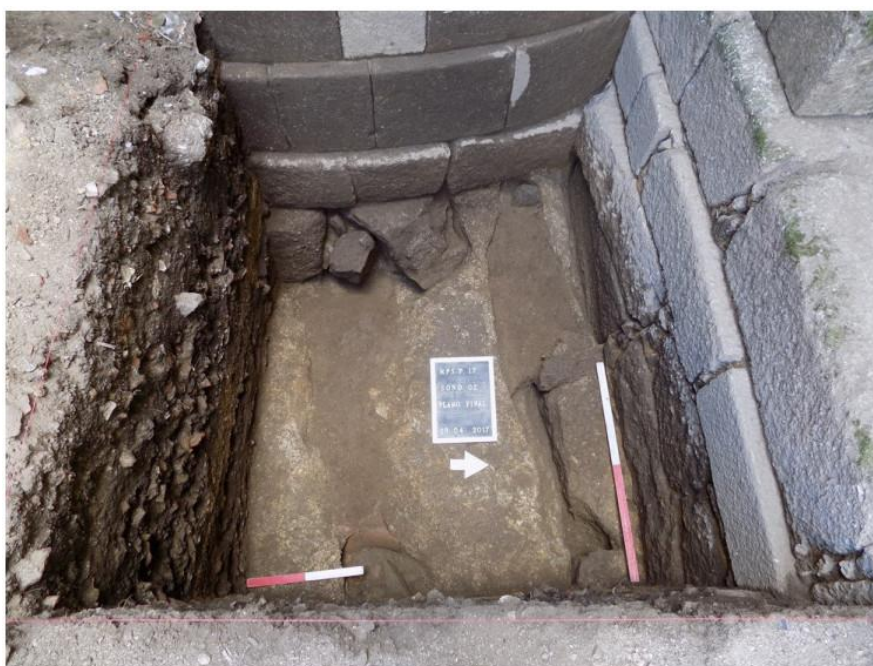


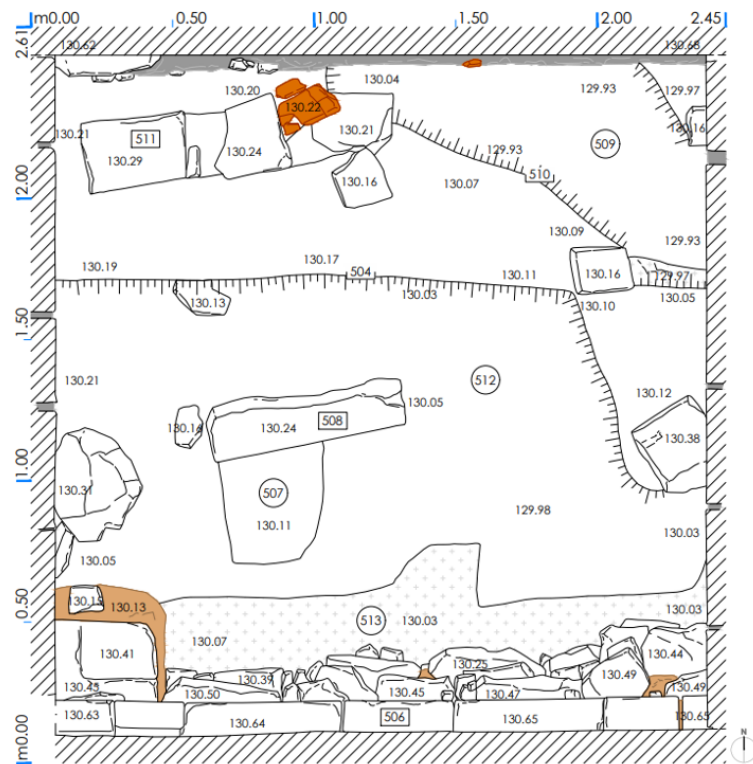
Figura 35: Plano final da sondagem 02 (Arqueologia e Património, 2017)

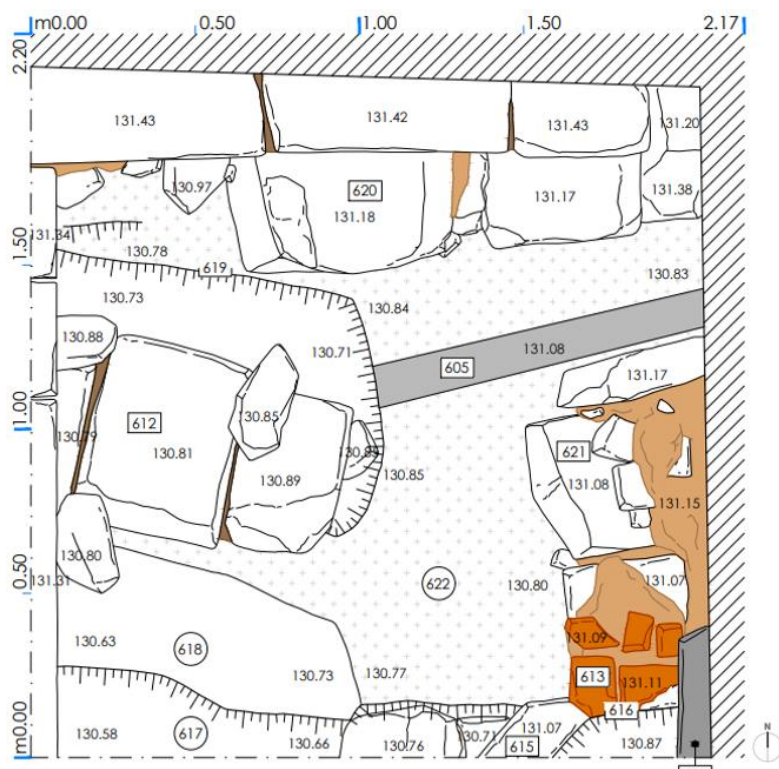


Figura 36: Desenho de campo do plano final da sondagem 03
(Arqueologia e Património, 2017)



Figura 37: Plano final da sondagem 03 (Arqueologia e Património, 2017)





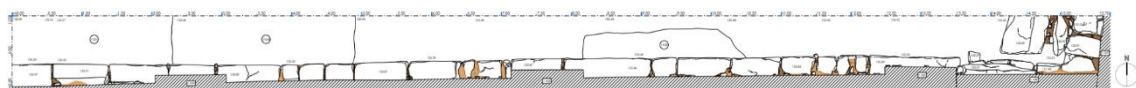


Figura 44: Desenho de campo do plano final da vala 01, na área anexa ao cemitério e capela-mor
(Arqueologia e Património, 2017)

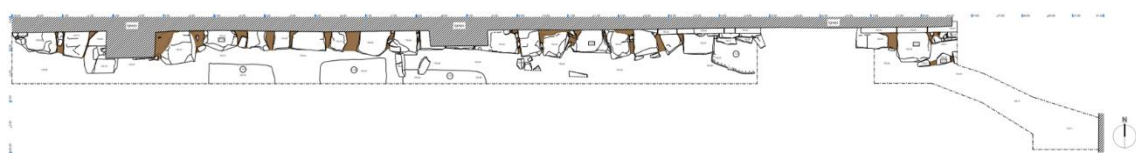


Figura 45: Desenho de campo do plano final da vala 01, na área anexa à igreja e cemitério
(Arqueologia e Património, 2017)

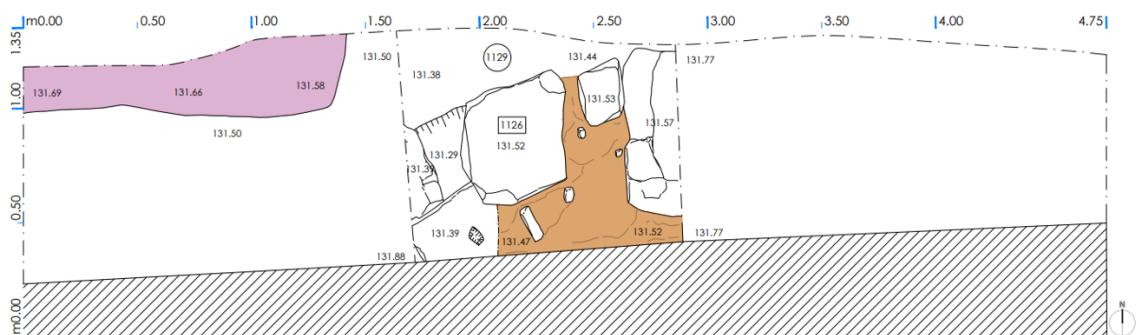


Figura 46: Desenho de campo do plano final da vala 01, na área anexa ao cemitério
(Arqueologia e Património, 2017)



Figura 47: Plano Final da vala 01 na área anexa à parede norte da capela-mor (Arqueologia e Património, 2017)



Figura 48: Plano Final da vala 01 na área anexa ao absidíolo e parede norte (Arqueologia e Património, 2017)



Figura 49: Plano Final da vala 01 na área anexa à parede norte e entrada do cemitério (Arqueologia e Património, 2017)



Figura 50: Desenho de campo do plano final da vala 02 (Arqueologia e Património, 2017)



Figura 51: Plano Final da vala 02 (Arqueologia e Património, 2017)



Figura 52: Plano Final da vala 02 (Arqueologia e Património, 2017)

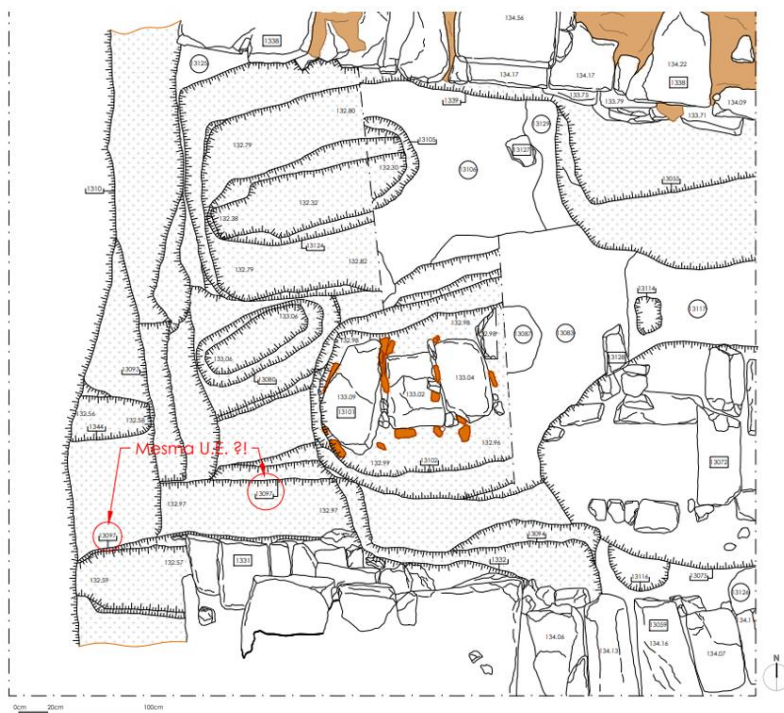




Figura 55: Conjunto de sepulturas estruturadas em pedra cronologicamente mais tardias na vala 03 (Arqueologia e Património, 2017)



Figura 56: Sepultura escavada na rocha na vala 03 com enchimento de pedras devido a trabalhos construtivos (Arqueologia e Património, 2017)



Figura 57: Sepultura Escavada na Rocha Antropomórfica na área anexa à parede este da capela-mor (Arqueologia e Património, 2017)



Figura 58: Capeamento de sepultura com lajes de granito e xisto na vala 03 (Arqueologia e Património, 2017)



Figura 59: Sepultura Escavada na Rocha Antropomórfica na vala 03
(Arqueologia e Património,2017)

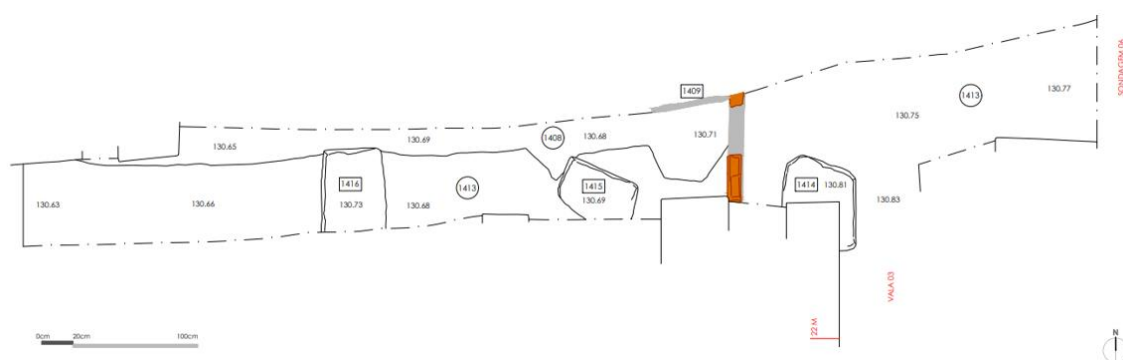


Figura 60: Desenho de campo do plano final da vala 04 (Arqueologia e Património, 2017)



Figura 61: Plano Final da vala 04 na sacristia
(Arqueologia e Património, 2017)



Figura 62: Plano Final da vala 04 no claustro
(Arqueologia e Património, 2017)



Figura 63: Plano Final da valla 04 na entrada do claustro
(Arqueologia e Património, 2017)

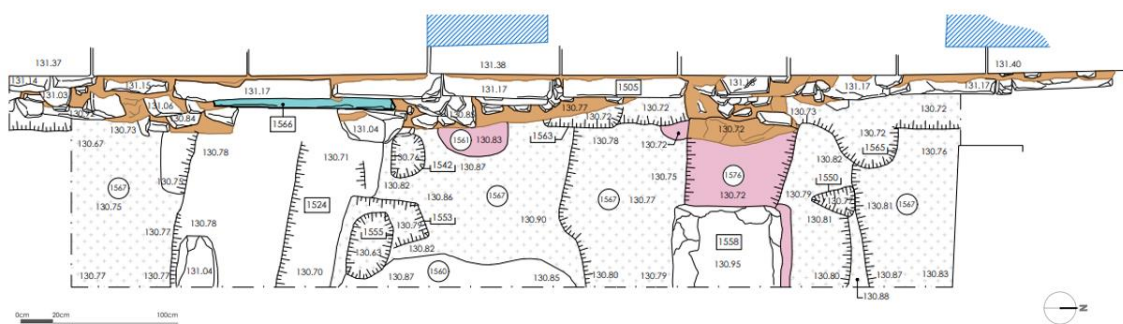


Figura 64: Desenho de campo do plano final da valla 05 (Arqueologia e Património, 2017)



Figura 65: Plano Final da vala 05 no claustro
(Arqueologia e Património, 2017)



Figura 66: Área central da vala 05 no claustro
(Arqueologia e Património, 2017)



Figura 67: Plano Final da vala 05 na entrada do claustro
(Arqueologia e Património, 2017)



Figura 68: A "arca" funerária de Egas Moniz na nave sul do templo



Figura 69: Tampa com epitáfio de Egas Moniz



Figura 70: Segunda tampa da "arca" funerária de Egas Moniz



Figura 71: Pannel do topo norte da "arca" funerária de Egas Moniz



Figura 72: Face lateral que comunica com a nave sul do templo



Figura 73: Topo sul da "arca" funerária de Egas Moniz



Figura 74: Face lateral que comunica com parede ocidental do templo



Figura 75: As pedras do túmulo e cenotáfio de Egas Moniz quando se encontravam dispersas pelas naves do templo (Jorge Rodrigues, 2014)

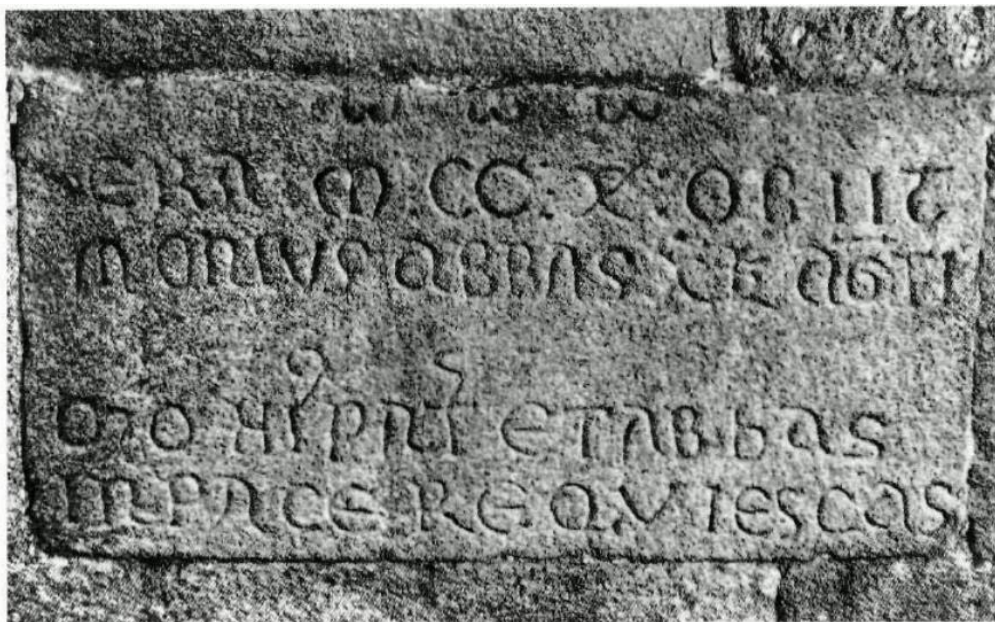


Figura 76: A lápide do abade Mónio Ermiges em melhor estado de conservação (Mário Barroca, 2000)

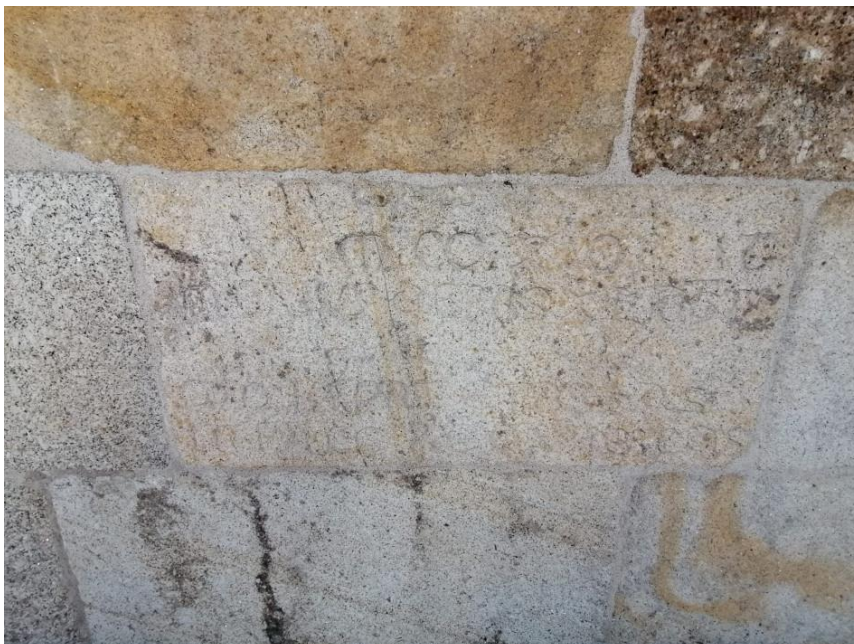


Figura 77: A lápide do abade Mónio Ermiges nos nossos dias



Figura 78: Tampa ornamentada com figura de um abade, o qual se julga ser D. Mónio Garcia



Figura 79: Tampa ornamentada no claustro do mosteiro, muito semelhante à que repousa na "arca" funerária de Egas Moniz



Figura 80: Dois sarcófagos medievais junto à fachada principal da Igreja de Paço de Sousa



Figura 81: Sarcófago não antropomórfico



Figura 82: Sarcófago não antropomórfico ostentando, numa das suas faces laterais, a representação de três pés de milho miúdo



Figura 83: Sarcófago antropomórfico



Figura 84: Dois arcossólios funerários na parede norte do templo



Figura 85: Inscrição no claustro do mosteiro



Figura 86: Conjunto de tampas com inscrições funerárias modernas no corredor sul do claustro do mosteiro



Figura 87: Tampa número 1



Figura 88: Tampa número 2



Figura 89: Tampa número 3



Figura 90: Tampa número 4



Figura 91: Tampa número 5



Figura 92: Tampa número 6



Figura 93: Tampa número 7



Figura 94: Duas tampas de menores dimensões que se encontram à esquerda da tampa número 7



Figura 95: Tampa número 8



Figura 96: Tampa número 9



Figura 97: Tampa número 10



Figura 98: Tampa número 11

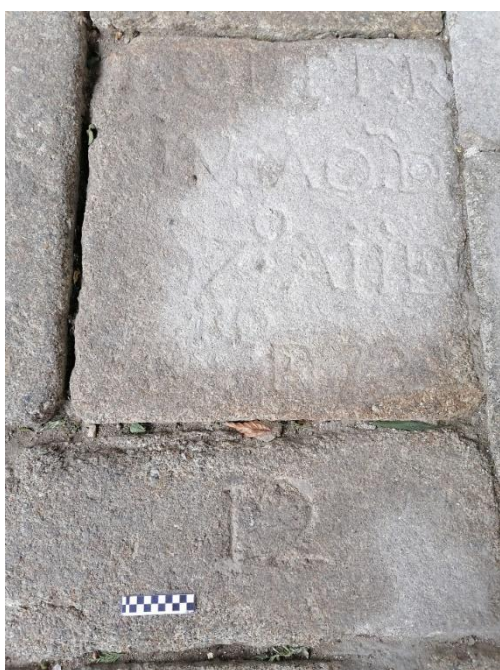


Figura 99: Tampa número 12



Figura 100: Tampa número 13



Figura 101: Tampa número 14



Figura 102: Tampa número 15



Figura 103: Tampa número 16



Figura 104: Tampa número 17



Figura 105: Tampa número 18



Figura 106: Tampa número 19



Figura 107: Tampa número 20



Figura 108: Tampa número 21



Figura 109: Tapa número 22



Figura 110: Tapa número 23



Figura 111: Tapa número 24



Figura 112: Tapa número 25



Figura 113: Tampa número 26

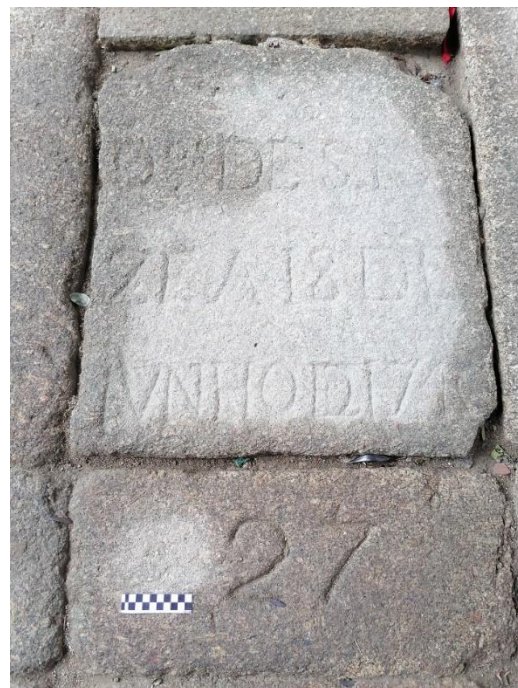


Figura 114: Tampa número 27



Figura 115: Tampa número 28



Figura 116: Tampa número 29



Figura 117: Tampa número 30

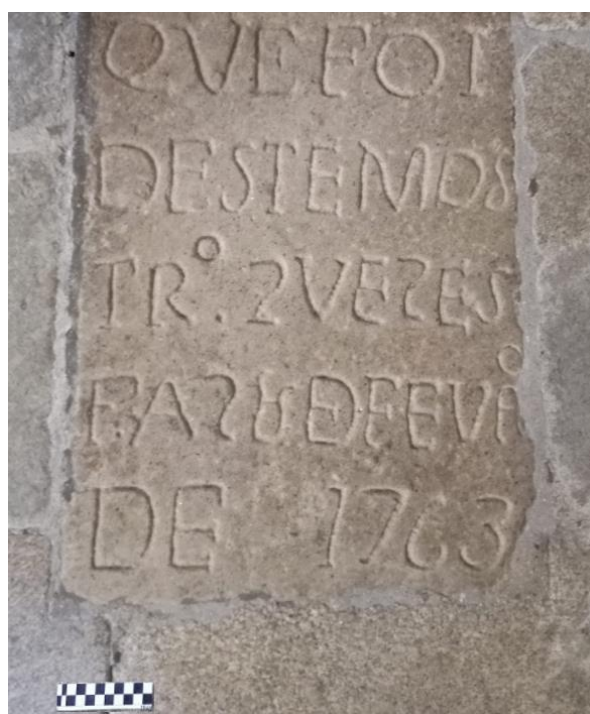


Figura 118: Tampa que se encontra no interior do templo, anexa ao absidiolo sul e à entrada da sacristia